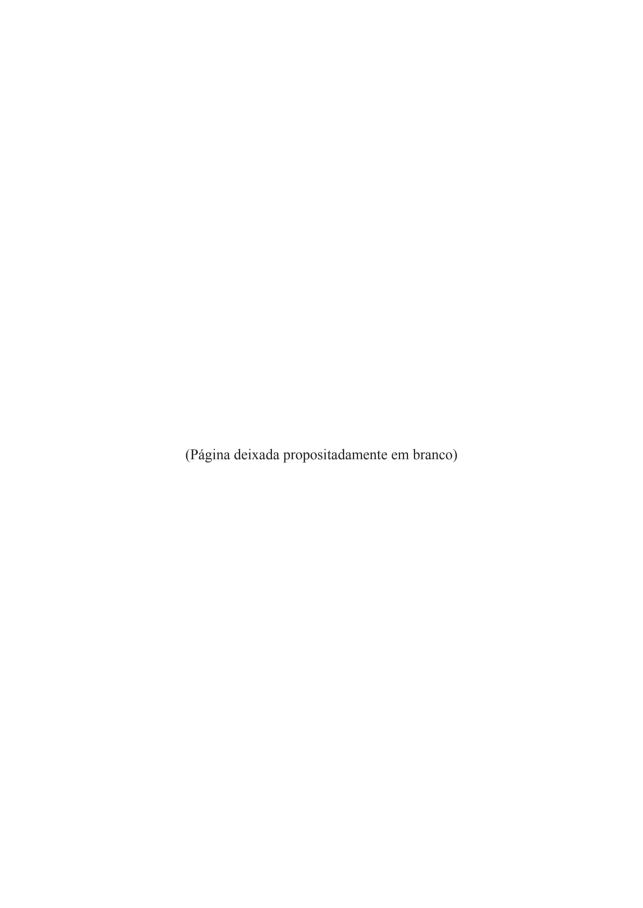
CONIMBRIGA

VOLUME LX • 2021







CONIMBRIGA

Revista de Arqueologia | Publicação anual Revista com arbitragem científica | Journal with peer review Indexada na Web of Science (Emerging Sources Citation Index)

DIRETORA

HELENA MARIA GOMES CATARINO

SECRETARIADO EDITORIAL

CARLA ROSA | JOSÉ LUÍS MADEIRA

CONSELHO DE REDAÇÃO

ARMANDO REDENTOR

DOMINGOS DE JESUS DA CRUZ

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

MARIA CONCEIÇÃO LOPES

PEDRO C. CARVALHO

RAQUEL VILAÇA

RICARDO COSTEIRA DA SILVA

VASCO GIL MANTAS

CONSELHO CIENTÍFICO

ALAIN TRANOY (Université de Poitiers)

ANA MARGARIDA ARRUDA (Universidade de Lisboa)
GERMÁN DELIBES DE CASTRO (Universidad de Valladolid)

JAVIER SÁNCHEZ-PALENCIA (Centro de Ciências Humanas y Sociales, CSIC - Madrid)
JORGE DE ALARCÃO (Universidade de Coimbra)
LUÍS RAPOSO (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa)
MANUEL MARTÍN-BUENO (Universidad de Zaragoza)

MARTÍN ALMAGRO-GORBEA (Universidad Complutense de Madrid)
MÁRIO BARROCA (Universidade do Porto)
PRIMITIVA BUENO RAMÍREZ (Universidad de Alcalá de Henares)
TANIA ANDRADE LIMA (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

DESIGN E EDIÇÃO DE IMAGEM JOSÉ LUÍS MADEIRA

TRINIDAD NOGALES BASARRATE (Museo Nacional de Arte Romano)

SECRETARIADO ADMINISTRATIVO EUNICE DIONÍSIO

PROPRIEDADE

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA | INSTITUTO DE AROUEOLOGIA

EDIÇÃO IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

IMPRESSÃO: Graficamares, Lda.

ISSN: 0084-9189 | ISSN Digital: 1647-8657 DOI: http://doi.org/10.14195/1647-8657_60

DEPÓSITO LEGAL: 93223/95 | ANO 2021

Todos os contributos (artigos e recensões) devem ser submetidos através da plataforma Open Journal Systems (OJS) http://impactum-journals.uc.pt/login

Toda a correspondência deve ser dirigida a:

CONIMBRIGA | INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA | PALÁCIO DE SUB-RIPAS Rua de Sub-Ripas 3000 – 395 COIMBRA | PORTUGAL conimbriga.revista@uc.pt

Solicitamos permuta. On prie de bien vouloir établir l'echange. Sollecitiamo scambio. We would like exchange. Tauschverkerhr erwunscht.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA | FACULDADE DE LETRAS DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, ESTUDOS EUROPEUS, ARQUEOLOGIA E ARTES

INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

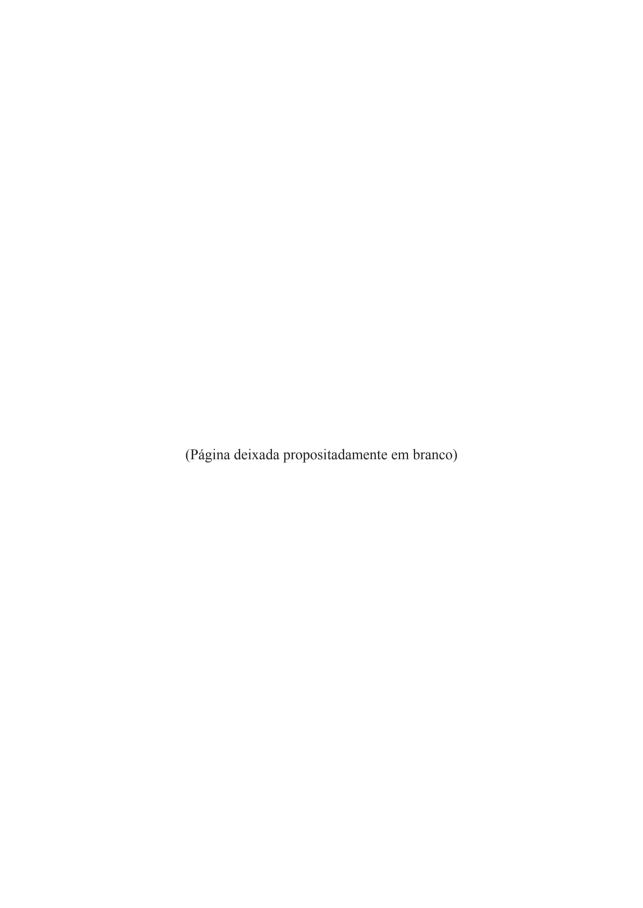
CONIMBRIGA

VOLUME LX



IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA COIMBRA UNIVERSITY PRESS

COIMBRA 2021



ALEXANDRE CANHA

Universidade de Coimbra, CEAACP | Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta alexcanha@gmail.com https://orcid.org/0000-0001-5692-0963

INTERFLÚVIO TEDO/TÁVORA (NORTE DA BEIRA-ALTA), UM POSSÍVEL TERRITÓRIO DE FRONTEIRA NA PRÉ E PROTO-HISTÓRIA

TEDO/TÁVORA INTERFLUVE (NORTHERN BEIRA-ALTA), A PROBABLE BORDER TERRITORY THROUGHOUT PRE-HISTORY "Conimbriga" LX (2021) p. 5-65

http://doi.org/10.14195/1647-8657_60_1

Texto recebido em / Text submitted on: 28/10/2020 Texto aprovado em / Text approved on: 07/07/2021

RESUMO:

Neste trabalho ensaia-se a perceção das dinâmicas territoriais numa longa diacronia desde o 4º ao 1º milénio a.C. entre o Planalto da Serra da Nave e o Planalto de Penedono, apresentando-se o interflúvio Tedo/Távora como um delimitador destes dois contextos geomorfológicos, cada um deles com as suas especificidades, mas também com evidentes semelhanças e traços comuns. Para o efeito faz-se uma análise em ambos os planaltos de algumas das arquiteturas e materialidades mais representativas e contrastam-se os resultados.

No que às arquiteturas diz respeito, analisa-se o padrão de dispersão das construções funerárias. O registo arqueológico destas estruturas deteta-se a partir do 4º milénio até inícios do 1º milénio. Do "mundo dos vivos" serão genericamente analisados contextos habitacionais e outras formas de apropriação e marcação da paisagem (contextos não funerários).

Conimbriga, 60 (2021) 5-65

Quanto às materialidades, efetua-se uma breve análise aos padrões de dispersão daquelas mais abundantes e caracterizadoras dos diferentes momentos cronológicos. Considerando que não são abundantes os sítios escavados, serão tidas em conta, principalmente as referentes a achados de superficie, nomeadamente aquelas que possuem matrizes decorativas.

PALAVRAS-CHAVE: Continuidades; Ruturas; Movimento; Biogeografia.

ABSTRACT: In this paper the perception of territorial dynamics is tested in a long diachrony between the 4th and 1st millennium BC in Serra da Nave plateau and Penedono plateau, with the Tedo/ Távora interfluvial as a delimiter of these two geomorphological contexts. Each with specificities, but also with similarities. For this purpose, an analysis of some of the most representative architectures and materialities is made in both plateaus and the results are contrasted.

> As far as architectures are concerned, the dispersal pattern of funerary constructions is analysed. The archaeological record of these structures is detected from the 4th millennium until the beginning of the 1st millennium. From the «world of the living» are considered housing contexts and other forms of appropriation and marking of the landscape (non-funerary contexts).

> For the materialities, is made a brief analysis on the dispersion patterns of the most abundant and representative ceramics of the various chronological periods. Considering that excavated sites are not abundant, mainly are analysed those concerning surface finds, namely decorated pottery.

Keywords: Continuities; Ruptures; Movement; Biogeography.

INTERFLÚVIO TEDO/TÁVORA (NORTE DA BEIRA-ALTA), UM POSSÍVEL TERRITÓRIO DE FRONTEIRA NA PRÉ E PROTO-HISTÓRIA¹

Introdução

No âmbito do projeto "Paisagens Fortificadas e Monumentalizadas da "Beira-Douro" (do 3º milénio ao 1º milénio a.C.) – Arquiteturas, Cenários e Simbologias" tivemos² a oportunidade de percorrer, entre outras que compõem a "Beira-Douro", a região compreendida pelos Planaltos das serras da Nave e Lapa e pelos Planaltos de Penedono e Sernancelhe. Desta forma, foi possível aprofundar o conhecimento adquirido, no âmbito de projetos anteriores nesta região.

Apesar do objetivo inicial deste projeto ser o estudo dos sistemas defensivos e a forma como decorre o processo de monumentalização da paisagem, com o desenrolar dos trabalhos foi possível percecionar empiricamente algumas tendências no que se refere à distribuição de materialidades e arquiteturas nesta região da Beira Alta, o que nos incentivou a aprofundar a temática.

Apresenta-se um breve ensaio que resulta da análise de um conjunto de dados arqueográficos compilados em diferentes fontes

¹ Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT-SFRH/BD114673/2016).

² Tomo a liberdade de, ao longo do texto, utilizar a primeira pessoa do plural, pois apesar de ser o único signatário não posso olvidar todos aqueles que me acompanharam em campo nestes últimos anos e cujo apoio e proficuas discussões se revelaram fundamentais à elaboração deste texto (sem outra ordem que não a alfabética: André Pereira, Cézer Santos, João Teixeira, Fernando Robles Henriques, Gertrudes Branco, Marina Vieira, Pedro Pereira e Rui Clemente). Recorre-se à expressão "nós", não porque "eles", subscrevam as ideias apresentadas, mas porque considero que a sua companhia em campo se transpôs para o processo de escrita tornando-o menos solitário.

e cujos resultados numa longa diacronia de quatro milénios parecem indiciar a existência de uma fronteira nesta região do centro-norte de Portugal que parece ser transversal desde o terceiro milénio, ainda que, por vezes, um pouco flutuante, sobretudo no último milénio.

1. Enquadramento natural

Administrativamente, a área analisada abrange os distritos de Viseu e Guarda abarcando no primeiro caso total ou parcialmente os concelhos de: Armamar, Castro Daire, Lamego, Moimenta da Beira, Penedono, Resende, Sátão, S. João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Vila Nova de Paiva e Viseu. No segundo correspondendo ao extremo leste na nossa área, o território compreende parcialmente cinco concelhos: Aguiar da Beira, Fornos de Algodres, Meda, Trancoso e Vila Nova de Foz Côa (Fig. 1).

Dividimos esta região em duas áreas, a primeira correspondente às serras da Nave e Lapa e territórios adjacentes, por oposição ao território que é abarcado em grande medida pelos Planaltos de Penedono e Sernancelhe, ainda que também inclua áreas confinantes. Por uma questão de simplificação designamos ao longo do texto a primeira como Planalto da Nave e a segunda Planalto de Penedono.

Geomorfologicamente a região revela, a uma escala ampla, uma regularidade que se estende até ao Planalto de Alijó apenas interrompida pelo vale do Douro, o qual é uma unidade geomorfológica distinta que divide esta região planáltica em dois subsectores, sendo que aquele a Sul do Douro corresponde em grande medida à nossa área. Genericamente corresponde a um planalto central dissecado, com topos aplanados entre 800 e 900m, cortado pelo Vale do Douro em dois subsectores e limitados a leste pelo Acidente Tectónico Bragança-Vilariça-Manteigas e a Oeste pelo Acidente Tectónico Verín-Penacova (Pereira, et al., 2014: 572, 578) (Fig. 2).

Numa análise mais pormenorizada ao norte da Beira Alta e em particular à nossa região é possível notar alguma variabilidade geomorfológica, ainda que contendo bastante regularidade. Geomorfologicamente o norte da Beira Alta integra três domínios principais: a *Superficie da Meseta*, os *Planaltos Centrais* e as *Montanhas Ocidentais* (FERREIRA, 1978). A nossa atenção recai sobre os *Planaltos Centrais*, ponto de separação entre as duas outras, bem distintas, realidades. Estes

caracterizam-se por interflúvios aplanados (FERREIRA, 1978: 8) em que é possível destacar duas zonas com características individualizadas. Por um lado, o Planalto da serra da Nave (FERREIRA, 1978: 87 e seguintes) e pelo outro, a fragmentação dos planaltos a norte e leste da serra da Nave (FERREIRA, 1978: 118 e seguintes). Nesta zona de fragmentação ainda é possível observar retalhos da superfície fundamental na margem direita do Távora (FERREIRA, 1978: 118 e seguintes) no que os estudos de caracterização de paisagem designam de Planalto de Penedono (CANCELA *et al.*, 2004).

A rede hidrográfica da região é fortemente influenciada pelas fraturas com orientação NNE-SSW sendo duas exceções precisamente os rios Távora e Tedo chegando inclusivamente a atravessar obliquamente essas fraturas (FERREIRA, 1978: 131) (FIG. 1 e 3).

Morfologicamente o rio Távora pode dividir-se em dois grandes troços. O primeiro, entre a sua nascente e o curso médio até próximo de Sernancelhe (zona da albufeira de Vilar) onde o percurso é marcado por uma sucessão de estrangulamentos e pequenos alargamentos, ainda que, de uma forma geral, o vale nunca seja muito estreito. O segundo grande troço insere-se de forma muito vigorosa no relevo, traduzindo-se num vale encaixado de declives, por vezes, muito profundos e uma maior tortuosidade quando entra no domínio xistento. Situação análoga ocorre no rio Tedo que revela um alinhamento e mesmo uma rigidez significativa no domínio granítico que se altera no interior da área xistosa (Fig. 3).

A nível da Biogeografia, que se pode resumir como sendo "...um ramo da Geografia [...] uma ciência que relaciona o meio físico com o biológico, servindo-se de informação gerada por ciências afins como a Corologia vegetal, a Geologia, a Bioclimatologia e a Fitossociologia." (Costa et al., 1998: 5), Portugal continental subdivide-se em duas grandes regiões Biogeográficas (Fig. 4). Por um lado, a região Eurosiberiana no interior da qual encontramos a Superprovíncia Atlântica e no interior desta a Subprovíncia Galaico-Asturiana e dentro desta o sector Galaico-Português que corresponde ao noroeste de Portugal. Esta é a zona mais meridional da região Eurosiberiana com um clima temperado e chuvoso, fortemente influenciado pelo efeito amenizante do oceano Atlântico (Aguiar et al., 2008: 42). A segunda região é a Mediterrânica que revela um conjunto de províncias no caso: Carpetana-Ibérico-Leonesa, Luso-Estremadurense e Gaditano-Onubo-Algarviense. No caso concreto da área em análise interessa-nos a primeira e em particular

o sector Lusitano-Duriense que genericamente corresponde às áreas planálticas do leste de Trás-os-Montes e da Beira Alta e são detentoras de um ombroclima sub-húmido a seco, de influência continental. Daqui resulta uma vegetação natural potencial dominada por azinhais ou sobreirais (AGUIAR *et al.*, 2008: 43).

Neste trabalho parece-nos importante abordar a questão da Biogeografia pois numa "coincidência" extraordinária, ou talvez não, o rio Távora encontra-se numa zona de fronteira de dois sectores profundamente distintos, que se harmonizam em partes quase iguais, cada um deles pertencendo às duas grandes regiões biogeográficas de Portugal. A leste encontramos o sector de características predominantemente mediterrânicas (Lusitano-Duriense), ainda que se prolongue para a margem esquerda do rio Távora, (na metade norte) coincidindo em grande medida com o domínio xistento do rio Douro. A segunda zona, situada na metade oeste, corresponde ao sector de características atlânticas (Galaico-Português), sendo que toda a área do Planalto da Nave – aquela que mais diretamente nos diz respeito – se inscreve neste sector e no qual se insere a totalidade das arquiteturas e materialidades inventariadas a poente do interflúvio Távora/Tedo.

2. "Eu", "Nós" e os "Outros". A construção de uma identidade

"I use "identity" to refer to the meeting point, the point of suture, between on the one hand the discourses and practices which attempt to "interpellate", speak to us or hail us into place as the social subjects of particular discourses, and on the other hand, the processes which produce subjectivities, which constrict us as subjects which can be 'spoken'. Identities are thus points of temporary attachment to the subject positions which discursive practices construct for us..." (HALL, 1996: 5-6).

As identidades³ foram (e são) um fenómeno de manipulação política, ideológica e mesmo religiosa. Talvez este fenómeno se tenha

³ Para um maior aprofundamento desta temática, recomenda-se a leitura de Jorge Alarcão (1993-1994; 2000), Victor Oliveira Jorge e outros (2002) e António Carlos Valera, (2007: 541 e seguintes).

manifestado com maior exuberância num momento centrado no final do século XIX perdurando até meados da segunda metade do século XX. nomeadamente através de uma Arqueologia Nacionalista que, sob a capa da cientificidade, associava grupos étnicos a determinadas culturas materiais num espaço específico, postulando uma ligação umbilical entre esses grupos de "valorosos ascendentes" dos povos atuais, como forma de afirmação de uma nação. Um caso paradigmático é o dos Lusitanos e a forma como foi "ornado" pelo Nacional Socialismo português. De alguma forma podemos considerar que nas culturas nacionais modernas "A lealdade e a identificação que, numa era pré-moderna ou em sociedades mais tradicionais, eram dadas à tribo, ao povo, à religião e à região, foram transferidas, gradualmente, nas sociedades ocidentais, à cultura nacional. As diferenças regionais e étnicas foram gradualmente sendo colocadas, de forma subordinada, sob aquilo que Gellner chama de "teto político" do estado-nação, que se tornou, assim, uma fonte poderosa de significados para as identidades culturais modernas." (HALL, 1992: 49). Trata-se de conceitos entretanto ultrapassados por uma globalização inexorável e que se traduz numa homogeneização, e porque não dizer mesmo, uma "higienização cultural", em que se impõe o "politicamente correto".

A arqueologia, por necessidade, nega o indivíduo dissolvendo-o no anonimato do grupo que é o sujeito da arqueologia "Se o grupo é o sujeito da Arqueologia, o que nós procuramos são os tracos configuradores ou caracterizadores desse grupo, aquilo que define a sua ecceidade, a sua personalidade própria: a sua cultura material, a sua forma de vida económica, a sua organização social, as suas instituições políticas, a sua ideologia" (ALARCÃO, 1993-94: 41-42). Para se atingir o conceito de grupo refletido num conceito de identidade grupal, este começa necessariamente pelo "Eu", num processo de autoconhecimento e reconhecimento de si perante o outro. Neste processo de interação do "Eu-Tu" tão cara a Feuerbach (FEUERBACH, 2002), o indivíduo desenvolve um processo de intersubjetividade no qual se apreende como membro de um grupo (o "Nós"), por oposição aos outros e não ao outro no qual o indivíduo se conheceu e reconheceu. Este conhecimento, ou melhor esta consciencialização do "Eu", apesar de permanente, não é ritmada e é feita através de agências de identidade (as nossas características biológicas, o nosso contexto social, a religião, a língua, a estética, etc.) todas elas geradoras de identidade. Um indivíduo é um ser naturalmente relacional e por consequência socialmente dependente e em permanente relação com os outros em que, apesar da sua autonomia, as suas práticas são influenciadas por outro, assim como influencia os outros, formando redes de interdependências em que a identidade individual é uma identidade socializada (VALERA, 2007: 557-558). Desta forma, o indivíduo é recetor, mas também produtor social, num processo relacional e dinâmico no pressuposto de que uma ação social necessita de quem a executa (agente) e quem a sofre (paciente) (ALARCÃO, 1993-94: 28).

Uma identidade grupal resulta, assim, da identificação de um conjunto de indivíduos que partilham a mesma mundividência baseada numa rede de interações, numa agregação de indivíduos que interagem influenciando-se mutuamente e organizando-se socialmente. Subjacente a uma identidade comum está o conceito de pertença que confere a unidade e a homogeneidade necessária à sua manutenção. Da heterogeneidade resulta o conceito do "Outro" o qual surge enquanto forma de diferenciação. De alguma forma podemos considerar que "É na interacção social, no confronto diferenciador com o "outro", que se manifestam os processos de identificação, que são modos de categorização dos grupos de indivíduos para organizarem as suas relações. Ou seja, é na comparação social que se estabelecem as identificações grupais, num processo dialéctico de formação do "Nós" (o endogrupo) e dos "Outros" (os exogrupos)." (VALERA, 2007: 561). As identidades formam-se, mais que pela semelhanca, pela diferenca e exclusão "...are more the product of the marking of difference and exclusion, than they are the sign of an identical, naturally-constituted unity - an 'identity' in its traditional meaning..." (HALL, 1996: 4).

Torna-se assim fundamental a existência de fatores identitários que reforcem a ideia de grupo e o processo de distinção de uma identidade, quer a nível de materialidades nas quais se matizam os seus esquemas mentais próprios, quer de outros procedimentos de natureza simbólica, num processo aparentemente contraditório, em que a significação coletiva passa pela busca da individualização coletiva enquanto fator identitário e unificador.

O "Nós" não se forja apenas de experiências no tempo, mas também de espaço. O termo espaço pode ser interpretado de variadas formas, desde o espaço físico no qual as sociedades humanas viveram e vivem, ao espaço mental concebido e vivenciado pelas comunidades ao longo do tempo transformando-o e reinventando-o. De alguma forma pode falar-se num espaço concreto (natural) que é explorado e modifi-

cado pelo Homem que assim o pensa e, por conseguinte, dele se apropria tornando-o social e mesmo histórico, uma vez que o transforma ao longo do tempo. A apropriação do espaço físico transforma-o em território social. A ausência do Homem resultaria na ausência de território, pelo que, da subjetividade imposta pelo indivíduo e pelo grupo, surge o conceito de território. Território que pode ser composto por múltiplos espaços vivenciados e experienciados de forma comum por uma comunidade, que num conceito de posse o interpretam como seu. Não raras vezes os conceitos de espaço e território são utilizados de forma indistinta, ainda que seja aceite que é o espaço que define um território (Martínez Padilla, 2010: 14).

Assim, também o Espaço se apresenta como polo fundamental da construção identitária de um grupo, no interior do qual se praticam atos comunitários e fortalecem identidades. Espaço este apreendido e apropriado num processo que poderíamos designar de territorialização das identidades (o "Nosso" território) no qual particularidades geomorfológicas notáveis são marcadores que o identificam (um tor. um rio, etc.) desempenhando um papel agregador, polarizador e simultaneamente demarcador e comunicador num sentido de pertença a uma identidade cultural "...a maior visibilidade de marcadores espaciais relaciona-se com uma mais incisiva marcação territorial, com a definição de fronteiras e a afirmação das identidades culturais. Espaço, território, identidade, são palavras-chave de uma leitura alternativa." (JORGE, 1994: 489). Já outros marcadores poderiam assumir uma natureza mais difusa (uma serra, um interflúvio, etc.), o que se traduziria numa zona de maior permeabilidade cultural, um território de ninguém e de todos.

Neste sentido importa salientar que as fronteiras são dinâmicas e dependentes de comportamentos e interações onde são inventadas, discutidas, negociadas, mas também importa reter que perante esta dinâmica é natural verificar-se igualmente o processo inverso, o da desconstrução. Este facto, de alguma forma, explica o porquê de podermos encontrar ao longo de um processo histórico um comportamento de áreas fronteiriças contraditório, ou seja, momentos em que as fronteiras se reforçam em torno de elementos culturais e ideológicos de um grupo como reação a ameaças externas, já noutros momentos pode-se tornar relaxada nos costumes e princípios culturais pelo afastamento ao seu centro (González Ruibal, 2009: 154). Consideramos que esta contradição é acima de tudo aparente. Na realidade as fronteiras traduzem um

comportamento dinâmico de construção, desconstrução e reconstrução inerente a ações e interações no espaço e tempo.

3. O registo arqueológico

A área sobre a qual nos debruçamos foi sujeita a estudos parcelares⁴ que, no seu conjunto, permitiram a obtenção de dados arqueológicos relevantes, ainda que carecendo de uma análise transversal. De alguma forma este é o pequeno contributo que o *Projeto Paisagens Fortificadas e Monumentalizadas da Beira-Douro* aporta a esta área, uma vez que a sua larga escala territorial e amplitude de cronologias abordadas permitiu obter uma visão espacio-temporal aglutinadora e globalizante deste território do norte da Beira Alta.

3.1. A origem dos dados

Ao definir os limites desta área tivemos o particular cuidado de garantir que as duas subáreas analisadas (Planalto da Nave e Planalto de Penedono) foram alvo de estudos cientificamente conduzidos de forma mais ou menos equivalente de forma a reduzir ao mínimo possível vazios de investigação. Vazios esses que naturalmente existem, tanto mais em áreas extensas como é a nossa, embora o que se pretenda é a minimização de lacunas significativas que poderiam truncar os dados analisados.

⁴ Neste caso, o conceito parcelar tem de ser entendido apenas no sentido da espacialidade, pois em nenhum dos casos houve um trabalho que abrangesse a totalidade da área agora em análise. De forma alguma se pretende fazer qualquer juízo crítico acerca dos trabalhos realizados. Alguns deles resultaram mesmo em trabalhos científicos de enorme fôlego e extraordinário brilhantismo científico como é o caso de Domingos Cruz no domínio da serra da Nave com a dissertação de Doutoramento intitulada *Alto Paiva: Megalitismo, diversidade tumular e práticas rituais durante a Pré-história Recente.* Na região oposta merece destaque a dissertação de Doutoramento de João Muralha Cardoso *Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa), Um Recinto Monumental do 3º e 2º milénio a.C.: Problemática do Sítio e das suas Estruturas à Escala Regional*, assim como outros trabalhos mais vocacionados para a divulgação patrimonial que deram a conhecer sítios e materialidades que de outra forma poderiam continuar desconhecidos, como são os casos das "Cartas Arqueológicas" de Tabuaço, S. João da Pesqueira, Sernancelhe, Mêda e Vila Nova de Foz Côa.

A área do Planalto da Nave foi alvo de múltiplos trabalhos arqueológicos, dos quais podemos referir aqueles revestidos de maior cientificidade. Dos inícios do século XX - década de 30 - datam os trabalhos de inventariação de monumentos megalíticos realizados por Vera Leisner, primeiro com Georg Leisner, posteriormente com Leonel Ribeiro na década de 60. Esta região desde então passou por um período de orfandade que só foi colmatado na década de 90 com o projeto "Megalitismo do Alto Paiva" dirigido por Domingos Cruz e posteriormente reformulado num projeto de cronologia mais abrangente "O Alto Paiva: sociedade e estratégias de povoamento desde a Pré-história Recente à Idade Media", igualmente coordenado por este investigador, projeto que correspondeu à fase maior de fulgor científico observado nesta região. No âmbito deste projeto foram realizados intensos trabalhos de prospeção, relocalização e inventariação de sítios. Já no decorrer da primeira década do século XX surgiram outros projetos na sua esteira, nomeadamente: "O Alto Paiva – A Ocupação Humana no Iº Milénio a. C." e "Da Serra da Nave ao Vouga: paisagens humanas durante a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média"⁵ e "Serra do Montemuro: ocupação humana e evolução paleoambiental" (este apenas abarca a nossa área de forma marginal). No que se refere a trabalhos arqueológicos na margem direita do rio Távora encontramos projetos de naturezas diferentes, nomeadamente de valorização e/ou divulgação e outros de investigação. Nesta região particular incluem-se alguns projetos cuja centralidade se situa no exterior da nossa área, mas que também a abrange, ainda que, por vezes, de forma marginal. No quadro seguinte sintetizam-se os principais projetos realizados nos Planaltos da Nave e Penedono, que pela sua quantidade e natureza produziram resultados de alguma forma equilibrados entre as duas áreas em análise.

⁵ Este projeto, apesar de um enquadramento cronológico posterior, teve em consideração todos os sítios Pré e Proto-históricos inéditos surgidos no âmbito deste tendo-se elaborado fichas de inventário posteriormente incorporadas na base de dados Endovélico.

QUADRO 1 Projetos arqueológicos plurianuais realizados na Área de Estudo constantes no Endovélico

PLANALTO DA SERRA DA NAVE		PLANALTO DE PENEDONO	
Projecto	Responsável	Projecto	Responsável
Megalitismo do Alto Paiva (1996-1997)	Domingos Cruz	Estudo, Valorização e Divulgação do Património Arqueológico no Concelho de São João da Pesqueira (Viseu) - Contributo para a elaboração da Carta Arqueológica do Concelho (1999)	Luís Filipe Coutinho Gomes
O Alto Paiva: sociedade e estratégias de povoamento desde a Pré-história Recente à Idade Media (1998-2002)	Domingos Cruz	Pré-História Recente da área de Freixo de Numão	Susana Oliveira Jorge
O Alto Paiva – A Ocupação Humana no Iº Milénio a. C. (2002-2006)	Alexandre Valinho	Estudo e Valorização do Megalitismo do Concelho de Penedono (1989-1998)	Luís Filipe Coutinho Gomes
Serra do Montemuro: ocu- pação humana e evolução paleoambiental (2004-2008)	Domingos Cruz	Estudo, Valorização e Divulgação dos Monumentos Megalíticos no Concelho de Penedono	Luís Filipe Coutinho Gomes
Da Serra da Nave ao Vouga: paisagens humanas durante a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média	Marina Vieira	Arqueologia e Investigação no Alto Douro (2009-2012)	Vítor Oliveira Jorge
Práticas Funerárias e/ou Cultuais dos finais da Ida- de do Bronze na Beira Alta (2003-2005)	Raquel Vilaça	Estudo e valorização de sítios arqueológicos nas áreas de Horta do Douro e Freixo de Numão (2002-2008)	António Sá Coixão
Carta Arqueológica de Moi- menta da Beira (2005)	José Carlos Santos	Arqueologia e Investigação no Alto Douro (2009-2012)	António Sá Coixão
Carta Arqueológica de Sernancelhe (2005)			António Costa
Tabuaço – Um passado presente (1999)			João Perpétuo
		ARQUEODOURO II – Dos Sítios e das Paisagens (2017-2020)	João Muralha Cardoso
		Estudos Arqueológicos na área do concelho de Meda (2003)	António Sá Coixão

A esta quantidade assinalável de trabalhos arqueológicos, quer de investigação (aos quais ainda haveria de juntar algumas dissertações e outros trabalhos de âmbito académico que não listamos), quer de divulgação, ainda se junta uma quantidade assinalável de trabalhos realizados no âmbito de ações de prevenção e minimização de impacte arqueológico que não são aqui elencados. Como resultado de toda esta investigação, parece-nos que a existência de eventuais zonas com gritante *deficit* de investigação é muito reduzida, conferindo grande fiabilidade à amostragem utilizada neste estudo.

3.2. A seleção dos dados⁶

Perante uma tão grande diversidade de dados disponíveis desde o 4º milénio a.C. até ao 1º milénio a.C. e tendo em conta o contexto desta análise, surgiram desde logo duas questões importantes. Em primeiro lugar, a ampla cronologia abordada que abrange diferentes momentos "crono-culturais" cujos limites cronológicos, nesta região, diferem entre autores⁷, a que se associa o largo período de utilização de algumas materialidades. No sentido de simplificar esta questão assumimos a opção de utilizar uma periodização por milénios, mesmo que esta não seja a mais adequada, como é notório na transição do último quartel do 3º milénio para o primeiro quartel do 2º milénio, em que a investigação recente tem vindo a demonstrar que mais do que ruturas, se notam continuidades. Situação semelhante ocorre na transição do 2º milénio para o 1º milénio. Trata-se de uma opção que talvez não seja metodologicamente a mais correta, mas no contexto deste ensaio afigura-se talvez a mais adequada.

A segunda questão prende-se com o tema da amostragem, sendo desde logo evidente a impossibilidade de efetuar um estudo comparativo de todas as arquiteturas e materialidades. Assim, impôs-se a necessidade de seleção das arquiteturas marcantes e materialidades mais relevantes (Fig. 5). A escolha destas prende-se fundamentalmente com

⁶ Ao longo deste texto sempre que são mencionados sítios arqueológicos sem qualquer referência bibliográfica estes podem ser encontrados na base de dados Endovélico https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php

⁷ Para compreensão da variabilidade e correlação entre autores ver VIEIRA, 2015: 116-117.

um problema de registo arqueológico. Com efeito, em determinadas áreas foram realizadas escavações arqueológicas focadas em objetos particulares e incidindo em tempos distintos, por exemplo o Planalto da Nave foi alvo de intensas campanhas de escavações de monumentos funerários da Pré-história Recente, já no Planalto de Penedono este tipo de trabalhos foi mais tímido. Ao invés, esta zona, particularmente a sua envolvente leste, foi alvo de maior número de escavações arqueológicas em contextos não funerários. Como referido, também as cronologias são distintas. Numa tentativa de "equilibrar" o que não é manifestamente "equilibrável" tentámos minimizar a distorção dos dados disponíveis. Assim, optámos por considerar dois tipos de arquiteturas: a funerária e a não funerária. Esta parece-nos a abordagem mais prudente na senda de trabalhos recentes de Maria de Jesus Sanches e Helena Barbosa, tendo em conta que os contextos não funerários (domésticos, cerimoniais e rituais) assumem uma multiplicidade e variabilidade funcional, que por vezes se sobrepõe, seria redutor categorizá-los. Por outro lado, os contextos funerários desempenham também eles, além do cariz meramente funerário, um importante papel nas relações sociais e simbólicas. Assim, optámos por considerar apenas estes dois grandes grupos (Sanches & Barbosa, 2018a: 114).

Desta forma, na seleção de arquiteturas relevámos aquelas que possuem estruturas impositivas e marcantes na paisagem, de modo a perceber como se poderiam relacionar com dinâmicas sociais e culturais. Para tal, selecionamos monumentos funerários e estruturas muradas ou amuralhadas. Contudo, importa salientar que outras menos impositivas na paisagem pertencentes ao "quotidiano dos vivos" (permanentes, utilização pontual ou simplesmente efémeras), assim como outras formas de apropriação do espaço e território foram igualmente tidas em consideração, ainda que conferindo pouco destaque a critérios tipológicos, privilegiando o critério da presença/ausência como o mais relevante e também valorizando-se determinadas materialidades surgidas nestes contextos.

No caso particular da cultura material optámos – por se tratar do registo mais abundante e porque é um mecanismo de comunicação socialmente ativo (HODDER, 1986) – por considerar essencialmente a cerâmica. Contudo, deparamo-nos com um problema de variabilidade do seu registo arqueológico, nomeadamente a quantidade de sítios escavados, assim como a natureza desses sítios, antevendo que um sítio escavado tendencialmente revelará maior profusão de materialidades

comparativamente a um sítio não escavado. Neste último caso, a informação provém de achados de superficie com uma natureza bastante mais fragmentária, o que resulta naturalmente numa maior dificuldade a nível de comparações formais. Além deste facto existem formas com uma grande amplitude cronológica. Assim, optámos por não destacar a vertente formal privilegiando a escolha de motivos decorativos. Contudo, também aqui surge o problema dos contextos, pois em condições normais não será surpreendente, pelo contrário, que a cerâmica decorada surja em maior quantidade em sítios arqueológicos escavados. Assim, não tivemos em conta as percentagens de padrões decorativos recorrendo apenas ao critério de presença/ausência. Finalmente deparámo-nos com o problema da seleção da amostragem, ou seja, que tipo de decorações considerar. Neste caso elegemos aquelas mais "expressivas" de cada período e às quais é possível atribuir uma cronologia minimamente balizada entre cada milénio. No que se refere ao 4º milénio não identificámos na nossa área qualquer tipo decorativo que se possa afirmar como representativo desse momento. Quanto ao 3º milénio consideramos as decorações campaniformes sem que, no entanto, se faça uma distinção entre estilos (marítimo, geométrico ou estilos locais) e decorações penteadas8, igualmente sem distinção de estilos (impressão e aditivada). Diversos estudos demonstram que este tipo de decorações não tem um termino estangue coincidente com o fim do 3º milénio, estendendo-se pelo início do 2º milénio mas, por uma questão de simplificação - até porque o que aqui está em causa, mais que cronologias, são territórios -, atribuímos a estas decorações uma inserção genericamente no 3º milénio.

No que se refere ao 2º milénio inventariou-se a distribuição de cerâmicas de Cogeces e Cogotas I. Perante a escassez de dados, equacionamos a possibilidade de incluir a estatuária, geralmente atribuída ao final do 3º milénio e eventualmente já integrável nesta fase, nomeadamente as estátuas-menires. Contudo, o facto de não existirem cronologias absolutas aliadas às questões tipológicas, técnicas e iconográficas levou-nos a abandonar esta pretensão. Para o 1º milénio foram tidas em consideração as matrizes decorativas de tipo "Baiões/

Não podemos confundir esta com a decoração de tradição mesetenha "a peine" da Proto-história, pois existem diferenças significativas entre ambas, não só ao nível do suporte como, de alguma forma, da técnica. Decoração esta que aliás não se identificou na nossa área.

Santa Luzia", assim como a estatuária, no caso aquela representada por berrões integráveis na segunda metade do milénio ou já mesmo em época romana.

3.3. Os dados do 4º milénio

O 4º milénio é parco em materialidades, em particular aquelas com caraterísticas distintivas que se podem tipificar, nomeadamente ao nível de cerâmica. Assim, optámos apenas por analisar a dispersão espacial de arquiteturas funerárias. Apesar de se afigurar algo complexo atribuir, na ausência de datações absolutas, uma cronologia a um monumento megalítico, graças aos estudos realizados – por Luís Filipe Coutinho Gomes e Pedro Sobral no Planalto de Penedono, e sobretudo pelos estudos conduzidos por Domingos Cruz no Planalto da Nave –, é possível atribuir cronologias genéricas a monumentos funerários consoante a suas tipologias⁹. Assim, como arquiteturas características do 4º milénio, consideramos os monumentos megalíticos de grandes dimensões com câmara de planta poligonal com e sem corredor, alguns deles com cronologias confirmadas por datações de radiocarbono como Areita, Sangrino, Sra. do Monte, Lameira de Cima 1, Lameira de Cima 2, Seixas, Merouços, Castonairas e Picoto do Vasco (CRUZ, 2001).

Da observação da figura 6 evidencia-se uma maior densidade de monumentos funerários no Planalto da Nave, mas encontram-se igualmente monumentos na margem oposta do rio Távora. Aqui, além do menor número também ressalta o facto de se encontrarem sobretudo agrupados em núcleos. Para lá destas ligeiras diferenças, não se destacam outras dissimilitudes relevantes, quer no tipo de implantação (ainda que na margem direita se observem monumentos implantados a cotas um pouco mais baixas entre 550m e 650m), quer ao nível do substrato geológico, sendo os monumentos preferencialmente implantados

⁹ Este investigador atribui ao 4º milénio os monumentos funerários de grandes dimensões e maior monumentalidade com câmaras ortostáticas, alguns encerrados pouco tempo depois da sua construção e outros que poderão ter continuado em funcionamento até inícios do 3º milénio (CRUZ, 2001: 180). No 3º e 2º milénio assiste-se à reutilização de monumentos anteriores e à construção de novos sepulcros sem características monumentais (não megalíticos), com exceção de algumas cistas grandes que possuem *tumuli* relevados e com câmaras não ortostáticas (CRUZ, 2001: 187-188).

em zonas graníticas em ambos os territórios, ainda que também sejam construídos em solos do Complexo Xisto-Grauváquico.

3.4. Os dados do 3º milénio

O terceiro milénio apresenta um registo arqueológico muito mais rico, fruto da diversidade de dinâmicas socioeconómicas que ocorreram neste período e que se traduz numa maior quantidade de dados disponíveis. Neste caso, às arquiteturas, juntamos algumas materialidades que se podem considerar características deste momento na região em análise.

No que se refere às arquiteturas recorremos, à semelhança do milénio anterior, àquelas de natureza funerária a que juntamos as de natureza não funerária. No caso concreto deste último tipo, importa referir que muitos destes sítios não apresentam qualquer género de vestígios estruturais, pois grande parte deles correspondem a sítios abertos e sem qualquer espécie de estruturas em positivo. Por esse motivo, estes sítios foram tidos em consideração mais por oposição às construções funerárias do que propriamente por ostentarem algum tipo de vestígios arquitetónicos, pelo que nos parece mais apropriado classificá-los como espaços relacionados com atividades do "mundo dos vivos" do que arquiteturas, embora também existam estruturas em positivo, como construções muradas. Importa também salientar que a quase totalidade destes espaços não possuem datações absolutas, pelo que, a atribuição cronológica é relativa, tendo por base a cultura material observada, que em muitos casos revela uma diacronia ampla que extravasa a nossa compartimentação. Efetivamente é possível que alguns sítios possam já entrar no milénio seguinte, como é o caso do Castanheiro do Vento, cuja cronologia absoluta evidencia uma utilização do 3º e 2º milénio a.C.. Também de referir que alguns locais não apresentam uma cultura material característica que possa permitir uma classificação cronológica segura, mas que, apesar de algumas reservas que levantam, optámos por considerar. Trata-se de limitações que não sobrevalorizamos, uma vez que aquilo que se pretende obter, mais que uma cronologia "fina" é sobretudo uma visão da espacialidade destes territórios na larga diacronia.

No que se refere aos monumentos funerários (Fig. 7) evidencia-se o grande contraste entre os dois planaltos, mantendo-se no Planalto da

Nave uma quantidade muito significativa destas estruturas, apesar de neste momento terem sido abandonadas e intencionalmente encerradas as grandes construções megalíticas do 4º milénio, ainda que algumas sejam reutilizadas. Estas são substituídas por estruturas de menores dimensões de características não megalíticas, mas que parecem inserir-se nesta tradição construtiva originária do milénio precedente nomeadamente os enterramentos sob *tumulus* facilmente identificáveis na paisagem. Com efeito, dos cinquenta e oito sítios inventariados, nenhum se encontra na margem direita do rio Távora.

Se a nível da arquitetura funerária temos esta interessante relação diferencial entre as duas regiões, quando analisados os espaços não funerários observamos uma tendência oposta (Fig. 8). Neste caso existe um número significativo de sítios não funerários, que terão desempenhado diferentes funções, sejam elas de cariz doméstico ou cerimonial. Com efeito, a região do Planalto de Penedono e territórios adjacentes revela um elevado número de sítios, no caso quinze, que não levantam grandes dúvidas quanto à sua datação por ali se terem identificado materiais consentâneos com estas cronologias (como é o caso da presenca de cerâmica penteada ou campaniforme) ou por via de datações absolutas como é o caso de Castanheiro do Vento. A estes sítios acrescem ainda três que aparentam uma cronologia desta fase, mas que a ausência de dados concretos impede uma atribuição cronológica inequívoca. São os casos de Castelo do Carapito (Sernancelhe), Castelo Velho e Chã do Murganho (S. João da Pesqueira), neste último caso, aliados à abundante cultura material cerâmica observaram-se alguns elementos líticos nomeadamente mós manuais e machados de pedra polida. De um modo geral estes sítios revelam uma cultura material variada e alguma densidade de vestígios indiciando ocupações talvez duradouras.

Já na região oposta do Planalto da Nave a escassez de sítios é notória, pois apenas se identificaram seis sítios que merecem algumas notas individuais. No caso do Castelo de Ariz este é o único sítio da margem esquerda do rio Távora que ostenta uma estrutura "amuralhada", este local revelou cerâmica de fabrico manual associada a espólio lítico em sílex e anfibolito. Outro local que não parece levantar questões relativamente à sua cronologia é o sítio de Chã das Lameiras onde, para além de outro material, se identificou um fragmento cerâmico com decoração impressa com matriz, já o seu contexto levanta algumas reticências abordadas mais adiante. No interflúvio Tedo/Távora o sítio de Graíl (Tabuaço) revela uma cultura material na qual

se encontra cerâmica com decoração penteada. Já no caso da Porqueira (Tabuaco) a presenca de utensílios cerâmicos, como uma colher, parece ser um possível indicador de uma cronologia do 3º milénio, ou mesmo anterior, uma vez que se encontra este tipo de utensílios, por exemplo. no não muito distante povoado de Santiago (Fornos de Algodres). Finalmente o sítio da N. Sra. das Necessidades (Sernancelhe) apresenta indicadores seguros de uma ocupação do 3º milénio ou inícios do 2º milénio destacando-se a presença de abundantes fragmentos de cerâmica penteada. Além destes sítios importa referir ainda a existência de mais quatro sítios a que não é possível atribuir uma cronologia desta fase, mas que poderão eventualmente adscrever-se a esta (Quinta do Furanho, Cova do Sol, S. Mamede e Cabeco de S. João). Finalmente, importa mencionar que em toda a área do Planalto da Nave é possível encontrar vestígios avulsos a que não se pode atribuir nem uma cronologia, nem uma função clara ao seu contexto como são os casos de Paúl (fragmento de cerâmica), Serra da Abelha (lâmina de sílex), Penedo do Macaco (9 fragmentos cerâmicos), Surrinha (machado de pedra polida). Sete Castelos (lâmina de sílex), Coura (ponta de seta em sílex) (CRUZ, 2001). Assim, não será descabido, perante a ausência de uma densidade de vestígios, pensarmos que se poderão relacionar com ocupações temporárias, porventura relacionadas com uma economia pastoril.

Da comparação entre arquiteturas funerárias e não funerárias parece emergir uma tendência de diferenciação entre as duas áreas separadas pelo rio Távora. Com efeito, parece existir uma disparidade no que se refere às arquiteturas da morte, pois no Planalto da Nave e Lapa parece de alguma forma seguir-se a tradição funerária anterior com a construção de monumentos sob montículo, apesar de menos visíveis na paisagem, ainda assim facilmente identificáveis. Por oposição, este tipo de construções funerárias, não parecem encontrar eco no Planalto de Penedono. Apesar de aqui não se encontrar referencias a tumulações, já em áreas envolventes regista-se a presença de dois enterramentos em contentores funerários sem tumulus, nomeadamente: Vale da Cerva (Vila Nova de Foz Côa) (CRUZ, 2001: 262) e Terraço das Oliveiras (Torre de Moncorvo) (GASPAR et al., 2014). Ainda que cronologicamente em extremos opostos, pois a primeira data da primeira metade do 3º milénio e a segunda encontra-se na transição entre o 3º e o 2º milénio. Estes dados, apesar de insuficientes, não nos impedem de equacionar a possibilidade deste tipo de sepultamento ser o predominante no Planalto de Penedono, dado que se trata de enterramentos sem tumulus sendo de difícil deteção, ocorrendo a sua identificação geralmente por "casualidade". Já a nível do mundo dos vivos a tendência parece ser oposta, pois este tipo de vestígios é claramente mais evidente na margem direita do rio Távora, por oposição à margem contrária onde, além de serem mais escassos, revelam menores concentrações de cultura material.

Quanto a materialidades, como referido, valorizamos a cerâmica com decoração campaniforme e a cerâmica com decoração penteada.

A nossa análise da cerâmica campaniforme tem de ser catalogada de minimalista, quando comparada com recentes trabalhos sobre o norte de Portugal que se revestem de grande profundidade e pormenor e que trazem um contributo muito relevante para esta problemática (Bettencourt, 2011; Sanches *et al.*, 2017; Sanches & Barbosa, 2018a; Sanches & Barbosa, 2018b), a que se pode juntar outros de âmbito mais do sul e Estremadura (Cardoso, 2014).

Esta matriz decorativa encontra-se em toda a área analisada, embora o Planalto da Nave revele uma percentagem significativamente superior àquela verificada no planalto contrário. Alargando um pouco a área de análise para o exterior dos nossos limites e transpondo o rio Douro e abarcando ainda o Alto Dão e a bacia do rio Côa, a tendência inicial é um pouco diluída, mas ainda assim notória. Quando analisados os contextos, parece emergir uma propensão no mínimo curiosa, com a cerâmica campaniforme a surgir no Planalto da Nave quase exclusivamente em contextos funerários, enquanto que no Planalto de Penedono e território envolvente este tipo de cerâmica surge em contextos não funerários, tendência que se parece manter quando nos dirigimos para sul ao longo da bacia do rio Dão, apenas contrariada pelo aparecimento desta decoração no dólmen e no abrigo de Penedo do Com (Penalva do Castelo) (GOMES & CARVALHO, 1993) (FIG. 9). Trata-se sem dúvida de uma dicotomia muito interessante onde a decoração campaniforme surge em contextos funerários no Planalto da Nave em sete sítios¹⁰, apenas com uma exceção que é o sítio de Chã de Lameiras (Moimenta da Beira), ainda que este sítio seja merecedor de uma breve consideração. Este local foi identificado por Domingos Cruz que ao descre-

¹⁰ A este número poderíamos ainda juntar a cista de Lenteiros na qual terá sido exumado um vaso campaniforme não decorado, como na nossa análise optámos por não valorizar a natureza formal, mas apenas a componente decorativa, este sítio não foi incluído no inventário. Agradecemos ao Professor Domingos Cruz a informação pessoal que este vaso consta de um caderno de campo de A. Mendes Corrêa.

vê-lo não afirma claramente tratar-se de um fragmento campaniforme referindo que se identificaram fragmentos cerâmicos "...decorados segundo a técnica de impressão com matriz..." (CRUZ, 2001: 388). O próprio contexto é um pouco complexo, pois o solo encontrava-se em depósito de vertente com abundante pedra e com solo surribado podendo-se colocar a hipótese de um contexto funerário, ainda que talvez posterior¹¹. A proximidade deste local a um conjunto de monumentos funerários – num raio de 1000m encontramos nove, entre eles a Orca de Seixas onde se identificou cerâmica campaniforme – também apela a alguma cautela, pois pode ali ter chegado por via de uma "violação" desse ou outro monumento. Ainda assim, assumimos como possibilidade um contexto não funerário, facto que não atenua significativamente a tendência que parece desenhar-se na nossa área de estudo.

Um dado interessante que importa igualmente reter é que no Planalto da Nave não é incomum encontrar cerâmica campaniforme em contextos de reutilização de monumentos megalíticos do 4º milénio, como são os casos da Orca de Moinhos de Rua, Orca de Seixas e Orca de Castonairas, (CRUZ, 2001: 318). Ora importa relembrar que também no Planalto de Penedono se verificou a reutilização deste tipo de monumentos, como é o caso dos dólmens de Lameira de Cima 2 e Sra. do Monte (VIEIRA, 2015: 239) que não revelaram vestígios de cerâmica campaniforme. A explicação mais simples poderá ser de uma natural limitação da amostragem, ainda assim fica a nota, pois, o motivo poderá não se cingir apenas ou em absoluto a essa questão, podendo equacionar-se razões de ordem "mental".

Ora, sendo a cerâmica campaniforme geralmente associada a um item de prestígio transregional e provavelmente utilizado como símbolo social de diferenciação e consolidação identitária (LOPES & BETTENCOURT, 2017: 483), parece existir uma tendência para ser diverso o contexto em que esta era manipulada, por um lado em contextos funerários e por outro em contextos do "mundo dos vivos". A. Bettencourt nota diferenças ao nível dos contextos de utilização da cerâmica campaniforme no norte de Portugal. No noroeste predomina em contextos sepulcrais e no nordeste são mais comuns em recintos monumentais ou em espaços naturais de particular significância coletiva e raros em contextos sepulcrais. A pluralidade de ações e signifi-

¹¹ Agradecemos esta informação pessoal do Professor Domingos Cruz.

cados inerentes à circulação, adoção, manipulação e transformação da cerâmica campaniforme revela um processo complexo em que não tem um valor autónomo ou função similar nos diferentes contextos em que surge (Bettencourt, 2011: 364, 372). Estas variações correspondem às diferentes formas de encenar, negociar e afirmar o *poder* (Cruz & Santos, 2011: 131). Naturalmente que aquilo que observamos no vale do Távora é apenas uma tendência, mas que aparenta enquadrar-se num quadro regional de mais ampla escala, ainda que o papel do fenómeno campaniforme não se possa reduzir a uma simplificação dos complexos processos de diferenciação entre identidades culturais.

No que se refere à cerâmica com decoração penteada (Fig. 10), esta revela uma disseminação ainda mais interessante comparativamente às composições campaniformes. Também neste caso, após uma primeira análise, sentimos a necessidade de ampliar a área primitivamente definida com intuito de obter uma perspetiva mais alargada da situação inicialmente observada, ação que veio a confirmar amplamente a tendência notada. É evidente uma disparidade entre os dois planaltos, pois dos 41 sítios inventariados na área de estudo e envolvente (incluindo a margem direita do Douro, Bacia Norte do Alto Mondego e rio Côa), apenas 4 se encontram na margem esquerda do rio Távora. Em três casos a matriz penteada surge – à semelhança de todos os identificados na margem direita do rio Távora - em contexto não funerário: Senhora das Necessidades (Sernancelhe) (RIBEIRO, 2020), Porqueira (Tabuaço) e Graíl (Tabuaço) (Perpétuo et al., 1999.). Importa salientar não só a proximidade, sobretudo dos dois primeiros sítios relativamente ao rio Távora (a menos de 1km), mas também que os dois últimos se encontram no interflúvio Tedo/Távora. Finalmente, o último caso em análise corresponde ao monumento 1 de Fraga do Seixo, o qual se reveste de particular interesse porque é o único contexto em que esta matriz se identificou na metade poente da nossa área, surgindo já na borda ocidental da serra da Nave. E também porque corresponde a um contexto funerário, encontrando-se acompanhado de cerâmica campaniforme (CORREIA, 2014), o que significa que a cerâmica com decoração penteada parece assumir aqui um carácter de exceção, ao contrário do que se verifica na metade oriental em que esta matriz decorativa parece surgir sobretudo em contextos que se podem classificar como de ambiente se não quotidiano, pelo menos não funerário. Tendo em conta que se encontra a apenas 30km do rio Távora, podemos ter aqui dados muito interessantes sobre a mobilidade (e resistência à novidade) destas comunidades serranas do 3º milénio.

Apesar do rio Douro ser naturalmente uma barreira de difícil transposição, este não se revelou um impedimento à circulação desta matriz decorativa, ao contrário do interflúvio Tedo/Távora em que particularmente o rio Távora parece surgir como uma barreira quase intransponível para esta matriz decorativa. António Valera propõe que as decorações penteadas da região de Fornos de Algodres são mais tardias que as do Alto Douro (VALERA, 2007: 371). Este dado parece sugerir um movimento de norte para sul que transpõe o rio Douro até atingir a plataforma do Mondego. Contudo, é interessante notar que este movimento contorna o rio Távora pela sua margem direita e com raras incursões pela margem esquerda, ou seja, o aparente movimento espacial desta decoração evita o Planalto da Nave, até atingir o vale do rio Dão. Aqui parece assistir-se a uma modificação do contexto de utilização desta decoração, passando a surgir também em contextos funerários como é o caso da Orca de Fiais da Telha (Carregal do Sal) (SENNA-MARTINEZ 1989: 400 e estampa CIX) e o Dólmen 1 de Moinhos de Vento (Arganil). Trata-se de uma aparente modificação que parece sugerir que consoante mais se afasta da sua área "nuclear", mais parca se torna, assumindo consequentemente um papel de item de exceção pela sua raridade.

A explicação para uma disparidade tão significativa ao nível de disseminação de cerâmica penteada entre as duas regiões em estudo não parece encontrar-se na dificuldade de transposição do rio Távora. Se a esta distinção juntarmos a aparente dissemelhança dos contextos em que é manipulada a cerâmica campaniforme, assim como às arquiteturas e práticas sepulcrais, podemos equacionar a possibilidade de no 3º milénio se desenhar o surgimento de duas tendências culturais distintas em que o rio Távora plasmava a separação física.

3.5. Os dados do 2º milénio

Como referido anteriormente, resulta muito difícil conferir uma atribuição cronológica aos monumentos funerários do 3° e 2° milénio a.C. muitas vezes apenas com base em ténues diferenciações arquitetónicas. Nesta fase surgem monumentos com *tumuli* baixos e câmaras de pequenas dimensões de planta retangular ou poligonal e também fossas

abertas no saibro (CRUZ, 2001: 320), a diminuição das dimensões é acompanhada por uma novidade conferida pelo acentuar do contraste cromático destas sepulturas, resultado da inclusão nos túmulos de blocos de quartzo leitoso. Se é plausível e natural que alguns dos monumentos inventariados (Fig. 11) possam na realidade ter sido construídos no 3º milénio, outros há que por via de datações absolutas se inserem claramente neste momento cronológico, como é o caso de Rapadouro 2 (CRUZ, 2001: 117). Contudo, o que aqui importa é, mais uma vez, analisar os padrões de distribuição de estruturas funerárias entre as duas áreas em comparação. Assim, mesmo considerando que poderá existir uma sobre-representação de monumentos no Planalto da Nave, não deixa de ser contrastante com o Planalto de Penedono onde não se encontra representado qualquer monumento funerário, revelando que adentro deste milénio se mantém a tendência verificada no milénio precedente no qual as tumulações se traduzem por uma maior discrição na paisagem.

No que se refere à cultura material, este é um milénio que se pauta por alguma invisibilidade do registo arqueológico, facto que dificulta a nossa análise. De igual forma afigura-se árduo selecionar materialidades com motivos decorativos que se possam considerar como "típicos" deste momento, daqui resultou a seleção de dois tipos decorativos: as cerâmicas de Cogeces e Cogotas I (Fig. 11). Estas apenas as encontramos em dois locais da nossa área: Alto de Santa Eufémia (Cogeces e Cogotas) e Castanheiro do Vento (Cogeces) (CARDOSO MURALHA, 2014). Próximo da nossa área, mas já no seu exterior, podemos juntar o sítio de Eira (Cogotas) (CANHA *et al.*, 2018) e Castelo Velho (Cogeces) (PEREIRA, 1999) ambos em Vila Nova de Foz Côa.

Apesar da escassez de dados disponíveis, o 2º milénio aparenta de alguma forma continuar a refletir uma constância da diversidade na nossa região, mas sempre relembrando que se trata de um momento cronológico caracterizado por uma significativa invisibilidade do registo arqueológico, o que de alguma forma pode condicionar ou mesmo truncar as escassas conclusões obtidas.

3.6. Os dados do 1º milénio

No que se refere a esta fase extremamente dinâmica, quando comparada com a antecessora, permite-nos uma abordagem de maior

Conimbriga, 60 (2021) 5-65

"finura" cronológica, ainda assim não isenta de complexidade, de que podemos dar como exemplo as diferentes opiniões relativamente ao *terminus* da Idade do Bronze e início da Idade do Ferro. Independentemente da variabilidade cronológica, este milénio fica marcado por três momentos distintos: Bronze Final, Idade do Ferro e Romano.

No que se refere às materialidades do Bronze Final não encontramos muitas que pudessem dar uniformidade à nossa análise. Inicialmente considerámos o inventário de peças metálicas, mas a sua variabilidade tipológica e o facto da sua análise poder ser demasiado extensa para o contexto deste artigo (daria um artigo autónomo), levou-nos a não incluir os artefactos metálicos como elementos uniformizadores e caracterizadores¹² deste momento. Assim, optámos por considerar como materialidade mais representativa, pela sua ampla dispersão nesta região, a cerâmica com decoração de "Baiões/Santa Luzia" (Fig. 12). No que se refere a motivos decorativos dos momentos posteriores não encontramos registos que nos permitissem efetuar quaisquer análises comparativas.

A cerâmica com decoração tipo "Baiões/Santa Luzia" também parece revelar alguma dicotomia entre as duas áreas, com uma prevalência desta técnica decorativa na margem esquerda do Távora, enquanto na margem direita apenas ocorre no Reboledo (Penedono) (ARQUEOHOJE, 1999), facto que não deixa de ser surpreendente tendo em conta que o Bronze Final é um momento conotado com uma dinâmica de mobilidade e uma intensificação de contactos supra-regionais e consequente permeabilidade cultural. A explicação para a escassez desta na margem direita Távora talvez se possa encontrar num regionalismo desta matriz decorativa mais centrado na região de

¹² A título de exemplo, e sem qualquer exaustividade, podemos referir alguns elementos metálicos de maiores dimensões na margem direita do Távora como: três espetos articulados identificados no Alto das Orquinhas e um em Canedotes (Vila Nova de Paiva), um machado de alvado no castro de Vila-Cova-à-Coelheira (Vila Nova de Paiva), três machados de talão no castro de Mondim da Beira e uma ponta de lança na Senhora das Necessidades (Sernancelhe). Da margem direita do Távora talvez seja originário um machado de talão de duas argolas inédito cuja origem não é precisa, mas que será da área de Ranhados (Mêda), pensamos que poderá ter origem no castro de S. Jurge. Outros elementos metálicos de menores dimensões poderiam ser referenciados, como: fibulas de "arco multicurvilíneo" e "codo" (Mondim da Beira), uma xorca (Reboledo) ou uma pinça (Monte Airoso).

Lafões, associada a uma menor quantidade de sítios do Bronze Final conhecidos nesta margem.

No que se refere à arquitetura funerária, mais uma vez deparámos com a dificuldade de atribuição cronológica. Com base nos trabalhos de Domingos Cruz e Raquel Vilaça (CRUZ & VILAÇA, 1999; VILAÇA & CRUZ. 1999; CRUZ et al., 2000; VILAÇA, 2015), apesar da diversidade tipológica, podemos considerar como pertencentes a esta cronologia pequenos montículos muito baixos com estruturas cistóides com a função de contentor funerário. Neste caso, encontramos, na margem esquerda do rio Távora, a estrutura de Lameira de Travessa de Lobos (VILAÇA et al., 2017), também o conjunto de cinco tumuli da Tapada das Arcas parecem inscrever-se neste período, ainda que com algumas reservas. Na mesma situação a mamoa de Calvário (Tabuaço) que, contudo, pode eventualmente, adscrever-se a um momento anterior. Já na margem direita apenas encontramos uma possível estrutura funerária, no caso a cista de N. Sra. de Lurdes (Carvalho & Gomes, 2002-2003) (Fig. 12). Relativamente à distribuição das estruturas funerárias destaca-se o facto de a área do Planalto da Nave não revelar uma tão grande densidade de sepulcros como nos milénios anteriores apresentando-se essa desigualdade significativamente atenuada neste milénio.

No que se refere às arquiteturas não funerárias (Fig. 13), considerámos aquelas que apresentavam estruturas positivas evidentes (muros, taludes, muralhas e fossos). Apesar de alguma dificuldade em atribuir cronologias, em particular pela ausência de uma cultura material que permita atribuir datações "fiáveis", nota-se um aparente equilíbrio ao nível da distribuição de sítios entre ambas as margens do rio Távora com um povoado em cada um dos territórios a aparentar uma ocupação permanente, pelo menos, desde o Bronze Final até ao período romano no caso: Mondim da Beira (VILAÇA, 2008) e S. Jurge (COIXÃO, 2014). No que se refere a sítios do Bronze Final que aparentam ter sido abandonados no início, ou durante, a Idade do Ferro, a tendência é igualmente semelhante, com o abandono do Castro de Vila-Cova-à-Coelheira (Vila Nova de Paiva) (MENDES, 2009) e Longa (Tabuaço) (PERPÉTUO et al., 1999) e do lado oposto: Reboledo (Penedono) e Monte Airoso (Penedono) (VILAÇA, 2008). No que se refere a sítios da Idade do Ferro e/ ou Romano parece assistir-se ao surgimento de sítios com algum tipo de sistema defensivo (muralha ou fossos) com mais intensidade na margem esquerda, como são os casos do castro de Goujoim (Armamar), São Domingos de Fontelo (Armamar), Santa Bárbara (?) (Tarouca),

Torrão (Lamego) e Muro (Moimenta da Beira), para além da manutenção de Mondim da Beira (Tarouca). Em sentido oposto, no Planalto de Penedono, surge apenas o castro de N. Sra. da Assunção (S. João da Pesqueira) além da manutenção do castro de S. Jurge (Mêda).

No que se refere a uma análise da estatuária zoomórfica, em particular berrões, trata-se de uma iconografia geralmente associada aos *Vettones*, ainda que seia um tema que se reveste de grande controvérsia. Não menos debatida é a questão das fronteiras entre Vetões e Lusitanos (Alvarez-Sanchís, 1999; Ruiz Zapatero & Álvarez-Sanchís, 2008: BONNAUD, 2002: SANTOS, 2009: GUERRA, 2016). Neste caso aproximamo-nos da posição, entre outros autores, de Jorge Alarcão que assume que a fronteira da Vetonia pré-romana poderia chegar até ao rio Côa (Alarcão, 2017: 47). Assim, parece-nos relevante o facto de ser próximo do rio Távora que se localiza o berrão conhecido mais a ocidente peninsular (a Sul do Douro). A este berrão localizado em Penela da Beira (FERREIRA & FIGUEIREDO, 1982) poderão hipoteticamente juntar-se outros, ainda que se reportem a informações não confirmadas. Gonçalves da Costa menciona, além do "porco de pedra" de Penela da Beira, a existência de outro na Póvoa de Penedono e um apenas delineado em Sabroso (Costa, 1977: 25), corresponderá este local à Sra. do Sabroso em Tabuaco (?). Vox populi refere que aquando dos trabalhos de construção da barragem de Ranhados, junto da qual se encontra o povoado de S. Jurge, terá surgido um porco esculpido em pedra o qual terá sido levado por um responsável da obra, informação que nunca terá sido confirmada¹³. Se a existência de um berrão em Póvoa de Penedono ou em Sabroso nos levanta muitas dúvidas pela inexistência de outros vestígios inseríveis nesse período cronológico, já em S. Jurge não se afigura despropositada a possibilidade de ali ter surgido um berrão.

Finalmente, importa destacar a presença de um *terminus augustalis* nas proximidades de Goujoim, datado do século I d.C., marco que delimitava o território dos *Coilarni* e dos *Arabrigenses* (VAZ, 1979) facto que parece indiciar que o profundo e muito encaixado vale do rio Tedo tenha servido como possível linha de fronteira destes dois povos no período romano.

¹³ Agradecemos a Rui Clemente esta informação.

4. Um possível discurso interpretativo

Terminada a exposição dos dados disponíveis, resta a penosa tarefa de avançar um possível discurso interpretativo. Perante os dados. e mesmo sem pretender enveredar por caminhos demasiado deterministas, acabamos de uma forma ou outra por não os conseguir evitar. Cientes que havendo outros talvez mais fáceis, mais em voga ou mesmo mais conciliadores, mas que revendo os dados selecionados, em consciência, não encaramos como aqueles que melhor podem tentar explicar a trans(i)mutação desta região ao longo de quatro milénios. Igualmente temos noção da fragilidade dos nossos argumentos baseados em dados parcelares, mas também estamos cientes que é necessário olhar para os mesmos dados de forma diferente, pois só assim é possível abrir novos caminhos ou reavivar velhos trilhos, pois a investigação em arqueologia é a busca incessante de explicações. Não podemos falar em boas ou más hipóteses interpretativas, apenas aquelas mais bem fundamentadas, por vezes, alicercadas – mais que em dados arqueográficos –, numa profunda semântica, e outras que não tanto, mas a única certeza em arqueologia é que nenhuma delas atingirá a praxis. A arqueologia são caminhos inconscientemente trilhados pelos nossos pré-conceitos, esta hipótese interpretativa representa isso mesmo.

O 4º milénio revela na região uma construção funerária de características megalíticas. Apesar de alguma diversidade tumular é possível encontrar grandes monumentos em ambas as margens do rio Távora, ainda que com maior predominância na área do Planalto da Nave e Lapa, mas que também se encontram em contextos geomorfológicos semelhantes no Planalto de Penedono, ainda que em menor número. Ainda assim podemos afirmar que se trata de uma tradição funerária comum a ambos os planaltos. Tendo em consideração que estamos perante sociedades tendencialmente horizontais, de grande mobilidade no território, não se afigura estranho que a apropriação do espaço se faça de maneira semelhante em ambas as áreas. Embora subsista uma questão relacionada com a metade sul do Planalto de Penedono onde estão praticamente ausentes monumentos funerários. Esta lacuna resulta de um deficit de investigação? Ou simplesmente de dinâmicas inerentes à demografia populacional, disponibilização de recursos e práticas económicas do 4º milénio? Independentemente da complexidade das respostas, o que importa agora reter é que em ambas as áreas regista-se o fenómeno dos grandes megálitos e tumuli expressivos.

"Às «comunidades amplas» e relativamente «abertas» do IVº milénio a.C., relacionadas com sistemas agrícolas extensivos (e longos períodos de pousio), dependentes da maciça cooperação de trabalho no interior de alianças inter-comunitárias em larga escala sucedem-se as comunidades do IIIº milénio a.C..

O novo território acompanha agora a chamada «fragmentação da paisagem agrícola». Passa-se de um território amplo, fluído, a um território de fronteiras (reais e cognitivas) onde cada vez mais se estabelecem dicotomias entre interior / exterior, dentro / fora." (JORGE, 1994: 492).

Com efeito, o 3º milénio parece revelar uma dinâmica muito distinta a todos os níveis. Neste milénio, a par de reutilização dos grandes dólmens da fase precedente, assiste-se a uma transformação arquitetónica das estruturas funerárias, ainda que seguindo marcadamente a tradição de enterramento sob *tumulus*. Contudo, "mesma tradição" não implica um conceito de continuidade absoluta uma vez que os grandes dólmens foram intencionalmente encerrados implicando algum tipo de mudança, ainda que as práticas sepulcrais subsequentes de inumação sob *tumulus* subsistam.

O que resulta como extraordinariamente diferente entre as duas áreas é a distribuição de monumentos funerários, particularmente a sua total ausência na margem direita do rio Távora em contraste com a margem oposta. Tentar encontrar uma explicação para esta alteração radical afigura-se complexa, tanto mais que quando procurando uma justificação alicerçada na geomorfologia resulta inútil, pois comparando com o milénio anterior esta não se terá modificado dada a sua natural constância temporal. A própria escolha do local de implantação destes novos monumentos no Planalto da Nave também não revela mudanças abruptas e tendo em conta a similitude geomorfológica entre as duas áreas seria fácil encontrar no Planalto de Penedono áreas que replicassem essas condições preferenciais para a implantação dos monumentos do 3º milénio. A possibilidade de uma redução populacional também não se afigura plausível tendo em conta os dados do povoamento, que inversamente parecem demonstrar um processo de intensificação demográfica. Outra possibilidade está relacionada com dinâmicas sociais, neste caso uma alteração da mundividência destes grupos, agora socialmente mais complexos, matizada num possível afastamento deliberado entre os territórios dos vivos e dos mortos. Possibilidade esta bastante aliciante e na qual poderíamos estar perante uma comunidade com uma conceptualização do espaço compartimentado entre um território dos vivos (Planalto de Penedono) e outro dos mortos (Planalto da Nave). O facto de o Planalto da Nave revelar uma grande concentração de tumuli associados a abundantes indícios de ocupacões não permanentes, as próprias estruturas funerárias aparentarem corresponder a tumulações individuais – consonantes com as mudanças sociais que ocorrem ao longo deste milénio –, são fatores muito sugestivos para esta interpretação. Contudo, outros dados parecem contrariar esta possibilidade, primeiro por razões de mobilidade que parece ser limitada, quiçá também por uma questão de afetividade e proximidade com os antepassados. O facto de zonas mais ocidentais, como a serra da Freita, revelarem também um grande número de tumulações, sem que aqui se evidencie a presença de territórios evolventes em que se registe a presença de, por exemplo, cerâmica penteada, parece debilitar esta possibilidade. Além disso, no Planalto da Nave, apesar de escassos, regista-se a presenca de contextos de ocupação, aparentemente mais longa como é o caso de Castelo de Ariz, o que parece contrariar ainda mais esta possibilidade.

A análise dos dados poderá apontar para outras pistas. Quando se analisa a rede de povoamento do 3º milénio é possível encontrar apontamentos em ambas as áreas, ainda que na margem esquerda do Távora as informações seiam substancialmente mais escassas e indiquem um registo arqueológico menos denso. Também importa referir que nesta área é possível encontrar um grande número de vestígios avulsos, ou com escassa representatividade, sugerindo locais de ocupação efémera, por oposição ao Planalto de Penedono onde é possível encontrar sítios com uma grande densidade de materiais arqueológicos. Estes dados parecem sugerir um povoamento mais estável no lado oriental da nossa região, por oposição a um de maior mobilidade, mais arreigado às práticas sócio-económicas do 4º milénio, naquilo que aparenta ser uma região a duas velocidades. Mais uma vez parece difícil encontrar uma explicação para esta diferença de dinâmicas entre as duas regiões, mas trata-se de um milénio em que parecem forjar-se diversidades culturais que a cultura material parece plasmar.

A distribuição das materialidades do 3º milénio vem acentuar as desigualdades entre as duas áreas, como é o caso da distribuição de cerâmica penteada que se encontra predominantemente na margem direita do Távora, ainda que pontualmente surja na margem esquerda, mas sempre

no interflúvio Tedo/Távora e nunca se estendendo para o Planalto da Nave e Lapa. A exceção reside na presença desta matriz num enterramento, indiciando que pela sua raridade terá adquirido um contexto de exceção, possibilidade reforçada pelo facto de surgir associada a decoração campaniforme. Uma explicação para a quase inexistência da cerâmica penteada no Planalto da Nave poderia residir num *deficit* de prospeção? Apesar de não ser uma explicação irrefutável, não parece muito plausível, pois muitas dessas áreas foram percorridas no contexto dos projetos referidos no Quadro 1, muitas delas por nós próprios.

Na tentativa de compreensão desta diferenciação entre os dois planaltos, quanto à disseminação da cerâmica penteada, dos contextos de manipulação da cerâmica campaniforme e tumulações, procuramos uma explicação alicerçada noutros dados naturais, nomeadamente na Biogeografia. Com efeito, apesar das relações entre Arqueologia e Biogeografia não serem recorrentemente analisadas nos estudos arqueológicos, ainda assim são abordadas de forma mais ou menos aprofundada, destacando-se os trabalhos precursores de Lara Bacelar Alves (a quem agradecemos por nos mostrar a sua importância) relativamente ao estudo da arte, na qual a investigadora estabelece conexões entre zonas Biogeográficas e a distribuição da arte Atlântica e da arte Esquemática Pintada (ALVES, 2012, 2014; ALVES & REIS, 2017; ALVES & COMENDADOR REY, 2017). Relembre-se que um dos principais objetivos da Biogeografia é estabelecer modelos do território baseados na circunscrição de comunidades ecológicas que revelam condições climáticas e características geológicas semelhantes, que suportam espécies com estratégias de vida e adaptação semelhantes, identificadas como biomas (ALVES no prelo).

Neste caso procedemos, numa micro-escala, a uma análise relacional entre arquiteturas, materialidades e as regiões biogeográficas. Como referido previamente, o interflúvio Tedo/Távora corresponde a uma zona de fronteira Biogeográfica entre o Mediterrâneo e o Atlântico. Desta análise, destaca-se o facto de os contextos não funerários com decoração penteada se situarem na bio-região Mediterrânica ou na fronteira desta, incluindo aquelas situadas no interflúvio Tedo/Távora (Fig. 14). Situação que merece uma atenção particular é de que a única exceção em área de natureza Atlântica corresponder a um contexto funerário. Em face destes dados surge uma primeira questão: estamos perante uma mera coincidência ou perante novos indicadores? A que se segue imediatamente outra: não estaremos diante de uma visão simplista e redutora? Naturalmente que a resposta terá de ser forçosa-

mente positiva tendo em conta a reduzida escala de estudo. De forma a aprofundar esta questão ampliamos o grau de análise para uma escala ao nível do Centro-Norte de Portugal. Para tal socorremo-nos de um mapa com um universo de 86 sítios inventariados por António Valera no seu trabalho sobre dinâmicas locais de identidade (VALERA, 2007: 612, figura 11-10) e destes, apenas eventualmente quatro¹⁴ se encontram na biozona Atlântica (FIG. 15). O que mais importa reter é que a constância verificada para a nossa região se mantém de forma muito clara. Ou seja, a cerâmica penteada distribui-se quase em exclusivo pela região Mediterrânica. A reforçar esta tendência podemos mencionar o facto de se encontrar cerâmica em locais muito distantes como por exemplo em Cantanhede (CRUZ, 2005) e Penamacor (VILAÇA, 2008), apesar da disparidade de localização trata-se de sítios circunscritos a um ambiente Biogeográfico Mediterrânico.

Regressando à nossa micro-região, outro dado que se afigura bastante interessante é o relativo aos contextos de identificação da cerâmica campaniforme. Parece existir uma tendência para o seu surgimento em contextos funerários no Planalto da Nave e Lapa e em contextos não funerários do lado oposto (Fig. 16). Ora, replicando o exercício anterior, desta vez recorrendo a um mapa de distribuição da cerâmica campaniforme – publicado por Maria de Jesus Sanches e Helena Barbosa (SANCHES & BARBOSA, 2018a: 147) –, esta tendência, apesar da major escala, parece manter-se, ainda que de forma menos pronunciada do que acontece com a cerâmica penteada (Fig. 17). Esta propensão mais atenuada, mas ainda assim evidente, poderá ser explicada, quer pela ampla diacronia de pervivência desta decoração, quer pelas dinâmicas regionais distintas. Tendo em conta a macro escala e o facto de, aparentemente, estarmos perante comunidades com territórios não muito extensos como parece demonstrar-se com a mudanca simbólica da cerâmica penteada que – num distanciamento de apenas 30km – adquire um novo simbolismo ao ponto de ser depositada num enterramento conjuntamente com cerâmica campaniforme.

Os dados agora revistos, de alguma forma autorizam-nos, pela primeira vez ao longo deste texto, a equacionar a existência de duas

¹⁴ Os contextos arqueológicos destes quatro locais são diversos, alguns resultam de trabalhos arqueológicos antigos não sendo de excluir a possibilidade de, nalguns casos, estarmos perante matrizes penteadas já do 1º milénio a.C..

identidades culturais claramente distintas no 3º milénio na nossa área. Estas aparentam uma rigidez significativa no que se refere à aceitação de parte a parte relativamente às diferentes culturas materiais e ritos funerários. Esta inflexibilidade pode sugerir que estas duas identidades não derivam de um fundo cultural comum que evoluiu para ramos distintos, pois as diferenças ao nível da imagética decorativa da cerâmica, por exemplo, antes parece apontar para uma rutura abrupta e de alguma forma inconciliável. Se do lado ocidental, a nível das práticas funerárias, parece manter-se uma continuidade do milénio precedente, conservando-se uma "tradição megalítica" com tumulações sob mamoa e cairns, ainda que com estruturas ortostáticas de menores dimensões. O próprio povoamento revela-se escasso, com poucos locais indiciando uma ocupação temporal prolongada, registando-se ao invés bastantes achados avulsos indiciadores, talvez, de ocupações efémeras ou simplesmente reveladores de uma forte mobilidade, mais característica de sociedades pastoris do 4º milénio.

Por oposição, o Planalto de Penedono revela um rompimento com o 4º milénio através do aparente desaparecimento de sepultamentos sob tumulus, talvez em favor de estruturas sem tumulus de difícil detecão, como poderão ser os casos de Vale da Cerva e Terraco das Laranjeiras. No final do século passado, Susana Lopes destacava a notória dissociação na Meseta entre povoados e espaços funerários (JORGE, 1994: 482), entretanto as datações obtidas para um dos enterramentos de Vale da Cerva (CRUZ, 1998) levou a que fosse colocada a possibilidade de contemporaneidade com o Castelo Velho de Numão (LOPES & BETTENCOURT, 2017: 478). O surgimento de profusa cerâmica decorada penteada é outro indicador de uma possível identidade cultural distinta "Sendo bem conhecido o papel que a estilística cerâmica desempenhou na afirmação identitária das comunidades do 4º/3º milénio A.C. no Norte de Portugal..." (LOPES, 2019: 377). Se de um lado teríamos a afirmação de uma identidade cultural matizada numa estilística (Planalto de Penedono), no oposto teríamos a afirmação de outra identidade cultural, entre outros apontamentos de afirmação identitária, através da "negação" desta gramática decorativa. Relembre-se o que refere Stuart Hall acerca da construção de uma identidade que passa também pela exclusão e rejeição. Desta forma poderíamos compreender a ausência deste tipo de decoração no Planalto da Serra da Nave e Lapa. O facto desta técnica decorativa surgir num contexto funerário a mais de 30km do rio Távora proporciona eventuais pistas sobre a mobilidade das populações serranas deste período e também acerca da extensão dos seus territórios, pois de uma área de rejeição passamos para a sua aceitação como objeto de exceção.

Também os contextos da cerâmica campaniforme mostram formas distintas de manipulação. No Planalto da Nave aparecem sobretudo ligados a contextos funerários, que parecem ser os locais de eleição para a realização de manifestações sociais coletivas enraizadas no 4º milénio, por oposição à zona oriental onde estas manifestações congregadoras se realizam noutros espaços naturais de amplo domínio visual, como podem ser os casos de Castelo Velho, Castanheiro do Vento ou, já na bacia do Dão, a Fraga da Pena. Aqui, as comunidades parecem revelar um povoamento mais estável e uma organização social mais complexa.

Afigura-se extremamente interessante o facto de numa pequena região como aquela que analisamos, aparentemente desvelarem-se no final do 3º milénio duas realidades profundamente distintas, de um lado uma aparente continuidade de momentos anteriores e numa área imediatamente contigua surgir um movimento de rutura clara com a tradição antecedente, sem que aparentemente estas evidenciem indicadores claros de intercâmbio, embora seja possível que tenham ocorrido fenómenos de interação social e cultural, pelo menos na zona de contacto correspondente à bacia do rio Távora, ou porventura indiretamente através de uma plataforma de contacto comum a ambas, como por exemplo a bacia do rio Dão.

Talvez seja o momento de relembrar e repensar vetustos caminhos deterministas e difusionistas, outrora trilhados. O conjunto de dados analisados parece-nos apontar para que, algures no 3º milénio, possa ter ocorrido um movimento populacional – quiçá oriundo do quadrante nor-oriental – matizado no registo arqueológico pela disseminação de sítios com cerâmica penteada, cuja expansão parece fazer-se de norte para sul atravessando o rio Douro, mas detendo-se ao longo das margens do rio Távora (e aparentemente também do rio Dão), uma vez que corresponde ao limite Biogeográfico com que estas eventuais populações "mediterrânicas" se identificariam e às quais estariam adaptadas¹⁵. Desta forma poder-se-ia explicar a presença de alguns

¹⁵ Estudos ambientais apontam para que no final do 3º milénio (~2200 a.C.) ocorre um contexto de instabilidades ambientais, com uma oscilação abrupta conhecida como evento Bond 3 (ou o evento 4.2-ky BP), que na Península Ibérica se traduziu numa aridização, particularmente na Meseta, no sudoeste, e no sudeste, ainda que não

sítios com cerâmica penteada no interflúvio Tedo/Távora, revelando que mais que o rio Távora, seria o limite Biogeográfico a fonteira que condicionou uma maior progressão destas populações. Relativamente à Biogeografia importa relembrar que "Su interés para la geografia humana se refiere al hecho de que las estrategias económicas y la construcción de paisajes culturales están intrínsecamente asociadas a la presencia de biomas específicos. Estas características son susceptibles de condicionar el espectro de recursos disponibles y, por lo tanto, las estrategias de subsistencia, el ciclo biológico de plantas y animales, el patrón de asentamiento y, consecuentemente, las formas en cómo las comunidades se relacionan con el mundo natural y simbólico." (ALVES & COMENDADOR REY, 2017: 14).

A possibilidade apresentada é uma hipótese de trabalho à qual se podem apontar várias falhas, talvez a mais evidente seja a transposição das fronteiras Biogeográficas atuais para o 3º milénio a.C.¹6. Ainda assim e tendo em conta que é a geomorfologia um dos principais fatores que condicionam a Biogeografia e que ela é estável na longa diacronia, acreditamos que talvez as Bio-regiões de então não sejam tão diferentes relativamente ao presente.

Naturalmente, as causas para esta aparente separação de territórios e identidades não podem ser imputadas exclusivamente à Biogeografia. A complexidade do comportamento humano é determinada por fatores naturais, mas também por inúmeros outros. Por exemplo, um de cariz demográfico abre a possibilidade de vazios territoriais terem sido preenchidos por recém-chegados. Quando observamos a distribuição de

tenha sido até agora possível estabelecer relações seguras entre mudanças demográficas e estas alterações climáticas (LILLIOS, 2020: 58).

Recentes estudos genéticos indicam uma mudança do ADN mitocondrial na Europa Central e ilhas britânicas, embora os dados não revelem alterações significativas na Península Ibérica (Szécsényi-Nagy, 2017), neste estudo os dados genéticos não parecem registar grandes mudanças genéticas ao longo do 3º milénio, os indivíduos analisados não revelam mesmo qualquer relação ancestral com a estepe ao contrário do que se verifica neste milénio na Europa Central (Szécsényi-Nagy, 2017: 8-9). Já outros estudos (Olalde *et al.*, 2018; 2019) indicam que por volta de "... ~2000 BCE, the replacement of 40% of Iberia's ancestry and nearly 100% of its Y-chromosomes by people with Steppe ancestry." (Olalde *et al.*, 2019: 1230). Infelizmente nenhum dos estudos incluiu amostragens da nossa região.

¹⁶ Seria de extrema utilidade a construção de um paleomapa peninsular das regiões Biogeográficas com base por exemplo nos imensos estudos paleobotânicos existentes.

grandes dólmenes do 4º milénio, é evidente que o Planalto de Penedono tem bastante menos do que o oposto, por vezes com lacunas evidentes (como na metade sul, como já assinalámos), a isto junta-se a aparente propensão para aqui os dólmenes surgirem em núcleos. Isto pode sugerir que, no milénio seguinte, poderá ter existido um vazio demográfico criando algum despovoamento severo ou total da área, facilitando o estabelecimento de grupos com uma nova identidade cultural. Esta é uma mera hipótese na ausência de uma melhor explicação para esta "coincidência" entre duas possíveis identidades culturais divididas por duas Bio-regiões distintas. Parece, pois, tratar-se de uma mistura de coincidências e oportunidades, causas e consequências.

O 2º milénio é parco em dados arqueológicos, pelo que se afigura difícil sintetizar este momento na nossa área. Ainda assim, aparentemente, mantem-se a situação de separação cultural fisicamente delimitada pela área do vale do Távora ou pelo seu interflúvio com o rio Tedo matizada, por um lado, na tradição funerária sob *tumulus* na região do Planalto da Serra da Nave e Lapa e a sua invisibilidade no Planalto de Penedono.

Ao nível dos espaços não funerários os dados são muito escassos, mas ainda assim sabemos que se mantém ativa a utilização de alguns espaços originários do 3º milénio como é o caso do Castanheiro do Vento no qual surge cerâmica com decoração Cogeces, que aparece igualmente noutros contextos na área do Planalto de Penedono e áreas adjacentes (CARDOSO MURALHA, 2014), mas estão ausentes no Planalto da Nave e Lapa. Desta forma os dados parecem revelar a manutenção de diferenças culturais entre as duas áreas em análise.

O 1º milénio, mercê da significativa disponibilidade de dados, permite uma melhor leitura regional. Pela primeira vez parece existir algum equilíbrio entre as duas áreas no que respeita à dispersão de espaços não funerários. No que se refere genericamente ao primeiro quartel, ao nível da distribuição de materialidades, apesar de uma preponderância da cerâmica com decoração tipo "Baiões/Santa Luzia" no Planalto da Nave, é possível encontrá-la em contextos habitacionais na região oposta, como é o caso de Reboledo. Já a nível funerário, assiste-se a uma diminuição de contextos funerários no lado ocidental e o surgimento de um caso no lado oriental. Os dados parecem indiciar um atenuar das diferenças culturais entre as duas áreas, talvez devido à maior permeabilidade que parece ter ocorrido de forma mais ou menos generalizada durante o Bronze Final. Ainda assim, parece manter-se uma aparente diferença cultural e uma identificação grupal conotada

com determinados itens e rituais. Neste contexto de novas dinâmicas de perceção e ocupação do espaço, talvez o conceito de fronteira física tenha perdido algum sentido, passando a ter um contexto mais vago e inexpressivo para as comunidades. Durante a Idade do Ferro parece assistir-se a um ressurgimento da fronteira física matizada na ocorrência de dois povoados "afrontados" – que podem ter tido um momento de contemporaneidade: Goujoim e Longa – tendo como separação física o encaixado vale do rio Tedo. Sem mais dados de suporte, podemos equacionar a hipótese de terem ocorrido alterações na dinâmica sociocultural da região, quicá decorrente de um novo movimento populacional. Com efeito, no decorrer da segunda metade deste milénio assiste-se ao abandono de alguns povoados e ao surgimento de outros. A estatuária zoomórfica, geralmente conotada com o grupo cultural Vetão, está presente na metade oriental da nossa região, a possibilidade da sua presença no interflúvio Tedo/Távora poderia ser um dado interessante. Porém, a pouca fiabilidade da informação não nos autoriza a utilizar este argumento para justificar uma mudanca de fronteira do rio Távora para o rio Tedo num momento de transição da Idade do Ferro para o período romano. Contudo, a existência do termo augustal do século I d.C. no rio Tedo, o qual delimita o território dos Coilarni a ocidente e os Arabrigensis na margem oriental, é um inequívoco marcador desta divisão territorial, resta saber se esta divisão é artificialmente criada com a organização administrativa romana, ou se respeita anteriores fronteiras das populações autóctones. No que se refere ao povoamento, já em contexto de romanização, regista-se a presença de dois povoados amuralhados que poderão ter sido os polos centrais desta divisão, por um lado São Domingos do Fontelo, na margem esquerda do rio Tedo e do lado oposto, já para lá do rio Távora (rio que pode ter perdido qualquer significado fronteiriço), o povoado de Sra. da Assunção e eventualmente o de S. Jurge.

Uma nota final para a aparente distinção ao nível de sítios amuralhados que se podem atribuir a um momento final da Idade do Ferro e início do período romano. Apenas dois no Planalto de Penedono (Sra. da Anunciação e S. Jurge) e cinco no Planalto da Serra da Nave (Santa Bárbara (?), Torrão, Muro de Pêra-Velha, Mondim da Beira e São Domingos de Fontelo). De imediato nos emerge no pensamento a possibilidade desta diferença resultar da distinta forma como estas duas áreas encararam a chegada romana, na metade oriental abraçando-a e, do outro lado, um Planalto da Nave e Lapa rude e agreste, avesso a

mudanças, propenso ao isolamento, arreigado a uma identidade cultural forjada nos milénios anteriores, oferece resistência como forma de identificação e distinção do "nós" e os "outros".

Conclusão

Perante a enorme quantidade de informação disponível teve de haver uma seleção de dados tendo-se optado pela escolha das arquiteturas e materialidades mais representativas, recorrendo-se a registos de aproximadamente três centenas de sítios o que ainda não havia sido feito para esta região. Talvez estudos posteriores, mais pormenorizados e com outro tipo de amostragem, bem como a própria revisão e filtragem dos dados que agora utilizamos, venham a atenuar ou mesmo contrariar as tendências e constâncias agora observadas nesta pequena região Beirã.

A análise aqui feita é através de uma estreita janela que apenas nos permite espreitar para um pequeno interflúvio do centro-norte de Portugal. Naturalmente uma abordagem espácio-temporal mais ampla e abrangente irá mostrar outros resultados, porventura evidenciará uma complexidade de realidades muito superior àquelas por nós observadas. Provavelmente irá mostrar também formas de fronteira distintas, se no Tedo/Távora parece existir uma linha fronteiriça quase rígida, ainda que com momentos de desconstrução e reconstrução ao longo do tempo, outras áreas certamente evidenciarão fronteiras mais diluídas, espaços de transição e mesmo de confluência, como no caso da distribuição da arte Atlântica e da arte esquemática pintada, onde a biogeografia se assume como uma zona de transição. A História é movimento no tempo e por isso também será natural encontrar outros padrões de circulação de pessoas, bens e ideias cada um com o seu próprio tempo de movimento.

Mais que a procura de tendências, constâncias e continuidades ou ruturas, ainda menos apresentar explicações aprofundadas sobre as dinâmicas sociais e cultuais, o objetivo principal deste texto é o de contribuir para a abertura de novas vertentes de investigação arqueológica, nomeadamente ao nível da Biogeografia e do seu potencial, independentemente dos caminhos para onde os dados nos conduziram, que mais que um ponto de chegada são na verdade um ponto de partida.

Os registos apresentados parecem apontar esta região como tradi-

cionalmente de fronteira, pelo menos, desde o 3º milénio a.C., mantendo-se, de forma ainda visível, durante o 2º milénio diluindo-se um pouco na primeira metade do 1º milénio a.C., para se voltar a afirmar como tal na segunda metade deste, ainda que, com uma flutuação dos limites que passam do rio Távora para o rio Tedo na transição da Era. Assim e sob este prisma podemos cogitar que as mudanças ocorridas no 3º milénio foram de tal forma profundas que se manifestaram indelevelmente nas identidades culturais seguintes.

Parece-nos pertinente questionar se o aparente referencial desta região como território de separação de identidades culturais tem origem nas mudanças ocorridas no 3º milénio a.C. que marcaram indelevelmente os momentos posteriores, ou se simplesmente resultam das condições naturais que transformam este interflúvio Tedo/Távora numa zona fronteiriça por excelência desde a Pré-história.

AGRADECIMENTOS

Queremos expressar o nosso agradecimento à Professora Raquel Vilaça pela discussão de uma versão preliminar que lhe foi apresentada. Estamos gratos pelos seus comentários e sugestões, mas reclamamos por força da nossa teimosia todos os erros, omissões e interpretações erróneas que este texto possa conter.

Queremos agradecer a gentileza e paciência do Professor Domingos Cruz que nos ajudou a rever e a atribuir cronologias genéricas a uma parte dos monumentos funerários da nossa área de estudo. Quaisquer classificações cronológicas incorretas são da nossa inteira responsabilidade

Também um agradecimento a António Valera pela cedência da imagem que serviu de base à figura 15 e a Marcos Osório por nos autorizar a utilizar a imagem 6 da nossa figura 5.

Uma palavra final de agradecimento para os revisores anónimos que através de uma leitura extremamente minuciosa e cuidada contribuíram significativamente para melhorar este texto, esperamos ter feito justiça às suas sugestões.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Carlos; Mesquita, Sandra; Honrado, João (2008) – Introdução à carta biogeográfica de Portugal (Costa et al. 1998), *Atlas das Aves Nidificantes em Portugal* (1999-2005), 2008, pp. 41-47 [download – 2008 Atlas cap4.pdf e Biogeografia e

Conimbriga, 60 (2021) 5-65

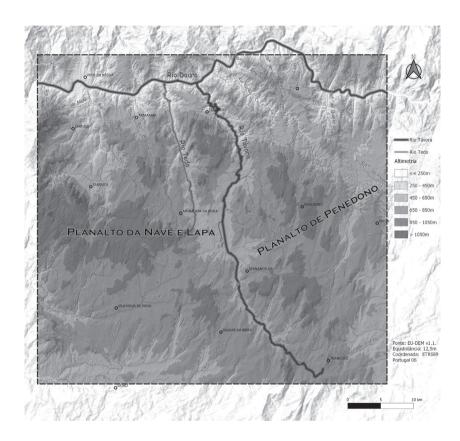
- uso do território 04 Biblioteca Digital do IPB].
- ALARCÃO, Jorge de (1993-1994) A Arqueologia e o Tempo, *Conimbriga* 32-33, Coimbra, pp. 9-56 [http://hdl.handle.net/10316.2/45475].
- ALARCÃO, Jorge de (2000) A Escrita do Tempo e a sua Verdade (Ensaios de Epistemologia da Arqueologia), Quarteto editora.
- ALARCÃO, Jorge de (2017) *A Lusitânia e a Galécia: do séc.II a.C. ao séc.VI d.C.*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra [http://hdl.handle.net/10316.2/44227].
- ÁLVAREZ-SANCHÍS, Jesús (1999) Los vettones, Madrid: Real Academia de la Historia.
- ALVES, Lara Bacelar (no prelo) On Identity and the Otherness. Reshaping the dynamics of Late Prehistoric art traditions in Northern Portugal, in Lopes, S. S. and Gomes, S. (eds), *In between the 3rd and 2nd millennia BC: which turning points?*, Oxford: Archaeopress.
- ALVES, Lara Bacelar (2012) The circle, the cross and the limits of abstraction and figuration in north-western Iberian rock art, in COCHRANE, Andrew; JONES, Andy (Dir.), Visualising the Neolithic: abstraction, figuration, performance, representation, Oxford: Oxbow, pp. 198-214.
- ALVES, Lara Bacelar (2014) Intermitências: a Arte da Idade do Bronze no Ocidente Peninsular, *Antrope, Série Monográfica* 1, Instituto Politécnico de Tomar, pp. 15-51.
- ALVES, Lara Bacelar; COMENDADOR REY, Beatriz (2017) Arte esquemático Pintado En El Noroeste Peninsular: Una visión Integrada Transfronteriza, *Gallaecia: revista de arqueoloxía e antigüidade* 36, pp. 11-52.
- ALVES, Lara Bacelar; REIS, Mário (2017) Tattooed landscapes. A reassessment of Atlantic Art distribution, research methods and chronology in the light of the discovery of a major rock art assemblage at Monte Faro (Valença, Portugal), *Zephyrus LXXX*, pp. 49-67 [doi:10.14201/zephyrus2017804967].
- ARQUEOHOJE (1999) O concelho de São João da Pesqueira Testemunho do Tempo e do Homem, Câmara Municipal de São João da Pesqueira.
- BETTENCOURT, Ana (2011) El vaso campaniforme en el Norte de Portugal. Contextos, cronologias y significados, in PRIETO-MARTÍNEZ, M. P. & SALANOVA, L. (eds.), Las comunidades campaniformes en Galicia Cambios Sociales en III y II milenios B.C. en el NW de la Peninsula Iberica, Pontevedra: Diputación de Pontevedra, pp. 363-374.
- Bonnaud, Christophe (2002) Vetonia Antiqua: Les limites ethniques et administratives d'un peuple de l'ouest de la Meseta dans l'Antiquité, *Studia Historica*, 20, *La ciudad en el mundo antiguo*, Universidad de Salamanca, pp. 171-199.
- CANCELA, A.; CORREIA, T.; OLIVEIRA, R. (2004) Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental, *Coleção Estudos* 10, Volume I, II e III, DOGTDU/Universidade de Évora.
- Canha, Alexandre; Henriques, Fernando Robles; Rosa, Sérgio; António, Telmo (2018) O sítio da Eira (Vila Nova de Foz Côa), in Actas do congresso Arqueologia en el valle del Duero. Del Paleolítico a la Edad Media 6, pp. 181-191.
- CARDOSO, João Luís (2014) A presença campaniforme no território português,

- Estudos Arqueológicos de Oeiras, 21, Câmara Municipal de Oeiras, pp. 295-348.
- Cardoso Muralha, João (2010) Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa), Um Recinto Monumental do 3º e 2º milénio a.C.: Problemática do Sítio e das suas Estruturas à Escala Regional, Islas Baleares: Vessants Arqueologia i Cultura.
- CARDOSO MURALHA, João (2014) A Idade do Bronze no Alto Douro Português: os discursos possíveis, in A Idade do Bronze em Portugal: os dados e os problemas, ANTROPE série Monográfica 1, Instituto Politécnico de Tomar, pp. 67-110.
- CARVALHO, Pedro; Gomes, Luís Filipe (2002-2002) A cista do povoado da Sra. de Lurdes (São João da Pesqueira, Viseu), *Estudos Pré-históricos* 10-11, Viseu: CEPBA, pp. 226-231.
- COIXÃO, António Sá (2014) *Arte Rupestre do Castro de S. Jurge (Ranhados Mêda)*, Câmara Municipal de Mêda.
- CORREIA, Alexandre (2014) Estudo monográfico de 4 tumuli, (mamoas), com escavação arqueológica parcial do tumulus 1 da Fraga do Seixo Parque Eólico de Ribabelide, Bigorne, Lamego. Acedido a 18 de Agosto de 2020 em: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/?sid=viewdoc&id=4Adhpgr46jmz2qtgk1hpy-f516hg6n8gkcd6c0lwqlqgAybh2bbmq&f=sbdAxnxpk72n2yfkA3A50qvAr-sxbppr81y4zdmzdgk1rzdkj8rzq&c=xvqhmmpj4c729qw89sxzvds0rpq0zz7zs-52sdjAm6nkkjhscrwcq
- COSTA, José C.; AGUIAR, Carlos; CAPELO, J.; LOUSÃ, Mário; NETO, Carlos (1998) *Biogeografia de Portugal Continental*, Editora Quercetea, pp. 5-56 [http://hdl. handle.net/10198/714] e [https://www.researchgate.net/publication/228540962_Biogeografia_de_Portugal_Continental].
- Costa, M. Gonçalves da (1977) *História do Bispado e cidade de Lamego Idade média: a mitra e o município*, Lamego, vol. 1.
- CRUZ, Carlos (2005) Carta Arqueológica do concelho de Cantanhede, Município de Cantanhede.
- CRUZ, Domingos (1998) Expressões funerárias e culturais no Norte da Beira Alta (V-II milénios AC), in *A Pré-História da Beira Interior*, *Estudos Pré-Históricos*, 6, pp. 149-166.
- CRUZ, Domingos (2001) O Alto Paiva: Megalitismo, Diversidade Tumular e Práticas Rituais Durante a Pré-história Recente, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 2 vols. Tese de Doutoramento em História: Pré-história e Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (ed. policopiada).
- CRUZ, Domingos; SANTOS, André (2011) As estátuas-menires da serra da Nave (Moimenta da Beira, Viseu) no contexto da ocupação pré-histórica do Alto Paiva e da Beira Alta, in VILAÇA, R., *Estelas e estátuas-menires da Pré à Proto-história, Actas das IV Jornadas Raianas*, Sabugal, pp. 117-142.
- CRUZ, Domingos; VILAÇA, Raquel; SANTOS, André; MARQUES, João (2000) O grupo de tumuli do Pousadão (Vila Nova de Paiva, Viseu), *Estudos Pré-históricos* 8, CEPBA, pp. 125-150.
- CRUZ, Domingos; VILAÇA, Raquel (1999) O grupo de tumuli da "Senhora da Ouvida"

- (Monteiras / Moura Morta, Castro Daire, Viseu), Resultados dos trabalhos arqueológicos, *Estudos Pré-históricos* 7, Viseu: CEPBA, pp. 129-161.
- Ferreira, António Brum (1978) Planaltos e Montanhas do Norte da Beira Estudo de Geomorfologia, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Ferreira, António de Brum (Coordenação) (2005) O Ambiente Físico, in Medeiros, Carlos Alberto, Geografia de Portugal Vol. I, Lisboa: Círculo de Leitores.
- FEEREIRA, Agostinho; FIGUEIREDO, Maria (1982) O «Porco de Pedra» de Paredes da Beira (Berrão Proto-Histórico), *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. 23 N.º 2-3, Porto, pp. 341-345.
- FEUERBACH, Ludwig (2002) *Princípios da filosofia do futuro*. Tradução portuguesa de Artur Morão, Lisboa: Edicões 70.
- GASPAR, R.; CARRONDO, J.; NOBRE, L.; RODRIGUES, Z.; DONOSO, G. (2014) Espaço para a morte. O terraço da Foz do Medal (Vale do Sabor, Nordeste de Portugal) durante a Idade do Bronze, *Estudos do Quaternário* 10, pp.59-72 [https://doi.org/10.30893/eq.v0i10.83].
- Guerra, Amílear (2016) Entre Lusitanos e Vetões. Algumas questões histórico-epigráficas em torno de um território de fronteira, in Sousa, Ana Catarina; Carvalho, António; Viegas Catarina (eds.), *Terra e Água Escolher sementes, invocar a Deusa. Estudos em homenagem a Victor S. Gonçalves*, Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp. 425-437.
- Gomes, Luís Filipe; Carvalho, Pedro (1993) Novos elementos sobre o vaso campaniforme de dados recentes na Beira Alta, *Estudos Pré-Históricos 1*, Viseu: CEPBA, pp. 29-49.
- Gonzales Ruibal, Alfredo (2009) Cultura de frontera. O distrito de Vila Real e a zona meridional da província de Ourense na Idade do Ferro, in *Congresso Transfronteiriço de Arqueologia, Aquae Flaviae*, 41, Chaves: Grupo Cultural Aquae Flaviae, pp. 153-160.
- HALL, Stuart (1996) Introduction: Who Needs 'Identity', in HALL, Stuart & Du Guy, Paul, Questions of Cultural Identity, London, New Deli: SAGE Publications, pp. 1-17
- HALL, Stuart (2006) Identidade Cultural na Pós-Modernidade, 11ª edição, DP&A editora [edição original 1992].
- Hodder, Ian (1986) Reading the Past. Current approaches to interpretation in Archaeology, Cambrige: CUP.
- Jorge, Susana Oliveira (1994) "Colónias, Fortificações, Lugares Monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico Peninsular", *Revista da Faculdade de Letras – História*, II série, vol. XI, Porto, pp. 447-546.
- JORGE, Vítor.; CARDOSO, R.; MIRANDA, J.; SEIXAS, P.; MIGUENS, S.; LOPES, J.; ABRANCHES, A.; MARTINS, R. (2002) *Identidade, identidades*, Porto: ADECAP.
- LILLIOS, Katina (2020) Mobility and Alterity in Iberian Late Prehistoric Archaeology: Current Research on the Neolithic–Early Bronze Age (6000–1500 BCE), Annual Review of Anthropology, 49(1), pp. 49-65 [doi:10.1146/annurev-an-

- thro-010220-042345].
- LOPES, Susana (2019) Voltar a Castelo Velho de Freixo de Numão: pensar a reconfiguração cultural dum recinto pré-histórico do Alto Douro português, in *Olhares sobre Castelo Velho de Freixo de Numão: revisitar um recinto pré-histórico do Alto Douro Português, Digitar Extra* 1, CEAACP, pp. 357-389 [https://doi.org/10.14195/2182-844X EX1].
- LOPES, Susana; BETTENCOURT, Ana (2017) Para uma periodização da Pré-história Recente do Norte de Portugal: da Segunda Metade do 4º Milénio aos Finais do 3º Milénio AC, in *Arqueologia em Portugal. Estado da Questão*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 467-487.
- Martínez Padilla, Catalina (2010) Algunas reflexiones sobre espacio y tiempo en Arqueología del Territorio, in Arqueología, Sociedad, Territorio y Paisaje Estudios sobre Prehistoria Reciente, Protohistoria y transición al mundo romano en homenaje a M. a Dolores Fernández Posse. Bibliotheca Præhistorica Hispana, XXVIII, CSIC, pp. 11-24.
- Mendes, Sílvia (2009) O Castro de Vila Cova-à-Coelheira: a ocupação proto-histórica, *Estudos Pré-históricos*, Viseu, p. 14.
- OLALDE, Iñigo, *et alii* (2018) The Beaker phenomenon and the genomic transformation of northwest Europe, *Nature* vol. 555, pp. 190–196 [doi:10.1038/nature25738].
- OLALDE, Iñigo, et alii (2019) The genomic history of the Iberian Peninsula over the past 8000 years, *Science* 363 (6432), pp.1230-1234 [doi:10.1126/science. aav4040].
- Osório, Marcos (2008) Catálogo, *Museu do Sabugal. Catálogo arqueológico*, Sabugal: Sabugal+ e Câmara Municipal.
- Pereira, Diamantino; Pereira, Paulo; Santos, Leonardo; Silva, Julio (2014) Unidades Geomorfológicas de Portugal Continental, *Revista Brasileira de Geomorfologia*, vol. 15, nº 4, (Out-Dez), São Paulo, pp.567-584.
- Pereira, Leonor (1999) As cerâmicas "Cogeces" de Castelo Velho, Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa). Seu enquadramento peninsular, Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiada.
- Perpétuo, João; Santos, Filipe; Carvalho, António; Gomes, Luís; Serra, Artur (1999) *Tabuaço*. *Um passado presente*, Câmara Municipal Tabuaço, p. 77-79.
- RIBEIRO, Telma (2020) Castro de Nossa Senhora das Necessidades (Sernancelhe): uma primeira análise artefactual, in *Arqueologia em Portugal 2020 Estado da Questão*, Lisboa: Associação de Arqueólogos Portugueses e CITCEM, pp. 1127-1139.
- Ruiz Zapatero, Gonzalo; Álvarez-Sanchís, Jesús (2008) Los verracos y los vettones, in Álvarez-Sanchís, J. (Coord.), *Arqueología Vettona. La Meseta Occidental en la Edad del Hierro. Zona Arqueológica 12*, Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, pp. 214-231.
- Sanches, Maria de Jesus; Barbosa, Maria Helena; Vieira, Alexandra (2017) Bell beaker contexts in Northern Portugal, in Gonçalves, Vitor (Ed.), Sinos e

- Taças. Junto ao Oceano e Mais Longe. Aspectos da Presença Campaniforme na Península Ibérica, Colecção Estudos e Memórias nº 10, Lisboa: UNIARQ, pp. 226-245.
- Sanches, Maria de Jesus; Barbosa, Maria Helena (2018a) Campaniforme no Norte de Portugal. Perspectivas interpretativas instigadas pela leitura de dados recentes, *Portugalia, Nova Série*, vol. 39, Porto: DCTP-FLUP, pp. 97-150.
- Sanches, Maria de Jesus; Barbosa, Maria Helena (2018b) Campaniforme: chronology, pottery and context of a long term phenomenon in the Portuguese Douro Basin, *Journal of Neolithic Archaeology*, Kiel: Institute of Pre- and Protohistoric Archaeology, Kiel University [doi 10.12766/jna.2018S.3].
- Santos, Maria (2009) Lusitanos y Vettones en la Beira Interior portuguesa: La cuestión étnica en la encrucijada de la arqueología y los textos clássicos, in Sanabria, Marcos (ed.), Lusitanos y vettones: los pueblos prerromanos en la actual demarcación Beira Baixa Alto Alentejo Cáceres, Cáceres, pp. 181-196.
- SENNA-MARTINEZ, João Carlos (1989) Pré-História recente da bacia do medio e alto Mondego. Algumas contribuições para um modelo sociocultural, Dissertação de doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, Policopiado.
- SZÉCSÉNYI-NAGY, Anna, *et alii* (2017) The maternal genetic make-up of the Iberian Peninsula between the Neolithic and the Early Bronze Age, *Scientific Report*, 7, pp. 1-15 [doi:10.1038/s41598-017-15480-9].
- Valera, António (2007) Dinâmicas locais de identidade: estruturação de um espaço de tradição no 3º milénio AC (Fornos de Algodres, Guarda), Braga: CMFA/TA.
- Vaz, João Inês (1979) Término augustal de Goujoim (Armamar), Conimbriga 18, Coimbra, pp. 133-138.
- VIEIRA, Alexandra (2015) Contributo para o Estudo dos Vestígios Arqueológicos do VI ao I milénio AC. Paisagens e Memórias na Bacia Hidrográfica do Douro, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiada.
- VILAÇA, Raquel (2008) Através das Beiras. Pré-História e Proto-História, Palimage Terra Ocre Edições.
- VILAÇA, Raquel (2015) As faces da morte. Do Bronze para o Ferro, entre o Norte e o Sul do território Português, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 53-55, pp. 83-105.
- VILAÇA, Raquel; CRUZ, Domingos (1999) Práticas funerárias e cultuais dos finais da Idade do Bronze na Beira Alta, *Arqueologia 24*, Porto, pp. 73-99.
- VILAÇA, Raquel; CRUZ, Domingos; SANTOS, André; MARQUES, João (2017) Encenar a morte, ritualizar o espaço: o Monumento da Travessa da Lameira de Lobos (Castro Daire, Viseu, Portugal), in *Colóquio Internacional Architectures funéraires et mémoire: la gestion des nécropoles en Europe Occidentale (Xe-IIIe siècle A.C.)*, Madrid (Casa de Velázquez, 2014), pp. 129-141.



 $Fig.\ 1-En quadramento\ natural\ e\ administrativo.$

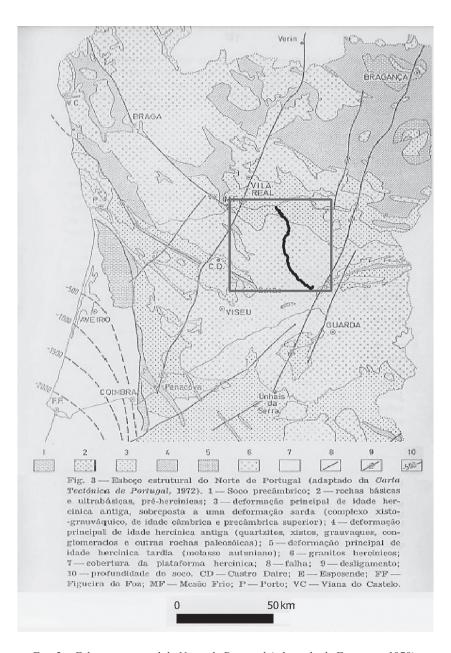


Fig. 2 – Esboço estrutural do Norte de Portugal (adaptado de Ferreira, 1978).

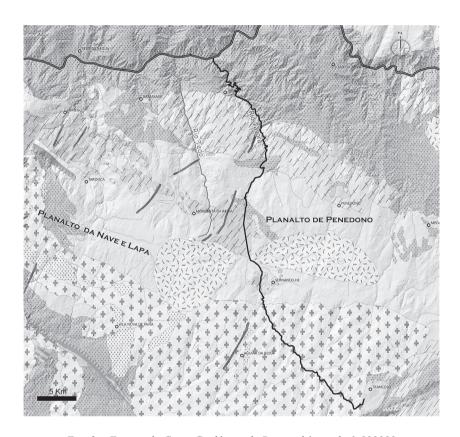


Fig. 3 – Extrato da Carta Geológica de Portugal à escala 1:500000 (tons cinzentos-escuros, Complexo Xisto-Grauváquico do grupo do Douro. Restantes colorações, Rochas Magmáticas Granitóides de natureza diversa).

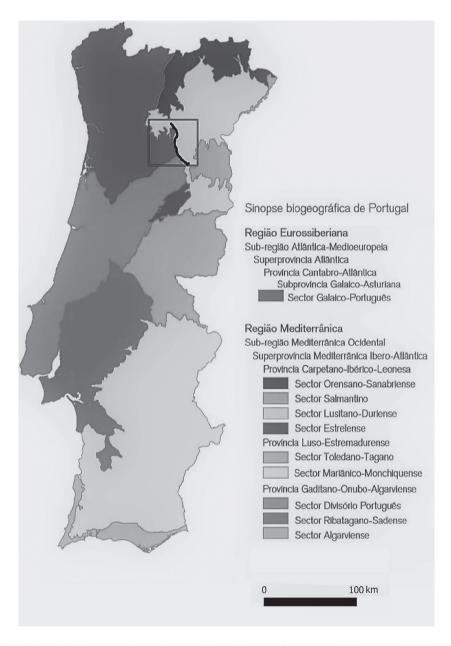


Fig. 4 – Rio Távora na Carta Biogeográfica de Portugal continental (Costa et al. 1998). Adaptado de AGUIAR et al. 2008.

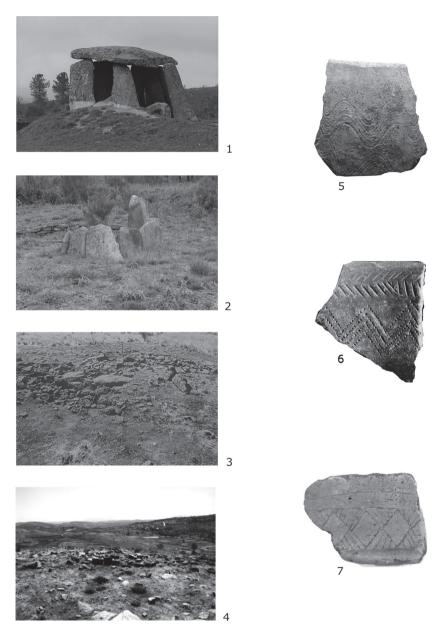


FIG. 5 – Alguns exemplos de arquiteturas e decorações mencionadas.

1. Espaço funerário do 4º milénio, Orca de Pendilhe; 2. Espaço funerário do 3º milénio, Lameira Travessa 2;
3. Espaço funerário do 2º milénio, Pousadão 1 (CRUZ et al., 2000, Est. I-2);
4. Espaço funerário do 1º milénio, Lameira da Travessa de Lobos 1 (VILAÇA et al., 2017);
5. Decoração penteada; 6. Decoração Cogotas (Osório, 2008: 59); 7. Decoração "Baiões/Santa Luzia".

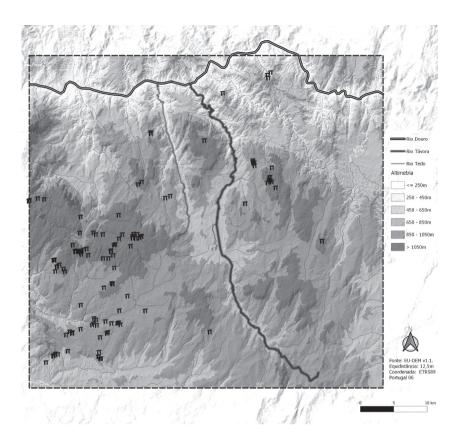


Fig. 6 – Distribuição de arquiteturas funerárias do 4º milénio a.C.. Por uma questão de legibilidade do mapa optámos por não apresentar numeração, mas apresenta-se os topónimos dos 119 monumentos inventariados: Aboleiro, Anta das Orcas, Antas 1, Antas 2, Antela do Vidoinho, Areita 1, Areita 2, Areita 3, Areita 4, Areita 5, Bebedouro 1, Bouga 2, Bouga 3, Cabeço das Orcas, Cardenhos, Cartaixos, Casinha dos Pastores 1, Casinha dos Pastores 2, Castonairas 1, Castonairas 2, Corga dos Moços, Corga dos Moços 2, Cruz da Nave 1, Cruz da Nave 2, Dólmen de Macieira, Folgosa 2, Fonte da Malga 2, Fonte da Malga 4, Fonte da Malga 9, Fonte da Rosa, Fonte do Corno 4, Fonte do Rato, Jandeira 1, Jandeira 2, Laje Branca 1, Laje Branca 2, Lameira de Cima 1, Lameira de Cima 2, Lameira do Meio, Lameira Longa 1, Lameira Longa 2, Lapinha 2, Mamoa do Lajedo, Mamoa do Vale, Marofa, Matas 1, Moita Grande, Monte Longo, Nabo à Carreira, Nogueira de Côta 1, Orca 1 da Bouga, Orca da Abelha, Orca da Carqueja, Orca das Alhadas, Orca das Lameiras, Orca de Alvite, Orca de Forles, Orca de Merouços, Orca de Pendilhe, Orca de Seixas, Orca do Lajedo, Orca do Seixinho, Orca do Tanque, Orca do Tanque, Orca do Tojinho, Orca do Vidoinho, Orca dos Juncais, Orquinha da Bouça, Orquinha dos Juncais, Orquinhas 1, Outeiro Mourisco 1, Pedra d'Arca, Pedralta 1, Pedralta 2, Pedras Benfeitas, Picoto do Vasco, Poço da Nave, Porto Lamoso, Pousadas do Pedro, Quinta dos Caetanos, Ramalhoso, Rapadouro 1, Rapadouro 3, Rapadouro 4, Rebordinho 1, Requeixada, Ribeira do Buraco, Sangrinho 3, Santinho, São Domingos 1, Sardinheira, Seixa, Senhora do Monte 1, Senhora do Monte 2, Senhora do Monte 3, Senhora do Monte 4, Senhora do Monte 5, Senhora do Monte 6, Sítio à Cruz, Sítio da Cruz, Sra do Vencimento 1, Sra do Vencimento 2, Sra do Vencimento 3, Tapada da Orca, Tapada do Poço, Tojais 1, Tojais 2, Tojeira, Torrão 1, Trás-da-Eira, Travessas da Orca 1, Travessas da Orca 2, Travessas da Orca 3, Travessas da Orca 4, Travessas da Orca 5, Vale de Carris 1, Vale de Cavalos 2, Vale de Porcas, Vila de Um Santo.

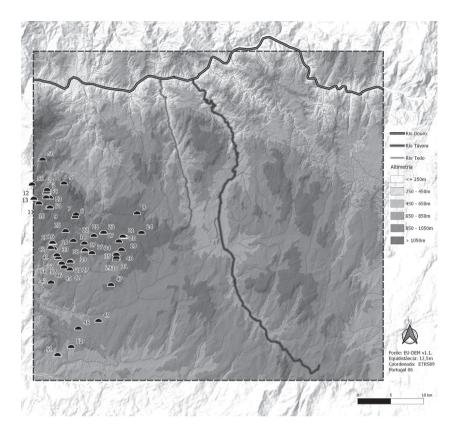


Fig. 7 — Distribuição de arquiteturas funerárias do 3º milénio a.C.: 1. Presa 2; 2. Presa 1; 3. Alto do Pedrógão 2; 4. Alto do Pedrógão; 5. Santa Helena; 6. Fraga Rechã 2; 7. Fraga Rechã 1; 8. Pedra Alta 1; 9. Testos 1; 10. Testos 2; 11. Vale Abrigoso; 12. Outeiro Mourisco 2; 13. Outeiro Mourisco 3; 14. Cruz da Nave 3; 15. Senhor da Boavista 2; 16. Senhor da Boavista 1; 17. Jandeira 3; 18. Senhor da Piedade; 19. Labiada das Touças; 20. Torrão 2; 21. Torrão 3; 22. Pedra Alta; 23. Penedos da Furna II; 24. Bebedouro 2; 25. Penedos da Furna I; 26. Espinhacelo 19; 27. Sangrinho 6; 28. Sangrinho 5; 29. Lenteiros 2; 30. Cista de Lenteiros; 31. Lenteiros 3; 32. Rapadouro 2; 33. Alto das Queirosas 2; 34. Merouços 2; 35. Merouços 3; 36. Matas 2; 37. Fonte do Corno 1; 38. Fonte do Corno 2; 39. Fonte do Corno 3; 40. Corga de Salafonso; 41. Granjão; 42. Cadouço; 43. Picota; 44. Sangrinho 2; 45. Sangrinho; 46. Barroca da Eirinha; 47. Casa da Moura; 48. Vale de Cavalos 1; 49. Corga dos Moços 3; 50. Mamoa de Camba; 51. Pedralta 3; 52. Nogueira de Côta 2; 53. Folgosa 4; 54. Folgosa 5; 55. Folgosa 1; 56. Mamoa 1 de Fraga do Seixo; 57. Lameira Travessa 1; 58. Lameira Travessa 2.

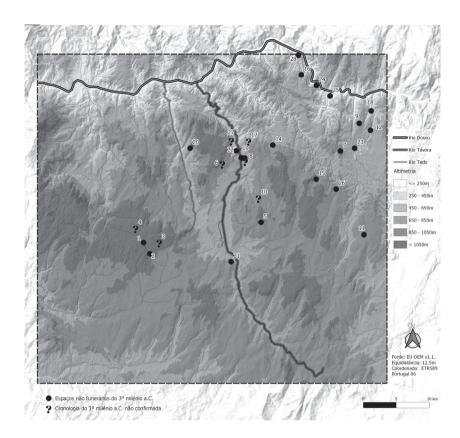


Fig. 8 — Distribuição de espaços não funerárias do 3º milénio a.C.: 1. Chã das Lameiras; 2. Castelo de Ariz; 3. Cova do Sol; 4. Quinta do Furanho; 5. Alto do Castro; 6. Cabeço de São João; 7. Castanheiro do Vento; 8. Castelinhos; 9. Castelo de Numão; 10. Castelo do Carapito; 11. Castelo do Nunes; 12. Castelo Velho; 13. Castelo Velho; 14. Castelo Velho de Trevões; 15. Castelo Velho do Souto; 16. Cerro do Bastião; 17. Chã do Murganho; 18. Citânia da Teja; 19. Fraga d'Aia; 20. Grail; 21. N. Senhora das Necessidades; 22. Porqueira; 23. Rasa; 24. S. Salvador do Mundo; 25. Santa Bárbara; 26. São Jurge; 27. São Mamede; 28. Senhora de Lurdes.

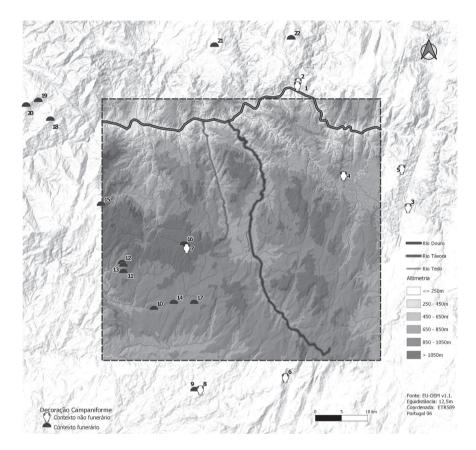


Fig. 9 – Distribuição de decoração Campaniforme. Contexto não funerário: 1. Regadas; 2. Pedreira; 3. Tambores; 4. Castanheiro do Vento; 5. Castelo Velho de Freixo de Numão; 6. Fraga da Pena; 7. Chã das Lameiras; 8. Abrigo do Penedo do Com. Contexto funerário: 9. Dólmen de Arca de Penedo do Com; 10. Orca das Castonairas; 11. Orca de Pendilhe; 12. Rapadouro 1; 13. Rapadouro 3; 14. Moinhos de Rua; 15. Fraga do Seixo; 16. Orca de Seixas: 17. Orca de Forles; 18. Vale de Juros; 19. Chã de Parada 1; 20. Outeiro de Ante; 21. Madorras 1; 22. Estante 2.

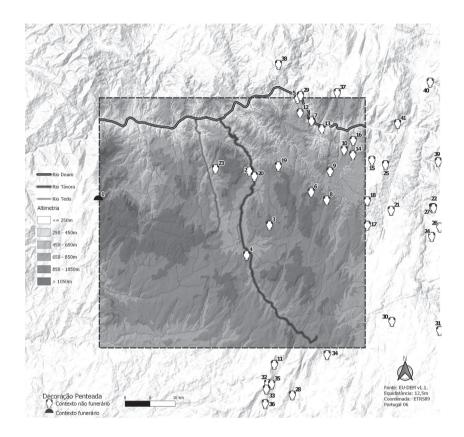


Fig. 10 — Distribuição de decoração Penteada. Contexto funerário: 1. Mamoa 1 de Fraga do Seixo.

Contexto não funerário: 2. Porqueira; 3. Alto do Castro; 4. N. Senhora das Necessidades; 5. Sra. de Lurdes; 6. Castelo Velho do Souto; 7. S. Salvador do Mundo; 8. S. Jurge; 9. Castanheiro do Vento; 10. Castelo de Numão; 11. Fraga da Pena; 12. Cerro do Bastião; Z3. Santa Bárbara; 14. Castelo Velho de Seixas; 15. Painova; 6. Citânia da Teja; 17. Castelo Velho da Mêda; 18. Montes; 19. Castelo Velho de Trevões; 20. Castelinhos; 21. Curral da Pedra; 22. Fumo: 23. Grail; 24. Barrocal Tenreiro; 25. Castelo Velho de Freixo de Numão; 26. Castelo de Algodres; 27. Gamoal; 28. Barrocal do Olival; 29. Castro da Rapa; 30. Minas da Senhora da Fonte 5; 31. Pinhel; 32. Quinta das Rosas; 33. Quinta dos Telhais; 34. Quinta da Atalaia/São Pedro; 35. Malhada; 36. Castro de Santiago; 37. Castelo de Ansiães; 38. Castro do Piolho; 39. Sra. do Castelo de Urros; 40. Baldoeiro; 41. Castelejo.

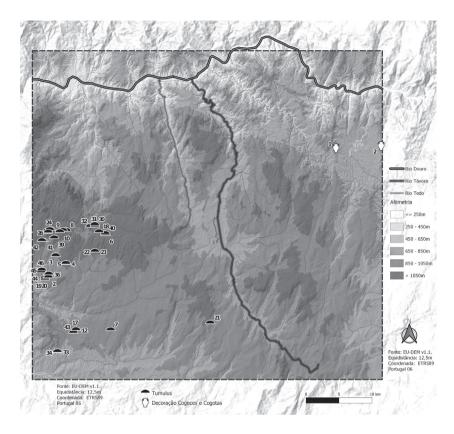


Fig. 11 — Distribuição de arquiteturas funerárias do 2º milénio a.C.: 1. Adeçame 1; 2. Adeçame 2; 3. Alto das Queirosas 1; 4. Carvalho Cortado 1; 5. Carvalho Cortado 2; 6. Chão Cimeiro; 7. Cista dos Juncais; 8. Espinhacelo 13; 9. Espinhacelo 23; 10. Espinhacelo 6; 11. Fonte da Malga 1; 12. Fonte da Malga 10; 13. Fonte da Malga 3; 14. Fonte da Malga 5; 15. Fonte da Malga 6; 16. Fonte da Malga 7; 17. Fonte da Malga 8; 18. Fonte da Rosa 2; 19. Laje da Cruz 1; 20. Laje da Cruz 2; 21. Mamoa da Franjinha; 22. Outeiro Verde 1; 23. Outeiro Verde 2; 24. Paúla Grande 1; 25. Paúla Grande 2; 26. Paúla Grande 3; 27. Paúla Grande 4; 28. Paúla Grande 5; 29. Paúla Grande 6; 30. Paúlas 1; 31. Paúlas 2; 32. Paúlas 3; 33. Pedralta 4; 34. Pedralta 5; 35. Pousadão 1; 36. Pousadão 2; 37. Pousadão 3; 38. Pousadão 4; 39. Senhora da Livração; 40. Sítio ao Madeiro; 41. Travessa 1; 42. Travessa 2; 43. Vale do Poço; 44. Vale Velho 1; 45. Vale Velho 2; 46. Vale Velho 3. Distribuição decoração Cogotas e Cogeces: 1. Castanheiro do Vento; 2. Alto de Santa

Eufémia.

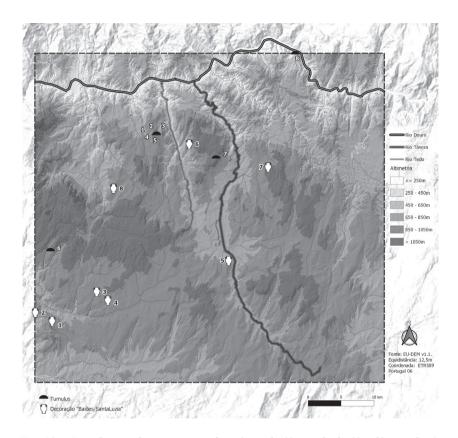


Fig. 12 — Distribuição de arquiteturas funerárias da 1ª metade do 1º milénio a.C.: 1. Tapada das Arcas 1; 2. Tapada das Arcas 2; 3. Tapada das Arcas 3; 4. Tapada das Arcas 4; 5. Tapada das Arcas 6; 6. Travessa Lameira Lobos; 7. Calvário; 8. Senhora de Lurdes.

Distribuição de decoração "Baiões/Santa Luzia": 1. São Lourenço; 2. Outeiro da Maga; 3. Canedotes; 4. Carvalhais; 5. N. Senhora das Necessidades; 6. Longa; 7. Reboledo; 8. Mondim da Beira.

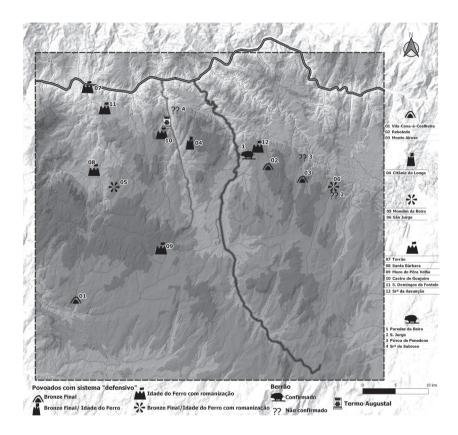


Fig.~13-Distribuição~de~arquitecturas~não~funerárias~e~estatuária~do~1° milénio~a.C..

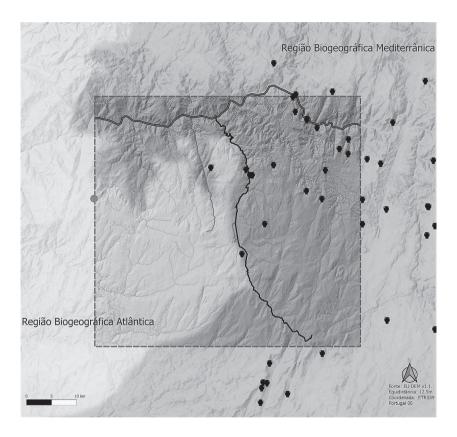


Fig. 14 – Distribuição Biogeográfica da decoração Penteada (adaptado de Costa et al. 1998).



Fig. 15 – Distribuição Biogeográfica da decoração Penteada no Centro-Norte de Portugal (segundo VALERA, 2007 e adaptando Costa et al. 1998).

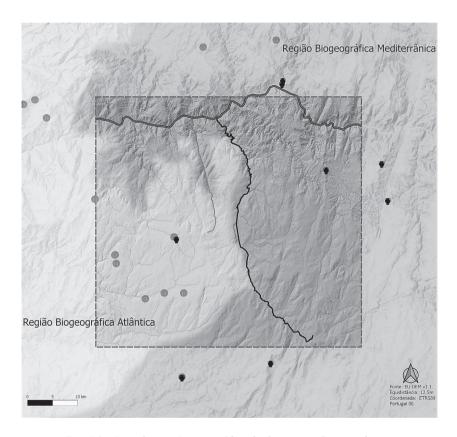
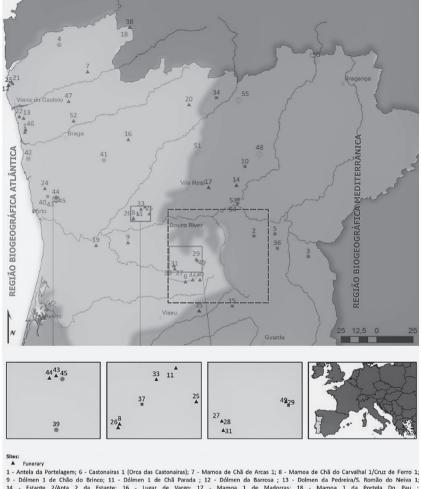


Fig. 16 – Distribuição Biogeográfica da decoração Campaniforme.



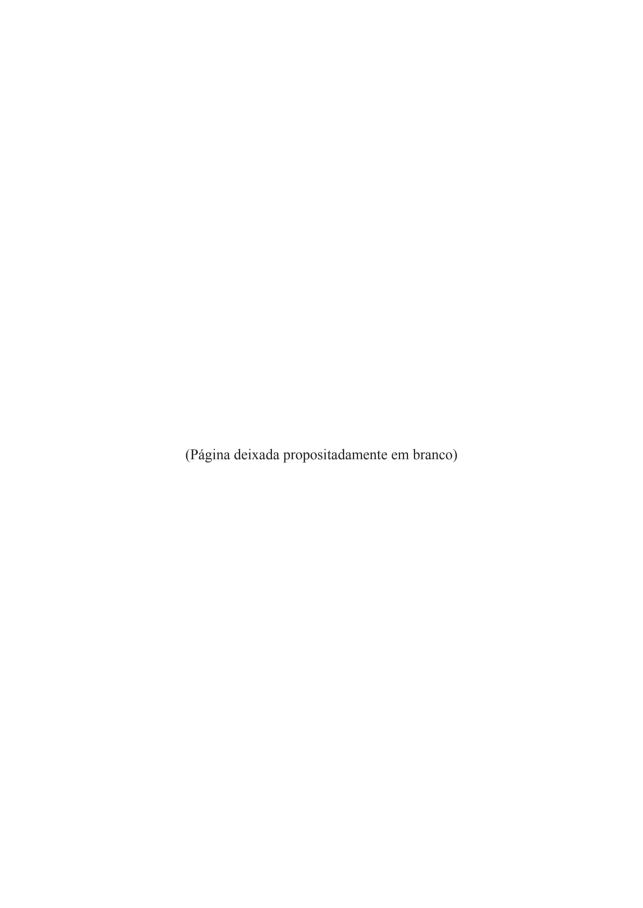
9 - Dólmen 1 de Chão do Brinco; 11 - Dólmen 1 de Chã Parada ; 12 - Dólmen da Barrosa ; 13 - Dolmen da Pedreira/S. Romão do Neiva 1; 14 - Estante 2/Anta 2 da Estante; 16 - Lugar de Vargo; 17 - Mamoa 1 de Madorras; 18 - Mamoa 1 da Portela Do Pau ; 19 - Mamoa 1 de Carvalho Mau; 20 - Mamoa 2 de Carvalhelhos; 21 - Mamoa de Aspra; 22 - Mamoa de Chafé ; 23 - Mamoa de Eireira, 24 - Mamos de Guillabrers, 25 - Mamos de Vale de Juros, 26 - Monte Maniho/Mamos de Châ de Cavalhal 3, 27 - Monumento 1 do Rapadouro; 28 - Monumento 3 do Rapadouro; 29 - Orca de Seixas/Orca do Padrão; 30 - Orca de Forles; 31 - Orca de Pendilhe; 32 - Orca do Ororto Lamoso ou dos Moinhos de Rua; 33 - Mamos de Outeiro de Ante 2; 35 - Penedo do Com; 38 - Alto da Portela do Pau 3; 43 - Mamos 2 do Leandro; 44 - Mamos 5 do Leandro; 46 - Dolmen da Bouça do Rapido 3; 47 - Vamos do Alto da Mortela do Carreiro da Quinta.

2 - Castanheiro do Vento; 3 - Castelão I; 5 - Castelo Velho de Freixo de Numão; 10 - Crasto de Palheiros; 15 - Fraga da Pena; 34 - Pastoria; 36 - Tambores (Casteli Velho III); 37 - Tapado da Caldeira; 39 - Bouça da Cova da Moura (ritual precinct); 40 - Recinto da Forca; 49 - Chā das Lameiras; 53 - Regadas; 54 - Pedreira

Non Characterizable 4 - Castelo de Fraião; 41 - Monte da Penha; 42 - Estela; 45 - Leandro 3.

48 - Buraco da Pala; 50 - Lorga de Dine; 51 - Castelo de Aguiar; 55 - São Lourenço.

Fig. 17 – Distribuição Biogeográfica da decoração Campaniforme (segundo SANCHES & BARBOSA, 2018b e adaptando Costa et al. 1998).



SARA OLIVEIRA ALMEIDA*

Universidade de Coimbra, CEAACP sara_almeidal1@hotmail.com https://orcid.org/0000-0002-9158-7665

RAQUEL VILAÇA

Universidade de Coimbra, CEAACP, Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia rvilaca@fl.uc.pt https://orcid.org/0000-0003-0019-7256

Ana Maria Silva

Universidade de Coimbra, Centro de Investigação em Antropologia e Saúde, Departamento de Ciências de Vida, Laboratório de Pré-história | Universidade de Lisboa amgsilva@antrop.uc.pt https://orcid.org/0000-0002-1912-6581

CLEIA DETRY

Universidade de Lisboa, UNIARQ, Faculdade de Letras cleiadetry@campus.ul.pt https://orcid.org/0000-0002-5359-2500

SÓNIA FILIPE

Universidade de Coimbra, Reitoria, GNI (Gabinete para as Novas Instalações) sonia.filipe@uc.pt https://orcid.org/0000-0003-3092-5824

^{*} Bolseira da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BD/ 129227/2017). Doutoranda na Univ Coimbra.

VESTÍGIOS DA OCUPAÇÃO DO FERRO ANTIGO DE COIMBRA (PORTUGAL) E O MITO FUNDACIONAL DO LOCAL

EVIDENCES OF THE EARLY IRON AGE OCCUPATION OF COIMBRA (PORTUGAL) AND THE FOUNDATIONAL MYTH OF THE PLACE

"Conimbriga" LX (2021) p. 67-105

http://doi.org/10.14195/1647-8657 60 2

Texto recebido em / Text submitted on: 21/01/2021 Texto aprovado em / Text approved on: 29/07/2021

RESUMO:

Apresenta-se o primeiro e para já único contexto conhecido da I Idade do Ferro de Coimbra. Reporta-se a uma intervenção arqueológica de salvaguarda realizada no Largo de D. Dinis, em 2008. Neste local identificou-se um depósito estratigráfico pouco extenso, encerrando espólio cerâmico e restos ósseos humanos e faunísticos. Embora modesto e desgarrado, o conjunto resulta desconcertante pelas questões que levanta quanto à natureza do achado – afigurando-se como um possível depósito fundacional. Para mais, a sua relevância objectiva-se na confirmação da ocupação sidérica antiga da cidade, reunindo-se assim Coimbra às destacadas referências do período orientalizante do Baixo Mondego.

PALAVRAS-CHAVE: Coimbra; I Idade do Ferro; Depósito de restos humanos; Zooarqueologia.

ABSTRACT: This work focuses on the first, and for now the only, known context of the Early Iron Age of Coimbra. The discovery concerns an archaeological survey carried out in 2008 at D. Dinis square where a modest stratigraphic deposit containing ceramic sherds as well as human and faunal remains was identified. Although few and isolated, the contents of the deposit raise questions regarding the nature of the finding which is suggestive of a foundational deposit of human remains. Above all, these new data are important in that they confirm an Early Iron Age occupation in the city. Coimbra at last joins the highlighted references from the Orientalizing period of the Lower Mondego.

> KEYWORDS: Coimbra; Early Iron Age; Deposit of human remains; Zooarcheology.

VESTÍGIOS DA OCUPAÇÃO DO FERRO ANTIGO DE COIMBRA (PORTUGAL) E O MITO FUNDACIONAL DO LOCAL

Introdução

Denunciada por escassos testemunhos avulsos, a face oculta da Coimbra pré e proto-histórica tarda em revelar-se. É certo que o achado de peças isoladas, como uma ponta de projéctil calcolítica recolhida na Alcáçova (Mantas, 1980; Pinto, 1993; Vilaça, 2016: 30), ou de proveniência duvidosa, como o colar de ouro do Bronze Final atribuído a Coimbra (Armbruster e Parreira, 1993: 72-73), acusavam a existência de instalações humanas antigas nestas paragens. A estes horizontes longínquos reportar-se-iam ainda os achados na gruta dos Alqueves, na outra margem do Mondego, neste caso perfeitamente contextualizados e de cariz funerário (Vilaça e Ribeiro, 1987, com bibliografia anterior). Note-se, contudo, que pese embora os demais indícios patentes na etimologia, historiografia antiga e particulares condições geográficas da cidade, ainda no último quartel do séc. XX se encontrava por comprovar a ocupação sidérica de *Aeminium* (Alarcão, 1979: 25).

A confirmação material da ocupação do sítio à chegada dos contingentes romanos substancia-se com a aplicação da actual legislação patrimonial, visando acautelar os vestígios arqueológicos da voragem das operações urbanísticas. De forma gradual, os materiais recolhidos no tecido urbano (mesmo que em depósito secundário) permitiram ir recuando a antiguidade do lugar: num primeiro momento, à II Idade do Ferro (Frade e Caetano, 1994; Carvalho, 1998; Filipe, 2006; Almeida et al., 2011) e, depois, a meados do I milénio a.C. (Almeida et al., 2015). Ainda assim, sobravam as incertezas sobre a consistência desta fase proto-histórica, i.e., se gozou de carácter estável e contínuo ou se se manifestou em episódios ocupacionais descontinuados.

No seio desta temática, os achados de 2008 e que aqui se publicam permitem ampliar e cimentar o arco cronológico da ocupação da colina genética de Coimbra e reforçam o papel deste sítio no quadro do povoamento regional antigo.

Em plena Alta de Coimbra, na zona do antigo Castelo, monumentalizada pelo Estado Novo como átrio de acesso à Cidade Universitária, decorreu, naquele ano, a intervenção arqueológica de avaliação e diagnóstico ao projecto de um Parque de Estacionamento Subterrâneo no Largo de D. Dinis¹ (Fig. 1).

O presente artigo versa precisamente sobre os testemunhos protohistóricos identificados nesta intervenção correspondentes a um depósito estratigraficamente circunscrito formado por um modesto lote de cerâmica e um conjunto ósseo onde se incluem restos osteológicos humanos e faunísticos.

A intervenção arqueológica no Largo de D. Dinis

As profundas transfigurações da fisionomia e topografia deste espaço explicam que poucos restos arqueológicos tenham resistido à acção destrutiva das obras modernas e contemporâneas, conforme se depreende da intervenção arqueológica realizada (FILIPE e TEIXEIRA, 2013).

Contrastando com a regularidade da modelação actual, este seria, em tempos, um dos pontos mais proeminentes do centro histórico de Coimbra, marcado por escarpas e declives acentuados. Tanto quanto é possível recuar no desenho da sua evolução urbanística, em Época romana o espaço seria dominado pelo *Castellum aquae* (abastecido pelo aqueduto) e por uma das portas de acesso à cidade (Alarcão, 2008: 55) — aspecto que se reveste de grande significado prático e simbólico. Nos alvores da nacionalidade observa-se a manutenção desta lógica organizacional, reforçada pela construção de um dos núcleos mais destacados do recinto muralhado — o Castelo — dominado pela torre de menagem afonsina e pela torre quinária atribuída

¹ A intervenção arqueológica dirigida por Sónia Filipe e Ricardo Teixeira decorreu do Projecto previsto no Plano de Pormenor da Alta Universitária e impulsionado no quadro do processo de qualificação e candidatura do conjunto monumental como Património Mundial. Refira-se que o Projecto de construção do Parque não foi executado.

a D. Sancho (Alarcão, ibid: 201). Com o rolar dos tempos, no séc. XVIII, a fortificação na sua aparência obsoleta e degradada não resistirá à visão moderna do Marquês de Pombal que, no âmbito da Reforma Pombalina dos Estatutos da Universidade, a dotará de condicões físicas e pedagógicas de harmonia com o ideal iluminista. Neste caso, o projecto de construção do observatório astronómico (que não será concluído) acarretou a demolição da torre de Hércules (quinária) e a destruição parcial da torre de menagem, entre 1773 e 1777 (CORREIA e Goncalves, 1947: 3). Finalmente, no séc. XX, a sujeição deste espaco construído ao Plano de Obras do Estado Novo marca a estabilização fisionómica deste talhão, convertido agora numa clareira urbana composta pelo Largo de D. Dinis e espaco de circulação envolvente (ROSMANINHO, 1996). Neste processo sobressai o esforço de modelação de terreno, provocado pela demolição de estruturas emblemáticas da cidade, como a Porta do Sol, as ruínas do castelo medieval e o troço final do aqueduto, flagrante nas fotografias anteriores a 1943 e da demolição da Alta (AAVV, 1991).

É neste espaço que, em 2008, se desenrolam trabalhos de escavação arqueológica, concentrados junto à estátua de D. Dinis (FIG. 2). Interessa-nos, neste particular, uma sondagem excêntrica – F. Esta sondagem, com uma área total de 26 m², localiza-se na vertente sul da encosta ajardinada em derredor do antigo Colégio de S. Jerónimo, numa plataforma actualmente sobrelevada face ao passeio público. Tal como se pode testemunhar na documentação fotográfica, o rebaixamento da zona de circulação resulta do corte do relevo original deste ponto (FIG. 3).

Escapando à tendência da restante área intervencionada, marcada pelo afloramento superficial do substrato rochoso, esta sondagem apresenta uma potência estratigráfica superior (cerca de 1 m).

Conforme se pode apreciar no desenho da secção ocidental (Fig. 4), na zona mais alta do terreno, entre a sapata que sustenta a fachada do colégio [615] e o muro de contenção de terras contemporâneo [614], a escavação revelou uma estratigrafia simples e linear, cortada por valas abertas para a instalação de infra-estruturas urbanas [609]. Já na zona de cota rebaixada, sob o passeio público e estrada (a Sul), registou-se o surgimento da rocha cortada para o efeito.

Na base do referido pacote estratigráfico identificou-se um depósito de formação antiga [604], assente no substrato geológico calcário, degradado, brando e de matriz argilosa. A camada composta essencialmente por blocos de calcário de médio porte encerrava um conjunto de espólio que despertou a atenção pela composição e configuração (Fig. 5, 6 e 7). O material exumado compreendia espólio cerâmico e um conjunto faunístico e de ossos humanos. Era ainda visível uma área de concentração de cinzas. Cobria este depósito uma camada – [603] – contendo material cerâmico antigo (incluindo fragmentos que colavam com outros recolhidos na [604]), bem como restos faunísticos. A presença de material de cronologia mais recente entre o espólio revela que o depósito foi perturbado em época contemporânea, aparentemente ao nível do topo da camada, fruto da deposição de unidades contemporâneas [602] e [601]. Posteriormente, na segunda metade do séc. XX, estes níveis foram cortados pela vala [609] aberta para a instalação de infra-estruturas. O enchimento desta unidade interfacial - [605] revela características sedimentares e espólio semelhante e compatível ao das camadas interceptadas ([603] e [604]), registando-se colagem de cerâmica entre as mesmas.

Em suma, os dados apresentados revelam seguramente a identificação de um nível estratigráfico de formação proto-histórica. Este, contudo, devido à forte perturbação do solo urbano encontra-se truncado e circunscrito aos resquícios de um depósito, sem que tenha sido possível identificar a sua conexão a qualquer estrutura. Face às peculiares condições do terreno onde se assinala esta ocorrência, é de admitir que a mesma apresente alguma continuidade para lá dos limites da sondagem e que a sua identificação, no futuro, possa acrescentar novos e reveladores dados a esta matéria. Certo é, porém, que a área potencialmente preservada é acanhada, cingindo-se ao terraço cintado pelo muro de contenção e pela cortina exterior do antigo colégio.

A colecção de cerâmica

O lote artefactual de cronologia antiga, exumado na intervenção arqueológica em questão, restringe-se a fragmentos cerâmicos com relações de jazida muito estreitas e espacialmente confinadas – [603], [604] e [605].

Numa apreciação geral, o conjunto estudado revela-se consistente e, aparentemente, coetâneo. Há naturalmente a assinalar a presença de elementos intrusivos sem representatividade numérica naqueles estratos (mobilizados provavelmente pelas raízes), com excepção da [603] onde

estes elementos revelam major peso percentual devido ao revolvimento do topo da camada.

Trata-se de um lote numericamente pouco expressivo, com cerca de uma centena de fragmentos, dos quais vinte e um permitem identificação da componente morfológica. O índice de fragmentação observado é significativo e reduzida a identificação da atribuição formal, não tendo sido reconstituído nenhum recipiente completo.

Como foi já assinalado, muitos fragmentos fornecem colagem entre si, realizando-se, inclusive, remontagem entre as diferentes unidades estratigráficas ([603], [604] e [605]), o que reforça a ideia da homogeneidade do conjunto e da correlação entre os respectivos contextos de recolha. Acrescente-se que as fracturas observadas, apesar de não serem frescas (ocorridas no processo de escavação), não se mostram erodidas, apontando para um momento de fragmentação recente (aparentemente dentro de Época Contemporânea). Este dado coaduna-se com a leitura estratigráfica realizada que aponta para o carácter recente das principais acções de remobilização dos depósitos sedimentares – responsáveis, em grande medida, pela fragmentação da cerâmica.

A análise macroscópica do espólio cerâmico revela fraca diferenciação em termos tecnológicos, com a identificação de cinco fabricos. Dois, seguramente de produção local, modelados manualmente, distinguem-se entre si exclusivamente pelo acabamento superficial.

O mais comum corresponde a uma produção de boa qualidade. com pasta densa e compacta e cozedura tendencialmente redutora (de coloração cinza escuro a preto) com arrefecimento oxidante. Observam-se elementos não plásticos (calcite, grãos de quartzo, nódulos ferruginosos, palhetas orgânicas e mica) de médio calibre (+/- 1mm) em moderada quantidade e homogeneamente distribuídos. As superfícies, com colorações que variam entre o castanho avermelhado e castanho claro, ostentam tratamento cuidado, normalmente polido. Constata-se, num caso, a presença de espatulamento aplicado em feixes com diferentes orientações, criando um efeito estético particular na superfície interna de um vaso aberto (Fig. 8, n.º 11). A este fabrico associam-se potes de média dimensão, de fisionomia elegante, marcada pelo estreitamento do colo a partir do qual soergue em ligeira curva o bordo largo (21/28 cm de Ø) rematado por lábio simples, boleado ou plano (Fig. 8, n.ºs 2, 3 e 4). No território próximo ocorrem pecas de morfologia semelhante em Santa Olaia (Pereira, 2009: est. XXIII, 14-16). Não é certo se o bordo n.º 9 (Fig. 8) corresponderá a uma peça análoga ou, ao invés, a um recipiente aberto. Estes encontram-se representados por pequenas taças com carena ou formato de campânula (Fig. 8, n.ºs 7 a 9). Estes vasos denotam semelhança a taças manuais exumadas em Conimbriga (Arruda, 1997: Fig. 4, 1-4; Correia, 1993: Fig. 3), e em sítios da região da Figueira da Foz como Santa Olaia (Frankeinstein, 1997: Lám. 1 e 2), Crasto de Tavarede (Frankeinstein, 1997: Lám. 41 e 42; Neves, 2013: est. V e VI) e Chões (Pereira, 1993-94: Est. III, 9).

Com pasta de características idênticas, mas com acabamento grosseiro e irregular, surgem alguns bordos podendo ostentar lábio golpeado. Destaca-se neste fabrico uma tacinha globular e um fundo côncavo (Fig. 8, n.ºs 5 e 10). É possível identificar este repertório associado igualmente a superfícies rugosas nas estações de Conimbriga (Alarcão, 1975: Pl IV, 52-66; Arruda, 1997: Fig. 4, 5-7), Santa Olaia (Pereira, 2009: Fig. 32) e Crasto de Tavarede (Neves, 2013: est. II-IV).

Ainda dentro dos fabricos manuais regista-se o bordo de um grande vaso em cerâmica calcítica (Fig. 8, n.º 1) com paralelo na cerâmica manual calcítica de Conimbriga (Alarcão, 1975: Pl II, 15). Possui pasta compacta com abundantes elementos não plásticos de médio calibre dominados pela calcite, mas onde se encontram também presentes quartzo, partículas orgânicas e mica e superfícies alisadas de coloração laranja.

As restantes produções, de qualidade técnica superior, reportam-se a peças montadas a torno. Dos escassos fragmentos distingue-se um fabrico com pastas leves, muito finas e depuradas, contendo abundantes partículas muito finas de mica, algumas palhetas de material orgânico e, ocasionalmente, elementos quartzíticos de maior calibre, boleados. Os fragmentos atribuíveis a esta produção apresentam sempre pastas e superficies cinzentas. Estas, geralmente erodidas e ásperas ao toque, revelam por vezes o polimento original. À excepção de um vaso de perfil incompleto (Fig. 9, n.º 5), possivelmente de formato equivalente a peças de Conimbriga (ARRUDA, 1995: Fig. 6, 2) e Santa Olaia (Pereira, 2009: Fig. 39), os restantes correspondem a pequenas taças em calote ou com carena (Fig. 9, n. os 2 e 4). Quer em Conimbriga (Alarcão, 1975: pl. XI, 203) quer em Santa Olaia (Frankeinstein, 1997: Lám. 13) e mesmo nos Chões (Pereira, 1993-94: est. III, 12 e 13) assinalam-se paralelos para a tacinha de paredes côncavas. Neste fabrico, correspondente a Cerâmica Cinzenta Fina, regista-se ainda a presença de um fragmento reaproveitado, de recorte quadrangular, cujos lados extensivamente boleados indiciam o uso numa actividade de fricção (Fig. 9, n.º 7).

Assinala-se, ainda, a presença de um fabrico peculiar de pastas compactas muito depuradas, com elementos não plásticos muito finos (mica, calcite e partículas ferruginosas). Revelam cozedura redutora com arrefecimento oxidante, com cernes de coloração castanho a creme e margens laranja vivo. As superfícies conservam uma fina aguada negra intensamente polida. Contam-se neste fabrico pequenas taças em calote e acampanadas destacando-se igualmente a recolha de um fundo plano (Fig. 9, n.ºs 1, 3 e 6) que revelam semelhança a taças engobadas do sítio de Chões (Pereira, 1993-94: est. III, 9 e 10).

No seu conjunto, o repertório formal recolhido contempla vasos de pequena e média capacidade. Os recipientes de média capacidade reportam-se a contentores de armazenamento de líquidos ou sólidos e os de pequena capacidade associam-se ao serviço de consumo de líquidos e semilíquidos. Em termos representativos esta baixela de consumo alimentar é claramente dominante e associada exclusivamente a fabricos de elevada qualidade técnica (independentemente da modelação). A este respeito, sublinhe-se que as produções ao torno se inscrevem integralmente neste segmento funcional.

Ressalta, pois, do exposto a escassez de vasos de armazenamento, particularmente dos grandes formatos. Neste sentido, a realidade analisada embora bastante circunscrita aponta claramente para um ambiente especificamente ligado ao consumo alimentar. Ou seja, mesmo na eventualidade de se estar na presenca de um contexto secundário de despejo e rejeição de restos e despojos culinários e alimentares a sua composição remete invariavelmente para o mesmo tipo de contexto funcional primário.

Para além disso, ilustra-se um panorama em que os gestos de consumo e ingestão se concretizam por meio de uma linguagem material específica e nova no território, com clara conexão às comunidades de matriz fenícia instaladas no Baixo Mondego. E, neste sentido, parece natural presumir que a transposição cultural não se circunscreva aos utensílios, mas que tenha eco no domínio dos gestos, usos e esquemas simbólicos deste universo cultural de referência. Esta linha de raciocínio conduz-nos a cenários e leituras estimulantes, onde se inscreve a realização de rituais de comensalidade de grande expressão social e cerimonial na Proto-história. Contudo, a exiguidade dos vestígios impede a explanação mais aprofundada desta interpretação.

Em termos concretos, apesar das limitações do contexto analisado, os tracos tipológicos deste acervo remetem, tal como referido, para ambientes proto-históricos antigos na transição entre o Bronze Final e a I Idade do Ferro, com paralelos formais nos horizontes orientalizantes das estações mais conhecidas da bacia do Baixo Mondego, como Santa Olaia, Crasto de Tavarede, Chões e Conimbriga. Destaca-se neste conjunto, a convivência entre traços arcaizantes ou de feição indígena, à falta de melhor designação, com peças tecnicamente mais evoluídas que poderiam arrastar a datação pelo I milénio a.C. adentro. Contudo, a coerência do lote sempre inspirou a ideia da coetaneidade dos materiais, tendo sido a inserção cronológica inicial corroborada pela datação radiocarbónica.

Enquadramento cronológico

Justamente, e não obstante os constrangimentos que as cerâmicas em estudo colocam em termos de uma atribuição cronológica muito fina, a existência, no mesmo contexto, de materiais orgânicos datáveis, permitiu obter uma data de C14 cujos resultados estão em sintonia com o enquadramento cronológico pré-definido pelo estudo dos fabricos e morfologias daquelas.

Para tal, selecionou-se um osso humano, concretamente um dos fragmentos osteológicos cranianos recolhidos na unidade [604]. A amostra, com 4 gr, processada (Database INTCAL13) e recalibrada (Database – curva de calibração INTCAL20, REIMER *et al.*, 2020) pelo Beta Analytic Radiocarbon Dating Laboratory revelou os seguintes resultados (Fig. 10):

Tabela 1: Resultado da datação por radiocarbono da amostra óssea humana da [604].

Código do laboratório Beta-540084 Idade convencional por radiocarbono 2490 ± 30 BP					
Probabilidade de 95.4%					
(94.1%)	775 - 514 cal BC	(2724 - 2463 cal BP)			
(1.3%)	500 - 486 cal BC	(2449-2435 cal BP)			
Probabilidade de 68.2%					
(45.9%)	650-546 Cal BC	(2599-2495 Cal BP)			
(11.9%)	696-664 Cal BC	(2645-2613 Cal BP)			
(10.4%)	759-735 Cal BC	(2708-2684 Cal BP)			

Ponderados os diversos indicadores cronológicos (tipológicos e analíticos) podemos então fixar temporalmente o contexto identificado na I Idade do Ferro, no dilatado intervalo de segurança balizado entre meados do séc. VIII e meados do séc. VI a.C.

Os restos ósseos humanos

A intervenção no Largo de D. Dinis permitiu recuperar restos ósseos humanos desarticulados de duas camadas: [601] e [604]. Como referimos, a primeira, é uma camada superficial, resultante do revolvimento de terras, de formação recente e a segunda um depósito de formação antiga.

Os dezasseis fragmentos ósseos recuperados da camada [601] são cranianos, nove dos quais da mesma calote craniana, sendo provável que os restantes também o sejam. A este conjunto pertence ainda um fragmento de osso frontal + parietal esquerdo e um de osso occipital recuperados da camada [604]. Estas colagens confirmam a relação entre os achados ósseos preservados nas duas camadas.

Da camada [604], para além dos restos cranianos acima referidos. foram ainda recuperados um dente solto e diversos ossos do esqueleto pós-craniano (descritos mais à frente). Todos estes fragmentos ósseos (das duas camadas) são compatíveis com um indivíduo adulto maduro. excepto o fragmento de mandíbula que terá pertencido a um adolescente ou adulto jovem.

A calote craniana reconstituída pertence a um indivíduo adulto, provavelmente do sexo masculino, face à robustez do osso occipital. Quanto à idade à morte, a obliteração avançada de diversos segmentos de suturas cranianas, sugere um adulto maduro.

Várias regiões desta calote craniana, tais como fragmentos de osso parietal e de osso malar direito, apresentam porosidade designada por hiperostose porótica. Esta é frequentemente associada a deficiências de ferro devido a anemia, causada por nutrição inadequada e/ou infecção. No presente caso, com excepção de uma região descrita mais à frente, as lesões encontram-se remodeladas e não activas no momento da morte do indivíduo.

O osso occipital deste indivíduo, ainda que incompleto (falta a região posterior direita), apresenta um crescimento ósseo marcado, ligeiramente inclinado para o lado esquerdo, na região do inion (ponto craniométrico; Fig. 11 – seta branca; Fig. 12 – seta grossa). Esta região é a zona de inserção do ligamento nucal, uma membrana fibrosa. Este ligamento tem início na protuberância externa do occipital (*inion*), passa no tubérculo posterior do arco posterior do atlas (C1), segue pela região medial das apófises espinhosas da segunda à sétima vértebras cervicais, fixando-se no ápice superior da apófise espinhosa da última vértebra cervical (C7). As funções propostas para este ligamento incluem neurofisiológicas e biomecânicas relacionadas com a cabeça e a coluna cervical (Takeshita *et al.*, 2004). No presente caso, o uso repetitivo, intenso e prolongado deste ligamento deverá ter levado à ossificação observada.

No lado esquerdo desta região, foi ainda detectada uma depressão em forma oval. Esta apresenta um eixo maior de aproximadamente 38mm, e 22mm, de largura máxima, medido sensivelmente a meio. A margem superior desta depressão revela uma inclinação que, na região média, mede cerca de 7mm (Fig. 12). Já na margem inferior, a região média é acompanhada por um pequeno crescimento ósseo (Fig. 12 – seta fina). As alterações descritas são compatíveis com um trauma antigo, completamente remodelado e sem sinais visíveis de complicações, incluindo infecção. É possível que o crescimento ósseo acentuado observado na região do *inion* se tenha desenvolvido em consequência deste trauma.

Neste osso, na região superior direita (assinalada pela seta preta da Fig. 11), a porosidade observada apresenta características de uma lesão activa de hiperostose porótica e em fase de remodelação no momento da morte do indivíduo. Esta porosidade não deve estar relacionada com o trauma acima descrito, uma vez que este último se encontra completamente remodelado, traduzindo um evento ocorrido algum tempo antes da morte do indivíduo.

Nos restantes fragmentos cranianos há a assinalar sinais de infecção remodelada num pequeno fragmento ósseo da região facial ao nível endocraniano e um fragmento da região da articulação temporomandibular esquerda, que revela uma pequena lesão de origem degenerativa, com aproximadamente 0,7mm por 0,3mm.

Na camada [604], para além dos ossos cranianos acima descritos, foram recuperados uma metade distal de diáfise de úmero direito, um fragmento de diáfise distal de fémur esquerdo, um fragmento de diáfise de fémur direito, um fragmento de acetábulo direito, um pequeno fragmento de diáfise de osso longo, um incisivo lateral superior esquerdo

e um fragmento do lado direito de mandíbula com os 2.º e 3.º molares in situ. Com excepção do fragmento de mandíbula, todo este espólio ósseo humano é compatível com um indivíduo, inclusivamente a calote craniana, ainda que não se possa excluir pertencerem a indivíduos diferentes.

O fragmento de diáfise de fémur direito, não possui fossa hipotrocanteriana nem 3.º trocânter (caracteres morfológicos não métricos) e revela ausência de achatamento do seu terço superior (índice platimérico = 82,14).

Neste pequeno conjunto de restos ósseos foram encontradas evidências de algumas patologias. No fragmento de osso coxal direito, alterações degenerativas de grau mínimo foram observadas na cavidade acetabular. Esta corresponde à articulação coxo-femoral, pelo que as alterações notadas permitem sugerir uma mobilidade acentuada do respectivo indivíduo.

Sinais de patologia infecciosa remodelada foram detectadas na superficie anterior dos dois fragmentos de fémur (um de cada lateralidade). Estes revelaram ainda alterações degenerativas não articulares mínimas na linha áspera, uma zona de inserção muscular.

O dente solto recuperado, um incisivo lateral superior esquerdo. apresenta um desgaste dentário de grau médio (4, na escala de Smith, 1984, adaptada por SILVA, 1996), sem depósitos de tártaro, e uma lesão cariogénica pequena na região interproximal mesial. Apresenta ainda duas hipoplasias do esmalte dentário na sua coroa, um indicador de stress fisiológico não específico. A presença destas duas linhas revela que este indivíduo passou por dois períodos de stress fisiológico severos (doença prolongada e/ou deficiências nutritivas) entre os 2 e 5,5 anos. Estes eventos levaram à interrupção temporária da formação da coroa dentária. Contudo, o indivíduo conseguiu recuperar e a coroa dentária continuou a sua calcificação, ficando esses episódios registados no esmalte dentário sob a forma das linhas observadas.

Este dente apresenta ainda duas pequenas fracturas antemortem ao longo da sua superfície incisal. Estas poderão estar relacionadas com a ingestão de alimentos abrasivos, mas também com actividades não mastigatórias.

Nesta camada foi ainda recuperado um fragmento do lado direito de uma mandíbula (604.6) com os 2.º e 3.º molares in situ. Através de uma fractura postmortem é possível observar que o ápex do 2.º molar está fechado confirmando que este terá pertencido a um indivíduo com mais de 15 anos de idade. Contudo, o baixo desgaste dentário dos dois dentes, respectivamente 1 e 0, permite ainda sugerir que não se tratava de um indivíduo adulto maduro/idoso e, deste modo, não compatível com os restantes vestígios ósseos humanos recuperados. Estes dois dentes não apresentam depósitos de tártaro nem lesões cariogénicas. No 2.º molar foi também detectada uma hipoplasia do esmalte dentário que, no presente caso, traduz um episódio de stress fisiológico ocorrido entre os 5.5 e 8 anos de idade.

Foi ainda realizada uma análise morfológica não métrica destes dois dentes, recorrendo ao protocolo ASUDAS (Turner et al., 1991) e do registo do Forame-tubérculo (segundo MARADO e SILVA, 2016; Marado *et al.*, 2015) (Tabela 2).

Tabela 2: Dados obtidos na análise da morfologia não métrica dos molares inferiores direitos da mandíbula 604.6 recuperada da intervenção do Largo de D. Dinis.

Caracter/Dente	2º Molar	3º Molar	
Nº de cúspides	4	4	
Padrão de Cúspides	X	Y	
Protostilídeo	Grau 1	0	
Forame-tubérculo	0	0	
Presença de cúspide 6	0	0	
Presença de cúspide 7	0	0	

Legenda: 0 – ausência.

Em suma, os restos osteológicos humanos recuperados no Largo de D. Dinis na Universidade de Coimbra durante a intervenção de 2008 pertencem, no mínimo, a 2 indivíduos, um adulto maduro provavelmente do sexo masculino e a um adolescente ou adulto jovem. Todas as peças ósseas e dentárias recuperadas, com excepção do fragmento de mandíbula, poderão pertencer ao indivíduo mais idoso identificado nesta amostra.

Entre as observações, destaca-se a presença de um trauma antigo detectado na região da nuca do indivíduo masculino adulto maduro, concretamente no lado esquerdo do seu osso occipital. A lesão encontra-se completamente remodelada, sem sinais visíveis de complicações traduzindo um evento ocorrido muitos anos antes da morte do indivíduo.

As alterações observadas na região da protuberância do osso occipital (na região do *inion*) poderão estar relacionadas com este evento traumático. Este, terá ainda lesado o ligamento nucal e, deste modo, comprometido as suas funções neurológicas e biomecânicas resultando, entre outras, na formação óssea observada.

As alterações ósseas compatíveis com patologia infecciosa e hiperostose porótica registadas em vários ossos (cranianos e pós-cranianos) são todas não activas, excepto na região direita do osso occipital onde se encontram em fase de remodelação. Os dois indivíduos passaram ainda por períodos de stress fisiológico severos durante as suas infâncias, traduzidos pela presença de hipoplasias do esmalte dentário. Porém, é de destacar que estes indivíduos conseguiram ultrapassar estes episódios, mostrando alguma resiliência.

A fauna

Uma vez que, contrariamente à cerâmica, a fauna também não revela, à partida, adstrição cronológica, no estudo foi apenas considerado o material exumado no depósito [604], pese embora se presuma a inclusão de restos faunísticos antigos nas camadas [603] e [605]. Assim sendo, foi registado um total de 81 ossos e dentes de animais vertebrados todos recuperados naquela camada. Identificaram-se restos pertencentes a cinco grupos taxonómicos: gado bovino, caprinos (ovelha ou cabra), suínos (porco ou javali), veado e cão (tabela 3). Não foi possível identificar ao nível específico um grande número de elementos (n=42). pelo que nesse caso classificámos, quando possível, por tamanho do animal a que pertenceriam: macrofauna (grande porte) ou mesofauna (médio porte).

Quase metade dos ossos registados (n=38) foram classificados como pertencendo a animais de grande porte. A maioria desses restos correspondia a fracções de mandíbula (n=22), tendo sido ainda registados um fragmento de costela, uma vértebra caudal, quatro fragmentos de osso longo e 10 ossos indeterminados. Muito provavelmente a maior parte destes restos pertenceria a *Bos taurus*.

Um fémur de feto não identificado, um osso longo e um osso indeterminado foram classificados como mesofauna. Registaram-se ainda dois fragmentos pequenos e incaracterísticos, classificados como indeterminados.

Os restos de bovinos são os mais frequentes e são atribuíveis a três mandíbulas de animais jovens. Dos 24 restos identificados com certeza a *Bos taurus* apenas um não pertencia ao esqueleto craniano – um rádio de juvenil com as epífises proximal e distal ausentes por não estarem fusionadas. A articulação proximal do rádio funde-se, nesta espécie, aos 12-15 meses, indicando que este animal não teria mais de um ano e três meses.

Os dentes estavam, na maioria, soltos devido à fragmentação das mandíbulas, mas foi possível reconstituir três mandíbulas que representam a maioria do espólio identificável e pertencem a pelo menos dois indivíduos. Todas as mandíbulas apresentam o mesmo conjunto de dentes com pequenas variações: dentes de leite bastante gastos (dp2, dp3, dp4) e dentes definitivos pouco gastos (I, P2, P3, P4, M1, M2, M3), sendo que entre os dentes definitivos apenas o M1 e M2 apresentavam desgaste e os pré-molares e terceiro molar apresentavam indicadores de não estarem erupcionados, com ausência total de desgaste. De facto, o dente de leite dp4 teria o P3 e P4 por baixo e são estes que iriam empurrar o dente decíduo para sair, remetendo para uma fase em que o animal estaria a mudar a dentição de leite pela definitiva. Sendo que, segundo Habermhel (1975, 96), o M2 nasce aos 15-18 meses e o M3 aos 24-28 meses, estes animais deveriam ter entre um e dois anos.

A ovelha e a cabra (*Ovis aries* e *Capra hircus*) são difíceis de distinguir ao nível osteológico, daí a necessidade de juntar os dados destas duas espécies num único grupo. Este grupo está apenas representado por cinco ossos: uma omoplata de juvenil, uma epífise, proximal e outra distal, de fémur, ambas não fundidas, dois calcâneos também sem fusão completa e um metatarso proximal fundido. Todos os ossos imaturos teriam de pertencer a animais seguramente com uma idade inferior a dois anos.

Os dois restos de suínos (Sus sp.), um fragmento de molar inferior e uma diáfise de tíbia de juvenil, sem nenhuma das epífises fundidas. É provável que estes restos pertençam a porco, mas é dificil de distinguir do javali, sobretudo em fragmentos de dentes ou em ossos de juvenis.

Um úmero, pertencente ao membro anterior de veado (*Cervus elaphus*), o único representante de uma espécie selvagem neste conjunto. Curiosamente é à espécie selvagem que pertence o único osso de fusão completa da metáfise distal com a epífise.

Foi recuperada uma mandíbula direita de canídeo, com incisivos. canino, pré-molares e apenas um molar (M1). Do mesmo táxon um úmero distal, uma diáfise de tíbia e outra de rádio, foram igualmente registados. O primeiro molar apresenta 20,1 mm de comprimento, o que nos permite identificar como cão (Canis familiaris lupus) já que, segundo Pires et al. (2019: Fig. 3b), medidas inferiores a 23 mm enquadram-se nos valores da espécie doméstica. O que não será de estranhar já que é bem mais comum que o lobo em contexto arqueológico. Os dentes são definitivos, por isso o animal teria de ter mais de 5 meses de idade. O primeiro molar não apresenta qualquer desgaste o que, segundo Horard-Herbin (2000: 118), significa que o animal teria menos de 2 anos e muito provavelmente teria entre 6 a 10 meses, sendo assim mais uma vez confirmada a presença de um animal muito jovem.

Uma tendência geral do conjunto parece ser a presença de juvenis que normalmente não estão associados ao consumo recorrente e doméstico. A tendência é a de abater os animais para consumo quando estes iá atingiram alguma maturidade, o pico do seu tamanho, mas também não demasiado velhos para que a carne não seja demasiado dura, cerca dos dois a três anos.

Os restos também se encontravam colocados por cima dos ossos humanos, mas nenhum deles parece pertencer a um depósito cuidado de animais completos, correspondendo apenas a partes desconexas (Fig. 7). O conjunto de mandíbulas de gado bovino, uma parte do esqueleto normalmente de menor interesse alimentar, parece não esclarecer a intencionalidade.

Um fragmento de costela de animal de grande porte com marcas de corte, possivelmente de vaca, pode apontar para o consumo de carne do tórax ou de preparação da carcaça, o que não é concordante com o resto do conjunto que não apresenta marcas de corte. Já o úmero de veado não apresenta marcas de corte, mas demonstra uma fractura oblíqua e arredondada compatível com a quebra do osso quando este ainda estava fresco, ou seja, concordante com a preparação de uma carcaça para consumo.

O depósito dos restos de animais por cima de restos humanos remete-nos para um possível contexto de ritual, embora se desconheçam no território português contextos rituais com este tipo de elementos dispersos e desconexos. A intencionalidade na deposição garante normalmente uma cobertura rápida por sedimentos e melhor preservação do conjunto o que não parece acontecer aqui.

Em alternativa, não poderemos afastar a hipótese de o conjunto decorrer da deposição de restos alimentares sem intencionalidade particular, incluindo a possibilidade de resultar de algum banquete que privilegiou o consumo de carne de animais mais jovens.

A presença expressiva de restos de gado bovino doméstico na primeira Idade do Ferro parece ser, aliás, concordante com o de outros sítios contemporâneos, mas mais afastados geograficamente como Abul (Cardoso, 2001) ou mesmo mais tardios como o Cerro da Rocha Branca (Cardoso, 1993; Arruda, 2007: 124) ou o Núcleo dos Correeiros em Lisboa (Detry *et al.*, 2016).

A nível regional não são muitos os dados que permitem tecer comparações, mas dois estudos são incontornáveis. Um deles reporta-se à análise da fauna de Santa Olaia na tese de mestrado de Filipe Martins (2020) e o outro corresponde à Gruta do Medronhal (VILAÇA et al., 2018), a cerca de 15 km a sul da cidade de Coimbra. Enquanto em Santa Olaia, os restos recuperados e que incluem igualmente fauna malacológica (ALMEIDA et al., 2017) resultarão essencialmente de despejos alimentares, no caso dos restos da Gruta do Medronhal estudados por João Luís Cardoso aponta-se no sentido de serem o resultado de práticas rituais, com restos de fauna com poucas marcas de corte e restos esqueléticos bem preservados e com maior frequência de animais de pequeno porte, como a ovelha e cabra (VILAÇA et al., 2018: 62). Sublinhe-se que este contexto tem uma dimensão funerário-cultural e é cronologicamente anterior, da transição Bronze Final-I Idade do Ferro.

Um terceiro conjunto a ter presente, proveniente de Coimbra (Rua Fernandes Tomás), mas neste caso já cronologicamente posterior aos materiais em análise, foi analisado por Vera Pereira que refere a presença de caprinos, bovinos e equídeos em contextos mais tardios da II Idade do Ferro (Almeida *et al.*, 2011).

Os conjuntos faunísticos da primeira Idade do Ferro são ainda escassos e heterogéneos e o conjunto aqui representado, apesar de não ser completamente claro, pode representar um contexto ritual pela relação com os restos osteológicos humanos e abundância de animais muito jovens.

Tabela 3: Número de Restos Determinados (NRD) e Número Mínimo de Indivíduos (NMI) dos restos de fauna recuperados na UE [604].

Espécies	NRD n	0/0	NMI n
Bos taurus (gado bovino)	24	30%	2
Ovis aries/Capra hircus (ovelha ou cabra)	6	7%	1
Sus scrofa (javali ou porco)	2	2%	1
Cervus elaphus (veado)	1	1%	1
Canis lupus familiaris (cão)	5	6%	1
Macrofauna	38	47%	
Mesofauna	3	4%	
Indeterminado	2	2%	
Total	81		

Considerações acerca do conjunto sidérico do Largo de D. Dinis

Os resultados agora apresentados, embora circunscritos, constituem um marco relevante no resgate da memória proto-histórica da cidade. A fraca probabilidade do registo arqueológico de contextos antigos preservados num centro histórico como o de Coimbra, vítima de elevada e continuada perturbação do subsolo (exponenciada por radicais reformas urbanísticas, muito em especial e mais perto do nosso tempo a resultante da "destruição da Alta" nos anos 40-50 do século passado) convertem por si só este achado num evento excepcional. Para mais, sendo aqui inéditos os níveis da I Idade do Ferro. Com efeito, transpondo os resultados da datação radiocarbónica do fragmento osteológico analisado para o contexto de recolha, será de admitir (com um grau de probabilidade de 95.4%) a inserção do depósito detectado entre o séc. VIII e o séc. VI a.C., de harmonia igualmente com o que à cultura artefactual diz respeito.

A este propósito, o conjunto de cerâmica recolhido anunciava já a integração desta fase ocupacional no horizonte cultural do Ferro Antigo radicado no Baixo Mondego. Sobressai no lote, a par das produções manuais grosseiras de extenso lastro diacrónico, e de peças que reproduzem formas correntes do Bronze Final (como as taças carenadas por exemplo), o aparecimento de aspectos formais e tecnológicos derivados do repertório sidérico. A incorporação na cerâmica de fabrico local de traços formais mais evoluídos, tais como o perfil elegante e desenvolvido dos bordos da maioria dos recipientes fechados, bem como a ocorrência de cerâmica fabricada a torno, denunciam assim o contacto com realidades materiais exógenas. Ora, a compreensão dos contornos e alcance dessa influência implica encadear os dados de Coimbra na realidade regional envolvente.

Em 2011, Ana M. Arruda confessava que "Englobar Coimbra nesta rede de povoamento orientalizante do Baixo Mondego é tentador, mas, na cidade, os dados escasseiam ainda para este período e para esta matriz cultural" (ARRUDA, 2011: 1). Desta feita, os resultados agora publicados comprovam que Coimbra integrava, efectivamente, a rede de povoamento do Baixo Mondego num tempo de referência cultural vincadamente orientalizante, coexistindo, com destacados núcleos de povoamento de origem ou influência fenícia como Santa Olaia ou Conimbriga. Esta coexistência convoca perspectivas sobre a forma como se inter-relacionariam estes e outros lugares da região. Dotados de diferentes condições geo-ambientais e assentando em distintos substratos culturais, estes lugares tenderiam a estabelecer relações de poder em função do controle directo de determinados recursos. Sendo de admitir que o incremento dos fluxos de trocas gerados neste território lhes granjeariam mútuo beneficio, i.e., embora dotados de distinta natureza socio-económica seria à partida do interesse dos diferentes polos de ocupação do território o robustecimento das redes de intercâmbio e solidariedade. No caso de Santa Olaia, por exemplo, a vocação de índole mercantil desta comunidade, à semelhança das suas congéneres, orientá-la-iam para a produção e troca de bens em larga escala. Já Coimbra, ao flanquear a montante o Mondego – o principal canal de ligação ao interior beirão e aos seus almejados recursos mineiros auferiria de um papel decisivo, em termos geo-estratégicos, no controlo desse mercado. A implantação de Coimbra coincide precisamente com a boca do estuário, ponto em que o rio se libertava dos meandros apertados na massa de montanhas interiores espraiando-se num braco de mar de horizontes abertos ao oceano. Se estes atributos foram determinantes para a preponderância política e económica da cidade em épocas históricas, não deverão ter sido menos em épocas anteriores. E, neste sentido, será de admitir que para transpor este estrangulamento do rio as

comunidades orientalizantes do Baixo Mondego teriam de se concertar com o povoado então aqui existente. E o mesmo se aplicaria às embarcações que descessem do interior. Será assim de crer que o seu estatuto e preponderância, em termos de posição negocial, residisse em grande medida no incisivo domínio do rio (Fig. 13).

Atendendo então à existência de uma comunidade fenícia em Santa Olaia, a escassos 30 km e considerando a influência destes contingentes populacionais alógenos no território, e nas respectivas populações autóctones (por mais diáfanas que se afigurem hoje as suas marcas), não resistimos a evocar referências longínquas, ligadas ao mito fundacional de Coimbra que se colam precisamente a este universo cultural. Preservadas na historiografia renascentista, mas espelhando uma dimensão oral, despontam as referências a Hércules, concretamente o de epiteto líbio, radicadas no fundo mitológico da fundação de Coimbra². As obras de Inácio de Morais (1553, Apud Fernandes, 2007: 141), Pedro de Maris (1594, fls, 12v - 13), Frei Bernardo de Brito (1597, fl 129v), António Coelho Gasco [†1666] (1805, 8) e Nicolau de Santa Maria (1668, Liv. V, Cap. V), entre outras, fazem eco deste imaginário actualmente esquecido. Sem embarcar em discursos de teor evemerista é impossível ignorar o simbolismo dos cenários tracados e a sua ligação ao lastro do sincretismo religioso Melkart/Heracles nos territórios ocidentais (Poveda Navarro, 1999; BERNARDINI e ZUCCA, 2005; LIMA, 2019). Para mais, dá-se a curiosa coincidência do *locus* simbólico desta narrativa – a torre quinária ou de Hércules - se situar a escassos metros dos achados agora apresentados (Fig. 14). Por ironia do destino, este fundo simbólico, à primeira vista de teor puramente erudito, ajusta-se, como veremos, na perfeição aos cenários evocados pelos testemunhos escavados na intervenção no Largo de D. Dinis.

Em termos concretos há que reconhecer o nível de incerteza referente à interpretação rigorosa dos testemunhos identificados, podendo-se ponderar diferentes quadros explicativos para o aparecimento conjunto do espólio artefactual, faunístico e dos restos humanos. Se a ocorrência de despojos / ossos humanos convidaria à associação a um espaço sepulcral, razões há que desencorajam esta interpretação.

² Tema a ser desenvolvido de forma mais detalhada no âmbito da tese de doutoramento de uma das autoras (SA).

O facto de não se terem identificado vestígios claros de uma utilização funerária do espaço, tais como, a ausência de estruturas funerárias, ou o facto de os restos osteológicos não se encontrarem em conexão anatómica, colocam reticências à ligação a um espaço estritamente cemiterial. Certo é, para já, o afastamento a um ritual de incineração. Aliás, a este respeito importa referir que nesta vasta região, até agora, o único contexto funerário conhecido, embora de cronologia imediatamente anterior – a Gruta do Medronhal – se reporta a um ambiente indígena com inumações, curiosamente associadas a depósito votivo de carcaças de animais (VILACA *et al.*, 2018).

Atendendo aos vestígios registados no centro histórico da cidade relacionados com os momentos subsequentes no desenrolar do I milénio a.C., é de admitir a existência de um povoado neste local. A dispersão de achados (da II Idade do Ferro na sua maioria) um pouco por toda colina (Fig. 13) associar-se-á (à falta de elementos em contrário) a um núcleo residencial – concretamente ao oppidum de Aeminium referido na História Natural de Plínio (IV, 113) e na Geographia de Ptolomeu (II, 5). À data, há a registar a ocorrência de materiais proto-históricos no topo da colina, nomeadamente no Pátio das Escolas (FILIPE, 2006), no Museu Machado de Castro (Carvalho, 1998: 179: Almeida et al., 2015) e no Largo dos Colégios (Valinho e Filipe, 2010). Na encosta oeste observam-se vestígios na R. Fernandes Tomás (ALMEIDA et al., 2011: PINHO e HENRIOUES, 2019) e Casa das Cruzes. E na encosta norte. surgem na Couraça dos Apóstolos, n.º 10, na R. Corpo de Deus (Temudo e Almeida, 2012) e no Pátio da Inquisição (Frade e Caetano, 1994: 328) já do outro lado da Ribela. A estes somam-se ainda outros testemunhos menos expressivos ou mais enigmáticos, mas culturalmente bem definidos (RODRIGUES, 1961: Fig. 227).

Retornando ao assunto analisado, são de facto execpcionais as realidades arqueológicas que retratam a existência de "deposições" de restos humanos no seio de ambientes domésticos e religiosos. No entanto, há que valorizar devidamente a identificação dos vestígios de pelo menos dois indivíduos, precisamente num dos pontos mais destacados do povoado. O perfil do conjunto faunístico, sem ser completamente esclarecedor aponta igualmente nessa direcção. Ou seja, muito embora os elementos taxonómicos tenham correspondência com os de outros locais da Idade do Ferro de matriz orientalizante do território português (particularmente a presença expressiva de gado bovino) o padrão presente no Largo de D. Dinis foge à regra sob outros aspectos.

Assim, a exclusividade de animais juvenis entre as espécies domésticas, de resto claramente preponderantes e onde pontua um canídeo, e a deposição reiterada de determinados elementos do esqueleto, como as mandíbulas, distancia-se dos cenários correntes de consumo doméstico. Concomitantemente, a deposição dos restos animais sobre os vestígios humanos é sugestiva de um ambiente de natureza ritual.

Quanto ao espólio artefactual o acervo cerâmico aponta claramente para uma utilização ligada ao consumo alimentar concretizado com recurso a produtos de influência orientalizante, secundada por alguns contentores de baixa e média capacidade de armazenamento. Portanto, prevalece neste quadro a associação a um ambiente ligado ao consumo em detrimento de contextos ligados ao armazenamento ou processamento alimentar.

Já o estudo antropológico do material osteológico humano não revelou a presença de indícios que apontem para uma causa de morte compatível com um cenário sacrificial ou de violência, muito embora também não o desmintam. A este respeito o quadro parece indicar a presença de indivíduos, um dos quais seguramente do sexo masculino, que denotam alguma resiliência na superação de stress fisiológico severo ocorrido durante a infância. Ou seia, revelando um crescimento em condições relativamente adversas, mas compensadas num quadro posterior de recuperação.

Perante os elementos documentados ficam, assim, em aberto todas as hipóteses equacionáveis, se bem que com distinta probabilidade: estarmos em presença de uma área de necrópole (em termos convencionais) nas imediações do núcleo ocupacional: dever-se a amortização dos restos humanos a um episódio acidental ou fortuito no âmbito da vivência do povoado; ou estar-se face a testemunhos deposicionais de natureza cerimonial.

Reconhecendo o insólito da situação, principalmente face ao desconhecimento de contextos arqueológicos adicionais conexos, desconhecimento que condiciona uma leitura mais consistente de todo o conjunto e do seu espaço, parece ganhar alguma consistência esta última hipótese, i.e., a articulação dos diversos vestígios materiais parece configurar um contexto de cariz ritual. A deposição de restos humanos sob restos de animais jovens, nos quais se conta um cão, associados a um foco de combustão, envoltos por restos de recipientes de consumo e blocos de calcário, denunciam muito provavelmente um acontecimento intencional de natureza cultual. A hipótese de se tratar, inclusive, de um depósito fundacional, até pelo facto de o conjunto se encontrar directamente sobre o substrato geológico, não é de excluir.

A este propósito, também não se pode ignorar a localização do depósito, atendendo a que estamos precisamente na zona da porta da muralha medieval (Fig. 14) e romana (ALARCÃO, 2008: 55), a qual poderia, apesar de não existirem evidências empíricas, decalcar um percurso ancestral, pré-romano. Para mais, é verdade que a unidade estratigráfica [604] corresponde a uma concentração de blocos calcários dispostos de forma aparentemente aleatória que podem estar em articulação com aquela estrutura, permitindo colocar a hipótese de o depósito estar na base da muralha ou nas suas imediações. Testemunhos de práticas rituais com a manipulação de restos ósseos humanos, e também de animais, em contextos habitacionais, são conhecidos em distintas regiões europeias (v.g. Inglaterra, Alemanha, República Checa), nomeadamente em povoados proto-históricos, incluindo oppida, como Závist ou Wallendorf (v.g. Brück, 1995; Von Nicolai, 2020: 97). Essas deposições, que envolvem partes desarticuladas do corpo humano, privilegiam determinadas zonas de particular significado e simbolismo, i.e., liminares: linhas de muralhas e taludes, fossos, a entrada daquelas, etc. (Brück, 1995: 247, 253, 257). E é de notar igualmente que nesses casos prevalecem os crânios ou fragmentos de crânios, essencialmente de adultos, tal como no depósito em questão. Outros exemplos poderiam ser resgatados (VILACA, 2009: 490-491). desde logo a interessante situação da Quinta do Almaraz, em cujo fosso foram depositados restos humanos e de cão, os quais, significativamente, se circunscrevem a esse contexto particular do fosso deste povoado orientalizante da foz do Tejo (BARROS, 1999: 80, 94).

Neste sentido, com pistas tão sugestivas e ao mesmo tempo tão desconcertantes, quase cedemos a invocar o nosso Hercules Líbio para a clarificação futura da questão dos achados deposicionais do Largo de D. Dinis, que sem o surgimento de novas descobertas dificilmente se há de deslindar.

Em suma, o processo de aproximação às ocupações antigas de Coimbra revela-se, uma vez mais, um exercício complexo e difícil. Longe ainda de se alcançar uma visão nítida das diferentes faces históricas da cidade, vão-se encadeando lentamente os elos do seu trajecto temporal. De momento o elo resgatado dá nota das possíveis circunstâncias ligadas à fundação remota deste povoado, um estabelecimento estável, ocupado de forma tendencialmente permanente pelo menos

desde o Ferro Antigo. Existindo, coexistindo e persistindo para senhorear o rio onde projeta e reflete a sua história.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a informação referente à recolha de cerâmica proto-histórica na 'Casa das Cruzes' a Denise Lima e Silva e no n.º 47/49 da Couraça dos Apóstolos a Andrea Oliveira. Expressamos igualmente o nosso reconhecimento aos revisores pelas sugestões apontadas.

O presente artigo foi redigido no âmbito do Projeto de Doutoramento "Dinâmicas culturais na área de Influência do Mondego durante o I milénio a.C." financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia através da Bolsa de Doutoramento SFRH/BD/129227/2017 no âmbito da qual se custeou a análise de C14.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV (1991) Velha Alta Desaparecida, Álbum Comemorativo das Bodas de Prata da Associação de Antigos Estudantes de Coimbra. 2º edição, Coimbra.
- Alarcão, Jorge (1975) Fouilles de Conimbriga V. La céramique commune locale et régionale, Paris: Editions de Boccard.
- ALARCÃO, Jorge (1979) As Origens de Coimbra, Actas das I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, Coimbra, pp. 23-40.
- ALARCÃO, Jorge (2008) Coimbra a montagem do cenário urbano, Coimbra.
- ALMEIDA, Sara; NÓBREGA, Ricardo; VILAÇA, Raquel; SILVA, Ricardo Costeira da (2011) - Cerâmica da II Idade do Ferro de Aeminium - R. Fernandes Tomás 72/74 (Coimbra, Portugal), Conimbriga 50, pp. 33-57.
- ALMEIDA, Sara; SILVA, Ricardo Costeira da; VILACA, Raquel (2015) Testemunhos da ocupação pré-romana no forum de Aeminium (Coimbra, Portugal) / Pre-roman testimonies in the Aeminium Forum (Coimbra, Portugal), Antrope 3, pp. 39-63.
- ALMEIDA, Sara; CALAPEZ, Pedro; VILACA, Raquel (2017) Moluscan shells from the Phoenician establishment of Santa Olaia (Figueira da Foz, Portugal), Libro de Resúmenes de la XXII Bienal da Real Sociedad Española de Historia Natural, Madrid, pp. 203-205.
- ARMBRUSTER, Barbara; PARREIRA, Rui (1993), Inventário do Museu Nacional de Arqueologia. Colecção de Ourivesaria, 1.º volume. Do Calcolítico à Idade do Bronze, Lisboa: Instituto Português de Museus.
- ARRUDA, Ana Margarida (1997) Conimbriga: Fouilles de 1988-1989. 2, Les travaux sur le forum, Itinéraires Lusitaniens: trente années de collaboration archéologique luso-française, Paris: Diffusion E. de Boccard, pp. 13-33.

- ARRUDA, Ana Margarida (2007) A Idade do Ferro no Algarve: velhos dados (e outros mais recentes) e novas histórias, *XELB 7: Actas do 4º Encontro de Arqueologia do Algarve Percursos de Estácio da Veiga* (Silves, 24 e 25 de Novembro de 2006), pp. 115-130.
- Arruda, Ana Margarida (2011) Baixo Mondego, in *Dizionario Enciclopedico della Civiltà Fenicia (DECF)* http://www.decf-cnr.org/images/archivio/lettera-b/Baixo Mondego.pdf
- Barros, Luís (1999) O Fim do Bronze e a Idade do Ferro no Território de Almada, Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiada).
- Bernardini, Paolo; Zucca, Raimoundo [eds] (2005) Il Mediterraneo di Herakles, Atti del Convegno di Studi, Sassari 26 marzo-Oristano 27-28 marzo 2004, Carocci, Rome.
- Brito, Frei Bernardo de (1597) Monarchia Lusytana Composta por Frey Bernardo de Brito, Chronista geral & Religioso da ordem de s. Bernardo, professo no Real mosteiro de Alcobaça. Parte Primeira...Impressa no Insigne mosteiro de Alcobaça por mandado do R.^{mo} Padre Geral Frey Francisco de S. clara com licença & priuilegio Real.
- BRÜCK, Joanna (1995) A place for the dead: the role of human remains in Late Bronze Age Britain, *Proceedings of the Prehistoric Society* 61, pp. 245-277.
- Cardoso, João Luís (1993) Contribuição para o conhecimento da alimentação em contexto fenício. Estudo dos restos da Rocha Branca (Silves), *Estudos Orientais* 4, pp. 109-126.
- CARDOSO, JOÃO Luís (2001) Les mammifères d'Abul, in MAYET, F. e SILVA, C. Tavares da (eds.), *L'Établissement phénicien d'Abul (Portugal)*, Paris: Diffusion E. De Boccard, pp. 281-291.
- Carvalho, Pedro (1998) O Forum de Aeminium, Ministério da Cultura / Instituto Português de Museus.
- CORREIA, Virgilio; GONÇALVES, António Nogueira (1947) *Inventário Artístico de Portugal Cidade de Coimbra*, Lisboa: Academia de Belas Artes.
- CORREIA, Vergílio Hipólito (1993) Os materiais Pré-romanos de Conímbriga e a presença fenícia no Baixo Vale do Mondego, *Estudos Orientais* 4, pp. 229-283.
- DETRY, Cleia; CARDOSO, João Luís; BUGALHÃO, Jacinta (2016) A alimentação em Lisboa no decurso da Idade do Ferro: resultados das escavações realizadas no núcleo arqueológico da rua dos Correeiros (Lisboa, Portugal), *SPAL* 25, pp. 67-82.
- Fernandes, José Sílvio Moreira (2007) Estrutura e função do mito de Hércules na Monarquia Lusitana de Bernardo de Brito, Ágora. Estudos Clássicos em Debate. 9, pp. 119-150.
- FILIPE, Sónia (2006) Arqueologia urbana em Coimbra: um testemunho da Reitoria da Universidade, *Conimbriga* 45, pp. 337-357.
- FILIPE, Sónia; TEIXEIRA, Ricardo (2013) A intervenção arqueológica no Largo do Castelo de Coimbra: vestígios da Torre de Menagem. Abordagem preliminar dos

- resultados, in Fernandes, I. C. (coord.), Fortificações e território na Península *Ibérica e no Magreb (Séculos VI a XVI)*, Lisboa. 1º Volume, pp. 445-456.
- Frade, Helena; Caetano, José Carlos (1994) O pátio da Inquisição (Coimbra): notas histórico-arqueológicas, Bracara Augusta: Revista de Arqueologia Urbana, Braga, 45 (97), pp. 319-343.
- Frankeinstein, Susan (1997) Arqueología del colonialismo El impacto fenicio v griego en el sur de la Península Ibérica y el suroeste de Alemania, Barcelona: Crítica.
- Gasco, António Coelho (1805) Conquista, Antiguidade, e Nobreza da mui insigne, e inclita Cidade de Coimbra escriptas por António Coelho Gasco, e obras inéditas de António de Abreu [...], Lisboa: Impressão regia.
- HABERMEHL, Karl-Heinz (1975) Die Altersbestimmung bei Hausund Labortieren, 216 S. Berlin & Hamburg.
- HORARD-HERBIN, Marie Pierre (2000) Dog management and use in the late Iron age: The evidence from the Gallic site of Levroux, France, BAR International Series. 889, pp. 115-122.
- LIMA, Rodrigo Araújo (2019) Heracles/Melgart: a face grega de uma divindade fenícia, Hélade 5 (2), pp. 169-183.
- Mariz, Pedro de (1594) Dialogos de varia historia em que summariamente se referem muytas cousas antiguas de Hespanha c [sic] todas as mais notauees q[ue] em Portugal acontecerão em suas gloriosas conquistas antes e depois de ser levantado a Dignidade Real, e outras muytas de outros reynos dignas de memoria: com os retratos de todos os Reys de Portugal, Coimbra: na Officina de Antonio de Mariz.
- Marques, Pedro (2017) Francisco António Rodrigues de Gusmão: a arqueologia, a epigrafia e o património, in Arqueologia em Portugal 2017 - Estado da Questão, Lisboa, pp. 63-73.
- Mantas, Vasco (1983) Alcáçova de Coimbra, Informação Arqueológica 3, pp. 31.
- MARADO, Luís Miguel; SILVA, Ana Maria (2016) The mandibular molar pit-tubercle (MMPT) dental nonmetric trait: comprehensive analysis of a large sample, HOMO - Journal of Comparative Human Biology 67(6), pp. 462-470.
- MARIA, D. Nicolau de Santa (1668) Chronica da Ordem dos Cónegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho. Primeira parte. Lisboa. officina de Joam da Costa.
- MARTINS, Filipe (2020) Restos faunísticos de Santa Olaia (Figueira da Foz): contribuição do património arqueofaunístico para o conhecimento da alimentação na 1.ª e 2.ª Idade do Ferro, Tese de Mestrado, Universidade Aberta.
- NEVES, Sílvia Gonçalves (2013) O Crasto de Tavarede (Figueira da Foz) no quadro das problemáticas da I Idade do Ferro no Baixo Mondego, Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (policopiada).
- Pereira, Isabel (1993-94) Casais agrícolas da Idade do Ferro na foz do Mondego -Figueira da Foz, Conimbriga, 32/33, pp. 75-85.

- Pereira, Isabel (2009) As actividades metalúrgicas na I e II Idade do Ferro em Santa Olaia Figueira da Foz, *Conimbriga*, 48, pp. 61-79.
- PINHO, Jorge; HENRIQUES, Susana (2019) Existiu Ocupação Pré-Romana em Coimbra, Portugal? O Contributo da Rua Fernandes Thomaz, 72–74 para a Compreensão da Ocupação do Território de *Aeminium* na Transição da Idade do Ferro para a Era Romana, *Heritage* 2, pp. 184-206.
- PINTO, António Nunes (1993) Escavações na Alcáçova de Coimbra. Análise de resultados, in DIAS, P. (coord.), *Actas do Colóquio «A Universidade e a Arte (1290-1990)»*, Coimbra, pp. 35-45.
- Pires, Ana Elisabete; Detry, Cleia; Chikhi, Lounes; Rasteiro, Rita; Amorim, Isabel R.; Simões, Fernanda; Matos, José; Petrucci-Fonseca, Francisco; Olivier, Morgane; Hänni, Catherine; Cardoso, João Luís; Arias, Pablo; Diniz, Mariana; Araújo, Ana Cristina; Bicho, Nuno; Sousa, Ana Catarina; Moreno-García, Marta; Arruda, Ana Margarida; Fernández-Rodríguez, Carlos; Porfírio, Eduardo; Morais Arnaud, José; Valente, Alexandra; Gonçalves, David; Alves, Lara; Götherström, Anders; Davis, Simon; Ginja, Catarina (2019) News from Old Dogs: an archaeogenetic study of Iberian Canis: The curious case of Mesolithic Iberian dog, *Journal of Archaeological Science* 105, pp. 116-129.
- Poveda Navarro, Antonio M. (1999) Melqart y Astarté en el occidente mediterráneo: La evidencia de la península Ibérica (siglos VIII-VI a. C.), De Oriente a Ocidente: los dioses fenicios en las colonias occidentales. XII Jornadas de arqueologia fenício-púnica (Elvissa, 1997), pp. 25-60.
- REIMER, Paula J.; Austin, William E.N.; Bard, Edouard; Bayliss, Alex; Blackwell, Paul; Bronk Ramsey, Christopher; Butzin, Martin; Cheng, Hai; Edwards, R. Lawrence; Friedrich, Michael; Grootes, Pieter M.; Guilderson, Thomas P.; Hajdas, Irka; Heaton, Timothy; Hogg, Alan; Hughen, Konrad; Kromer, Bernd; Manning, Sturt; Muscheler, Raimund; Palmer, Jonathan; Pearson, Charlotte; van der Plicht, Johannes; Reimer, Ron; Richards, David A.; Scott, Marian; Southon, John; Turney, Chris; Wacker, Lukas; Adolphi, Florian; Büntgen, Ulf; Capano, Manuela; Fahrni, Simon; Fogtmann-Schulz, Alexandra; Friedrich, Ronny; Köhler, Peter; Kudsk, Sabrina; Miyake, Fusa; Olsen, Jesper; Reinig, Frederick; Sakamoto, Minoru; Sookdeo, Adam; Talamo, Sahra (2020). The IntCal20 Northern Hemisphere Radiocarbon Age Calibration Curve (0–55 cal kBP), Radiocarbon, 62 (4), pp. 725–757.
- Rodrigues, Adriano Vasco (1961) *Arqueologia da Península Hispânica*, Porto: Porto Editora, Lda.
- Rosmaninho, Nuno Rolo (1996) O princípio de uma revolução urbanística no estado novo. Os primeiros programas da cidade universitária de Coimbra 1934-1940, Coimbra: Minerva Editora.
- SILVA, Ana Maria (1996) O Hipogeu de Monte Canelas I (IV III milénios a.C.): Estudo paleobiológico da população humana exumada, Trabalho de síntese, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. Departamento de Antropologia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra.

- SMITH, B. Holly (1984) Patterns of molar wear in hunter-gatheres and agriculturalists, American Journal of Physical Anthropology 63, pp. 39-84.
- Temudo, Susana; Almeida, Sara (2012) Relatório Final Acompanhamento e escavação arqueológica – Repavimentação e Remodelação de Infra-estruturas da R. Corpo de Deus/Lrg. Capela N. a Sra da Vitória de Coimbra (policopiado).
- TAKESHITA, Katsushi; PETERSON, Erik.T.; BYLSKI-AUSTROW, Donita; CRAWFORD, Alvin; NAKAMURA, Kozo (2004) - The nuchal ligament restrains cervical spine flexion, Spine. 29 (18), pp. 388-393.
- TURNER, Cristy G.; NICHOL, Christian R.; Scott, G. Richard (1991) Scoring procedures for key morphological traits of the permanent dentition: The Arizona State University Dental Anthropology System, in Kelley, M.A. and Larsen, C.S. (eds.), Advances in Dental Anthropology, New York: Wiley-Liss, pp.13-31.
- Valinho, Alexandre; Filipe, Sónia (2010) Relatório Final dos Trabalhos de Escavação Arqueológica no Largo dos Colégios - LC.09 (policopiado).
- Von Nicolai, Caroline (2020) The appropriation of settlement space in Western and Central Europe during the Iron Age, in Delfino, D.; Coimbra, F.; Cardoso, D.; CRUZ, G. (eds.), Late Prehistoric Fortifications in Europe: Defensive, Symbolic and Territorial Aspects from the Chalcolithic to the Iron Age [Proceedings of the International Colloquium 'FortMetalAges', Guimarães, Portugal], Oxford: Archaeopress Archaeology, pp. 90-103.
- VILAÇA, Raquel (2009 Sobre rituais do corpo em finais do II-inícios do I milénios a.C.: do espaço europeu ao território português, Estudos Arqueológicos de Oeiras 17, pp. 489-511.
- VILAÇA, Raquel (coord.) (2016) O Instituto de Arqueologia. Fragmentos da sua colecção, Imprensa da Universidade de Coimbra, http://dx.doi.org/10.14195/ 978-989-26-1124-2
- VILAÇA, Raquel; CARDOSO, João Luís; SILVA, Ana Maria (2018) A gruta do Medronhal (Arrifana, Ega, Condeixa-a-Nova) e a sua importância arqueológica, Actas do Colóquio de História, Arte, Arqueologia, Geografia e Etnografia. IV Jornadas de Valorização do Património Cultural e Natural de Condeixa-a--Nova, pp. 53-65.
- VILACA, Raquel; RIBEIRO, João Pedro (1987) Escavações arqueológicas na Gruta dos Alqueves (S. Martinho do Bispo, Coimbra), Trabalhos de Antropologia e Etnologia 27 (1-4), pp. 27-49.

[texto escrito no antigo acordo]

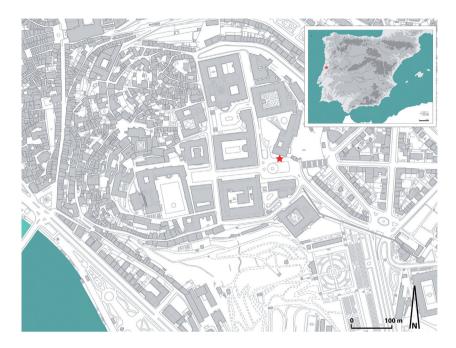


Fig. 1 – Localização de Coimbra no mapa da Península Ibérica (base: José L. Madeira) e localização do Largo de D. Dinis na planta topográfica da cidade de Coimbra.

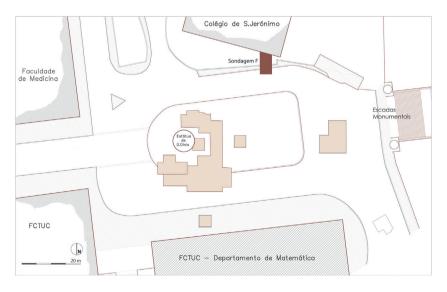


Fig. 2 – Implantação da área escavada em 2008, com sondagem F destacada, na planta de pormenor do Largo de D. Dinis.





Fig. 3 – Confronto entre a zona de implantação da sondagem F em fotografia anterior a 1947 (AAVV, 1991: 19) e em fotografia actual.

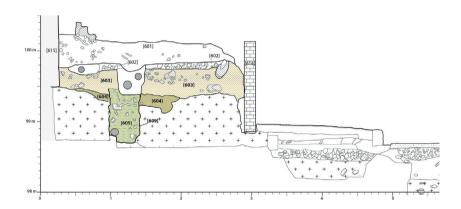


Fig. 4 - Sondagem F - perfil Este.

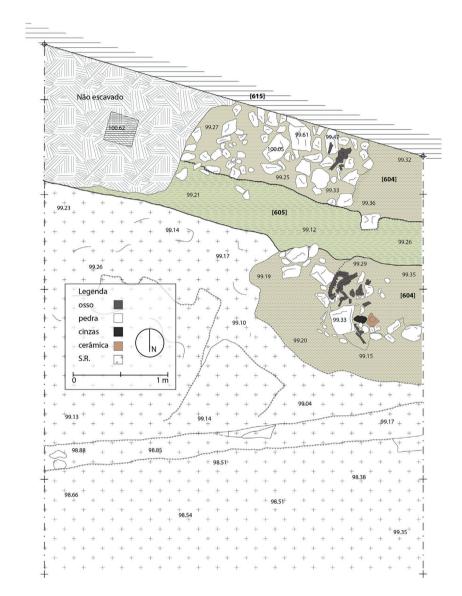


Fig. 5 – Excerto do plano 3 da sondagem F.



Fig. 6 – Aspecto do depósito [604] interceptado pela [609].



Fig. 7 – Pormenor da deposição do espólio osteológico da [604].

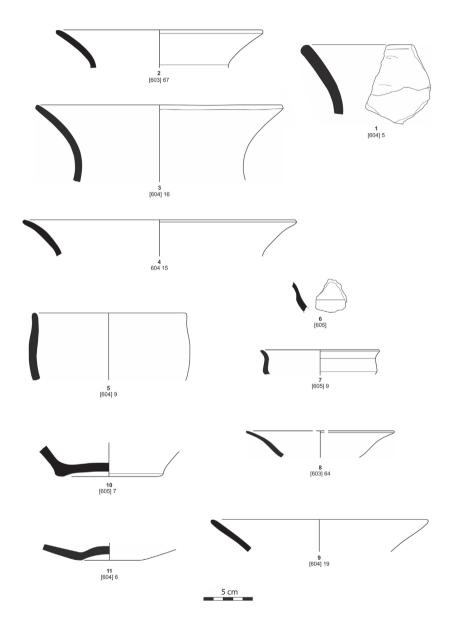


Fig. 8 – Cerâmica manual.

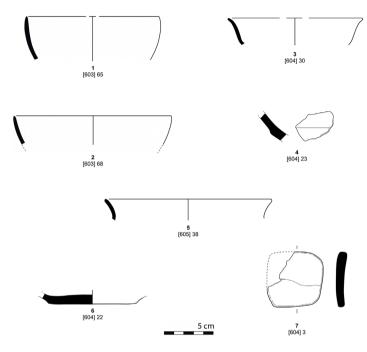


Fig. 9 – Cerâmica a torno.

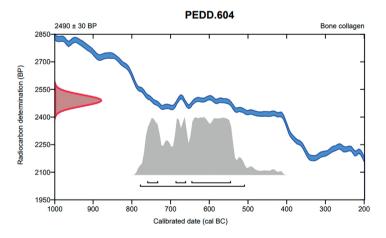


Fig. 10 – Gráfico dos resultados da datação por C14 (Database used INTCAL20).



Fig. 11 – Osso occipital 604.11 pertencente à calote craniana parcialmente reconstruída com base em fragmentos cranianos recuperados das camadas 601 e 604. Esta terá pertencido a um indivíduo adulto maduro do sexo masculino. A seta branca evidencia a região do inion com crescimento ósseo acentuado e a seta preta, hiperostose porótica activa.

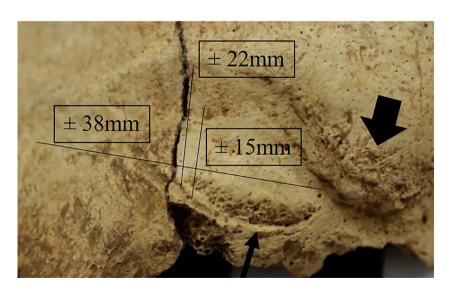


Fig. 12 – Pormenor da depressão observada no lado esquerdo do osso occipital pertencente a um indivíduo adulto maduro do sexo masculino. A seta grande destaca a região do inion, onde é perceptível um crescimento ósseo acentuado e a seta pequena, o crescimento ósseo descrito na margem inferior da depressão detectada.

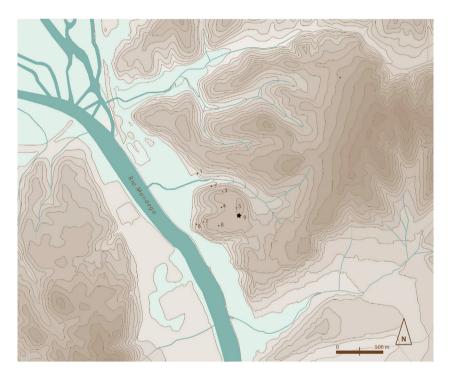
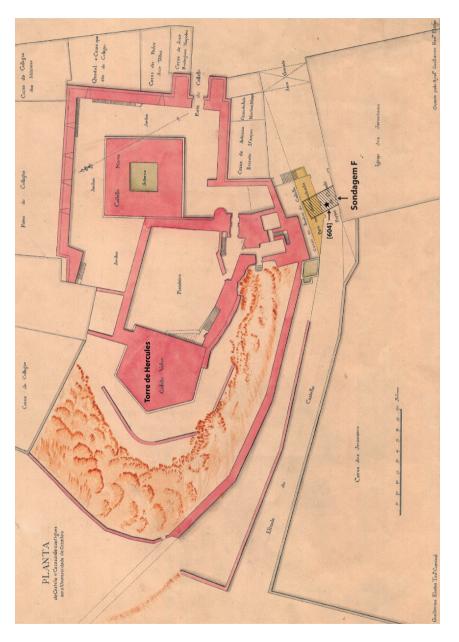
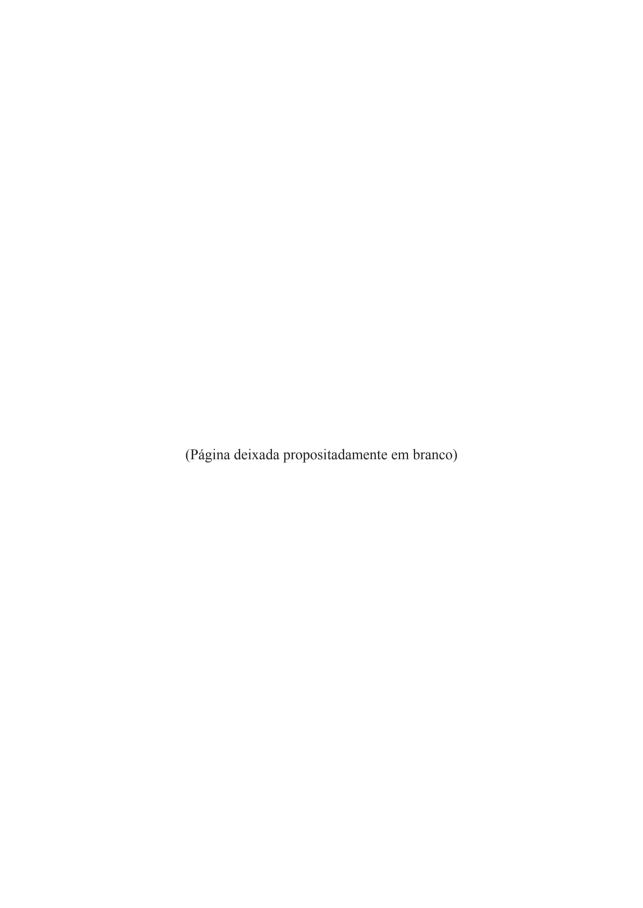


Fig. 13 – Indicação dos principais núcleos de achado na colina genética de Coimbra (base: José L. Madeira). 1 – Pátio da Inquisição; 2 – R. Corpo de Deus; 3 – R. Couraça dos Apóstolos; 4 – Museu Nacional Machado de Castro; 5 – Largo dos Colégios; 6 – R. Fernandes Tomás; 7 – Casa das Cruzes; 8 – Paço das Escolas; 9 – Largo de D. Dinis.



na Planta do castelo e cazas a elle contiguas em a Universidade de Coimbra levantada por William Elsden no séc. XVIII, disponível em https://am.uc.pt/item/49245. Colocação nossa da referência a "Torre de Hercules". Fig. 14 – Implantação da sondagem F, com indicação do depósito [604] na zona indicada como "Portas da Cidade"



MACARENA BUSTAMANTE-ÁLVAREZ *Universidad de Granada*mbustamante@ugr.es

https://orcid.org/0000-0001-5988-6908

Mercedes Murillo-Barroso *Universidad de Granada* murillobarroso@ugr.es https://orcid.org/0000-0002-2271-291X

RAFAEL SABIO GONZÁLEZ Conservador del Museo Nacional de Arte Romano Mérida rafasabio@gmail.com https://orcid.org/0000-0003-2370-7511

ANÁLISIS ARQUEOMÉTRICO, CONTEXTUAL E ICONOGRÁFICO DE PIEZAS DE ÁMBAR ROMANO LOCALIZADAS EN *AUGUSTA EMERITA* (MÉRIDA, BADAJOZ)

ARCHAEOLOGICAL, CONTEXTUAL AND ICONOGRAPHIC ANALYSIS OF ROMAN AMBER PIECES LOCATED IN AUGUSTA EMERITA (MÉRIDA, BADAJOZ) "Conimbriga" LX (2021) p. 107-142

http://doi.org/10.14195/1647-8657 60 3

Texto recebido em / Text submitted on: 22/10/2019 Texto aprovado em / Text approved on: 26/07/2021

RESUMEN: El ámbar fue un material altamente valorado por la sociedad romana, sobre todo en época Julio-Claudia, según las fuentes escri-

Conimbriga, 60 (2021) 107-142

tas. No obstante, son pocas las piezas conocidas de este material en la *Hispania* romana. En el presente trabajo damos a conocer nueve objetos de ámbar de diverso tipo precedentes de dos lotes recuperados en la antigua Augusta Emerita.

Además de su análisis iconográfico, morfológico, funcional y contextual, se presentan los resultados de su caracterización arqueométrica por Espectrometría de Infrarrojos por Transformada de Fourier (FTIR), que revelan su procedencia báltica. Se plantea también la posibilidad de que la officina de manufactura se localice en Aquitania, llegando a Hispania como objetos ya acabados.

PALABRAS-CLAVES: Ámbar; FTIR; Báltico; Augusta Emerita; Aauileia.

ABSTRACT: Amber was a highly valued material by Roman society, especially in the Julio-Claudia era, according to written sources. However, there are few known pieces of this material in Roman Hispania. In the present work we present a group of nine amber objects of different types in two assemblages from the old Augusta Emerita. In addition to its iconographic, morphological, functional and contextual analysis, the results of its archaeometric characterization by Fourier Transform Infrared Spectrometry (FTIR), which reveal its Baltic origin, are presented. It also raises the possibility that the manufacturing office is located in Aquitaine, reaching Hispania as finished objects.

KEYWORDS: Amber; FTIR; Baltic; Augusta Emerita; Aquileia.

ANÁLISIS ARQUEOMÉTRICO, CONTEXTUAL E ICONOGRÁFICO DE PIEZAS DE ÁMBAR ROMANO LOCALIZADAS EN *AUGUSTA EMERITA* (MÉRIDA, BADAJOZ)¹

Introducción

El ámbar y su uso, aunque conocido desde época prehistórica, no parece haber tenido mucho impacto en el registro hispanorromano a tenor de las escasas piezas dadas a conocer. Esto, en parte, radica en la posición periférica de la península ibérica con respecto a la vía del ámbar, una calzada que permitía unir, tras 600 millas (*ca.* 965 km), la antigua *Carnuntum*, en la Panonia Superior, con el puerto de *Aquileia* (Tac. *Germ.* 45; Isid. *Orig.* XIV, 4, 4). Tal hecho, por el contrario, ha favorecido que el norte de la Península Itálica sea uno de los espacios donde más piezas de este tipo se han dado a conocer (ORSINI, 2010: 21 y siguientes).

El objetivo fundamental de este trabajo es presentar dos lotes localizados en Mérida (Fig. 1). El primero de ellos procede de una reciente intervención desarrollada en la Avda. Extremadura en la que apareció una placa figurada de ámbar. El segundo contexto, algo más completo, corresponde a una tumba excavada en el área funeraria denominada como "La Antigua" en la que, entre el rico depósito funerario localizado, aparecieron siete piezas en ámbar con distinta morfología y dimensiones, suponiendo uno de los contextos cerrados con mayor número de este tipo de objetos de todo el orbe romano².

¹ La investigación presentada en este artículo se encuadra dentro de las actividades del proyecto del Plan Nacional subvencionado por el Ministerio de Economía, Industria y Competitividad, Programa estatal de investigación, desarrollo e innovación orientada a los retos de la sociedad (HAR2017–82685–R): "Metal y ámbar: modelos de circulación de materias primas en la Prehistoria Reciente de la península ibérica".

² Nos referimos a un conjunto con piezas de diversa tipología ya que reciente se

Además de un análisis contextual de las piezas, presentamos un estudio morfológico y funcional de las mismas que nos permitirá lanzar una hipótesis de partida sobre la tecnología, así como la posible *officina* donde se produjo la transformación de estos objetos en cuestión. Este trabajo concluirá con un estudio arqueométrico de las piezas, que ayude a definir el foco de captación de la materia prima.

El empleo de técnicas arqueométricas de caracterización de este tipo de materias primas y estudios de procedencia, aunque son muy comunes para estudios de corte prehistórico, no gozan de expansión en cronologías históricas en el terreno peninsular, como denotan los escasos ejemplos que tenemos. Con todo ello, pretendemos iniciar una línea de investigación que esperamos se vaya completando con otros estudios en anualidades venideras.

1. El contexto de la Avda. Extremadura³

El hallazgo de las piezas que nos ocupan se produjo en una intervención acaecida en la segunda mitad del año 2003. La pieza en cuestión se localizó en los niveles de amortización de un edificio funerario de planta cuadrangular del que únicamente se conserva su cimentación en *opus caementicium* (PICADO, 2007: 100) (FIG. 2).

Entre los materiales extraídos en estos niveles de amortización de la fase funeraria se localizó una pequeña placa de ámbar con un medio relieve de una figura antropomorfa tallada en una de sus caras (inv. 8066-259-1). La pieza se encontraba rota y la parte conservada medía 10 cm de alto por 5 cm de ancho en la parte mejor preservada. En relación al grosor, varía en función de la parte que se analice: por un lado, la zona central de la figura alcanza los 5-6 mm mientras que la parte plana no alcanza el milímetro. La pieza en sí, por la naturaleza del PH de la tierra que lo ha contenido, presenta una costra externa de oxidación del ámbar.

ha publicado un collar procedente del área funeraria de c/Tomás Romero de Castilla y c/Antonio Hernández Gil con 210 cuentas de este material (NODAR *et al.*, 2021: 152).

³ Permiso de análisis, estudio y uso n. 742/2018 otorgado por el Consorcio de Mérida. Agradecemos las atenciones y la documentación aportada por Y. Picado, directora de la intervención donde se localizó esta pieza.

En relación al elemento representado, tenemos una figura antropomorfa que se ha conservado prácticamente intacta en la placa preservada, a excepción de su miembro inferior izquierdo, que ha desaparecido. Iconográficamente, podemos aislar un pequeño erote de talla pequeña y, posiblemente, corta edad, como denota la falta de definición de su musculatura. La figura aparece representa desnuda y ligeramente ladeada. Su brazo izquierdo aparece despegado de su cuerpo en un ángulo de 30°. Por el contrario, su brazo derecho se representa pegado al cuerpo, trazando una diagonal que llega hasta la parte central de su pecho. En relación a la cabeza, aparece tocada con un posible gorro que inicialmente se definió como frigio (PICADO, 2012). Sin embargo, creemos que esa definición responde más al capricho de la rotura de la pieza que a su propia morfología. Lo que no nos plantea dudas es la representación de dos alas que supondrían su identificación con un amorcillo o erote.

Respecto a su parte trasera, quedó totalmente exenta de decoración, por lo que deducimos que esta zona nunca estuvo visible. En ella es donde se ha podido definir cómo fue trabajada la materia prima. Se perciben algunas líneas que nos permiten advertir el uso de un buril que fue descarnando poco a poco la materia prima. Además, se atisba cómo esta pieza terminó siendo pulida.

En relación a cuál pudo ser la función de ejemplar, creemos que actuó como placa decorativa, bien de una caja o de un elemento de la toilette femenina, caso de los espejos. La ausencia de paralelos en la Península Ibérica y el escaso impacto del ámbar en esta zona, genera que tengamos que pensar que esta pieza fue manufacturada en una officina foránea. Tras una intensa búsqueda de paralelos, creemos que los más directos se encuentran en el Museo de Aquilea, con varios ejemplares de placas de similar manufactura. Para Mérida se han localizado otras representaciones de este tipo como la hallada en el solar del P.E.R.I. (NODAR et al., 2021: nº 62) o bien una de procedencia desconocida depositada en los fondos del MNAR (BARRERO y MORCILLO, 2020: 57).

En el mismo contexto, además, se localizó una aguja rematada con una espátula posiblemente destinada a remover cosméticos, aunque su función pudo ser polivalente. La pieza (Fig. 2, n.2) mide 8 cm de largo aunque su extremo, donde estaría la espátula, aparece rota. Las agujas raramente se manufacturaron en ámbar debido a la fragilidad del mismo. Sin embargo, sí se conocen algunos ejemplos en Roma (BEDINI, 1995: 56, lám. 25) que nos hablarían de un gusto algo excéntrico.

2. La necrópolis de la Antigua. Objetos para una tumba excepcional⁴

Las piezas de ámbar analizadas proceden de un contexto cerrado, que formaban parte del depósito funerario de una sepultura hallada en 1967 en la emeritense barriada de La Antigua. Más particularmente, el hallazgo se produio en las inmediaciones del conocido como Pozo de la Comunidad, aún preservado en el entorno de la actualmente llamada Rotonda de las Tres Fuentes. Desde el punto de vista más global, el enterramiento se sitúa próximo a una de las antiguas vías de salida de la ciudad. Más concretamente a aquella que, partiendo del entorno del Teatro y el Anfiteatro, pasaba por debajo del acueducto de San Lázaro, que sorteaba discurriendo bajo dos arcos de sillería monumentales, para continuar transitando junto al Circo, terminar por alejarse de la ciudad con dirección a Medellín y entroncar con el viario que conectaba la antigua capital lusitana con la Meseta. El enorme desarrollo del entorno funerario asociado a esta vistosa vía, con la función de dar acceso directo a los edificios de espectáculos de la urbe, ha sido puesto de manifiesto en numerosas intervenciones, tal y como puede comprobarse a través del trabajo de síntesis historiográfica llevado a cabo por Murciano Calles (2010).

El enterramiento que nos concierne fue producto de un hallazgo casual, por lo que no existen fotografías de conjunto anteriores al momento de su retirada. Su extracción se produjo, además, años después de que hubiesen dejado de publicarse las memorias de los museos arqueológicos provinciales, motivo por el cual permaneció y permanece aún inédito en su conjunto. Todos los estudios que lo han abordado, lo han hecho, de facto, de un modo parcial, a partir de la publicación de parte de los materiales que integraban su enorme y complejo depósito funerario, sin aportar datos fiables sobre su caracterización. Así, por ejemplo, Caldera de Castro comienza presentando, a través de su Tesis Doctoral y el extracto ulterior de la misma, los abundantes y excepcionales objetos vítreos que formaban parte del depósito (CALDERA DE CASTRO, 1989: 54-57). Estos mismos han hecho su aparición reiterada, junto a ciertos elementos de orfebrería y ámbar, en las diferentes edi-

⁴ Permiso de análisis, estudio y uso del Ministerio de Cultura. Agradecemos las atenciones prestadas a Agustín Velázquez del MNAR – Mérida.

ciones de la guía del Museo. En fecha más reciente, uno de nosotros publicaría primero una serie de objetos de hierro procedentes de la sepultura (Sabio González, 2012: nº. 61.35 y 61.36), mientras que escaso tiempo después se presentaría la pareia de cálamos de plata integrados en el conjunto (ALONSO, JEREZ LINDE Y SABIO GONZÁLEZ, 2014: 183; ALONSO, 2014). En el catálogo de una muestra sobre los juegos y los juguetes en la ciudad, se le dio cobertura a través de fichas individualizadas, primero a una de las figuras de ámbar en solitario (MURCIANO CALLES, 2017) y, más adelante y en conjunto, a varias de las miniaturas en plata contenidas en el depósito (SABIO GONZÁLEZ, 2017). También. a través de un homenaje a José María Álvarez Martínez, se aludió nuevamente al ajuar, con especial mención a las piezas de oro y ámbar integradas en el mismo (BARRERO, 2017: 172). De manera más reciente, coincidente con el proceso de evaluación de este artículo⁵, se ha publicado una interesante reflexión tipológica de algunos de los materiales aquí evaluados, sin embargo, no han incluido datos concluventes sobre la caracterización de la materia prima (BARRERO Y MORCILLO, 2020).

Recientemente ha podido localizarse en la documentación del Museo Nacional de Arte Romano el borrador mecanografiado de la memoria cuva publicación efectiva nunca llegó a producirse (ÁLVAREZ SÁENZ DE BURUAGA, 1967: 11-12). En él se ofrece una somera noticia de las circunstancias de hallazgo, ya descritas. Pero también se brinda una completa relación, acompañada de la alusión a las diferentes figuras que la ilustrarían, de la nutrida nómina de piezas que componían el depósito. Entre las piezas se describen ordenadamente once objetos de vidrio, siete de ámbar, tres de oro, ocho de plata, varios de hueso v metal y, finalmente, uno más de vidrio, segregado del conjunto principal por motivos que desconocemos. En relación a las piezas de ámbar, que son las que aquí más estrictamente nos conciernen, el documento expone lo siguiente: "De ámbar, quemado en parte en la pira, son una venera, que lleva en el nudo una cabeza de águila y en la cavidad un hipocampo; una pieza compuesta de hoja y tres vainas de leguminosa; grupo de dos niños desnudos y sentados, jugando con una pelota, al parecer, y enlazados; un cuadrúpedo; una bola; una rodaja y un fragmento de anillo".

⁵ Este artículo fue enviado para su publicación en octubre de 2019.

Otros datos sobre las circunstancias del hallazgo y la naturaleza del conjunto, pueden extraerse del documento de un modo más indirecto. Por ejemplo, en él se hace mención, como hemos podido comprobar, a que parte de los objetos de ámbar se hallaban quemados en la pira, entendemos que funeraria, coligiéndose con ello que Álvarez Sáenz de Buruaga interpretó que el enterramiento se asociaba a un ritual de incineración.

Tal noticia, sin embargo, resulta algo contradictoria, de cotejarse tanto con la información oral que nos transmite que fue hallado dentro de un sarcófago, de plomo o mármol6, como con la posible presencia de ciertos elementos interpretables como parte de la indumentaria que llevaría el difunto en el momento del enterramiento, entre ellos un conjunto de clavos, presumiblemente caligae, y un fragmento de tejido con hilo de oro (ALFARO Y OTROS, 2020). De cualquier modo y aunque ninguna de las piezas de ámbar analizadas presentan evidencias de haber estado expuestas al fuego, el análisis pormenorizado del conjunto sí ofrece algunos ejemplares con indicios de combustión. Ello, unido a la mayor proximidad del relato de Álvarez Sáenz de Buruaga al momento del hallazgo, nos invita a priorizar la idea de que nos hallamos ante una tumba de incineración en la que, tras la combustión de una serie de objetos en la pira, se añadirían otros como parte de un depósito ritual, en el momento del cierre de la sepultura, como por ejemplo el ámbar, de ahí que no presenten trazas de fuego.

En relación a la interpretación de los objetos del conjunto, destacaremos cómo se valora la posible identificación con juguetes o elementos votivos de parte de las miniaturas, así como la pionera referencia a la presencia de dos cálamos. De igual modo, en el informe también se alude a una posible caja de la que quedan varios clavos de metal, en

⁶ Gracias a la información suministrada por el conservador del MNAR Agustín Velázquez Jiménez, que a su vez le fue transmitida por Antonio Díaz Pintiado, parece colegirse que el sarcófago asociado al enterramiento era de mármol, correspondiéndose más concretamente con uno de los expuestos en la exposición permanente del Museo. A tal efecto, uno de los dos ejemplares presentes en la Sala VI de la planta baja fue ingresado en el Museo con el inv. 14092 en 1972, procedente de la Carretera de Madrid, pudiendo identificarse con el nuestro tanto por su fecha de hallazgo como a su información contextual. Por el contrario, Barrero Martín indica que el depósito estuvo contenido en un sarcófago de plomo, sin aportar más datos al respecto (BARRERO MARTÍN, 2017: 172).

conjunción con otros de hueso, matizándose no obstante, a través de una nota añadida a mano, que en relación a esto último se desconocen los detalles del hallazgo.

El ingreso del lote de objetos que formaban parte del depósito se produce en el Museo el 7 de septiembre de 1967, según nos informa el Libro de Registro de la Institución. Y aunque tanto dicha herramienta como las fichas de inventario apenas se limitan a consignar su hallazgo genérico en la Barriada de La Antigua, su numeración correlativa y su integración dentro de un conjunto bien acotado, que ocupa el intervalo correspondiente a los inv. 10070-10128, nos auxilian a la hora de precisar con exactitud el total de los objetos que debieron de componer el depósito funerario. En éste se incluyen todos los ejemplares ya citados en la memoria de Álvarez Sáenz de Buruaga, pero también algunas piezas no aludidas en la misma. De igual modo, a este lote podría agregarse una serie de piezas no seleccionadas, que permanecieron sin inventariar en los fondos del Museo hasta el año 2019, momento en el que recibirían número dentro del expediente CE2019/4.

Cotejando la documentación museográfica del MNAR con la visualización directa de los objetos que la componen, se podrían reordenar la totalidad de los objetos que integraron el depósito funerario que nos atañe, tomando como base los otros materiales y su número de inventario, del siguiente modo:

- Objetos de vidrio: el frutero inv. 10070, la orza inv. 10071, la copa inv. 10072, el cazo inv. 10073, las botellas inv. 10074-10077, el vaso 10078, los ungüentarios inv. 10079 y 10080 y el plato inv. 10086. Desde el expediente CE2019/4 se añaden un total de nueve objetos nuevos (inv. CE2019/4/1-9), entre los que destaca un recipiente de vidrio de incrustación termoalterado (inv. CE2019/4/6).
- Objetos de ámbar: la venera inv. 10081, la figura inv. 10082, los fragmentos decorados inv. 10083 y 10084, la esfera inv. 10085, la cuenta inv. 10119 y el objeto indeterminado inv. 10120.
- Objetos de hueso: las cajas inv. 10087 y 10088, la aguja de pelo inv. 10089, los peines inv. 10109 y 10110 y las cuentas inv. 10113. El expediente 2019/4 aporta seis nuevos ejemplares de hueso (inv. CE2019/4/10-15), con especial referencia a uno decorado con temas en relieve difíciles de definir por su parcial estado de conservación (inv. CE2019/4/15).
- Objetos de oro: las dos agujas de pelo inv. 10090 y 10091, así

- como el anillo con esmeralda inv. 10092 o el hilo de oro mezclado con restos de tejido inv. 10114.
- Objetos de plata: las cucharas inv. 10093 y 10094, la miniatura de un cuchillo inv. 10095, la aguja de pelo inv. 10096, los tenedores inv. 10097-10098, las miniaturas de una hoz y un cazo inv. 10099 y 10100 respectivamente, el broche inv. 10101, uno de los pendientes inv. 10112, los fragmentos de cadena inv. 10118 y 10124-10128, la pareja de cálamos inv. 10122 y 10123 y un vástago de difícil interpretación con el inv. 10111. El expediente CE2019/4 le aporta al lote cuatro nuevos ejemplares (inv. CE2019/4/16-19), entre ellos un nuevo fragmento de cadena (inv. CE2019/4/19).
- Objetos de bronce: los elementos de cerradura inv. 10102 y 10121, los restos del tintero inv. 10103, las anillas inv. 10104-10108, uno de los pendientes inv. 10112 y el conjunto de clavos inv. 10117. Desde el expediente 2019/4 se incorporan nueve nuevos objetos (inv. CE2019/4/20-28). Entre ellos señalaremos una cadena de bronce (inv. CE2019/4/20), un pendiente similar por su tipología a la pareja inv. 10112 (inv. CE2019/4/21) y dos recipientes (inv. CE2019/4/22-23).
- Objetos de hierro: el conjunto de clavos inv. 10115, así como el conjunto de tachuelas inv. 10116, posible parte integrante de la suela de unas sandalias. El expediente 2019/4 presenta dos ejemplares más de hierro (inv. CE2019/4/29-30), entre los que destacarían las tijeras inv. CE2019/4/30.

De manera pormenorizada procederemos a describir y comentar los ejemplares de ámbar, objeto particular del presente estudio:

a) Figura en forma de venera (inv. 10081) – Fig. 3, n. 3 – Ejemplar completo, de *ca*. 5 cm de altura por 7,5 cm de longitud máxima y 3 cm de profundidad. Se encuentra tallado con la forma de una de las valvas de una venera. En la cara externa de ésta, han sido perfiladas con claridad y naturalismo las costillas, que parten radialmente a partir del umbo, separándose entre sí mediante incisiones y mostrando en cada caso un perfil levemente cóncavo. La cara interna ve apenas iniciado el recorrido interno de las costillas para interrumpirlo con la representación en relieve de un hipocampo alado. Este último presenta la cabeza y los cuartos delanteros de un équido tratado de un modo naturalista, el

cual, a partir del torso se transforma en un ser acuático cuyo cuerpo se enrosca por dos veces sobre sí para rematar en una aleta semicircular. Justo en el punto en el que se produce la hibridación, se dispone en la zona inferior del animal una aleta ventral, así como en la superior dos alas superpuestas. Finalmente, del umbo interno parte la cabeza de un ave en relieve, posiblemente un águila.

La decoración en este tipo de espacios es un elemento muy recurrente, como aparece en las piezas de Aquileia en las que la representación de los animales marinos, como delfines o crustáceos, es un recurso común (CALVI, 2005: cat. 301, 306). También se han localizado ejemplares de este tipo y con similar soporte con la funcionalidad de ser estuches de maquillaje (D'AMBRA, 2008: 6). Las veneras, al presentar dos valvas, han sido un recurso iconográfico asimilado al sexo femenino. A esto hay que unirle una gran cantidad de pasajes mitológicos en los que la concha aparece como garante de los ciclos reproductores. Además, su morfología, con una parte cóncava y otra convexa, hace alusión a posibles píxides cosméticas que ayudan a definir uno de los elementos más importantes dentro del mundo femenino, como es el maquillaje. De hecho, Marcial (Ep. III, 82, 27-28) nos habla de los estuches con formas de concha como los más recurrentes para los perfumes. Ouizás el ejemplo más cercano, por la coincidencia del soporte, sea la concha de la sepultura de la tumba n.º 2 de la necrópolis de Vallerano (CAFIERO et al., 2010: 28). También en la zona de Aquileia se han localizado crepundie con forma de concha que se asemejan a la pieza aquí analizada (CALVI, 2005: 109, tav. 84). Además, para los ejemplares de Aquileia se han establecido hasta cinco tipos de "coppete" (copita) con forma malacológica:

- Tipo A: a modo de concha del tipo *Pecten jacobaeus*.
- Tipo B: representando una concha tipo *Cardium* sp. con indicación de las estrías externas.
- Tipo C: que emulan en ámbar una forma del tipo *Tellina elliptica*, pudiendo contener decoración tanto en el exterior como el interior de la pieza, como ocurre con el ejemplar emeritense.
- Tipo D: con forma de concha imprecisa.
- Tipo E: con decoración incisa sobre morfología malacológica.
- b) Figura doble infantil (inv. 10082) Fig. 3, n. 2 Ejemplar completo, de *ca.* 4,3 cm de altura por 4,2 cm de longitud máxima y 3,9 cm de profundidad. Muestra una compleja representación exenta en la que dos individuos de edad infantil desnudos, se sientan entrelazando

sus cuerpos en una suerte de lucha. El espacio entre las dos figuras ha sido vaciado con precisión, haciéndose empleo de fuertes incisiones para marcar los rasgos faciales, las arrugas en los cuerpos rollizos u orificios como los de las nalgas. Uno de los niños, con rostro de rasgos naturalistas y el cabello quizá recogido en un gorro, apoya su mano izquierda sobre el muslo derecho del contrincante, mientras que con su mano derecha parece sostener un objeto de aspecto ovoide. El otro niño, con los rasgos faciales fuertemente expresados y el cabello recogido en un moño sobre la nuca, rodea con su brazo derecho la cabeza de su contrincante mientras que apoya su mano izquierda sobre la muñeca de la diestra de este último, como tratando de asir el objeto ovoide custodiado en dicha mano.

A priori, la posible interpretación que le conferimos al tema representado, por paralelos iconográficos, es que podríamos estar ante Eros y Anteros luchando, un recurso decorativo muy recurrente en las representaciones en ámbar (STENICO, 1964: 379). Estos individuos representarían por un lado el amor feliz (Eros) y por otro el infeliz (Anteros) (CALVI, 2005: 172-173). Aunque el ejemplar que ahora analizamos se encuentra muy deteriorado, se podría llegar a percibir un posible cesto de frutas, habitual en este tipo de representaciones (CALVI, 2005: 171).

c) Figura zoomorfa (inv 10083) – Fig. 3, n. 4 – Ejemplar incompleto, dividido en dos fragmentos que unen entre sí, formando una figura con unas dimensiones totales de 2 cm de altura por 4,2 cm de longitud máxima y 1,1 cm de grosor máximo. Muestra la representación exenta de un cuadrúpedo del que se han perdido las terminaciones de las cuatro extremidades, así como de parte de la cola. En la cabeza, separada del resto del cuerpo por motivo de una fractura, apenas se reconoce con precisión una pequeña oreja triangular.

Aunque no podemos definir bien a qué figura correspondería, podemos afirmar, por paralelos localizados en el Museo de *Aquileia* (CALVI, 2005: tav. 45, cat. 255 o tav. 134, cat. 520), que estamos ante un felino en movimiento y atacando a una presa no definida, a modo de *bibelot* decorativo. Un paralelo de especial relevancia son las piezas, en este caso en hueso, localizadas en la tumba de *Pithia Rufilla*, localizada en Pompeya, donde estas figuras de animales aparecen en diversos tamaños (STEFANI, 2020: 155).

Otros paralelos pero de menor formato, se encuentran en el Museo de Cádiz. Concretamente, aludimos a seis figuritas de animales, una

asociada a una tortuga, cuatro posibles suidos, una indeterminada y la última posiblemente semejante al ejemplar que traemos a colación (DE LA SIERRA, 2007: 120-121). En el caso de Cádiz, el conjunto se asocia, además, a objetos de cristal de roca, así como a dos píxides hechas de ámbar que han sido interpretadas como el ajuar infantil de una niña. Para Mérida, recientemente ha sido publicado un ejemplar similar, en este caso interpretado, como una posible liebre datado a fines del II-inicios del III d.C. (Nodar *et al.*, 2021: nº 65). Sin lugar a dudas, algunas de estas piezas, sin ningún tipo de enganche, pueden presuponer la representación material a escala de algún juguete o animal de compañía que terminaría acompañando a su dueña en el más allá.

d) Elemento fitomorfo (inv 10084) – Fig. 3, n. 1 – Ejemplar completo, de 6,3 cm de longitud máxima por 6,2 cm de anchura máxima y 1,5 cm de grosor. La pieza se adapta a un formato circular aplanado, levemente cóncavo por uno de sus dos frentes. Por ambas caras, la mitad del círculo se ve ocupado por una hoja lanceolada, flanqueada por tres vainas de leguminosa. En la hoja se indica, mediante un surco doble, el nervio central, así como mediante incisiones diagonales simples, dispuestas simétricamente a cada lado, los nervios laterales. Las vainas, con un lateral convexo y el otro levemente cóncavo, así como terminadas en punta por ambos extremos, muestran en el frente cóncavo una larga incisión al menos en dos de los casos, señalándose además puntualmente, mediante abultamientos separados por espaciadas depresiones, el lugar ocupado internamente por las semillas.

La presencia de foliáceas hechas en ámbar es una constante. Simplemente traemos a colación dos ejemplos, el primero de ellos un conjunto de hojas localizadas en *Aquileia* en el que se lee A.N.F.F. (*Annum Novum Faustum Felicem*) (GIOVANNINI, 2002: 164) y, en segundo lugar, los pequeños abalorios trifólios usados en la diadema de la denominada como señora del sarcófago de Milán, con una tiara realizada con flores hechas en ámbar (VICCEI, 2005: 117-125).

e) Esfera (inv 10085) – Fig. 3, n. 7– Ejemplar completo, de 4 cm de diámetro. Muestra la forma de una esfera regular. Para su definición funcional nos parece de interés un pasaje de Juvenal quien alude a las bolas de ámbar, así como a los perfumes como los regalos más comunes para las amantes, mayoritariamente, en las matronalias (Juv. VI, 675 o IX, 50-51). Marcial (*Ep.* V, 234), por su parte, alude de igual modo a los

"granos de ámbar" arrebatados de las manos como elementos olorosos. En otro pasaje, también de Juvenal, habla de las bolas grasientas de ámbar como símil de objetos gastados en alusión al manoseo por parte de las féminas de estos objetos que, con su calor corporal, permitiría el irradiado de olor (Juv. *Sat.* VI, 575). Al hilo de esta última traducción ha habido una cierta controversia al hablar de estas piezas como elementos que permitirían refrescar las manos en época estival, como apuntan los traductores en las notas explicativas (nº 248) dato que, a tenor de algunos autores, no tiene una base real en las fuentes a tenor de las características propias del ámbar (WATSON, 1992: 24). Este sugestiva hipótesis también ha sido aplicada por otros autores a la posible funcionalidad de la pieza que ahora analizamos (BARRERO y MORCILLO, 2020: 59).

Sin lugar a dudas, las esferas de piedra o de ámbar son muy comunes en algunos enterramientos caso de la tumba de *Pithia Rufilla* de Pompeya (STEFANI, 2020: 152). Destacar en Mérida la presencia de algunas piezas de pequeño tamaño y sin ningún tipo de engarce para enganchar, en un contexto de la segunda mitad del I d.C. del área funeraria de San Agustín que pudieron ser usadas para tal fin (NODAR *et al*, 2021: nº 59).

- f) Disco (inv 10119) Fig. 3, n. 5 Ejemplar completo, de 1,6 cm de diámetro por 0,8 cm de grosor. Muestra la forma de un grueso disco regular, el cual presenta una perforación que atraviesa sus dos caras planas por el centro mismo del círculo. Esta pieza estaría asociada a un posible collar en la actualidad perdido. Ejemplares de cuentas de este mismo material tenemos los recientemente publicados procedentes o en c/Tomás Romero de Castilla y c/Antonio Hernández Gil del tránsido del I-II d.C. o del solar de la Antigua Campsa de fines del III d.C. (Nodar *et al*, 2021: nº 63 y 66).
- g) Objeto indeterminado (inv 10120) Fig. 3, n. 6 Ejemplar incompleto, dividido en 7 fragmentos mediante los cuales podría reconstruirse una forma de aproximadamente de 1,5 cm de longitud, conformada por una lámina de unos 0,4 cm de anchura máxima por 0,3 cm de grosor. Esta última muestra sendas superficies convexas por sus frentes externo e interno. El estado de conservación actual de la pieza no permite asegurar su identificación formal, si bien pudo corresponderse con un adorno personal, como un colgante. Debido a la presencia de ramificaciones, nos resulta más incierta la interpretación como anillo

propuesta por Álvarez Sáenz de Buruaga en su memoria inédita y en la ficha correspondiente del inventario general del Museo (ÁLVAREZ SÁENZ DE BURUAGA, 1967) aunque se conocen múltiples ejemplos de anillos hechos con este material (como los planteados por GAGETTI, 2000).

En resumen, dentro de tan excepcional conjunto podemos distinguir principalmente entre aquellos elementos que formaron parte de la indumentaria y adorno personal de la difunta, de aquellos otros consistentes en objetos quizá relacionados con sus pertenencias más íntimas. Entre los primeros, se pueden percibir varias piezas relacionables con el género femenino, mientras que entre los segundos, entre numerosos ejemplares vinculados al tocador propio de dicho género, destacan una serie de utensilios cercanos a la infancia, tanto en su vertiente educativa (los cálamos y los posibles restos de un tintero), como lúdica (las diferentes miniaturas en plata). Las distintas piezas de ámbar cuyo análisis nos ocupa a través del presente trabajo, deben poder vincularse tanto al adorno personal (caso de la cuenta y el objeto indeterminado), como a los elementos de uso personal. En relación a esta última faceta, creemos que el sentido de piezas como las diferentes figuras o la esfera incluidas en el lote, indica que debieron integrarse en la vida de su propietaria. bien como juguetes asociados a su primera infancia, bien como meros objetos preciosos, ya acopiados durante su adolescencia, momento en el que, a lo que parece ser, debió producirse el deceso de la persona a la que pertenecieron.

3. El ámbar en época romana. Usos, función y simbolismo

El ámbar en época romana gozó de un gran prestigio e interés, sobre todo, en época Julio-Claudia, sin embargo, nunca llegó al reconocimiento que las perlas y madreperlas alcanzaron, definidas por Plinio como las piezas de más valor (para más datos sobre el comercio del lujo ver Bustamante-Álvarez *et al.*, 2021).

Las primeras referencias textuales a estos productos los tenemos en época griega donde estas piezas fueron muy apreciadas (ejemplo de ello ver en STRONG, 1966; PALAVRESTRA, 2007; o NASO, 2013). Los habitantes de la Hélade denominaron a este material ηλεκτρονο, terminología en relación directa con el término ηλεκτωρ, sol (Plin., *Hist. Nat.* XXXVII, xi, 30 o Isid. *Orig.* XVI, 8,6-7). Es decir, ya desde época

griega se incluye en su propia denominación una de las características fundamentales: su brillo y aspecto traslúcido. Esto, además, se adereza con una gran cantidad de piezas halladas en contextos funerarios del bronce egeo, remontables al XVI a.C. que terminan reforzando esta idea (GORETTI, 2010: 14).

El interés por el ámbar por parte del mundo itálico hunde sus raíces en época villanoviana (FORTE, 1994). Para los romanos, el término latino usado fue el de *succinum*, por alusión al posible "jugo" – *succo* – de resina natural del que proceden (Plin., *Hist. Nat.* XXXVII, xi, 43). Tradicionalmente, éste es el soporte que se ha asociado a la feminidad, tal y como las fuentes clásicas dejan patente (Plin., *Hist. Nat.* XXXVII, xi, 30).

El conocimiento que tenemos a día de hoy del ámbar de época antigua cimenta, fundamentalmente, en las referencias hechas por los autores clásicos y, en menor medida, por los hallazgos arqueológicos. En la actualidad contamos con pocas evidencias en el Occidente Mediterráneo, centrándose los ejemplares, sobre todo, en Roma v el Norte de la península itálica (sirva como ejemplo el catálogo de la exposición Trasparenze dall'antico en Nava y Salerno, 2007). Además los estudios más significativos son aquellos que profundizan sobre las fuentes textuales (como MASTROCINQUE, 1991). Esto, en parte, viene motivado por el hecho de que la ruta natural de acceso al mar Negro – uno de los principales focos de extracción – se produjera entre Carnuntum y Aquileia, (Plin., Hist. Nat. XXXVII, xi, 45) – para más datos sobre la problemática de las rutas ver el libro de CELLAROSSI, ed. 2017. Esta ruta se comienza a definir cuando el Este de Frisia es conquistado por Druso. siendo a partir de este momento, continuas las expediciones a las que se refieren las fuentes textuales. Por consiguiente, la Península Itálica recibiría de primera mano estos productos, redistribuyéndose posteriormente a otros lugares, caso de la Península Ibérica, sobre todo, entre época julio-claudia y fines del II d.C., momento en el cual la región de Aquileia goza de su mejor momento económico (STENICO, 1964: 378).

El autor que más páginas dedicó a este respecto fue Plinio el Viejo, quien analiza de manera magistral los usos y abusos de estas piezas. Él definió el ámbar de manera mitológica como las lágrimas derramadas por las hermanas de *Phaeton*, convertidas en álamos blancos y cuya resina vertía al río *Eridanum* posiblemente el curso bajo del Po (Plin., *Hist. Nat.* XXXVII, xi, 30-32, este pasaje parece inspirarse en uno de Apolonio de Rodas, *Arg.* IV, 605-609 y de Heródoto, III, 115; para más

datos sobre este mito en AHL, 1982 o MASTROCINQUE, 2012: 35-37)7. También Plinio termina recogiendo los datos vertidos por otros autores clásicos. Concretamente, son más de diez relatos distintos de los que rescatamos algunos en las próximas líneas8. Uno de los testimonios a los que más atención presenta es el de Teofastro, quien señala como posible foco de extracción el entorno de Génova y de nuevo usa la figura de *Phaeton*. En esta ocasión, ubica la muerte de este individuo en Etiopía, donde posiciona un posible foco de extracción en un templo dedicado a él. En este mismo pasaje, Plinio también recoge la idea de la variedad cromática del ámbar y lo asocia al pueblo escita, una imagen que bebe de otra fuente clásica, Filemón. Para este último autor, el ámbar color blanco cera era llamado electrum y el rojo, subalternicum, siendo este último procedente de la orina del lince o de unas bestias – no definidas - denominadas como languros. También alude a un interesante pasaje de Ctesias, que hablaría de la India, donde ubica al ámbar en el río Hypobarum.

El autor más escéptico en relación a los relatos mitológicos es Diodoro de Sicilia (V, 23) y se centra en exclusividad en su origen báltico. Pero Plinio no sólo cae en el reduccionismo de recoger los datos mitológicos, también aporta interesantes datos de corte más empírico. A este respecto, según este autor, el ámbar surge de la resina de una variante de pino (Plin., *Hist. Nat.* XXXVII, xi, 42) la cual se va vertiendo lentamente hasta espesarse, endurecerse y romperse por oscilaciones térmicas, o bien la acción mecánica de las subidas y las bajadas del mar, quedando los pequeños fragmentos suspendidos en el mar, facilitando así su recolección. Se observa cómo los autores clásicos fueron bastante perspicaces a la hora de definir la formación de estos productos. A tal efecto, Tácito (Germ. 45), cuando valora las benevolencias del ámbar amarillo de los Germanos, alude a la presencia de pequeños insectos en su interior que quedaron atrapados en él tras la solidificación de la resina. Similar conclusión se extrae de Marcial, quien alude a una abeja (Marc. Epig. IV, 32) así como una hormiga atrapadas en este "néctar" (Marc. Epig. VI, 15), que terminan siendo elevadas a la categoría de iovas.

 $^{^7}$ En este mismo párrafo Plinio recoge una propuesta de *Aeschylus* indicando que el río *Eridanus* se encontraría en la Península Ibérica.

⁸ Para más datos sobre el origen mitológico de estos materiales, nos remitimos a Goretti, 2010: 13.

Plinio también valora el uso y terminología en otros pueblos, caso de los germanos, quienes utilizaban el término *glesso* por su similitud con el cristal y de ahí la denominación de la isla de *Glaesiariam* (Plin., *Hist. Nat.* XXXVII, xi, 42). Tácito (*Germ.* 45), por el contrario, habla de estos habitantes como, inicialmente, ignorantes en el uso y formación de este material. Sin embargo, el interés mostrado por los romanos pudo incentivar su explotación y venta a elevados precios.

Plinio, también habla de los *Veneti*, los habitantes del Véneto, como aquellos que recibieron los saberes de la gente venida de *Pannonia*. Su interés por la región también nace de una leyenda surgida en el imaginario popular, por la cual el ámbar podría nacer en el entorno del Po, dato sazonado por el asiduo uso que hacen las mujeres de esta región de joyas hechas con este material y su aplicación en la farmacopea regional (Plin., *Hist. Nat.* XXXVII, xi, 43-44).

Además de por su carácter ornamental, tenemos que aludir a la creencia antigua en las propiedades curativas de este material. Su recurrente uso en la farmacopea se fundamentó en sus propiedades "milagrosas", motivadas por su calidez y brillo. También son varios los autores que valoran su capacidad electrostática de atracción de determinados objetos (RAGAZZI, 2016: 211). Las posibles ingestas de piedras y elementos sólidos con fines farmacéuticos también afectó a otras materias primas, aunque de manera explícita ayudaría como remedio a algunas enfermedades mentales y otras afecciones físicas (Plin., *Hist. Nat.* XXXVII, xi, 44). Posibles aplicaciones terapéuticas del ámbar, de acuerdo con esas creencias antiguas, serían las exhalaciones (Plin., *Hist. Nat.* XXXVII, xi, 43) por su dulce aroma y su perduración en los procesos térmicos (Marc. *Epig.* III, 65 y 66).

Cosa distinta ocurre con los comportamientos excéntricos de determinados emperadores. Heliogábalo se dedicó a agasajar a sus invitados en los banquetes con recetas paradójicas, caso del arroz con perlas, los guisantes con monedas de oro o las habas con ámbar (Lampr. *Heliog.* XXI, 3-4), recurrentes pasajes que nos recuerdan a aquel en el que se refiere cómo Marco Antonio y Cleopatra terminan ingiriendo diluidas en vino algunas perlas.

Quizás uno de los episodios más curiosos asociados al uso de este material lo tenemos en época de Nerón, momento en el cual este emperador auspicia una incursión dirigida por Giuliano al Báltico con el fin de proveerse de este material. El uso final de tales productos fue su aplicación en algunos espectáculos gladiatorios, no sólo en la panoplia de los gladiadores, sino también en el ornato de los espacios donde se terminaron desarrollando estos *munera* (Plin., *Hist. Nat.* XXXVII, xi, 45-46).

Se tiende a considerar que el ámbar fue soporte para piezas de pequeño tamaño, a excepción de una posible estatua de Augusto depositada del Filipeion de Olimpia y descrita por Pausianias (V, 7).

A pesar de las continuas referencias textuales a estos materiales. son muy pocas las reseñas que nos hablan de su producción o su artesanado. De los pasajes antes citados, se podría inferir la llegada de este material en bloques sin trabajar. Esta idea se puede extraer del pasaje anteriormente referido de Tácito, quien alude a los trozos amorfos que son vendidos por los indígenas del lugar, que terminaban lucrándose de ello sin esfuerzo alguno. Además, otra referencia de interés, para apoyar esta afirmación, vendría de la mano de Plinio, quien en el pasaje aludido de los aderezos ambarinos de los ludi, indica cómo Giuliano, el comandante de la expedición, acarreó con un bloque de más de 14 libras (aprox. 4 kilos) que, de nuevo, hablaría de la llegada de los bloques sin trabajar. Sin embargo, podemos precisar gracias a este pasaje que lo normal serían los bloques de pequeña entidad. El texto más completo a este respecto lo escribió Plinio. Este autor destaca el valor de la materia prima venida de la zona de Capadocia. Según este autor, del citado país se traía en bruto el material pegado a la corteza de pino, la cual se pulía v limpiaba, cociéndose en grasa de cerda encinta (Plin., Hist. Nat. XXXVII, xi, 46). En relación al tratamiento de las piezas para obtener la forma deseada, la única mención expresa viene aportada por Apuleyo, quien habla de vasos "vaciados" (Apul. As., 19).

En cuanto al componente humano participante en estos procesos, no tenemos datos concluyentes sobre el mismo. Se podría extrapolar que fue un negocio rentable, como se atisba del desorbitado precio que alcanzaron algunas piezas, caso de una figurilla que incluso llegó a alcanzar el precio de un esclavo de buena salud (Plin. *Nat.* XXXVII, XI, 30). Además, estas piezas también fueron vendidas como falsificaciones. Tales *mangones gemmarum* fueron un negocio bastante rentable, al reducirse considerablemente el precio del producto (DI GIOVANI, 2018: 67) (Plin., *Hist. Nat.* XXXVII, xii, 51).

En la actualidad, los únicos talleres de *gemmarii* y *scalptores* asociados al ámbar se localizan en *Aquileia*, Pozzuoli y Pompeya, con la casa de *Pinarius Cerialis* – II, 4, 4 – para época romana, aunque para épocas previas también se tiene constancia de ellos como en muchos

puntos de la península itálica (NEGRONI 1993) con especial incidencia en Poggiomarino (RUSSO, 2020: 23). La definición de estos espacios se ha podido llevar a cabo gracias a los restos de descartes productivos localizados que nos hablan de esta actividad. Por ello, debemos descartar la posibilidad de que existiera un taller peninsular, algo explicable por la ausencia de focos de captación de este material en la *Hispania* romana.

4. Análisis Arqueométrico de las piezas localizadas en Mérida

Los objetivos que nos marcamos para el análisis de caracterización arqueométrica fueron principalmente dos. El primero fue confirmar que la materia prima empleada en la elaboración de las 9 piezas presentadas era realmente ámbar, ya que son numerosas las falsificaciones conocidas, tanto recientes como antiguas, empleando desde otras materias primas orgánicas, como el copal, hasta vidrios, resinas sintéticas o celuloide.

El ámbar se forma a partir de las resinas vegetales, generadas por coníferas o angiospermas, que sufren un proceso de fosilización y polimerización en el que pierden sus compuestos volátiles. Los componentes no volátiles de la resina son generalmente los que se fosilizan formando masas extensas e irregulares de ámbar. Cuando no se pierden todos estos compuestos, el resultado es una masa de resina fósil muy similar al ámbar, el copal, que apenas puede distinguirse del ámbar visualmente y por tanto fue y es ampliamente usado en falsificaciones e imitaciones. No obstante, estos materiales sí pueden distinguirse por su composición molecular.

En segundo lugar, nos propusimos determinar, en la medida de lo posible, la procedencia del ámbar empleado.

Todas las piezas fueron analizadas mediante espectrometría de infrarrojos por transformada de Fourier (del inglés FTIR) para lo cual se tomó una pequeña muestra (<1mg). La pieza 8066-259-1 (Fig. 2, n.1) se encontraba afectada superficialmente por una disolución de Paraloid B72, por lo que se tomaron dos muestras, una de la capa superficial y otra del cuerpo ambarino, con el objetivo de evaluar las posibles interferencias ocasionadas por el Paraloid B72 en los espectros de infrarrojos. Las muestras se analizaron en el Centro de Instrumentación Científica de la Universidad de Granada, empleando un espectrómetro FTIR Jas-

co 6200 con un sistema de reflectancia total atenuada (del inglés ATR) acoplado, por lo que no fue necesaria la preparación de pellets. Las muestras se analizaron 50 veces en el rango de 4000-400 cm⁻¹ con una resolución de 4 cm⁻¹. Los espectros, que se presentan en transmisión de infrarrojos, fueron procesados con el software Spectra Manager v2.

La espectrometría FTIR con ATR acoplado, requiere una cantidad de muestra escasa que no dificulta las posibilidades de musealización en los casos en los que no es posible trasladar las piezas a los laboratorios. Esto, sumado a la precisión con la que se consiguen diferenciar los distintos tipos de ámbar o resinas fósiles, han hecho que esta técnica de análisis se haya generalizado en los estudios de ámbar arqueológico.

4.1. Discusión de resultados

En primer lugar, todas las piezas presentan el espectro característico del ámbar (Fig. 4). Destaca la gran homogeneidad de todas las muestras, excepto la 10081 (Fig. 3, n. 3) que comentaremos más adelante (Fig. 5).

En todos los casos se observa un pico intenso en 2925 ± 2 cm⁻¹ y uno secundario en 2866 ± 4 cm⁻¹ de los grupos metilenos. La banda de 1708 ± 2 cm⁻¹ corresponde a los grupos carbonilos y las de 1448 ± 2 cm⁻¹ y 1376 ± 1 cm⁻¹ pueden atribuirse a los grupos alquilos, la de 1448 cm⁻¹ a las flexiones -CH2- y -CH3 (*bending*, δ), y la de 1376 cm⁻¹ se debe sólo a las flexiones de los -CH3. Estas características son comunes en todos los ámbares. Otras dos bandas, a 1015 ± 4 cm⁻¹ y 976 ± 2 cm⁻¹, se dan también siempre en el espectro del ámbar y pueden ser asignadas a diferentes enlaces C-O (RODRÍGUEZ MONTORO, 2013).

La banda $886 \pm 4 \text{ cm}^{-1}$ corresponde a los grupos metilenos exocíclicos, a la flexión (*bending*) C-H, aunque los ensayos de Guiliano y colegas (GUILIANO *et al.*, 2007) han demostrado que esta banda puede llegar a desaparecer a consecuencia de la exposición del ámbar a una fuente de calor.

La zona espectral más interesante para la definición de las distintas especies de ámbar y, por tanto, para la determinación de su procedencia, es la zona entre 1500-900 cm⁻¹ en sentido amplio. Esta es la zona denominada de 'huella dactilar' del ámbar en la que las diferentes especies muestran patrones distintos. El espectro característico del ámbar báltico fue definido por C. W. Beck y su equipo a partir del análisis FTIR

de 120 muestras geológicas, 69 procedentes del Báltico y 51 de otras regiones (Beck *et al.*, 1964, 1965, 1971; Langenheim & Beck, 1965; Beck, 1982). En esos trabajos, observaron que 68 de las 69 muestras de ámbar báltico, y sólo en el caso del ámbar báltico, los espectros presentaban un fuerte pico de absorción en 1157 ±5 cm⁻¹, que puede ser atribuido a la tensión del enlace C-O simple del éster, precedido por una banda horizontal entre 1250-1180 cm⁻¹ que presentaría una mayor o menor inclinación dependiendo de las condiciones de conservación de la pieza. Esta característica exclusiva del ámbar báltico será lo que se denomine 'hombro báltico' que, unido a la presencia de ácido succínico, caracteriza a la succinita báltica.

Como podemos observar, en todas las muestras analizadas se identifica con claridad el 'hombro báltico' y todos los picos coinciden con los del espectro de referencia del ámbar báltico, incluido el espectro de la superficie afectada por la solución de Paraloid B72 de la muestra 8066-259-1 (Figs. 4 y 5). En un estudio experimental sobre la conservación del ámbar realizado en el British Museum, Thickett et al. evidenciaron que el uso de Paraloid B72 en la conservación del ámbar no alteraba el espectro FTIR del mismo, y el característico 'hombro báltico' podía ser claramente identificado tanto en las muestras cubiertas con Paraloid B72 como en aquellas en las que el Paraloid B72 había sido eliminado (THICKETT et al., 1995). En el caso de la figura 8066-259-1 (Fig. 2, n. 1), los análisis efectuados sobre la superficie afectada con Paraloid B72 y el núcleo ambarino muestran espectros prácticamente idénticos (Fig. 6), con lo que resulta evidente que la conservación del ámbar con dicho consolidante no altera en lo sustancial la señal de infrarrojos del ámbar báltico.

Este tipo de ámbar, de la Clase Ia, se formó hace unos 42 millones de años (Eoceno: Luteciense) en la zona cubierta en la actualidad por el Mar Báltico a partir de la resina del hoy ya extinto *Pinus succinifera*. No obstante, diversos fenómenos geológicos como los movimientos de las placas tectónicas o la erosión fluvial han permitido el desplazamiento de la succinita hacia el norte y hacia el sur, llegando incluso por corrientes marinas hasta la costa Este de Inglaterra o al Mar Negro (BECK *et al.*, 1971; SAVKEVICH, 1981). Aun así, los depósitos de ámbar de la península de Samland (Kalingrado), constituyen el 90% de todos los depósitos de ámbar disponibles en Europa, por lo que independientemente del desplazamiento de algunos nódulos de ámbar, el grueso de la succinita báltica permanece en torno al Mar Báltico y continúan

siendo los depósitos de ámbar más explotados en la actualidad, con un volumen de producción de unos 4000 k al año.

El único espectro que difiere del conjunto es el de la muestra 10081 (Fig. 3, n. 3 y Fig. 7). En este caso, se observan un gran número de bandas ausentes en los espectros anteriores, omitiéndose además algunas de las bandas características del ámbar. El estado de conservación de esta pieza era también distinto al del resto. Visualmente, presentaba una apariencia más brillante, posiblemente como consecuencia de la aplicación superficial de algún consolidante. En el Museo no consta ningún informe que indique si se realizó alguna actividad de restauración antigua, pero tanto la apariencia superficial de la pieza como el espectro obtenido nos hacen pensar que ha sido tratada con algún tipo de consolidante. Precisamente, el estado de consolidación en el que se hallaba hizo imposible tomar una muestra del núcleo de la misma, por lo que únicamente hemos podido analizar una muestra de la superficie de la pieza.

En el espectro obtenido, los picos característicos del ámbar en 2925 ±2 cm⁻¹ y el secundario en 2866 ±4 cm⁻¹ aparecen desplazados y las bandas en 1708 ±2, 1448 ±2 y 976 ±2 cm⁻¹ están ausentes. En la zona diagnóstica del espectro, el pico de 1156 cm⁻¹ queda desplazado a 1173 cm⁻¹ y, en lugar de una banda horizontal, precediéndolo aparecen dos picos en 1237 y 1204 cm⁻¹. Asimismo aparecen bandas en 1633, 1516, 1462, 1412, 1103, 1084, 1034 y 921 cm⁻¹ ausentes en las muestras de ámbar de referencia.

El espectro obtenido, con toda probabilidad correspondiente al consolidante empleado, no puede explicarse por el uso del Paraloid B72 que, como ya hemos comentado, no altera el espectro del ámbar. El espectro más parecido de los productos empleados en los trabajos de conservación y restauración sería el de la goma laca, una resina natural procedente de la India. Esta resina forma una película brillante, adhesiva y resistente que podría ser consecuente con la apariencia superficial de la pieza, y con el envejecimiento tiende a volverse irreversible, por lo que es una de las sustancias más problemáticas para los restauradores (ACEVEDO RAMOS *et al.*, 2003). Aunque ambos espectros no presentan una coincidencia completa, sí mantienen similitudes significativas como los picos en 2920 y 2851 cm⁻¹ por la tensión C-H de los alcanos CH y CH₂ respectivamente o 1739 cm⁻¹ por la tensión C=O. También existe coincidencia en el pico de 1633 cm⁻¹, aunque en la goma laca aparece con menor intensidad, y en los de 1462, 1412 y 1377 cm⁻¹. En-

tre 1250 y 950 cm⁻¹ los picos se presentan con ciertos desplazamientos, por lo que no podemos concluir que el consolidante empleado fuera la goma laca, aunque es posible que se trate de una resina natural similar. La goma laca, además, se presenta en una gran variedad de formas, algunas de ellas conteniendo ceras, con lo que también pueden presentarse diferencias en los espectros. En cualquier caso, ante la imposibilidad de analizar el núcleo de la pieza, no podemos confirmar que en este caso, como en el resto, la materia prima empleada fuera también el ámbar báltico.

5. Conclusiones y perspectivas de futuro

Las piezas que ahora presentamos fueron halladas en dos contextos procedentes de *Augusta Emerita*, uno formando parte de un depósito de corte funerario, que se podría asociar al siglo I d.C. y otro localizado como pieza residual en el contexto de amortización de un recinto funerario. Según los análisis arqueométricos que hemos presentado, todas las piezas procederían de la zona báltica, siguiendo los cánones habituales para la época romana, a excepción de una de las piezas, que no ha podido ser analizada en su integridad por la aplicación de resinas y consolidantes. Sin embargo, este dato no ha sido óbice para localizar en la península ibérica ejemplos que se escapan a este arco geográfico, caso de la pieza de Siegburgite, localizada en Numancia y analizada arqueométricamente (Dietz *et al.*, 2013).

La duda es en qué *officina* fue procesada esta materia prima hasta la definición formal de las piezas. Creemos, por los paralelos a los que antes nos hemos referido, que estamos ante ejemplares procedentes de las oficinas de los orfebres, *gemmarii* o *scalptores* de la zona de *Aquileia*, donde se han localizado recurrentemente descartes productivos. Este dato se extrapola de la similitud formal de algunas de las piezas que se han localizado en estos lugares, lo que hablaría de un artesanado especializado en la zona, que daría cobertura a un boyante y lucrativo comercio. Además, las rutas de Aquileia están bien definidas también para otros puntos del Mediterráneo, caso de Croacia, con los hallazgos de Nin (FADIC, 1995).

Todas estas piezas presentan, macroscópicamente, una coloración melosa oscura sin llegar al color "vinoso falerno", el más apreciado para este material (Plin., *Hist. Nat.* XXXVII, xii, 47). Esto denota que

quizás no nos encontramos ante objetos muy costosos en el mercado mediterráneo. Tampoco se percibe un embellecimiento artificial con resinas y metales preciosos que pudiese haber aumentando su valor intrínseco, recurso muy recurrente para estas piezas (Muzzioli, 2003: 286-292 y di Giovanni, 2018: 55). De igual modo, es interesante tener presente cómo este material, además, cuenta con una característica muy particular como lo es el ser traslúcido, por lo que una misma pieza puede tener varias perspectivas – y significados – en función de si tiene una fuente de luz cercana (Neer, 2018: 471).

En relación a quién o a quiénes pertenecerían estas piezas o cuál fue su función, creemos que, a grandes rasgos, nos hallamos invariablemente ante elementos pertenecientes al ajuar femenino. De ello tenemos testimonio en las fuentes clásicas, que tienden a asociar los objetos de ámbar a las mujeres. En relación a ello y aparte del pasaje ya referido de Plinio, podemos acudir a la recurrente cita de Juvenal, cuando alude a las bolas de ámbar como regalos para las amantes junto con perfumes (Juv. 9.50-51). Esta feminidad intrínseca a la materia prima también se observa en el uso del término ámbar, asociado a uno de los colores más recurrentes en los cabellos femeninos, sobre todo, tras las continuas alusiones por parte de Nerón a la cabellera de su esposa Popea (Plin., *Hist. Nat.* XXXVII, xii, 50).

Ello se confirma, en primer lugar, en el caso de la pieza perteneciente al primero de los conjuntos analizados, procedente de la Avda. Extremadura. Ésta estimamos que consiste en una representación de Eros desnudo que habría formado parte de un elemento que, por su morfología y tamaño, apostamos que fuera un espejo, otra de las piezas más representativas de la *toilette* femenina. El uso del ámbar para aderezar objetos metálicos y de orfebrería es muy habitual. Al respecto tenemos algunas referencias textuales que aluden a este hecho, caso de Marcial (*Epigr*. VIII, 50) quien aporta la descripción de un plato de plata, marfil y ámbar regalado a Rufo. Para *Aquileia* se cuentan con láminas de ámbar en las que se le engarzaría un disco metálico con similares motivos decorativos (CALVI, 2005: 165-166).

En el caso de la tumba de la Antigua, pese a la pérdida de ciertos datos contextuales derivada de la fecha y las circunstancias del hallazgo, consideramos que nos hallaríamos con el depósito funerario de una rica aristócrata. Este dato puede extrapolarse, no sólo a las piezas de ámbar analizadas, sino también de las otras que formarían parte del mismo depósito. El carácter femenino de los objetos presentados se

acentúa con el propio discurso decorativo con alusiones a los Erotes, vinculados al cortejo de Venus, o la representación de la venera como símbolo de fertilidad. A esto habría que añadirle el objeto indeterminado, una cuenta de collar o una *crepundia* redonda con significación apotropaica para el caso de la tumba de La Antigua, ya que este tipo de material es muy apto para el desarrollo de piezas propiciatorias, caso de las foliáceas localizadas en *Aquileia*, en las que se lee A.N.F.F. (*Annum Novum Faustum Felicem*) (GIOVANNINI, 2002: 164).

BIBLIOGRAFÍA

- Acevedo Ramos, R. F.; Eisner Sagüés, C.; Ossa Izquierdo Y Zanocco Loyola, A. (2003) Identificación de barnices en pintura de caballete por cromatografía en placa fina (TLC) y espectroscopia infrarroja (FTIR), *Conserva*, 7, pp. 97-119.
- AHL, F. (1982) Amber, avallon and Apollo's singing swan, American Journal of Philology 103, pp. 14, 373-411.
- ALFARO, C.; BUSTAMANTE, B.; VICENTE, S.; YUSÁ, D.J.; SABIO, R. (2020) Tejidos suntuosos romanos con oro en la Península Ibérica. Reflexión a partir de hallazgos en *Augusta Emerita* (Mérida, Badajoz), en BUSTAMANTE-ÁLVAREZ, M.; SÁMCHEZ, E. y JIMÉNEZ, J. (ed.), *Redefining ancient textile handcraft structures, tools and production processes*, Granada: Universidad de Granada, pp. 79-94.
- ALONSO, J.; JEREZ LINDE, J. M. Y SABIO GONZÁLEZ, R. (2014) Instrumentos de escritura en *Hispania*, en Bustamante, M. y Bernal, D. (eds.), *Artifices Idoneos: artesanos, talleres y manufacturas en Hispania* (Anejos de Archivo Español de Arqueología XL), Mérida, pp. 169-189.
- ALONSO, J. (2014) 4. Conjunto de cálamos de plata, bronce y hierro y piedra pómez, en Sabio, R.; Alonso, J. y Hidalgo, L. (eds.), *Ars Scribendi. La cultura escrita en la antigua Mérida*, Mérida, pp. 20-21.
- ÁLVAREZ SÁENZ DE BURUAGA, J. (1967) Museo Arqueológico de Mérida (Badajoz). Memoria de los trabajos realizados en el año 1967 (Documento inédito mecanografiado).
- Barrero, N. (2017) Colección de orfebrería, glíptica y materiales nobles, en *Museo Nacional de Arte Romano. XXX años en la vida de un Museo*, Mérida, pp. 171-176.
- Barrero, N. Y Morcillo, A. (2020) Objetos de ámbar del "ajuar de la antigua" (Mérida, España), *Anas* 29-30 (2016/2017), pp. 51-60.
- Beck, C. W. (1982) Physical Methods Used to Determina the Geological Origin of Amber and other Fossil Resins; Some Critical Remarks: Comments, *Physics and Chemistry of Minerals*, 8, pp. 146–147.
- BECK, C. W.; ADAMS, A.B.; SOUTHARD, C. Y FELLOWS, C. (1971) Determination of the Origins of Greek Amber Artifacts by Computer-Classification of Infrared Spectra, en BRILL, R. H. (ed.), *Science and Archaeology*, Cambrige, pp. 235–240.

- Bedini, A. (ed.) (1995) Mistero di una fanciulla. Ori e gioielli Della Roma di marco Aurelio da una nuova scoperta archeologica, Milán.
- Beck, C. W.; Wilbur, E. Y Meret, S. (1964) Infra-Red Spectra and the Origin of Amber, *Nature*, 201, pp. 256–57.
- Beck, C. W.; Wilbur, E.; Meret, S.; D., Kossove Y Kermani, K. (1965) The Infrared Spectra of Amber and the Identification of Baltic Amber, *Archaeometry*, 8, pp. 96–109.
- Bustamante-Álvarez, M.; Bernal Casasola, D.; Castellano-Hernández, M.A. (2021) Pearl and Mother of Pearl in Hispania: Exploitation and Trade of Marine Luxury Products, *Journal of Maritime Archaeology*, pp. 1-35.
- Cellarosi, P. (eds., 2016) The amber roads. The ancient cultural and commercial communication between the peoples, Volume 13 de Millenni, Florencia.
- DIETZ, C.; CATANZARITI, G.; QUINTERO, S. Y JIMENO, A. (2013) Roman amber identified as Siegburgite, *Archaeological y Anthropological Sciences*, 6, pp. 63-72.
- CALDERA DE CASTRO, P. (1983) El vidrio romano emeritense, en *Augusta Emerita*, I (Excavaciones Arqueológicas en España 126), Madrid, pp. 7-80.
- CALVI, M. C. (2005) Le ambre romane di Aquileia, Aquileia.
- Fadic, I. (1995) A Enona e le ambre antiche, *Quaderni Friulani di Archeologia*, V, pp. 77-90.
- FORTE, M. (1994) Il dono delle Eliadi. Ambre e oreficerie dei principi etruschi di Verucchio, Emilia-Romagna.
- GAGETTI, E. (2000) Anelli di età romana scolpiti in ambra e in pietra dura dalla collezione di toppo presso i civici musei di Udine, Aquileia Nostra, LXXI, pp. 194-250.
- GIOVANNINI, A. di (2002) Le ambre di Aquileia. Connotazioni generali e correlazioni culturali, en *Roma sul Danubio*, Roma, pp. 159-164.
- GORETTI, P. (2010) Se a divenire luce da una lacrima, *Le lacrime delle ninfe. Tesori d'ambra nei musei dell'Emilia- Romagna*, Bolonia, pp. 13-14.
- GUILIANO, M.; ASIA, L.; ONORATINI, G. y MILLE, G. (2007) Applications of Diamond Crystal ATR-FTIR Spectroscopy to Characterization of Ambers, *Spectrochimica Acta. Part A*, 67, pp. 1407–1411.
- Langenheim, J. H. Y Beck, C. W. (1965) Infrared Spectra as a Means of Determining Botanical Sources of Amber, *Science*, 149, pp. 52–55.
- MURCIANO CALLES, J. M. (2017) 1. Figura de pareja de niños luchando en ámbar, en Sabio, R. (ed.), *Juegos y juguetes en Augusta Emerita*, Madrid, pp. 12-13.
- MURCIANO CALLES, J. M. (2010) *Historiografia de los aspectos funerarios de* Augusta Emerita (*Siglos I-IV*), (Cuadernos Emeritenses, 36), Mérida.
- MASTROCINQUE, A. (1991) L'Ambra E L'Eridano: Studi Sulla Letteratura E Sul Commercio Dell'Ambra In Età Preromana Zielo, Este.
- MASTROCINQUE, A. (2012) Miti greci e ambre figúrate, en MASSINI, S. y ARNCIO, M.L. (ed.), *Ambra, dalle rive del Baltico all'Etruria*, Rome, pp. 35–37.
- Muzzioli, D. (2003) La lavorazione delle gemme, en Zanettin, B. (ed.), *Cristalli e gemme. Realta fisica e immaginario. Simbologia, tecniche e arte*, Venezia, pp. 277-294.

- Naso, A. (2013) Amber for Artemis: Preliminary Report on the Amber Finds from the Sanctuary of Artemis at Ephesus, *Jahreshefte des Österreichischen Archäologischen Instituts in Wien*, 82, pp. 259–278.
- NAVA, M. L. Y SALERNO, A. (ed. 2007) *Trasparenze dall'Antico Ambre*, Napoli: Museo Archeologico Nazionale, Electa, Nápoles.
- NEER, R. (2018) Amber, Oil and Fire: Greek Sculpture beyond Bodies, *Art History*, pp. 466-491.
- NEGRONI CATACCHIO, N. (1993) The Production of Amber Figurines in Italy from the 8th to 4th Centuries B.C., en Beck, C. W. y Jouzek, J. (eds), *Amber in Archaeology: Proceedings of the Second International Conference on Amber in Archaeology*, Prague, pp. 191–202
- Nodar, R. (2021) El brillo de la apariencia. Joyería romana en Augusta Emerita, Mérida.
- Orsini, B. (2010) Ambra: le origini, il mito e il commercio nell'antichità, en *Le lacrime delle ninfe. Tesori d'ambra nei musei dell'Emilia- Romagna*, Bolonia, pp. 21-36.
- Palavestra, A. (2007) Was There an Amber Route?, en Galanaki, I.; Galanakis, Y. and Laffineur, R. (eds), *Between the Aegean and the Baltic Seas*, Liège, pp. 349-355.
- PICADO PÉREZ, Y. (2006) Restos funerarios entorno a una vía de acceso a Emerita Augusta en la zona norte de Mérida, *Mérida. Excavaciones Arqueológicas 2003 Memoria* 9, pp. 91-108.
- PICADO PÉREZ, Y. (2012) Figura de ámbar, en VV. AA. (eds.), *El Consorcio y la Arqueología Emeritense*, Mérida, p. 20.
- RAGAZZI, E. (2016) Amber, a Stone of Sun for Ancient Medicines, *Acta medico-historica Rigensia*, X, pp. 208-234.
- RODRÍGUEZ MONTORO, Ó. (2013) Estudio Espectroscópico de la Formación de Análogos de Resinas Fósiles (Universidad Complutense de Madrid. Tesis doctoral inédita).
- Russo, A. (2020) Ornamenti da un abitato protoistorico. Il villagio di Longola a Poggiomarino, en Ossana, M. y Stefani, G. (eds.), *Venustas. Grazia e bellezza a Pompei*, Nápoles, pp. 23-27.
- Sabio González, R. (2017) 25. Conjunto de miniaturas de utensilios domésticos en metal, en Sabio, R. (ed.), *Juegos y juguetes en Augusta Emerita*, Madrid, pp. 70-71.
- Sabio González, R. 2012 Catálogo de la colección de hierros del Museo Nacional de Arte Romano (Cuadernos Emeritenses, 37), Mérida.
- SAVKEVICH, S. S. (1981) Physical Methods Used to Deternmine the Geological Origin of Amber and Other Fossil Resins; Some Critical Remarks, *Physics and Chemistry of Minerals*, 7, pp. 1-4.
- Stefani, G. (2020) La tomba di Pithia Rufilla. Balocchi e profumi per l'Aldilà, en Ossana, M. y Stefani, G. (eds.), *Venustas. Grazia e bellezza a Pompei*, Nápoles, pp. 151-155.

- STENICO, A. (1964) Ambre scolpite, en *Arte e civiltà romana nell'Italia settentrionale dalla repubblica alla tetrarchia*, Bolonia, pp. 376-386.
- STRONG, D. (1966) Catalogue of the Carved Amber in the Department of Greek and Roman Antiquities, London.
- THICKETT, D.; CRUICKSHANK, P. Y WARD, C. (1995) The Conservation of Amber, *Studies in Conservation*, 40/4, pp. 217-226.
- VICCEI, R. (2005) Le foglie d'edera in ambra, en VV.AA. (eds.), La signora del sarcófago. Una supultura di rango nella necropoli dell'Università Cattolica, Milán, pp. 117-125.
- WATSON, P. (1992) Balls of cristal and amber: fact of fantasy?, *Liverpool Classical Monthly*, 17.2, pp. 23-27.
- VV.AA. (2007) Ambre. Transparenze dell'antico, Nápoles.
- VV.AA. (2010) Le lacrime delle ninfe. Tesori d'ambra nei musei dell'Emilia-Romagna, Bolonia.

FUENTES CLÁSICAS

- Apolonio de Rodas *Argonáuticas* (trad. M. Valverde Sánchez, 1996), Biblioteca Clásica Gredos, 227, Madrid.
- Apuleyo Asno de Oro (trad. L. Rubio, 1983), Biblioteca Clásica 9, Madrid.
- Diodoro de Sicilia, *Biblioteca Histórica*, libros IV-VIII (introd. y notas de J.J. Torres, 2004), Biblioteca Clásico Gredos, 328, Madrid.
- Elio Lamprodio Historia Augusta (trad. F. Navarro y Calvo, 1919), Madrid.
- Heródoto *Historia. Libro III, Talía* (trad. C. Schrader, 1976), Biblioteca Clásica Gredos, 21, Madrid.
- Juvenal / Persio *Sátiras* (trad. M. Balasch y M. Dolç; introducciones particulares Balasch), Biblioteca Clásica Gredos 156, Madrid.
- Marcial *Epigramas II* (trad. y notas J. Fernández y A. Ramírez, 2001), Biblioteca Clásica Gredos, Madrid.
- Pausanias Descripción de Grecia. Libros III-VI (introd. y trad. M.C. Herrero, 1994), Biblioteca Clásico Gredos, 197, Madrid.
- Tácito *La Germania* (trad. B. Álamos, J. Ezquerra y C. Sixto, 2006), Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes.



Fig. 1 – Mapa de localización en Mérida.

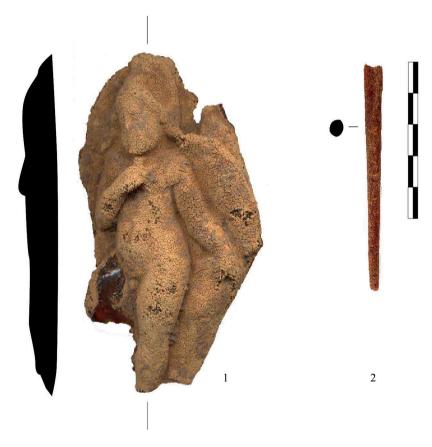


Fig. 2 – Piezas procedentes de la Avda. Extremadura. 1) posible erote y 2) espátula.

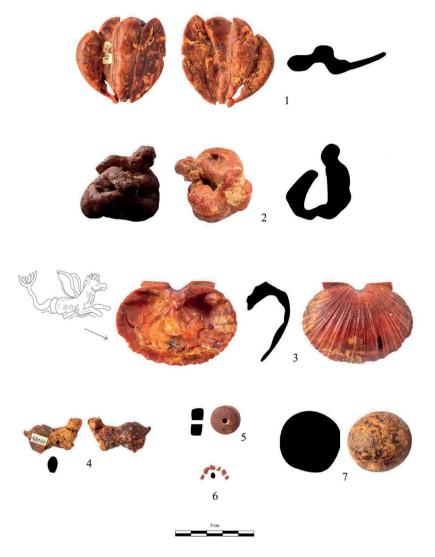


Fig. 3 – Ajuar localizado en la Tumba de la Antigua. 1) Hoja; 2) niños jugando; 3) venera con decoración mitológica; 4) figura zoomorfa; 5) abalorio; 6) fragmentos de posible ¿anillo?; y 7) esfera.

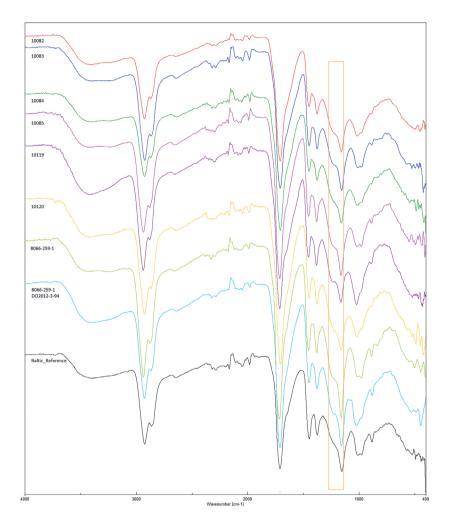


Fig. 4 – Espectros FTIR de todas las muestras analizadas y del espectro de referencia de la succinita báltica (en recuadro).

Muestra								
10082	2927	2869	1707	1449	1375	1159	1019	974
10083	2924	2863	1707	1448	1376	1158	1013	974
10084	2926	2867	1707	1450	1377	1159	1014	978
10085	2924	2866	1706	1448	1375	1159	1013	976
10119	2924	2870	1706	1449	1376	1159	1020	978
10120	2925	2867	1706	1449	1376	1162	1018	974
8066-259-1_core	2923	2866	1709	1449	1375	1158	1013	977
8066-259- 1_surface	2926	2868	1710	1449	1375	1159	1017	979
8066-259-1 DO2012-3-94	2927	2870	1710	1449	1377	1159	1022	974
Baltic_Reference	2924	2867	1709	1447	1376	1156	1011	977

Fig. 5 – Localización de los principales picos en los espectros de las muestras analizadas.

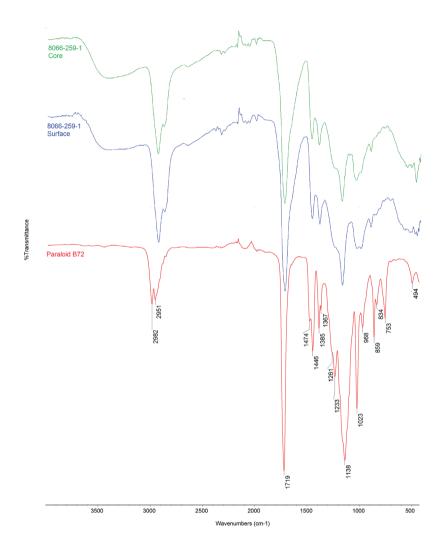


Fig. 6 – Espectros FTIR de la capa superficial y el núcleo de la muestra 8066-259-1 consolidada con Paraloid B72 cuyo espectro FTIR se representa también en la imagen. Nótese como el uso de este consolidante no interfiere en la señar de infrerrojos del ámbar báltico en la zona de interés.

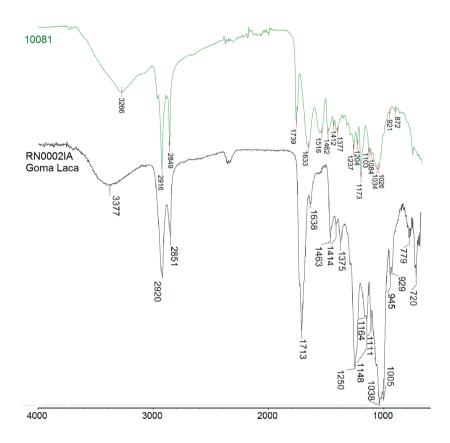


Fig. 7 – Espectro FTIR de la muestra 10081 en comparación con el espectro FTIR de la goma laca.

JORGE DE ALARÇÃO

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património, Professor Catedrático Aposentado da Faculdade de Letras jorge.alarcao@gmail.com

José Luís Madeira

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Técnico Superior do DHEEAA, Instituto de Arqueologia madmad@uc.pt

A CASA DA RUA DA PRINCESA EM TRÓIA (SETÚBAL)

THE HOUSE IN RUA DA PRINCESA IN TRÓIA (SETÚBAL) "Conimbriga" LX (2021) p. 143-180

http://doi.org/10.14195/1647-8657 60 4

Texto recebido em / Text submitted on: 25/11/2020 Texto aprovado em / Text approved on: 30/04/2021

Resumo:

Em 1850 foi escavada em Tróia (Setúbal, Portugal) uma domus que se achava em excelente estado de conservação, pois ainda se mantinham as paredes do piso superior, com suas pinturas murais. Por incúria dos escavadores, as paredes foram ruindo à medida que iam sendo escavadas. A derrocada prosseguiu ao longo do séc. XIX.

Recorrendo ao sumário relatório das escavações de 1850, a fotografías antigas, ao que vários autores escreveram sobre a casa e ao que hoje dela resta, tentamos uma reconstituição do que seria a domus.

PALAVRAS-CHAVE: Tróia (Setúbal, Portugal); arquitetura doméstica romana; domus.

Conimbriga, 60 (2021) 143-180

ABSTRACT: In 1850, in Tróia (Setúbal, Portugal), archaeologists excavated a very well preserved domus, which still had the walls to the upper floor with mural paintings. Due to the archaeologist's neglect, the excavation led to the collapse of the walls, a process which continued to take place during the 19th century.

We present a reconstitution of the domus based on the brief report of the excavations undertaken in 1850, on old photographs and on various author's descriptions of the house and what is left of it.

KEYWORDS: Tróia (Setúbal, Portugal); Roman domestic architecture; domus.

A CASA DA RUA DA PRINCESA EM TRÓIA (SETÚBAL)

Dá-se o nome de Rua da Princesa, em Tróia, a uma área onde a princesa D. Maria (futura rainha D. Maria I) mandou fazer escavações (Costa, 1930-1931: 19). Não se sabe ao certo quando; mas tendo D. Maria sucedido a seu pai, o rei D. José, em 1777, as escavações terão sido feitas antes dessa data.

Os trabalhos devem ter sido de pequena monta. Deduzimos isso do facto de Cornide, que visitou Tróia em 1799 (ABASCAL e CEBRIÁN, 2009: 562-564), não se referir à casa de que nos vamos ocupar. Se alguma parte substancial dela tivesse ficado à vista, Cornide não teria deixado de assinalá-la. Terão sido, porém, recolhidos "muitos espécimes arqueológicos", incluindo uma coluna com seu capitel coríntio — coluna que viria a ser transportada para Setúbal e aí erguida. Marques da Costa (1930-1931: 19-20) refere as vicissitudes por que passou esta coluna, hoje erguida na Praça do Marquês de Pombal. Se o fuste é realmente romano, a cor branca do mármore não se compagina com o mármore azulado que seria o das colunas do edifício que hoje é conhecido pela designação de "Casa da Rua da Princesa".

Em 1850, a Sociedade Archeologica Lusitana¹ fez novas escava-

¹ A Sociedade Archeologica Lusitana foi formalmente instituída a 9 de novembro de 1849, em Setúbal, com o fim de, segundo o artigo 2º dos seus estatutos, "exclusivamente promover por todos os meios ao seu alcance, e efetuar uma escavação nas ruinas da antiga Cetobriga". A aprovação dos estatutos foi feita por alvará de D. Maria II datado de 27 de março de 1850. O relatório justificativo da criação da Sociedade, o alvará régio e os estatutos foram publicados numa pequena brochura intitulada Estatutos da Sociedade Archeologica Lusitana fundada na villa de Setubal. A brochura saiu dos prelos da Imprensa Nacional, em Lisboa, em 1850. Nessa época julgava-se que a Cetóbriga das fontes literárias antigas era Tróia. Hoje sabe-se que Cetóbriga corresponde a Setúbal. O nome de Tróia na época romana permanece ignorado (ALARCÃO, 2011: 324-328). Os estatutos da Sociedade previam, no seu artigo 3º, a formação "na villa de Setubal [de] um Museu Archeologico dos objectos que se descobrirem". Neste

ções na dita "rua", mas não sabemos se no mesmo exato local ou no mesmo prédio onde foi encontrada a coluna. Um relatório breve desses trabalhos foi publicado na *Revista Popular*, 3 (1850-1851) e republicado por Fernando Castelo-Branco (1963: 29-44). Os responsáveis pelas escavações e redatores desse relatório chamaram-lhe *Diário*. Na realidade, o *Diário*, tal como foi publicado, é um registo semanal (sem prejuízo de referências ao que se fez num dia e ao que se descobriu em outro dia). É possível que os escavadores tenham feito relatório mais circunstanciado, dia a dia, e que, depois, tenham redigido um resumo para efeitos de publicação na *Revista Popular*. Se tal relatório circunstanciado existiu, o seu manuscrito perdeu-se (ou não foi ainda encontrado).

A publicação, pelo seu carácter sumário e por total ausência de desenhos, suscita-nos muitas dúvidas de interpretação. Acresce que as medidas, quando indicadas, são dadas em palmos, varas, braças ou passos. Se para o palmo e a vara não temos problema em convertê-los a 0,22m e 1,10m, respetivamente, já na equivalência da braça e do passo devemos confessar a nossa hesitação. Temos atestação de braças de 1,84m e de 2,20m, e, para o passo, há diversas medidas. Por outro lado, expressões usadas pelos redatores do *Diário*, como "terá 60 palmos", "situado a 25 ou 30 passos", "mais ou menos 18 palmos", deixam-nos crer que as medidas foram calculadas à vista, sem medições rigorosas.

A casa que em 1850 foi parcialmente descoberta foi-se desmoronando à medida que ia sendo escavada.

Lemos no Diário, por exemplo:

"A tarde do dito dia [6 de maio de 1850] e todo o seguinte empregaram-se em desentulhar a casa...² e a aliviar das areias exteriores a parede do nascente, que mostrava pouca solidez: não se fez igual operação à parede oposta, por parecer aos trabalhadores estar em bom estado; mas a manhã seguinte veio mostrar-lhes o seu erro, aparecendo desabadas para o interior da casa esta parede e grande

aspeto (como noutros, aliás), o estatuto não foi cumprido. Sobre a *Sociedade Archeologica Lusitana* veja-se Martins, 2014.

² O termo "casa" ainda se usava, nos meados do séc. XIX, com o sentido de "sala", "compartimento" ou "divisão". Um prédio tinha várias "casas". No séc. XVII, a expressão "morada de casas" usava-se para designar um prédio ou moradia. Ignoramos até quando se manteve esta designação.

porção de areias nelas encostadas, inutilizando grande parte do trabalho feito".

"No dia 5 [de novembro de 1850] achámos fixas sobre a parede da frente da varanda duas bases de mármore de colunas, e escavando-se numa parte desta varanda com o fim de irmos descendo ao piso térreo, quando apenas a tínhamos refundado cousa de três palmos observámos que a parede da frente se desmoronava, e passando a examiná-la, vimos que estava num completo estado de ruína; tratámos pois de apear essa altura da parede já descoberta...".

Manifestamente, os escavadores não cuidaram de evitar a ruína de um prédio cujas paredes ainda se conservavam a grande altura e com pinturas murais no andar superior. Na época, o interesse era sobretudo o de recuperar objetos e, em particular, moedas. Destas encontra-se no *Diário* uma comprida relação.

Apesar de tudo, alguns anos depois, Oswald Crawfurd, cônsul inglês no Porto, homem culto e viajado, tendo visitado Tróia, ficou impressionado pelo edificio:

"When the Duke of Palmella's society [isto é, a *Sociedade Archeologica Lusitana*] made their excavation, they simply removed this sand from the top, and came in time to the roof, or the place where it had been, then they laid bare the upper storey, then the ground floor... Having examined the house itself, which seemed to me larger and loftier than the ordinary houses in Pompeii streets..."³.

Não sabemos quando, exatamente, é que Oswald Crawfurd visitou Tróia. Foi depois de 1867, pois só neste ano é que veio para Portugal; mas antes de 1882, data em que publicou a obra da qual extraímos aquela passagem.

A casa continuou a desmoronar-se.

Em 1898 foi publicada uma planta do que então era visível, com um alçado do que se conservava da fachada norte e uma fotografia (Costa, 1898) (Figs. 1 e 2)⁴.

³ A citação foi extraída da obra de Oswald Crawfurd, *Portugal old and new*, publicada em Londres em 1882. Um extrato da obra mais extenso do que o da nossa citação encontra-se, vertido ao português, em CASTELO-BRANCO, 1963: 26-28.

⁴ Fotografia idêntica foi publicada por Mesquita de Figueiredo, 1913: 361.

Em 1893, A. Mesquita de Figueiredo publicou na *Revue Archéologique* um breve artigo sobre monumentos romanos de Portugal. Pouco relevantes são as linhas que aí consagrou a Tróia. Refere, todavia, que em 1875 se constituiu em França uma *Société de recherches archéologiques et d' exploitation agricole du domaine de Tróia (Portugal)*. Esta Sociedade, segundo informação de Mesquita de Figueiredo, não teve êxito. O que no artigo mais interessa, respeitante à casa da rua da Princesa, são as duas fotografias que o autor aí apresentou. Uma delas corresponde à publicada por Marques da Costa no seu artigo de 1898 (Fig. 2, que reproduzimos de um postal da coleção particular de José Madureira Lopes). A outra, hoje no Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal da Figueira da Foz, é a que reproduzimos na nossa Fig. 3.

A planta e o alçado publicados em 1898 viriam a ser republicados por Marques da Costa num artigo de *O Archeologo Português* de 1930-1931 (Fig. 4)⁵. São pequenas as diferenças entre a planta de 1898 e a de 1930-1931, mas não devemos ignorá-las. Ficamos sem saber se devem explicar-se por, entre aquelas datas, terem desaparecido alguns muros e surgido outros devido a movimentação das areias.

A descrição que Marques da Costa fez do prédio no seu artigo de 1930-1931, bem como certos desenhos que aí apresentou, são essenciais para tentarmos reconstituir o edifício. Fica-nos, porém, uma dúvida: como reconstituiu o autor o que já não pode ter visto? Imaginando? Interpretando o *Diário*?

Esta nossa dúvida é tanto mais pertinente quanto é certo que a nossa interpretação do *Diário* diverge, nalguns pontos, da de Marques da Costa.

⁵ Com data de 1930-1931, o vol. 29 de *O Archeologo Português* só saiu em 1933. Não podemos determinar a data em que Marques da Costa redigiu o seu texto. Terá sido muito antes de 1930-1931?

⁶ Nascido em Pousos (Leiria) em 1857, Marques da Costa pode ter vindo para Setúbal na primeira metade da década de 1890, visto que em 1896 e 1897 já publicava notícias sobre antiguidades dessa cidade e de Alferrar e em 1896 convidava Leite de Vasconcelos a visitar alguns lugares da região setubalense onde tinha identificado vestígios arqueológicos (CARDOSO, 2014). O estado de conservação (ou de degradação) em que se encontrava o edificio na década de 1890 só pode julgar-se pelas ilustrações do artigo de 1898. A planta e o alçado de 1898, desenhados por Manuel José de Aguiar Trigo, correspondem ao que Marques da Costa terá visto. É óbvio que não pode ter visto muitos dos pormenores ilustrados no seu artigo de 1930-1931.

O autor pode, porém, ter-se servido de relatórios, notas ou desenhos da *Sociedade Archeologica Lusitana* posteriormente desaparecidos. Com efeito, escreveu (Costa, 1930-1931: 20):

"Foi observando diretamente as ruínas das casas da Rua da Princesa e com o auxílio dos "Diários" da escavação de Tróia, publicados nos n.ºs 10, 11 e 12 da *Revista Popular*, e os restantes diários, existentes ainda em manuscrito, que foram entregues à Academia das Belas Artes em 1868, juntamente com outros documentos e livros respeitantes às mesmas escavações feitas pela dita Sociedade, que pudemos reconstituir mental e graficamente as ditas casas".

Manifestamente, Marques da Costa teve acesso a documentação que posteriormente se perdeu ou que, se acaso ainda existe, tem paradeiro desconhecido. Nessa documentação podia haver desenhos. No *Diário* encontramos referência a "uma peça de mosaico, do qual brevemente se publicará o desenho e descrição" (CASTELO-BRANCO, 1963: 38). Não nos consta que a Sociedade tenha publicado o desenho anunciado. Será o que Marques da Costa reproduziu na Estampa IX do seu artigo de 1930-1931?

Fica-nos, pois, a dúvida sobre se alguns dos desenhos com que Marques da Costa ilustrou o seu artigo reproduzem desenhos da *Sociedade Archeologica Lusitana* que estariam entre os papéis perdidos da dita Sociedade, ou se são desenhos da sua exclusiva responsabilidade, imaginativos.

Imaginativa, fantasista e ingénua é seguramente a sua "perspetiva do exterior da fileira de casas vista do Norte" – que reproduzimos na nossa Fig. 5. O autor ocultou com duas árvores o que, no seu desenho do que seria a fachada (Figs. 1 e 4), surge como extrema ruína.

Seja como for, a reconstituição que vamos tentar da casa da Rua da Princesa baseia-se no *Diário* de 1850 e na planta e alçado publicados em 1898 e republicados em 1930-1931; mas apoia-se também nas fotografias antigas anteriormente referidas e no levantamento, em planta e alçado, dos muros que sobrevivem – levantamento feito em 2004 pelo Arq.º Paulo Aires para o Instituto Português do Património Arquitetó-

 $^{^{7}}$ Os números citados da $Revista\ Popular$ correspondem a fascículos do volume 3 da mesma revista.

nico. Esta planta foi desenhada à escala 1: 100. Vai reproduzida a outra escala na nossa Fig. 6.

As plantas publicadas em 1898 e 1930-1931 têm indicação numérica (e não gráfica) de escala 1: 200. Do seu confronto com a planta do Arq.º Paulo Aires resulta evidente que não foram publicadas àquela escala. Terão sido desenhadas, efetivamente, à escala 1: 200, mas o editor de *O Archeologo Português* alterou-lhes a dimensão sem disso advertir o leitor.

A nossa planta da Fig. 7 representa o que supomos ter sido o rés do chão da casa. Nas plantas de Marques da Costa (Figs. 1 e 4), as paredes orientais da casa surgem desenhadas ortogonalmente. Na fotografia da nossa Fig. 3 também parece observar-se ortogonalidade. No levantamento do Arq.º Paulo Aires, porém, as paredes apresentam um desvio de cerca de 5º.

Não será muito convincente a ideia de que as paredes podem ter sido desviadas do seu alinhamento original por virtude da pressão das areias a oriente – pressão que, todavia, obrigou, há alguns anos, a uma obra de engenharia para evitar o seu deslize. Se tivesse havido, posteriormente às escavações do séc. XIX, esse desvio, ele devia ter provocado também deslocação de outras paredes da casa. Poderá o desalinho corresponder ao original? Desvios da perfeita ortogonalidade são comuns na arquitetura doméstica romana.

Fica na dúvida este pormenor. Um desvio original não teria, contudo, significativa relevância na reconstituição que fazemos da fachada da casa.

Distinguimos, nessa nossa planta do rés do chão, os muros que subsistem, os que já não se veem, mas estão desenhados nas plantas de Marques da Costa, e os que supomos conservados sob as areias, aguardando a sua descoberta em futuras escavações.

O confronto da nossa planta com as de Marques da Costa torna óbvio que se veem hoje, do lado sul, paredes que naquelas plantas se não desenham⁸.

O compartimento 1 da nossa Fig. 7 tinha acesso direto a partir do exterior. A largura da porta e as dimensões do compartimento deixam-nos supor que era espaço de armazenamento.

⁸ Corresponderão a intervenção posterior a 1930-1931, do tempo em que Manuel Heleno e, depois, D. Fernando de Almeida tiveram a direção científica de trabalhos em Tróia?

Esta divisão tinha segundo acesso por um vão na sua parede oriental – vão que se abria num largo e comprido corredor 4. Este corredor tinha entrada direta pelo exterior (por uma porta a norte) e alcançava, do lado sul, o criptopórtico 18 em torno do saguão 17. Falaremos do saguão e do criptopórtico mais adiante.

A entrada lateral que se abria em 4 dava acesso, simultaneamente, a 1 e a 2. Um pilar retangular entre as duas divisões serviria de apoio a arcos ou barrotes que sustentariam uma parede no andar superior.

A divisão 3 tinha entrada pelo criptopórtico 18. É perfeitamente fantasista a ideia, sustentada por Marques da Costa (1930-1931: 26), de que esta divisão serviu de câmara sepulcral. O autor também sugeriu que os compartimentos 1, 2 e 3 constituíam um edificio autónomo que "serviu de sepulcro", com um triclínio para banquetes rituais em honra dos mortos. Tomou o nº 4 da nossa planta como uma viela e daí o ter feito de 1, 2 e 3 um edificio autónomo.

Temos dúvidas em sustentar convictamente a existência de dois compartimentos 5 e 6. Em alternativa, podemos imaginar uma galeria larga e comprida, sem subdivisões. Na planta de 1898 desenha-se, do lado oriental do nosso compartimento 5, um muro que, em D da planta de 1930-1931 (Fig. 4), aparece reduzido ao que poderia ser um simples contraforte interno. Por outro lado, na planta de 1898 (Fig. 1) não se desenha o muro que na de 1930-1931 aparece como parede oriental do nosso compartimento 6 (= E de Marques da Costa). Por último, nenhuma das plantas desenha o muro com que fechamos, a ocidente, o compartimento 5.

A suposição de que havia muros (e, portanto, uma compartimentação em 5 e 6) baseia-se não só na conjugação das plantas antigas como também em razões estruturais: o edifício, na sua fachada norte, era muito alto (como já adiante veremos) e as paredes precisariam de reforço. Seria este obtido por muros transversais que, ao mesmo tempo, dividiriam o espaço em dois compartimentos? Ou por arcos transversais que arrancariam de pilares adossados às paredes? Devemos ter também em atenção que Marques da Costa representa, nos seus desenhos, portas para o exterior no seu espaço D. Parece-nos que tais portas (uma delas óbvia, a outra duvidosa) fazem mais sentido admitindo realmente dois compartimentos – mas o argumento não é decisivo.

Os compartimentos 7, 8, 9 e 10 são inequívocos, quer pelo seu desenho nas plantas de Marques da Costa, quer pelos muros que ainda se conservam.

As portas de 9 e 10 para o criptopórtico 18 são seguras. A derrocada total da parede norte de 7 não nos permite confirmar a porta que se desenha nas plantas de Marques da Costa, mas não temos a mínima razão para duvidar dela: parece-nos imperativa.

A existência de um compartimento 11 (= E de Marques da Costa), com uma larga porta exterior e, sobreposta, uma janela, é segura. Já a existência de uma parede que separaria as divisões 12 e 13 é suspeita. Baseados nas plantas antigas, podemos supor uma única divisão. Na parede oriental de 12/13, e no ponto onde poderia existir um muro transversal, divisório, observa-se ainda hoje um arranque. Pode, todavia, tratar-se de vestígio de pilar adossado à parede e do qual arrancaria, mas a cota bastante alta, um arco. Neste caso, pelo menos ao nível do rés do chão, poderia haver um só compartimento, e teríamos de fundir as nossas divisões 12 e 13.

Os compartimentos 14 e 15 integram uma parte recuada do edificio, pois nada nos permite sustentar a ideia de uma divisão a norte de 14, alinhada com a fachada do edificio.

Os muros atualmente visíveis permitem reconstituir uma divisão 16 que nas plantas de Marques da Costa se não desenha, porque estaria coberta por areias. É curiosa a reentrância que se vê na parede do lado sul, talvez correspondente a uma remodelação.

Esta divisão 16 tinha portas para 13 e 15 e para o criptopórtico 18. Com que fundamento sustentamos a ideia de um criptopórtico? E que pé-direito daremos às divisões do rés do chão?

Na Fig. 8 apresentamos um corte do edifício (tal como o imaginamos) pela linha A-A' da nossa planta da Fig. 7. A cheio vão os muros que hoje se observam, à altura a que se conservam; a tracejado, os muros que presumimos. A mancha corresponde às areias que estarão acumuladas sobre os pavimentos do rés do chão.

È hipotética a cota de 2.60m que damos ao pavimento inferior⁹. Torna-se necessário realizar sondagens para verificar esse nível, hoje oculto por areias. Os pavimentos seriam de tijoleira, de *opus signinum* ou empedrados. Não temos necessidade, aliás, de supor que todos os compartimentos eram pavimentados da mesma forma. Marques da Costa (1930-1931: 23) diz que os compartimentos C da sua planta (= divisões 1 e 2 da nossa Fig. 7) eram ladrilhados "com *lydia* ou tijolos

⁹ As nossas cotas reportam-se à rede geodésica nacional.

triangulares"¹⁰. Parece difícil admitir que tenham desaparecido por completo os vestígios dos pavimentos do rés do chão. Até que novas escavações se realizem e se encontrem restos desses pavimentos deve manter-se *sub judice* a nossa proposta de cota de 2.60m. Poderá ser um pouco mais elevada?

Na parede oriental dos nossos compartimentos 7 e 10 – parede que representamos na Fig. 9, reproduzida do levantamento do Arqº Paulo Aires –, uma série de alvados para inserção dos barrotes que sustentavam um pavimento dá-nos um nível de piso à cota de 6.00m aproximadamente. Este nível é confirmado por restos de revestimento de argamassa de cal que ainda se conservam em algumas paredes da casa (para além da parede ilustrada) e por uma meia-cana de *opus signinum* remanescente no canto noroeste da sala 1.

Vindo agora ao alçado de Marques da Costa (Figs. 1 e 4), podemos fazer uma primeira reconstituição da fachada setentrional da casa (Fig. 10). A cinza projeta-se o que Marques da Costa ainda terá visto em 1898 e desenhou.

Marcamos, na base, a cota de 2.60m e, mais acima, a de 6.00m. Esta última passa pela base da janela que Marques da Costa desenha sobre a porta do lado esquerdo da nossa imagem e pela base do janelão do lado direito.

A diferença entre as duas cotas é de 3,40m. Se replicarmos este pé-direito, acharemos uma linha à cota de 9.40m, que passa um pouco acima do arco de descarga que alivia a janela do lado esquerdo do alçado de Marques da Costa.

No corte da nossa Fig. 8, apenas os muros b, c, f, e g subsistem a cota superior a 6.00m. Num ou noutro ponto da casa, as paredes ainda se mantêm um pouco mais altas, mas nenhum corte seria mais expressivo. De qualquer forma, nenhum muro alcança, hoje, a cota dos 9.00m. O muro g, como diremos mais adiante, foi reconstruído e alteado por ocasião de obras de conservação e restauro realizadas nos meados do século passado.

¹⁰ Os tijolos "lídios" eram retangulares, com 1¹/₂ por 1 pé romano, isto é, cerca de 0,44x0,29m (Vitreúvio 2.3; Brodribb, 1987: 37-40). Lendo Marques da Costa, ficamos na dúvida sobre se tijolos retangulares e triangulares eram usados no mesmo pavimento. Ou o autor chamou indevidamente "lídios" também a tijolos triangulares? Ou, terceira hipótese, Marques da Costa não chegou a ver o pavimento e o seu "ou" significa que não tinha a certeza do formato das tijoleiras?

Não podemos imaginar o beirado do telhado da casa à cota de 9.40m. Com efeito, lemos no *Diário*:

"No dia 3 [de maio de 1850, dia em que começaram as escavações do edifício] escavou-se na parte superior de um medão de areia, que terá 60 palmos sobre o nível do mar; imagine-se uma casa de 2 andares enterrada na areia e cheia de areia e entulho, da qual a parte superior das paredes estava nivelada com o terre-no. Principiou-se a desentulhar-se pela parte de cima e pela parte exterior do norte; encontraram-se logo depois da 1ª camada de areia muitos fragmentos de telhas, e entulho" (CASTELO-BRANCO, 1963: 30).

Os 60 palmos correspondem a 13,20m. Se, rigorosamente, não podemos converter estes 13,20m de altura numa cota de 13.20m reportada à rede geodésica atual, também não podemos admitir uma considerável diferença. Os autores do *Diário* devem ter calculado a altura a partir da cota do estuário do rio. Temos de elevar o prédio até uma cota pelo menos vizinha daqueles 13,20m; temos mesmo de ultrapassá-la, visto que os escavadores não terão encontrado as paredes conservadas na sua integridade, mas já arruinadas e diminuídas da sua altura original. Pouco depois de terem começado a escavação, encontraram "muitos fragmentos de telhas" que devemos interpretar como restos do telhado abatido.

Mais adiante no *Diário* lê-se:

"...tratou-se de remover as areias da casa do lado do nascente onde havia sido descoberta a varanda ou terrado com o pavimento de mosaico... achámos fixas sobre a parede da frente da varanda duas bases de mármore de colunas, e escavando-se numa parte desta varanda com o fim de irmos descendo ao piso térreo, quando apenas a tínhamos refundado cousa de três palmos observámos que a parede da frente se desmoronava, e passando a examiná-la, vimos que estava num completo estado de ruína; tratámos pois de apear essa altura da parede já descoberta, e feito isto demos logo ao meio dela com um capitel de mármore azulado de forma coríntia, o qual se apoiava sobre uma coluna do mesmo mármore, inteiriça, e separada apenas do seu capitel, e da base sobre que assentava: esta coluna mantinha ao meio a parede ou arco de alvenaria que se

desmoronara, formando-se assim um pórtico bipartido... a coluna tinha 12 palmos de altura e palmo e meio de diâmetro na sua maior grossura" (CASTELO-BRANCO, 1963: 39).

A "casa do lado do nascente" não pode deixar de identificar-se com aquela parte do prédio que na planta de Marques da Costa leva as letras D e E; por contraposição, casa do lado do poente seria a C de Marques da Costa.

Por outro lado, integrando no todo do *Diário* a parte que acabámos de transcrever, temos de concluir que os escavadores estavam a trabalhar na fachada norte da casa.

Havia, pois, deste lado, uma varanda porticada. Não podendo restituí-la na cota de 6.00m das nossas Figs. 8 e 10, parece-nos razoável (ou mesmo imperativo) supô-la na de 9.40m, como propomos nas Figs. 10 e 11.

A partir das dimensões do fuste dadas pelos diaristas, e tendo em atenção que o capitel era coríntio, podemos, observadas as proporções canónicas da ordem coríntia, restituir a altura total das colunas, com base, fuste e capitel: 4,20m.

Apoiavam-se as colunas sobre uma "parede" que tinha, de altura, "cousa de três palmos". Estes correspondem a 0,66m. Porque "cousa de" é uma aproximação e não uma medida rigorosa, imaginamos um parapeito com cerca de 0,90m de altura (conveniente para um peitoril).

Na reconstituição do pórtico da varanda encontramos duas dificuldades.

A primeira diz respeito aos intercolúnios. Que dimensão lhes devemos dar? Distanciámos as colunas de acordo com a construção geométrica representada na Fig. 10 – mas isto não passa de uma proposta que nos parece razoável.

Outra dificuldade deriva do facto de no *Diário* se dizer que uma coluna "mantinha ao meio a parede ou arco de alvenaria que se desmoronara". A disjuntiva parece significar que os escavadores não conseguiram determinar se as colunas da varanda davam apoio a um entablamento (ao qual teriam dado a incorreta designação de "parede") ou a uma arcaria.

No caso de uma arcaria, os arcos não seriam feitos de alvenaria, mas de tijoleiras – embora sobre os arcos de tijolo se apoiasse obra de alvenaria. No caso de entablamento, este exigiria uma arquitrave de pedra ou mármore.

Na dúvida, optamos por restituir, sobre os capitéis, um entablamento.

O mármore "azulado" dos diaristas seria o de Trigaches (Beja).

Na Fig. 12 imaginamos, em corte, o que seria o alçado da casa pelo seu eixo mediano, de norte a sul.

O edifício terá sido construído numa encosta cuja inclinação média poderia andar pelos 10° ou 12°. A linha do nosso desenho representa o suposto declive natural.

A varanda da fachada norte ficaria à mesma cota da entrada principal da casa, a sul. O plano correspondente à cota de 9.40m seria o do piso nobre do edificio.

Atente-se no corte da Fig. 12, mas, ao mesmo tempo, na planta proposta para o piso nobre da casa (Fig. 13). Dificilmente se entenderá a nossa ideia se o corte e a planta não forem lidos em simultâneo.

Talvez um pórtico, que não representamos, acompanhasse a fachada sul.

Franqueada a entrada, ao lado da qual ficaria o cubículo do porteiro, achar-nos-íamos num quadripórtico assente sobre criptopórtico e debruçado sobre um saguão.

O criptopórtico terá sido a solução adotada pelo arquiteto para vencer o desnível. Temos dúvidas sobre se o criptopórtico era quadrilátero (como o apresentamos nas Figs. 12 e 13) ou trilátero. Podemos admitir que, do lado sul, não havia a galeria abobadada que imaginamos, mas apenas a parede meridional do saguão.

Como a parte meridional da casa nunca foi escavada (as plantas das nossas Figs. 6 e 7 permitem entender que muros se encontram visíveis), é provável que novas escavações resolvam esta dúvida: criptopórtico quadrilátero ou trilátero? Ao mesmo tempo, poderão revelar se o criptopórtico era abobadado ou se a cobertura era plana. Na Fig. 12 imaginamos uma cobertura abobadada, em dois planos, mas não podemos excluir a hipótese de um teto plano, com vigamento de madeira. Em qualquer dos casos, o pavimento sobre a galeria superior do criptopórtico poderia ser de mosaico.

No piso nobre haveria vários *cubicula*; ao fundo, isto é, do lado norte, ficaria o triclínio da casa.

Apoiámos as paredes do triclínio nas paredes laterais dos compartimentos 7, 8, 9 e 10 da nossa Fig. 7. A sala teria, assim, cerca de 7,85x9,80 m. Partindo da recomendação de Vitrúvio 6, 5 e de Paládio 1, 12, damos ao triclínio uma altura de cerca de 8,82 m. Com efeito,

aqueles autores mandam somar comprimento e largura e dividir por 2 o resultado para se achar a altura conveniente da sala.

Marcamos na planta da Fig. 13 a cozinha. Marques da Costa (1930-1931: 25), apoiando-se, aliás, no *Diário* de 1850, diz que havia aqui, "sobre o pavimento de argamassa signina e ao centro da casa, um lar (*focus*?) como o das atuais chaminés, mas quase raso, tendo em roda um pequeno ressalto de tijolo que assentava sobre a argamassa". A descrição concorda com o que se lê no *Diário* (CASTELO-BRANCO, 1963: 42). O achado, nesta divisão, e segundo os diaristas, de "dois vasos de barro ordinário, tendo [um] a forma dos nossos tachos, enquanto o outro apresentava o feitio das nossas pequenas bilhas de barro destinadas a conterem azeite para serviço doméstico", parece confirmar a identificação do compartimento como cozinha.

Que significam os arcos de círculo que traçamos na nossa Fig. 12 a meia-altura do criptopórtico?

Na planta da Fig. 7 assinalamos com um círculo o ponto onde ainda se observa o arranque de um arco de tijoleiras.

Não é muito fácil calcular a cota de arranque deste arco, dado o desvio da parede por efeito da pressão das areias. Parece-nos, todavia, que o arco arrancaria a uma cota próxima dos 5.50m.

Num primeiro ensaio de reconstituição admitimos a hipótese de este arco ser o único hoje visível de uma série de outros que, regularmente intervalados, funcionariam como arcos torais de uma abóbada de *opus caementicium*. Imaginámos então um criptopórtico de dois andares, ambos abobadados. Deve admitir-se, porém, outra hipótese: os arcos podem ter funcionado como contrafortes internos para garantirem a estabilidade das paredes, muito altas, do criptopórtico; ao mesmo tempo, terão servido para apoiarem as vigas de um sobrado. Em qualquer dos casos, o criptopórtico teria dois andares.

Entre as duas hipóteses é difícil uma opção. Resta-nos esperar que, escavada aquela parte da casa que ainda se encontra soterrada, se ache resposta para a dúvida – como possivelmente se encontrará para a interrogação anteriormente apresentada: o criptopórtico era quadrilátero ou trilátero? Mesmo que a parte por escavar do edifício venha a encontrar-se muito arruinada, recolher-se-ão certamente elementos que permitirão resolver o que, por enquanto, é problema.

Na nossa Fig. 12 desenhamos as frestas que, abertas para o saguão, arejavam e iluminavam o criptopórtico. Das frestas inferiores conservam-se inequívocos vestígios, que representamos na Fig. 7. O

que se conserva delas permite determinar-lhes a largura, mas não a altura. É possível que, mais acima, houvesse frestas similares, mas o nosso desenho delas é meramente hipotético.

Forçoso é pensar que havia porta(s) do piso inferior do criptopórtico para o saguão. A planta de Marques da Costa (Fig. 4) parece localizá-la, mas não corresponde ao que hoje se observa.

Na planta da Fig. 7, onde o círculo assinala, como dissemos, o arranque de um arco, desenhamos outros arcos semelhantes. Seriam os tais arcos estruturais de uma abóbada ou os que, servindo de reforço às paredes do criptopórtico, ao mesmo tempo apoiariam um sobrado. Devem tomar-se como simples sugestões. Nada se conserva deles.

Parece-nos razoável supor um acesso direto do exterior ao criptopórtico. Propomo-lo na planta da Fig. 7: uma porta na fachada ocidental do prédio dava entrada a um patamar do qual arrancaria uma escada descendo ao piso inferior do criptopórtico. Se o muro em L de que se observam restos consente esta hipótese, só o prosseguimento das escavações poderá vir a confirmá-la (se a não desmentir). Do mesmo patamar haveria acesso direto ao suposto piso superior do criptopórtico e subiria outra escada ao piso nobre da casa.

Voltando à planta da Fig. 13, desenhamos a oriente do triclínio uma sala comprida que se sobrepõe aos compartimentos 12 e 13 do rés do chão. Esta sala teria acesso, a sul, a partir do "peristilo" do piso nobre, e uma porta, a norte, para a varanda. Marques da Costa (1930-1931: 28) apresenta um "esboço perfunctório da secção vertical" deste compartimento (sua Fig. 41, que aqui reproduzimos como nossa Fig. 14). Parece-nos algo fantasista este esboço e não imaginamos a sala coberta por abóbada. Aliás, Marques da Costa não pode ter visto esta suposta abóbada, pois a fotografia de 1898 (Fig. 2) dá inequívoco testemunho de que, se acaso existiu, já se não conservava.

Poderá Marques da Costa ter encontrado, nos papéis hoje perdidos da *Sociedade Archeologica Lusitana*, alguns desenhos ou relatório mais circunstanciado do que o do *Diário* de 1850? Ou baseou-se nesta publicação, mas interpretando-a mal?

Lê-se no Diário:

"... continuaram os mesmos trabalhos até que... se descobriu uma abóbada pela parte superior do primeiro pavimento das casas descobertas do lado do nascente, mas como ameaçasse ruína não foi explorada a abóbada".

O passo transcrito não é fácil de entender. Parece-nos que as "casas descobertas do lado do nascente" se devem identificar com as divisões a oriente do triclínio. Admitindo-o, podemos perguntar-nos se o compartimento que imaginamos desse lado deve dividir-se em duas salas. Por outro lado, é estranha a descoberta de "uma abóbada pela parte superior do primeiro pavimento". Tratar-se-á de um *lapsus calami* ou defeito de expressão? Quereriam os diaristas dizer que, tendo chegado a um pavimento (que poderia estar roto ou destruído nalguma extensão), verificaram que ele assentava sobre uma abóbada?

Na Fig. 8 imaginamos este(s) compartimento(s) assentes sobre uma abóbada.

Na figura de Marques da Costa que reproduzimos como nossa Fig. 14 representam-se as pinturas murais do(s) compartimento(s) supostamente abobadados. São, mais do que provavelmente, aquelas a que se refere o *Diário* nestes termos:

"... continuando o trabalho na casa da parte do nascente descobriram-se alguns painéis de roxo antigo [seria a cor que hoje designamos de vermelho pompeiano] com umas faixas ao centro em forma de bambinelas, pintadas a fresco sobre reboco pardo, quase todo em mau estado, apenas o canto de um deles estava em perfeito estado de conservação, a cor estava o mais bem assente possível e com um lustro muito vivo..." (CASTELO-BRANCO, 1963: 33).

Nada nos permite imaginar os "painéis" e as "faixas em forma de bambinelas" com a configuração que Marques da Costa deu às pinturas no seu "esboço perfunctório". Uma vez mais perguntamos: acaso o autor viu desenhos executados pela *Sociedade Archeologica Lusitana* e posteriormente perdidos?¹¹

Na Fig. 39 do seu artigo de 1930-1931 (aqui reproduzida como nossa Fig. 15), Marques da Costa apresenta, em perspetiva, a mesma sala, agora com seu pavimento de mosaico. O desenho do mosaico que

¹¹ Se entre os papéis da Sociedade Archeologica Lusitana havia desenhos, e se Marques da Costa os viu, por que razão os não reproduziu e fez um "esboço perfunctório"? Podemos admitir que os tenha visto e que, mais tarde, ao preparar o artigo que viria ser publicado n' O Archeologo Português de 1930-1931, os tenha procurado de novo e já os não tenha encontrado. A procura destes desenhos seria de grande utilidade, mas não é tarefa que esteja ao nosso alcance.

Marques da Costa publicou na Est. IX daquele seu artigo parece-nos ser reprodução de desenho feito pela Sociedade.

A varanda do lado norte da casa desenharia um L e acompanharia o lado ocidental do triclínio. Assim interpretamos mais uma passagem de sentido algo obscuro do *Diário*:

"Depois passámos a remover areia da casa do lado sul contígua à varanda, e vimos então que esta casa, se não continuação da mesma varanda, porque esta só é dividida por um pilar quadrangular, formando assim duas entradas, também havia tido o seu pavimento de igual obra de mosaico, assente sobre a mesma argamassa..." (CASTELO-BRANCO, 1963: 39).

Temos de confessar a nossa extrema perplexidade. A que é que os diaristas chamam "continuação da mesma varanda"? Estão a referir-se à varanda da fachada norte da casa? E reportam-se ao lado ocidental, onde, segundo a nossa reconstituição, haveria uma galeria porticada deitando para um terraço (Fig. 13), ou ao lado oriental? Neste caso, porque a parede norte da sala a oriente do triclínio seria ligeiramente recuada, poderíamos efetivamente falar de "continuação da mesma varanda". Mas onde situar o pilar quadrangular que formaria duas entradas?

Alinhamos a parede norte da divisão contígua ao triclínio (e a oriente deste) pelo plano vertical da parede que Marques da Costa desenha em E (da nossa Fig. 4). A parede ficaria, pois, recuada relativamente à parede norte do triclínio. Podemos assim admitir uma "continuação da mesma varanda", ainda que em curta extensão. Neste caso, em vez de imaginarmos uma parede com porta central como desenhamos na Fig. 13, devíamos supor um pilar central e dois vãos laterais? O pilar suportaria uma arquitrave ou apoiaria dois arcos, um para cada lado?

Uma das partes da casa que põe mais problemas de restituição é o seu lado ocidental, isto é, o espaço C de Marques da Costa.

Já dissemos que o autor se enganou ao supor que era um edifício autónomo separado da vivenda por uma viela. É inequívoco que temos de integrar as divisões 1 e 2 da nossa Fig. 7 na mesma vivenda e fazer da "viela" um corredor.

A configuração retangular do pilar à entrada de 2 permite a hipótese de nele assentarem dois arcos, como representamos na Fig. 7. Os

arcos elevariam à cota de 6.00m o pavimento de uma sala sobreposta a 2. Sobre o compartimento 1 haveria um piso à mesma cota. No canto noroeste da sala, sensivelmente à cota de 6,00m, um resto de meia-cana de *opus signinum* confirma esse pavimento. O janelão da fachada também o exige.

Nas paredes laterais do compartimento não se observam hoje os alvados que devem ter existido para inserção dos barrotes que suportariam o pavimento. Marques da Costa representou-os (Fig. 16). Segundo informação da Doutora Inês Vaz Pinto, a ruína das paredes levou a um restauro (ou reconstrução) das mesmas a partir de cota inferior à dos alvados, tendo desaparecido, por isso, essa evidência.

Temos dúvidas relativamente à coluna que Marques da Costa desenha no vão da porta do seu compartimento C (Fig. 5). Parece-nos insustentável a ideia. O compartimento, pela sua dimensão, parece um espaço de armazenamento; uma coluna no meio da porta estorvaria a passagem. Talvez a coluna tenha sido encontrada tombada no chão, junto (ou mesmo em frente) da porta. Mas não terá caído da janela? A sua restituição na porta será um equívoco?

Escreveu Marques da Costa (1930-1931: 21-22):

"Na fachada da casa voltada para o norte e para o estuário do Sado abre-se um largo vão de porta que dava entrada para o rés-do-chão da casa, e sobre este vão, a uma distância vertical de 1,^m5 e correspondendo a um 1º andar, vimos a parte inferior de outro vão de janela, sobreposto ao da porta, mas muito mais largo do que o desta. Pelas escavações a que procedeu a S. A. L. viu-se que o vão da porta do rés-do-chão era bipartido por uma coluna coríntia de mármore azulado, de que se encontrou o capitel e parte do fuste.

No 1º andar, e por cima da porta, abria-se a larga janela acima referida. O vão desta era tripartido por duas colunas coríntias com as bases de mármore, os fustes formados até meia-altura com tijolos talhados em sectores de quarto e de meio círculo e daí para cima, como também os capitéis, de mármore. Estas colunas ficavam na vertical que passava pelas ombreiras da porta de entrada no rés-do-chão".

Ora o que lemos no *Diário* é apenas isto:

"... descobriu-se uma janela de peito perpendicular a uma porta da

qual está separada por um arco de cal e tijolo" (Castelo-Branco, 1963: 31).

Não podemos deixar de perguntar-nos se Marques da Costa não inventou o que os diaristas não dizem.

É certo que noutro ponto do Diário lemos:

"... vimos que tinha uma larga janela, e tão larga que era tripartida por duas colunas formadas de cal e tijolo amoldado para tais obras" (Castelo-Branco, 1963: 40).

Parece-nos que os diaristas se referem, neste passo, a uma outra janela que estaria na parede norte do triclínio, voltada para a varanda. Aí a restituímos na nossa Fig. 11. O texto do *Diário* não nos permite, porém, situar com segurança a janela a que se refere.

Apesar de todas as dúvidas, parece-nos razoável imaginar duas colunas no janelão sobre a porta.

A reconstituição proposta por Marques da Costa no desenho que reproduzimos na Fig. 16 também nos parece muito duvidosa. Em alternativa, imaginamos um terraço ou solário à cota de 9.40m. Terraço semelhante poderia existir no lado oposto da casa (Figs. 11 e 13). Os terraços seriam espaços convenientes de recreio ou de descanso (se ou quando o sol e o calor não fossem excessivos), ou até para refeições ao ar livre.

Na Fig. 17 propomos uma restituição da fachada ocidental da casa. Vê-se a porta lateral que imaginámos na Fig. 7, e de cujo patamar se alcançariam o piso inferior do criptopórtico e o piso nobre da casa. As colunas devem ler-se, não no plano da fachada, mas num plano mais recuado, como se entende recorrendo à Fig. 13 e ao corte da Fig. 8. O corpo alteado rematado por chaminé é o da cozinha da planta da Fig. 13.

Regressemos agora ao "corredor" 4 da planta da Fig. 7, também representado no corte da Fig. 8, entre os muros [e] e [f]. O piso inferior, à cota de 2.60m, estaria ao nível do saguão e do piso inferior do criptopórtico. Deste último subiria uma escada de madeira até um piso sobradado a meia-altura do "corredor". A hipótese de uma escada explicaria por que razão a parede oriental de 2 está recuada relativamente à de 1. Aliás, já Marques da Costa (1930-1931) sugeriu a mesma explicação (embora tenha interpretado o "corredor" como uma viela).

Desse piso subiria outra escada de madeira para o andar nobre da casa.

As Figs. 18 e 19, finalmente, apresentam o plano de cobertura da casa e uma visão perspetivada global da mesma.

Conclusão

A nossa reconstituição da casa da rua da Princesa é altamente hipotética. Foram muito ponderados todos os elementos disponíveis: o *Diário* de escavações de 1850, as fotografias antigas, as plantas e o alçado de Marques da Costa, a planta e os alçados do que ainda subsiste. Estes elementos são, todavia, escassos. Nada se conserva do que seria o piso nobre da casa. O alçado de Marques da Costa não atinge a cota dos 9.40m, na qual supomos ficariam o piso nobre e a varanda voltada ao estuário do Sado.

Sondagens para determinar a cota dos pisos do rés do chão poderão desmentir a nossa suposta cota de 2.60m. A eventual correção desse nível não constituirá, porém, argumento para desfazer tudo quanto construímos.

Projetos do maior interesse seriam a escavação do que ainda resta da casa, enterrado nas areias, e a escavação da outra *domus*, a oriente. Seria esta similar, em planta e alçado, à casa que tentámos reconstituir? Achar-se-á tão bem conservada como estava, em 1850, a casa que aqui analisámos?

A casa da rua da Princesa, tal como a reconstituímos, tem amplos espaços para armazenamento e para alojamento de criados.

O proprietário seria dono de alguma(s) oficina(s) de *garum*. Nos baixos da sua casa alojar-se-iam os criados domésticos e os trabalhadores da(s) oficina(s), assim como se armazenariam as ânforas já carregadas e prontas para exportação.

Junto da casa, na margem do estuário, poderia haver um cais de embarque.

É curioso um tesouro de 1856 moedas encontrado numa ânfora nesta casa (Castelo-Branco, 1963: 30 e 35). Quase 80% das moedas correspondem a emissões do último quartel do séc. IV e dos inícios do V. O escasso valor das moedas dificilmente consente a hipótese de se tratar de pagamento feito, ao proprietário, por algum mercador que lhe tivesse adquirido um carregamento de ânforas. Destinar-se-iam essas

moedas a pagar aos trabalhadores? Não é forçoso deduzir, da cronologia da moeda mais recente do tesouro, que este data de inícios do séc. V. O abastecimento de moeda praticamente terminou nesta data e o numerário antigo continuou em circulação adquirindo um valor muito superior ao facial. O valor real do tesouro poderia ser, nos finais do séc. V, considerável. Não temos prova de que a casa foi abandonada nos inícios do século.

Também é desconhecida a data de construção da casa, dada a ausência de materiais que a certifiquem. Poderá ela ter sido edificada no séc. III?

AGRADECIMENTOS

À Doutora Inês Vaz Pinto, por úteis esclarecimentos que nos prestou e fotografías que nos disponibilizou.

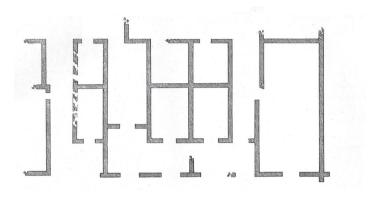
À Divisão de Cultura da Câmara Municipal da Figueira da Foz e ao seu Arquivo Fotográfico, pela cedência de uma cópia da fotografia de Marques da Costa (Fig. 3) e pela autorização para a reproduzirmos.

REFERÊNCIAS

- ABASCAL, Juan Manuel e CEBRIÁN, Rosario (2009) Los viajes de José Cornide por España y Portugal de 1754 a 1801, Madrid: Real Academia de la Historia.
- ALARCÃO, Jorge de (2011) Os *Cornelii Bocchi*, Tróia e *Salacia*, in CARDOSO, João Luís e ALMAGRO-GORBEA, Martín (eds.), *Lucius Cornelius Bocchus. Escritor lusitano da Idade da Prata da Literatura Latina*, Lisboa: Academia Portuguesa da História / Madrid: Real Academia de la Historia.
- BRODRIBB, Gerald (1987) Roman brick and tile, Gloucester: Alan Sutton Publishing. BRUM, Patrícia Santiago Pinto (2013) Contributos para a programação museológica do acervo arqueológico romano de Tróia. Museu ou centro de interpretação?, Tese de mestrado apresentada à Universidade Nova de Lisboa.
- Cardoso, João Luís (2014) António Inácio Marques da Costa (1857-1933), Setúbal, Tróia e a Arrábida: percurso de um pioneiro dos estudos arqueológicos regionais em Portugal vistos pela correspondência enviada a José Leite de Vasconcelos, *Setúbal Arqueológica*, 15, Setúbal, pp. 11-44.
- CASTELO-BRANCO, Fernando (1963) Aspectos e problemas arqueológicos de Tróia de Setúbal. Separata da revista Ocidente, vol. 65.
- Costa, A. I. Marques da (1898) Estudos sobre Tróia de Setúbal, *O Archeologo Português*, 4, Lisboa, pp. 344-352.

Conimbriga, 60 (2021) 143-180

- Costa, A. I. Marques da (1930-1931) Estudos sobre algumas estações da época luso-romana nos arredores de Setúbal, *O Archeologo Português*, 29, Lisboa, pp. 2-31.
- CRAWFURD, Oswald (1882) Portugal old and new, Londres: K. Paul, Trench & Co.
- FIGUEIREDO, A. Mesquita de (1913) Monuments romains du Portugal, *Revue Archéologique*, 21, Paris, pp. 347-370.
- MARTINS, Ana Cristina (2014) A *Sociedade Archeologica Lusitana* no contexto da Arqueologia de Oitocentos, *Setúbal Arqueológica*, 15, Setúbal, pp. 203-216.
- Paládio = Palladius, *Traité d' Agriculture, Liv. 1* (edição de René Martin), Paris: Les Belles-Lettres, 1976.
- Revista Popular. Semanário de Literatura, Sciencia e Industria, 3, Lisboa, 1850-1851. VITRÚVIO = Auguste CHOISY, Vitruve. Paris: Imprimerie-Librairie Lahure, 1909.







5 m

Fig. 1



Fig. 2



Fig. 3

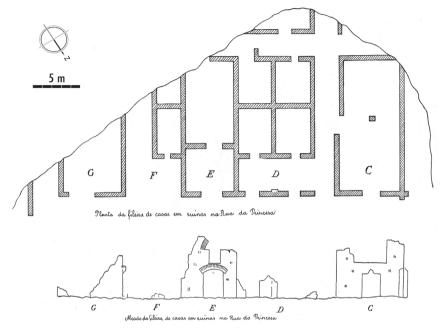


Fig. 4

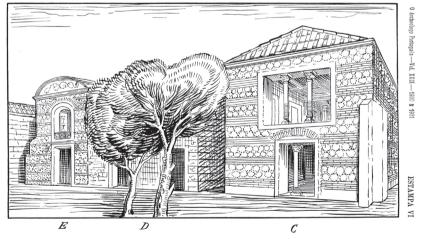


Fig. 34.- Perspectiva do exterior da fileira de casas vista de N.

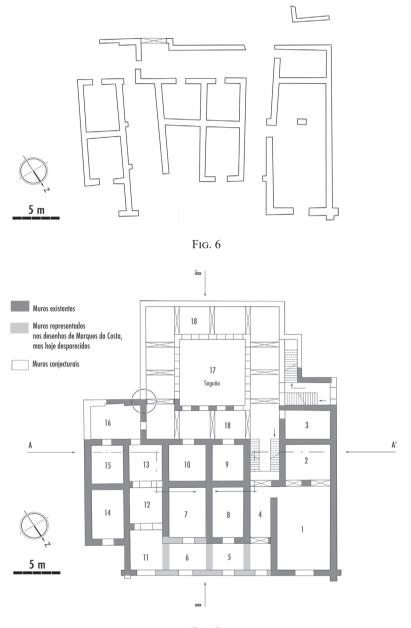


Fig. 7

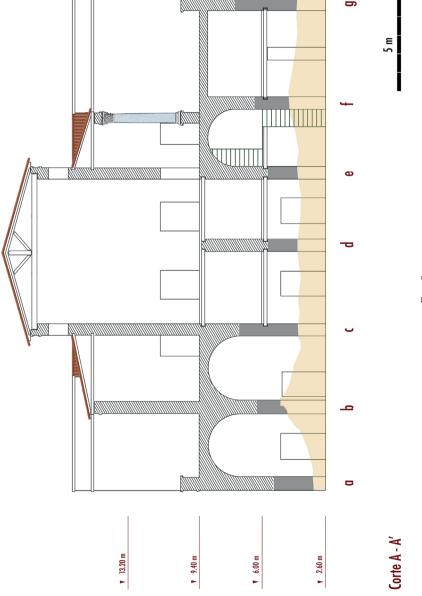
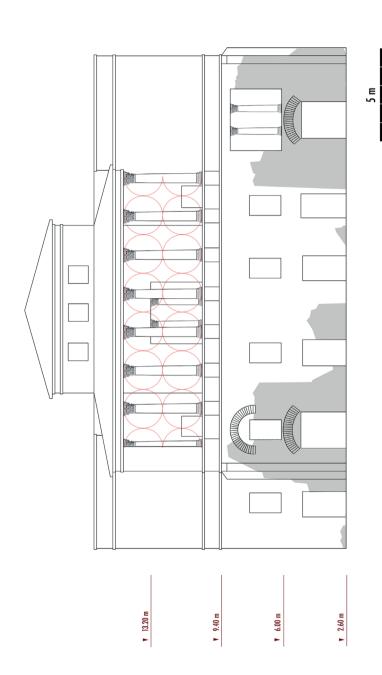


Fig. 8









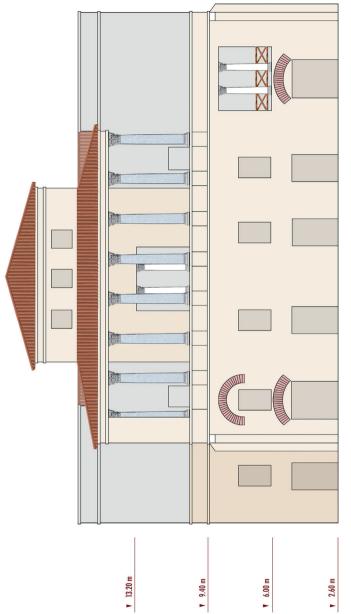


Fig. 11

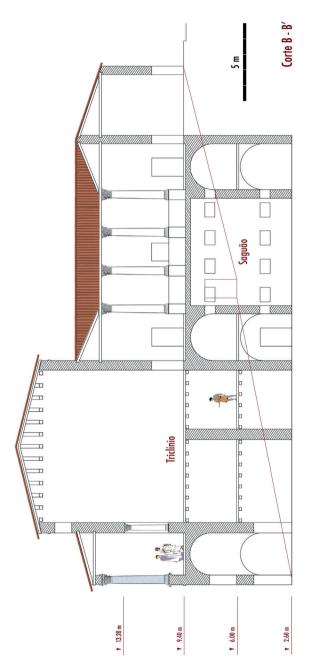


Fig. 12

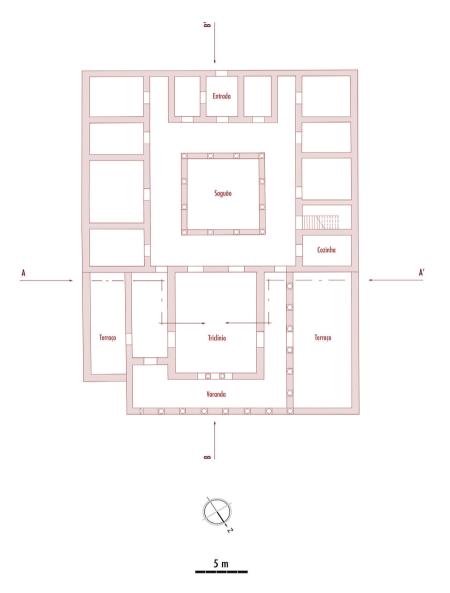


Fig. 13

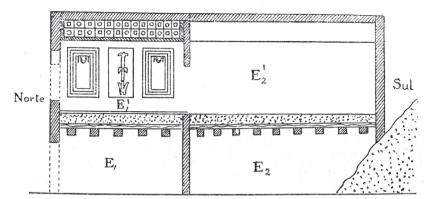


Fig. 41.—Esbôço perfunctório da secção vertical na direcção N.-S. ao meio da casa E da Rua da Princesa e projecção da parede de Este da mesma casa

Fig. 14

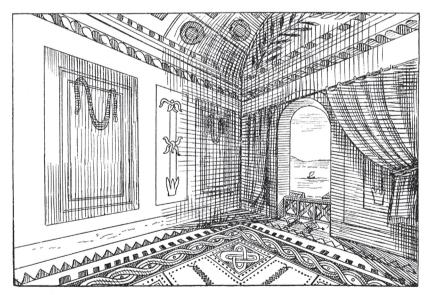


Fig. 39.—Perspectiva do Triclinio da casa do lado Este do Alinhamento

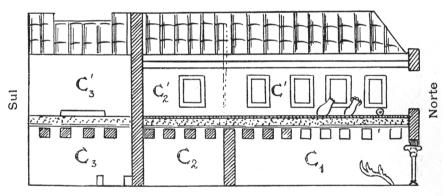


Fig. 36 — Corte vertical e longitudinal de N. a S. na casa de W. do alinhamento da Rua da Princesa

Fig. 16

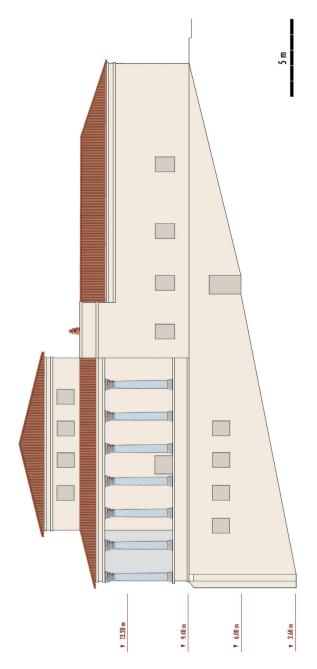


Fig. 17

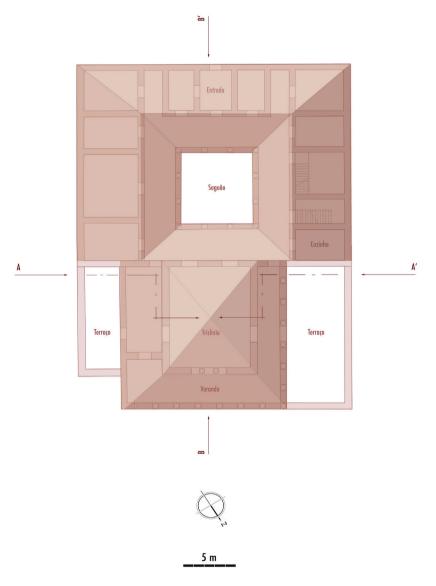
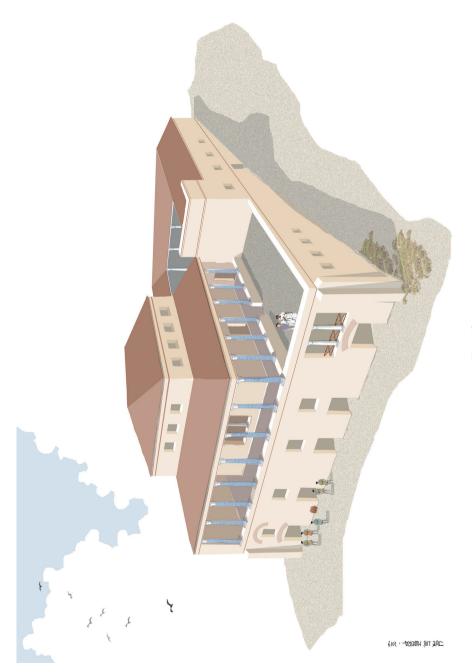


Fig. 18





VASCO GIL MANTAS

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras
vsmantas@gmail.com

https://orcid.org/0000-0002-6109-4958

FARÓIS ROMANOS NO ATLÂNTICO E CANAL DA MANCHA

ROMAN LIGHTHOUSES IN THE ATLANTIC AND THE ENGLISH CHANNEL "Conimbriga" LX (2021) p. 181-245

http://doi.org/10.14195/1647-8657_60_5

Texto recebido em / Text submitted on: 15/01/2021 Texto aprovado em / Text approved on: 21/06/2021

RESUMO:

O estudo dos faróis romanos, durante muito tempo limitado a alguns poucos sítios exemplares, de que sobrevivem descrições escritas ou ruínas identificáveis, ganhou nos últimos anos notável desenvolvimento. Apesar de representarem apenas uma parcela limitada daqueles que actualmente se conhecem, os faróis do litoral atlântico contam com alguns dos mais representativos destes monumentos utilitários e simbólicos.

O reconhecimento do valor estratégico e comercial da rota atlântica implicou uma atenção renovada sobre os faróis que a serviam, grandes e pequenos, e sobre as suas funções e tipologia. Neste artigo procuramos fazer o ponto da situação sobre os faróis existentes entre o Estreito de Gibraltar e o Mar do Norte, sugerindo o estabelecimento de uma rede constituída gradualmente e de variada tipologia.

PALAVRAS-CHAVE: Faróis romanos; Navegação; Arquitectura; Atlântico; Canal da Mancha.

Conimbriga, 60 (2021) 181-245

ABSTRACT: The study of Roman lighthouses, for a long time limited to a few exemplary sites, of which identifiable written descriptions or ruins survive, has gained remarkable development in recent years. Although they represent only a limited part of those known today, the lighthouses on the Atlantic coast have some of the most representative of these utilitarian and symbolic monuments.

The recognition of the strategic and commercial value of the Atlantic route has required renewed attention to its lighthouses, large and small, and to its functions and typology. In this article we seek to take a state of art on the lighthouses between the Straits of Gibraltar and the English Channel, suggesting the establishment of a network of many different types and gradually formed.

KEYWORDS: Roman Lighthouses; Navigation; Architecture; Atlantic; English Chanel.

FARÓIS ROMANOS NO ATLÂNTICO E CANAL DA MANCHA

*Projecto Rome our Home: (Auto)biographical Tradition and the Shaping of Identity(ies) (PTDC/LLT-OUT/28431/2017).

In Memoriam Almirante Rogério Silva d'Oliveira

Introdução

Entre as muitas invenções de Frei Bernardo de Brito existe uma em que a referência a um farol, na costa da Lagoa da Pederneira (CIL II 36*), sublinha os perigos da navegação e sugere ser normal a presença de tais estruturas no litoral lusitano. O texto da epígrafe (ENCARNAÇÃO, 2018: 190-196), exaustivamente estudada por José d'Encarnação, desenvolvido reza o seguinte: Ao Deus Neptuno e aos demais númenes das águas os nautas e os arrais do mar oceano trataram de fazer para protecção do labor dos navegantes. A última expressão, no original subsidium navigatium, alude naturalmente à função principal da torre, como aliás o frade alcobacense não se esqueceu de sublinhar, talvez inspirado por outras torres do litoral hispânico então conhecidas, desde logo a famosíssima Torre de Hércules, na Corunha. Eis o que escreveu ao precisar as condições do pretenso achado: [...] devia servir de farol, em que houvesse lume de noite, pera que as barcas e navios de pesca atinassem o porto, por onde entrar, quando viessem de noite por aquela costa.

Das dificuldades desta costa, considerada pela ausência de faróis até fase avançada do século XIX como uma *costa negra*, diz-nos o trágico naufrágio do paquete britânico *Roumania*, apesar de em 1892 já funcionarem os ainda pouco eficientes faróis da Berlenga e de Peniche. De naufrágios na época romana temos raros testemunhos arqueológicos directos, como o de Corticais, em Peniche (BLOT e BOMBICO, 2013:

Conimbriga, 60 (2021) 181-245

43-52), mas uma interessante epígrafe métrica achada nas Parreitas, infelizmente mal conservada e agora desaparecida, parece aludir também a um naufrágio na zona da Lagoa da Pederneira (Guerra, 2008: 46-51; Bolaños-Herrera, 2020: 113-131). Fica assim perfeitamente justificada esta invenção de Frei Bernardo de Brito que, ao fantasiar um farol neste trecho de difícil navegação, bom exemplo das dificuldades da navegação atlântica, sublinhou a real necessidade, na época romana, da presença de faróis ao longo da costa, servindo sobretudo as rotas de longo curso, com intuitos comerciais ou de logística militar (Fabião, 2009: 53-74; Morillo, Fernández Ochoa e Salido Domínguez, 2016: 267-284), envolvendo obrigatória navegação nocturna.

É sobre esses faróis, entre o Estreito de Gibraltar e o Canal da Mancha, que traçaremos algumas notas, procurando actualizar o que deles se sabe ou pensa saber, uma vez que não faltam problemas em torno de muitos, identificados ou propostos. Não é a primeira vez que nos ocupamos desta temática (Mantas, 2005: 177-222), pouco tratada entre nós. O reconhecimento de actividades marítimas de alguma ou mesmo grande envergadura na costa atlântica peninsular, longamente considerada como desinteressante ou simplesmente negada, contrariando tudo o que os testemunhos arqueológicos iam demonstrando, levou a incluir o problema dos faróis no quadro geral da navegação, ainda que de forma bastante limitada, exceptuando-se a sempre crescente bibliografia sobre o farol da Corunha (ARIAS VILAS, FERNÁNDEZ OCHOA e MORILLO, 2009; RODRÍGUEZ COLMENERO, 2019).

Esta circunstância redutora reflecte também os preconceitos e lugares comuns em torno da vocação ou mesmo falta de aptidão para as coisas marítimas por parte dos Romanos. É certo que a invenção dos faróis não é romana, mas acontece que a merecida fama e destacada longevidade do farol de Alexandria, obra helenística do século III a.C., justamente considerado como uma das Sete Maravilhas da Antiguidade (Leão e Mantas, 2009: 109-125), não deixou de obscurecer a formidável obra romana que consistiu no levantamento de uma enorme rede de apoios à navegação, na qual se contam por ora cerca de uma centena de faróis (Giardina, 2010: 51-120; Mattson, 2018: 50), número que Ken Trethewey eleva para 144, entre confirmados e possíveis (Trethewey, 2018: 265), tanto no Mediterrâneo como no Atlântico, estes, naturalmente, em número mais limitado (Fig. 1), embora entre eles se encontrem dois dos mais importantes fanais sobreviventes do mundo romano.

1. Os faróis no mundo romano: tecnologia e funções

A origem do vocábulo farol relaciona-se com a ilhota de *Pharos*, em Alexandria, sobre a qual foi construído o formidável monumento que serviu de modelo a todos os grandes faróis da Antiguidade. Discutiu-se, todavia, se a denominação da ilhota se deve relacionar com a palavra phaar ou com a palavra pharaon (Besnier, 1907: 428), o que foi recentemente contestado num artigo que defende ter sido a existência de uma marca luminosa do período faraónico que transmitiu o nome à ilha (Duggan e Akcay, 2014: 382-384). Seia como for, o nome da ilha serviu para indicar posteriormente este tipo de construções, sobretudo quando atingiam dimensões monumentais, ainda que ocorram designações menos precisas que por vezes dificultam a classificação tipológica da estrutura em questão, a mais vulgar das quais é, em Grego e em Latim, a palavra torre ($\Pi \nu \rho \gamma \sigma \sigma =$ Turris), como é o caso do possível farol de Caesarea Maritima, na Judeia (VANN, 1991: 123-139). À ilha e ao farol ficou associada a interpretação greco-romana de uma das principais divindades egípcias, a deusa Ísis, invocada como Isis Pharia, protectora da navegação e do comércio, como a Isis Pelagia (Fig. 2), que cremos representada numa estatueta de Balsa (Luz de Tavira), era atribuída a função de protectora dos navios no mar (BRICAULT, 2020: 152-157).

Este capítulo especial da arqueologia naval, apesar do seu evidente interesse, despertou até a pouco limitada atenção entre os especialistas, em parte como sequela inevitável da falsa convicção da inferioridade romana no mar. Pelo contrário, as comunicações por via marítima (Parker, 1990: 335-346), fundamentais desde período remoto da República no que se refere a aspectos estratégicos, foram consideradas logo no início do Império como essenciais para o bom funcionamento da nova ordem política (Sirks, 1991; Remesal Rodríguez, 1995: 355-367), não podendo ser consideradas da forma displicente como durante tanto tempo aconteceu, mesmo por parte de prestigiosos historiadores. O que mais interessa é reconhecer a enorme capacidade organizadora romana no que se relaciona com actividades marítimas e não tanto conhecer a origem dos seus marinheiros. Poderíamos alargar esta conclusão, sem problemas, ao recrutamento dos militares dos exércitos romanos, principalmente na época imperial.

O *Mare Nostrum* foi realmente uma criação romana, que viveu e floresceu graças à hegemonia de Roma, circunstância dramaticamente

representada na iconografia do mosaico cosmológico de Mérida (QUET, 1979: 5-103; 1980: 5-127), desaparecendo para sempre a unidade que lhe era essencial quando o Império declinou, ao mesmo tempo que as margens atlânticas que lhe tinham sido associadas mergulhavam num período de obscuridade, prelúdio conturbado da Europa futura. Já no ocaso imperial Amiano Marcelino sublinha, para lá das conhecidas dificuldades da navegação, a função essencial da mesma como garante do bom funcionamento da *Annona*, exemplo das interdependências essenciais ao bom funcionamento de uma estrutura política orgânica: [...] dum Tertullus apud Ostia in aede sacrificat Castorum, tranquillitas mare mollivit, mutatoque in austrum placidum vento, velificatione plena portum naves ingressae, frumentis horrea referserunt (AMIANO MARCELINO 19.10.4).

Nos primórdios do século passado o Almirante Ivens Ferraz iniciou um seu trabalho de divulgação, inserido na Biblioteca de Instrução Profissional, com um capítulo sobre farolagem e balizagem, escrevendo: Abriremos este livro com um dos mais interessantes assuntos para o navegador, qual é a descrição dos diversos meios que as nações convencionaram adoptar, com o fim humanitário de proteger e salvaguardar as vidas e os haveres que andam sobre as águas, contra os riscos naturais da navegação (Ferraz, s/d: 1). Que a preocupação com a segurança dos navios e dos marinheiros existiu no mundo romano é um facto comprovado e um título de honra e de civilização, tantas vezes contestado com particular vigor nos nossos dias. Não faltam na literatura da época relatos de viagens atribuladas, tantas vezes terminadas em terríveis desastres, que a arqueologia subaquática vem revelando ao longo dos variados litorais do Império (Mantas, 2016: 33-78). Muitos desses naufrágios, por vezes com perda total, verificaram-se na proximidade da costa, o que demonstra a necessidade de meios de sinalização diurna e nocturna. Chegar ao porto nem sempre era fácil, mas Roma fez o que se podia fazer na época para limitar os riscos naturais da navegação, permitindo que muitos se congratulassem, a bordo e em terra, com o fim da viagem. Os faróis fazem parte desse esforco civilizacional e do muito romano conceito de Utilitas.

A construção romana de faróis começou provavelmente no século III a.C., quando emerge a importância estratégica do uso do mar (LE BOHEC, 2020), ainda que seja difícil saber qual foi o primeiro deles. Estabelecer uma lista completa de todos os que, de alguma forma,

deixaram vestígios ou referência escrita também não é tarefa fácil, pois tem sido frequente interpretar como faróis estruturas que nunca o foram. Alguns investigadores adoptaram uma posição hipercrítica quanto aos faróis, defendendo que de início eram apenas torres servindo como balizas diurnas à navegação, só começando a sustentar fogos de sinalização por meados do século I a.C., o que não é credível.

Este é um dos grandes problemas da arqueologia da farolagem, pois as ruínas, quando existem, encontram-se quase sempre muito maltratadas e os faróis são representados convencionalmente na iconografia (REDDÉ, 1979: 845-872; MANTAS, 2005: 25-36). É possível que algumas dessas torres contassem apenas com sistemas de sinalização luminosa simples, sem bacias ou mecanismos destinadas à queima dos combustíveis destinados a alimentar a chama, mas esse sistema garante visibilidade inconstante em condições climáticas adversas, parecendo mais indicado para simples torres de sinalização, como existiam, por exemplo, no *Litus Saxonicum* britânico (STEPHEN, 1979: 124-126; REDDÉ, 1986: 159; BRULET, 2015: 600-601), função por vezes exercida também pelos faróis.

Foram decerto muito numerosos, ainda que a construção da maior parte deles fosse caracterizada pela austeridade própria das estruturas utilitárias. Não devemos esquecer, todavia, que na falta de testemunhos arqueológicos a maior parte das referências escritas apenas alude aos grandes portos ou a locais por alguma razão merecedores de distinção, nada ou praticamente nada existindo sobre uma multidão de sítios portuários, que só na área mediterrânea ultrapassam quatro centenas com alguma importância (Lehmann-Hartleben, 1923: 240-287; Oleson e Hohlfelder, 2011: 809-810).

Não é o caso do litoral atlântico, de mais reduzida urbanização e navegação, largamente caracterizado pelo efeito de mar de distância, pelo menos no que se refere aos grandes fluxos de tráfico de nível imperial (Mantas, 2017: 182). Aceitando como normal este tipo de navegação resulta necessária a construção de faróis em pontos específicos da costa, destinados a sinalizar os grandes portos de escala e as zonas de aterragem que os antecediam. Esta circunstância determinante não exclui a existência de faróis secundários, interessando sobretudo à navegação regional de cabotagem, estes quase sempre muito difíceis de identificar.

A finalidade dos faróis romanos diferia um pouco da que determina a sua construção na actualidade, ainda que exercessem a mesma função de identificação de pontos de interesse para os navegantes. Podemos dividir os faróis romanos em dois grandes grupos no que toca às suas funções essenciais: um primeiro grupo constituído por faróis portuários e um segundo, bastante menos numeroso, destinado a sinalizar acidentes geográficos particularmente importantes para a navegação, como estreitos ou embocaduras de rios. Assim, podemos considerar que a maioria dos faróis construídos na época romana eram obras destinadas a indicar a posição de pontos que os navios deviam demandar, e não, como sucede com frequência na actualidade, sinais de perigos a evitar, ainda que este aspecto não fosse ignorado. Em certas regiões, os faróis terão também funcionado como vigias da costa, ampliando as suas capacidades específicas (Christiansen, 2015: 65-70).

Plínio-o-Antigo destacou a dupla função da farolagem, relacionando-a exclusivamente com o acesso aos portos em segurança, quando escreveu a propósito do farol de Alexandria: [...] serve para dar a direcção durante a noite aos navios, para entrarem no porto e evitarem bancos de areia e recifes. À semelhança deste há muitos fanais acesos com a mesma finalidade, nomeadamente em Puteoli e em Ravena (PLÍNIO N.H. 5.62). Sem pretendermos ser muito precisos neste aspecto, pois a informação disponível nem sempre o permite, podemos calcular, com algum optimismo, em pouco menos de uma centena o número de faróis presentemente identificados, com alguma segurança, no mundo romano, o que corresponde, sem dúvida, a uma amostra mínima do que um dia existiu. O litoral atlântico concorre com uma pequena parcela desse número.

A utilização dos faróis como monumentos simbólicos e de prestígio surgiu muito cedo, como é lógico e pode revestir-se de aspectos complexos (QUET, 1984: 789-845; POPKIN, 2017: 45-62). Este facto resultou, em parte, da grandeza atingida por algumas destas estruturas, quer, por outro lado, do reconhecimento dos indiscutíveis benefícios que os faróis prestavam, ou deviam prestar, aos navegantes. A literatura clássica do período romano conservou numerosos ecos dessa admiração, por vezes não totalmente isentos de uma ou outra nota crítica, reflexo frequente de uma posição ditada por razões políticas ou retóricas, mais do que por uma apreciação negativa dos monumentos. O que Suetónio escreveu a propósito dos trabalhos empreendidos por Cláudio, entre os quais se situa o porto artificial de Óstia (*Portus Augusti*), iniciativa de indiscutível importância apesar dos problemas que a sua implantação suscitou desde início, é um bom exemplo destas

posições, por vezes imoderadamente retomadas por investigadores contemporâneos: *Iniciou grandes trabalhos, embora se preocupasse mais com o número deles do que com a sua utilidade. Os principais foram: o aqueduto começado por Caio, um canal de esgotamento para o Lago Fucino e o porto de Óstia* (Suetónio Claud. 20.3).

De uma maneira geral, porém, o tom dominante é de admiração incondicional pelas grandes obras ao serviço da navegação e, naturalmente, da regularidade do abastecimento à Itália e aos exércitos em campanha ou nas fronteiras. Os faróis tinham particular importância no equipamento portuário, não como meros elementos decorativos. ainda que, num ou noutro caso, possamos sentir alguma dificuldade em compreender as condições do seu eficaz funcionamento, a partir daquilo que deles se conhece. Na maior parte dos casos é preciso muita imaginação para esboçar o aspecto que o edifício possuía, ainda que dele existam representações, o que, mesmo considerando serem limitados os modelos disponíveis, leva a uma certa repetição nas propostas de reconstituição, por vezes muito ousadas. O exemplo do icónico farol de Alexandria ilustra bem esta questão, pois embora existam numerosos testemunhos iconográficos e diversas descrições escritas, a verdade é que os investigadores têm conhecido muitos problemas quando pretendem recuperar o verdadeiro aspecto do monumento, o mesmo se podendo dizer quanto ao farol da Corunha, apesar de relativamente bem conservado.

A construção dos faróis dependia também das características naturais da zona onde eram levantados, circunstância comum ao Mediterrâneo e ao Atlântico. Numa costa baixa, dificilmente apercebida ao largo, sobretudo durante a noite, a tendência era a de construir torres mais elevadas, que em teoria permitiam detectar o farol a maior distância (ZAMORA MERCHÁN, 2011-2012: 705-723), assegurando manobra segura aos navios. Em boas condições um farol com uma torre entre 30 a 40 metros seria, teoricamente, visível até cerca de 25 quilómetros. Infelizmente desconhece-se quase por completo a altura atingida pela maior parte dessas estruturas, ainda que as medidas da base permitam um cálculo aceitável, difícil dado o estado de destruição dos vestígios dos faróis construídos nessas circunstâncias que chegaram ao presente.

Quando era possível construir os faróis numa posição natural elevada as torres não necessitavam de ser estruturas tão altas, pois podiam tornar-se facilmente visíveis ao largo, como, por exemplo,

no caso do farol do Castelo de Dover, que teria, segundo Mortimer Wheeler, uns 24 metros de altura (Wheeler, 1929: 33). Todavia, nem sempre assim sucedeu, pois o desaparecido farol de Boulogne-sur-Mer (Gesoriacum-Bononia), situado sobre uma falésia e contando com doze corpos sobrepostos, poderia atingir, em cálculos talvez por excesso, um máximo de 60 metros de altura (ERCE, 1966: 91-92). Este farol, de privilegiada iconografia (FIG. 3), acabou por desaparecer devido à derrocada parcial da falésia, entre 1644 e 1645, o que poderá ter acontecido a outros construídos em idêntica posição

Esta questão deve ser analisada pontualmente, considerando as características naturais de cada região e os condicionalismos locais da navegação. Nem sempre uma torre muito elevada resolveria os problemas de visibilidade a longa distância, como parece ter sido a intenção no farol de Boulogne, talvez destinado a ser avistado da costa britânica. Recordamos o que Ivens Ferraz escreveu a propósito deste problema, quando referiu uma experiência vivida no canal das Berlengas, onde se via perfeitamente a luz do farol do Cabo Carvoeiro, ao passo que o da Ilha Berlenga, a uma cota superior, permanecia oculto pelo nevoeiro (Ferraz, s/d: 19), talvez o mesmo fenómeno que terá causado a perda do cruzador *República*, em Agosto de 1915. Esta circunstância mostra que os construtores de faróis deviam conhecer bem a situação climática dominante na zona da construção, e não apenas os aspectos estritamente náuticos implicados, o que, mais uma vez, nos conduz ao problema dos limites da tecnologia antiga.

Um dos elementos fundamentais na construção de faróis, sobretudo quando situados ao nível do mar, era o das fundações. No Mediterrâneo a fraca amplitude das marés facilitava a construção, o que já não acontecia na costa atlântica, sobretudo nos sectores setentrionais do Império, o que poderá ter contribuído para que muitos dos grandes faróis desta área, de acordo com o que se conhece, tenham sido estabelecidos em posições elevadas. Vitrúvio deixou-nos circunstanciada descrição dos cuidados a ter com o estabelecimento das fundações de estruturas hidráulicas, por vezes assentes em estacaria de madeira (VITRÚVIO *De Arch.* 2.9), estacas cujo pé encaixava numa pedra aparelhada ou era revestida de uma ponteira de ferro envolvida por um empanque de cacos de tijolo, argila e *opus signinum.* O recurso a plataformas rochosas aflorantes foi igualmente utilizado em faróis dos quais não restam vestígios visíveis, como o de Chipiona.

Os materiais utilizados na construção dos faróis eram variados,

com destaque para a pedra, o tijolo e o betão (*opus caementicium*). O recurso a blocos de pedra de grande aparelho (*opus quadratum*) está atestado quer por ruínas existentes, nomeadamente na secção ou secções inferiores das torres e nos paramentos, quer pelos testemunhos iconográficos, que ilustram de forma clara a utilização do grande aparelho na edificação dos faróis, por vezes apenas como paramento de estruturas em betão. Os blocos eram fixados entre si através de grampos metálicos, em chumbo, o material mais usado nestas situações, vazado em fusão em entalhes abertos nos silhares. Parece também comprovado o facto de alguns faróis possuírem as secções superiores construídas em materiais mais ligeiros.

A utilização na mesma estrutura de materiais diferentes, ou recobertos de forma a apresentarem faixas diferenciadas, foi um recurso usado pelos arquitectos romanos para tornarem mais visíveis ao longe as torres dos faróis, que assim cumpriam funções de balizas diurnas, eventualmente reforçadas pelo fumo da queima do combustível utilizado. A madeira, embora se considere um material pouco indicado dado o perigo de incêndio, foi usada nos pavimentos internos de alguns faróis, como o de Dover. Noutros existiam câmaras abobadadas nos vários corpos do farol, como em *Leptis Magna* (Lebda), na Líbia (Bartoccini, 1958: 58-64), e na Corunha (Fig. 4).

Os sistemas de iluminação eram, geralmente, muito simples, resumindo-se a uma grande bacia ou estrutura semelhante onde se acendia um braseiro a céu aberto, eventualmente protegida por uma rotunda abobadada ou tipo monóptero, solução mantida ao longo dos séculos, praticamente até à Revolução Industrial (SÁNCHEZ TERRY, 1991: 73-76; PEARSON, 1995: 17-20). Como as representações antigas de faróis não facilitam a solução deste problema e a arqueologia experimental ainda não lhe procurou resposta, estamos limitados a sugestões ditadas pelo nosso conhecimento da tecnologia antiga. Nos edifícios mais sofisticados a projecção da luz podia contar com mecanismos ópticos que a ampliassem. Tal sucedeu, como parece, no farol de Alexandria, pelo menos na época romana, assim como no farol da Corunha (Durán Fuentes, 2011: 337-346), seguramente à margem das fantasiosas interpretações a partir do texto de Orósio.

O recurso a sistemas de iluminação artificial no mundo romano é conhecido, pois sabemos, por exemplo, que Domiciano, pelos finais do século I, deu jogos nocturnos em Roma (SUETÓNIO *Dom.* 4), o que obriga a reconhecer a utilização de meios de iluminação a

distância eficientes, sobre os quais, infelizmente, as fontes nada dizem, como é habitual em relação a aspectos técnicos do mundo romano, podendo assemelhar-se às utilizadas nalguns dos principais faróis da época, concentrando o feixe luminoso através de vários espelhos metálicos côncavos, o que os inseriria, a ser assim, na categoria dos faróis catóptricos. Não faltam referências na Antiguidade à utilização de sinais luminosos recorrendo a espelhos, por vezes curiosamente interpretados pelos autores islâmicos, como no caso da torre que teria existido em Mérida, com um sistema inspirado no modelo alexandrino, torre dotada de um reflector para funcionar como telégrafo luminoso, considerado espelho no qual uma imaginária rainha admirava a sua figura (Edrisi, 1968: 220-222).

É possível que alguns faróis tivessem luzes direccionais, ainda que tal hipótese levante problemas de difícil solução e alguns inconvenientes, se acaso a luz só fosse visível numa determinada posição. No caso de assim ter acontecido, a lanterna devia ser fechada, com luzes de posição menores e a luz principal apenas visível quando o rumo do navio coincidisse com o canal de acesso ao porto. Mais fácil de admitir, embora também exigindo soluções técnicas complicadas, é a construção de faróis com luzes intermitentes, como parece indicar uma passagem de Plínio-o-Antigo a propósito das luzes fixas poderem induzir os navegantes em erro, por confusão com estrelas (PLÍNIO *N.H.* 36.12.18).

Os combustíveis utilizados na iluminação variavam consoante a zona onde o farol estava situado. A necessidade de armazenar grandes quantidades terá levado a usar as múltiplas salas das torres como armazéns, ainda que os faróis, provavelmente, pelo menos no que toca à maioria, só estivessem iluminados durante o período normal da navegação, o que de alguma forma limitava os inconvenientes produzidos pela chuva e ventania sobre as fogueiras ao ar livre. O transporte dos combustíveis também criava alguns problemas práticos, pelas quantidades necessárias, o que se reflecte no mosaico ostiense dos naviculariorum lignariorum, fornecedores de lenha para combustão, organizados profissionalmente, em que se mostra a estrutura de queima do farol numa perspectiva cavaleira, invulgar na iconografia (Fig. 5). Embora o recurso a escadas e rampas, representadas no grafito de um farol achado em Cádis, fosse vulgar, nos edificios muito altos o combustível podia atingir o último piso através de um sistema de guinchos, ou mesmo de elevadores internos, conhecidos em certas estruturas de armazenamento. No litoral atlântico o recurso a rampas exteriores não se confirmou ainda em nenhum dos faróis conhecidos, não se justificando a proposta *orientalizante* de Barbara Delacroix (DELACROIX, 2013: 228).

A tipologia dos faróis foi sintetizada por Michel Reddé há alguns anos (REDDÉ, 1979: 848-854). No essencial, em termos de planta, distribuem-se por três grandes grupos: faróis de planta quadrada, faróis de planta poligonal e faróis de planta circular, bastante menos numerosos. Uma vez que nos debatemos com falta de informação sobre faróis que poderão ter constituído modelo para outros, assim como sobre a sua cronologia, é recomendável prudência nas generalizações. Consideramos possível que os faróis de planta poligonal tenham conhecido alguma voga no início do Império, talvez por influência da arquitectura castrense da época de Augusto e dos imperadores júlio-cláudios (Fig. 6), que conta com testemunhos particularmente significativos (WHEELER, 1964: 44-46). Não podemos esquecer que grande parte dos construtores destes edifícios eram militares, como terá sido o caso do *architectus* do farol da Corunha, cuja datação cremos ser um pouco posterior.

Os faróis de planta quadrada ou sobre o quadrado, mais vulgares, embora contem entre eles com alguns dos mais importantes construídos nos séculos II e III, não são desconhecidos no século I, destacando-se desde logo o grande farol claudiano do porto de Óstia (STUHLFAUTH, 1938: 139-163; REDDÉ, 1983: 56-57), o que é normal se considerarmos o farol de Alexandria como modelo fundamental de todos eles, sublinhando, porém, a existência neste de um segundo corpo de planta poligonal. Não concordamos com a ideia de Reddé, retomada por Barbara Delacroix e Rebecca Mattson, considerando os faróis poligonais uma variante própria da região setentrional onde foram construídos, como os de Boulogne e Dover (REDDÉ, 1979: 848-854; DELACROIX, 2013: 228-229; MATTSON, 2018: 65).

Se assim fosse, seria difícil explicar o farol de planta octogonal construído no porto de *Caesarea* (Cherchel), na Mauritânia (Fig. 7), escavado nos finais dos anos 50 do século passado por J. Lassus, estrutura cuja cronologia corresponde também aos inícios do século I, que teria uns 36 metros de altura, com um diâmetro de 18 metros na base (Lassus, 1959: 215-225; Giardina, 2010: 71); numa moeda de Galieno, talvez comemorando a reconstrução do farol de *Heraclea Pontica*, na Turquia, figura uma torre com a mesma estrutura de base

poligonal e vários andares, confirmando a presença do modelo na área mediterrânica (GIARDINA, 2010: 262), tal como as torres octogonais, datadas dos finais do século I, das ilhas Gigli e Gianutri, na Itália (CHRISTIANSEN, 2015: 66), ou, recuando ao início do Império, a chamada Lanterna de Augusto, em *Forum Iulii* (Fréjus), uma baliza portuária na extremidade de um dos cais.

Alguns faróis dispondo de vários corpos possuíam a secção inferior mais larga na base que na parte superior, a exemplo do farol de Alexandria e dos faróis de base poligonal do Canal da Mancha, o que permitia baixar o centro de gravidade como é de boa norma na construção destes edifícios. Devemos acrescentar que o estado de destruição em que a maior parte se encontra, muitos deles reduzidos aos alicerces, dificulta a reconstituição do aspecto real do monumento, ainda que as dimensões da base permitam aferir o desenvolvimento em altura do farol e o número de corpos que poderia comportar. Os mais pequenos podiam simplesmente ter o aspecto de uma torre de base quadrada com um ou dois andares, terminando por um terraço onde se instalava a estrutura destinada a alimentar a fonte luminosa.

Nestes casos a planta de base quadrangular revela-se a mais indicada, como parece ter acontecido nalguns pequenos faróis da costa atlântica, que não exigiriam construtores especializados. Quando este tipo de estruturas ocorre junto a portos a sua classificação como faróis pode ser complicada, uma vez que a presença de torres de sinalização ou de vigilância, civis ou militares, está largamente documentada pela arqueologia e por outras fontes (VITRÚVIO *De Arch.* 5.13; CHARLES-PICARD, 1959: 85), podendo igualmente confundir-se com mausoléus ou outros monumentos comemorativos (MANTAS, 2005: 36, 46-47).

Sem ignorar a existência de fluxos comerciais regionais, determinando estruturas de apoio adaptadas às necessidades específicas dessa navegação de pequena ou grande cabotagem, devemos considerar que o significativo investimento estatal efectuado no litoral atlântico em meios de apoio a actividades marítimas, nomeadamente grandes faróis, só encontra justificação na regularidade de uma rota de longo curso entre os portos da Bética e o litoral meridional servindo zonas de importância estratégica e forte presença militar. Parece hoje fora de questão o facto de grande parte do movimento neste percurso ter origem nas necessidades de abastecimento às guarnições na Britânia e na Germânia, sem descurar, naturalmente, o recurso a rotas compósitas

pelo Mediterrâneo e rios da Gália, bem conhecidas, apesar de Estrabão já reconhecer que, para atingir a Céltica a partir da Hispânia, a via marítima era a mais fácil (ESTRABÃO 3.2.2; GREENE, 1986: 40-41; CUNLIFFE, 2001: 412, 446).

2. Faróis romanos no Atlântico e no Canal da Mancha

Os progressos da conquista romana dos litorais atlânticos ditaram o desenvolvimento dessa navegação, primeiro com Augusto e depois com Cláudio, a partir de cujo principado Roma controla uma frente marítima contínua entre Marrocos e o Reno. Esta circunstância não pôde deixar de influenciar uma visão pragmática das possibilidades estratégicas e económicas daí resultantes, naturalmente reflectida na edificação de faróis e no melhoramento dos portos, predominantemente naturais, que marcavam as grandes escalas da rota atlântica, agora uma rota romana, sem hiatos territoriais. O artigo recentemente publicado por Barbara Delacroix analisa os faróis construídos entre a Corunha (Brigantium) e Boulogne (Gesoriacum), destacando o trajecto entre estes dois portos em detrimento da extensão total da rota, que assim parece um conjunto de percursos regionais apenas pontualmente susceptíveis de intervenções estatais de grande envergadura. É certo que os faróis de que sobreviveram vestígios significativos se situam nesse sector, mas tal facto sobrevaloriza-o em prejuízo de uma visão global, que a autora, aliás, não pôde deixa de aflorar.

Preferimos considerar neste artigo não só os grandes testemunhos arqueológicos de faróis romanos no litoral atlântico mas também os vestígios menos exemplares e as referências literárias que sugerem, com alguma verosimilhança, a existência de faróis completamente destruídos. Considerando as dificuldades cronológicos que se apresentam para muitos deles, semelhantes às que se apresentam, por exemplo, para a datação das pontes romanas, preferimos fazer a descrição por ordem geográfica no sentido dos ponteiros do relógio, como se navegássemos do Estreito para o Norte. Desde já sublinhamos que alguns destes faróis carecem ainda de confirmação, quando possível, em termos arqueológicos. A continuação da prospecção ao longo da costa, sobretudo em locais de particular interesse para a navegação romana, não deixará de contribuir com novos achados, garantes da importância da navegação de longo curso e de grande cabotagem ao longo deste extenso e variado

litoral entre o Golfo de Cádis e o Mar do Norte, autêntica fronteira ideológica do Império, imagem que os bizantinos tentarão ressuscitar modestamente (VALLEJO GIRVÉS, 2002: 39-75).

Um local onde a existência de um farol parece normal, por razões náuticas e de imaginário, neste caso bem expresso nos letreiros dos miliários béticos da *Via Augusta*, anunciando que a estrada, com início em Roma, se dirigia *Ad Oceanum* (SILLIÈRES, 1990: 795-798), seria numa das margens do Estreito de Gibraltar, porta de duas regiões marítimas e culturais distintas e assim consideradas de forma mais ou menos retórica pelos autores antigos. A mitologia contribuiu fortemente para a valorização simbólica deste acidente geográfico, colando-lhe a figura de Hércules e das suas célebres colunas, uma em *Calpe*, outra em *Abila*. Abstraindo das discussões eruditas em torno das respectivas localizações aceitamos que *Abila* corresponde ao Monte Hacho, na península de Almina, em Ceuta. Mesmo a existência de dois faróis, um em cada margem, a exemplo de Boulogne e Dover, é admissível, embora, por enquanto não se lhes conheçam vestígios arqueológicos.

Estaríamos a propor quimeras, todavia, se considerássemos esta hipótese sem qualquer base viável. O Monte Hacho, elevação que atinge 196 metros, com grande comandamento sobre o Estreito, foi cenário de inúmeros trabalhos de fortificação ao longo de séculos, trabalhos que destruíram restos antigos em tempo existentes. Na época islâmica, uma tradição local vertida em vários escritos, pretendia ver nas ruínas de uma construção antiga de dimensões grandiosas, aí visível, o túmulo de um descendente de Noé, fantasia relacionada com a explicação da origem do topónimo *Sebta*, reflectindo uma prática interpretativa vulgar em tais fontes (BAEZA HERRAZTI, 1988: 11-16). Logicamente, o que nos interessa é sublinhar a localização e as dimensões da ruína, merecedoras do referido destaque.

A referência não teria importância de maior não fosse o facto de autores como Ibn Bassan e al-Ansari aludirem ao que parece ser um farol no alto do Monte Hacho, referindo o primeiro uma *Casa da Luz* (*Dār Tanwir*) e o segundo uma grande torre sinalizadora (HITA RUIZ e VILLADA PAREDES, 2009: 244-245), aludindo provavelmente à mesma estrutura. Recordamos que as figuras de Ceuta da obra de Georg Braun e Franz Hogenberg e do *Atlas* de Pedro Teixeira Albernaz mostram, salientando-se no topo do Hacho (Fig. 8), uma construção turriforme, que parece corresponder ao que os citados autores referiram (PEREDA e MARÍAS, 2002: 348. fl. 60). Tudo isto é insuficiente para garantir a

existência de um farol romano em Ceuta, talvez reconstruído no período medieval, possibilidade que Bernal Casasola admite cautelosamente (BERNAL, 2013: 43), mas não quisemos deixar de referir estes parcos indícios, aguardando novos progressos da arqueologia local, em pleno desenvolvimento nos últimos anos.

Deixando as águas do Estreito e navegando para Ocidente, é possível a existência de um farol em Baelo Claudia (Bolonia), possível atendendo às actividades desenvolvidas neste município de promoção claudiana e que servia como porto do traiectus para a Mauritânia Tingitana (Estrabão 3.1.8), embora pareça mais provável a identificação dos restos aí sobreviventes como de um thynnoskopeion, atalaia relacionada com a pesca de atuns (BERNAL, 2008: 102-104), a exemplo da que existiu modernamente em Tavira, no antigo Arraial Ferreira Neto. O primeiro farol seguramente atestado, embora desaparecido, é o de porto de Cádis (Gades), farol não isento de dificuldades de localização e de interpretação. A importância desta cidade como ponto de apoio da acção romana no Atlântico e como entreposto e principal porto de reunião cargas no interface que era o Golfo de Cádis dispensa qualquer explicação sobre a natural existência de um farol, ou mesmo dois, um deles a relacionar com o acesso ao canal portuário entre as ilhas Ervtheia e Kotinousa (BERNAL, 2008: 99-101; 2020: 165-183).

O caso do farol de Cádis é ilustrativo das dificuldades de utilização de referências literárias, mesmo quando são numerosas, como em relação a este monumento. Nenhuma fonte da Antiguidade refere directamente a existência de um farol associado ao grande templo de Hércules, provavelmente construído numa zona hoje quase submersa da ilha gaditana de *Sancti Petri*, cuja morfologia sofreu drásticas transformações desde o período romano. Todavia, não faltam os testemunhos de autores islâmicos, alguns dos quais eram andaluzes e observadores directos do que ainda existia na época medieval, sempre relacionando o monumento com ajudas à navegação, com referências explícitas aos faróis da Corunha e de Alexandria, apesar de dedicarem muita atenção à estátua, provavelmente de Hércules, que o coroava (Ordonez Agulla, 1993: 247-277).

Na ausência de restos arqueológicos identificados, a opinião dos investigadores dividiu-se entre os que defendiam a sua identificação como farol e aqueles que a negavam, relacionando-o eventualmente com um fogo votivo no templo de Hércules e considerando que este não seria mais que uma baliza diurna para a navegação (FEAR, 1990-1991:

199-211: LÓPEZ-SÁNCHEZ, NIVEAU-DE-VILLEDARY e GÓMEZ GONZÁ-LEZ, 2019: 284-308). Esta polémica ganhou novo impulso graças ao achado em Cádis, durante trabalhos de arqueologia urbana num contexto a situar tardiamente (Expósito e Bernal, 2007: 119-132), de dois grafitos com representações de faróis, ainda que só um seja claro (Cobos et al., 1995-1996: 1215-1232; Arévalo, Bernal e Torremocha, 2004: 264-265). Mostra uma estrutura em degraus, do tipo normal, mas com um número muito elevado de corpos, doze, no último dos quais arde a chama de sinalização (Fig. 9). Nota-se também a representação de escadas em várias secções do edifício, talvez não correspondendo a uma localização exterior, que nos parece muito difícil de aceitar numa estrutura deste tipo, mas aludindo aos acessos existentes no interior. Curiosamente não há nenhum traço da estátua, que não deixa de estar representada numa cópia quinhentista da obra do granadino Muhammad ibn Abd al-Rahim al-Oaysi e num manuscrito do Escorial da Estoria de España, de Afonso, o Sábio, do século XIII (Mora, 2018: 77, 81), o que levanta algumas interrogações, pois o grafito não corresponde aos relatos medievais, que lhe atribuem uma base quadrada e muito menos corpos, com uma altura total difícil de precisar devido a divergências nos valores que indicam, e que, afinal, poderia não ultrapassar os 40 metros (SÁNCHEZ TERRY, 1991: 160-161; BERNAL, 2008: 88-91). O segundo grafito, muito prejudicado, mostra o que parece ser uma estrutura em opus reticulatum, nitidamente com quatro corpos decrescentes, interpretada como de um segundo farol.

O grafito principal parece sugerir que o farol se achava numa posição junto ao mar, o que seria de esperar em Cádis. Porém, o seu aspecto geral aproxima-se muito da iconografia do grande farol de *Gesoriacum*, inclusive contando com o mesmo número de andares. Por isso, sem negar a possibilidade de se tratar do edificio de Cádis, não podemos deixar de considerar a hipótese de nos defrontarmos com a representação de outro farol, talvez mesmo o de Boulogne, dada a semelhança, ainda que a cronologia agora considerada possa suscitar algumas dúvidas. O segundo grafito, que sugere uma estrutura mais próxima da tipologia citada nas fontes escritas medievais, representaria, sim, o farol gaditano (Fig. 10), situado talvez em Torregorda, uns nove quilómetros a sul da cidade (Bernal, 2008: 100). Estaremos perante as representações dos grandes faróis que marcavam as extremidades da rota atlântica, na Gália e na Bética, como Plínio, sumariamente (Plínio *N.H.* 2.67), a descrevia?

O silêncio de Plínio e de Pompónio Mela a propósito do farol, segundo a opinião de A.T. Fear (FEAR, 1990-1991: 201-202), deve atribuir-se à sua edificação posterior a estes autores do século I, o que nos parece muito difícil de aceitar. É possível, todavia, que o edifício, de provável edificação augustana, no âmbito dos grandes trabalhos efectuados em *Gades* pelos Balbos, tenha sido intervencionado por Trajano, autor de imponentes obras públicas de interesse portuário e conhecido pela sua devoção ao culto de Hércules Gaditano (GARCÍA y BELLIDO, 1963: 70-153). Cremos, todavia, que será necessário distinguir entre o templo e o farol, situados em locais diferentes (Fig. 11), tanto mais que as fontes islâmicas não se ocupam propriamente do templo, mas sim de uma estrutura monumental, deliberadamente destruída em 1145, e que, à imagem do farol de Alexandria, suportava uma estátua de grandes dimensões e tinha uma clara função marítima.

O farol romano mais antigo conhecido na Península Ibérica foi construído na embocadura do rio *Baetis* (Guadalquivir). Construção da época republicana, a sua localização não suscita problemas de interpretação, atendendo ao significado económico da região em que foi construído e à importância dos centros portuários que existiam no curso inferior do referido rio, caso, por exemplo, de *Hispalis* (Sevilha). O farol foi construído provavelmente por Quinto Servílio Cepião, cerca de 108 a.C., o que se reflecte no topónimo actual do local, Chipiona. Nada resta deste farol, destinado a indicar o acesso ao rio e o perigoso baixio de Salmedina, devido a significativas alterações na geomorfologia da zona (MENANTEAU, 1983: 65-69), encontrando-se hoje praticamente submersa a plataforma rochosa sobre a qual a *Turris Caepionis* terá sido construída.

O farol, que devia ser bastante alto devido à sua implantação numa costa rasteira, fosse na *Punta del Perro* ou na *Piedra Salmedina* (Gómez, 2017: 367-376), circunstância que determinou que o farol actual seja o mais alto da costa espanhola, foi citado por Pompónio Mela, pouco antes de meados do século I: *Extra Iunonis ara templumque est, in ipso mari monumentum Caepionis scopulo magis quam insulae impositum* (Mela 3.1.4). A referência mais completa que se lhe conhece é a de Estrabão, que redigiu o fundamental da sua obra nos primeiros anos do Império: *Ali também se encontra a Torre de Cepião, construída sobre uma rocha que o mar banha por todos os lados. Esta obra admirável foi construída à semelhança do farol de Alexandria para evitar a perdição dos navegantes; porque para além dos bancos formados pelos*

aluviões do rio, há nestas paragens rochas submersas, de forma que é necessário um sinal visível de longe (Estrabão 3.1.9). Infelizmente não nos ficou, para além destas lacónicas referências, nenhuma descrição do monumento, nem se encontraram materiais que se lhes possa atribuir (Fig. 12).

Retomando recentemente trabalhos de arqueologia urbana dos anos 90 do século passado, arqueólogos de Huelva identificaram como restos de um farol ou torre de sinalização portuária as ruínas de uma estrutura de planta quadrada em silharia de boa feitura, muito destruída, que poderia ter atingido, como torre, uma altura um pouco superior a 15 metros, situada sob o Convento de Las Agustinas, na época romana perto da marginal onubense (BERMEJO e CAMPOS. 2020: 475-498). A existência de um farol portuário em *Onuba* é aceitável e teria uma função semelhante à do proposto farol secundário de Gades, junto ao porto. Todavia, a arquitectura elaborada do que resta, nomeadamente a moldura da base, e a falta de outros elementos identificáveis sugerem-nos alguma reserva à classificação avançada por Bermejo Meléndez, mantendo-a sub judice, tanto mais que a sua localização em relação ao acesso ao porto, no fundo do estuário, não seria a melhor. Talvez a sua interpretação como um pequeno templo, eventualmente de uma divindade ligada ao mar, não seja despropositada.

Outro porto atlântico, agora já na Lusitânia, Balsa (Luz de Tavira), suscita também algumas questões, uma vez que os indícios claramente sugeridos pela fotointerpretação aérea (MANTAS, 2003: 87-88), não foram identificados em trabalhos de prospecção geofísica. seguidos de sondagens relativamente profundas (Vítor DIAS et al., 2020: 1399-1412). Desta forma, parece necessário eliminar a hipótese de ter existido um molhe de defesa do porto da cidade, terminado por uma estrutura circular sobre a qual supusemos a localização de uma torre ou farol. Apesar das enormes alterações verificadas na paisagem, com irreversíveis destruições em quase toda a área das ruínas, tornando hoje de difícil interpretação os fotogramas dos anos 50 e 70 do século XX, este caso demonstra exemplarmente a necessidade de controlar no terreno através de sondagens os indicadores obtidos pela teledetecção aérea (USAF 1958 n.º 10638; IGN 1979 n.º 5167), em boa hora concretizadas em Balsa. Não se confirmando a presença do molhe, que seria uma estrutura invulgar na tecnologia portuária atlântica, embora recentemente se tenha identificado nas ruínas de Boca do Rio, também no Algarve, um cais com anéis de amarração, torna-se necessário repensar o aspecto físico do porto de *Balsa*.

Subindo a costa ocidental da Hispânia encontramos outro farol conhecido através de uma referência de Estrabão (ESTRABÃO 3.3.1). infelizmente muito prejudicada por uma lacuna que complica a sua interpretação. Facultamos duas leituras que concordam no essencial, a existência de uma torre à entrada de um estuário que, considerando a ordem da descrição geográfica, só pode ser o do Sado (Fig. 13). Eis a versão de H. Leonard Jones: Aqui também há estuários; um deles estende-se pelo interior por mais de quatrocentos estádios desde a torre anteriormente mencionada, e ao longo deste estuário toda a região é banhada até Salacia (Jones, 1960: 63). A versão de Jorge Deserto e Susana Pereira dita o seguinte: Existem também ali estuários, dos quais um avança mais de quatrocentos estádios a partir da mencionada torre, *ao longo do qual se erguem* [povoações] [...] (DESERTO E PEREIRA, 2016: 59). Não duvidamos, pois, não só da existência da torre – τετρακοσίους σταδίους ἀπὸ τοϋ λεγθέυτος πύργου – como da referida construção se encontrar não no Cabo Espichel, como admitia Jones mas sim perto da barra do Sado (Callipo).

As notícias sobre achados romanos no Outão, associados a obras de fortificação moderna deste local na encosta da Arrábida (FIGUEIREDO, 1896: 162-165), controlando a barra de um rio de remota navegação mediterrânica, permite sem dificuldade aceitar a presença anterior de um farol, talvez ainda do período republicano, e que corresponderia simultaneamente a um sinal da proximidade da foz do rio e também de localização de um bom fundeadouro, protegido dos ventos dominantes pela vertente da serra, fundeadouro onde os navios poderiam aguardar em segurança o momento propício para se fazerem à barra do estuário, correspondendo ao que as fontes romanas classificam como *positio* ou *refugium*. A hipótese que consideramos apoiados no texto estraboniano é significativamente sustentada pelo elevado número de cepos de âncora antigos recuperados no Mar de Ancão (ALVES *et al.*, 1988-1989: 116-133; GOMES e DE MAN, 2013: 168-171), cujos fundos entre os 10 e os 20 metros eram ideais para os navios romanos.

Ultrapassada a foz do Tejo, de onde por ora não temos nada que sugira a existência de um farol, mais do que expectável desde época remota, o primeiro lugar onde se evocam restos que podem indiciar a existência de uma pequena estrutura dotada de um fanal é o sítio de Espigão das Ruivas, entre o Cabo Raso e o Cabo da Roca (*Promontorium*

Magnum). O que subsiste é insuficiente para garantir uma datação segura, que se estende da Idade do Ferro à Idade Média, pois se limita a vestígios de uma construção quadrangular rústica e a restos de carvões de várias fogueiras, com material de distintos períodos. O espólio romano é raro, limitando-se a alguns fragmentos cerâmicos, parecendo a ocupação regular do sítio terminar na época islâmica, pelo século X, embora se conheçam ocupações pontuais posteriores (ENCARNAÇÃO e CARDOSO, 2017: 955-966). Julgamos, portanto, conveniente riscar o sítio do Espigão das Ruivas da lista dos prováveis fachos romanos da costa atlântica, embora possa ter sido utilizado de forma intermitente como sinalizador para actividades piscatórias locais, ou outras, relacionadas com o Porto do Touro, que lhe fica próximo.

A incerteza que se levanta em relação ao Espigão das Ruivas não existe a propósito dos vestígios reconhecidos na Berlenga Grande. Nesta ilha, os restos escavados por Jacinta Bugalhão e Sandra Lourenço pertencem seguramente aos vestígios de um pequeno farol, como as referidas arqueólogas propõem. Levantado num ponto dominante da ilha (Fig. 14), 50 metros acima do nível do mar, no sítio denominado Moinho, assentava numa plataforma em parte natural, suportando um edifício de planta quadrada, com 9,50 metros lado rodeando um corpo menor, também quadrangular, com 4,50 metros de lado. A espessura dos muros conservados é de 0,60 metros, ou seja, dois pés romanos, revelando uma construção de alguma robustez (Bugalhão e Lourenço, 2011: 210-214). Considerando a tipologia e a implantação da estrutura, cuja escavação facultou exclusivamente cerâmica romana da transição da Era, não podemos deixar de apoiar a proposta das responsáveis pela escavação (Fig. 15).

Perante a cronologia dos materiais identificados na escavação julgamos que o farol possa ter sido levantado por altura das campanhas de Augusto no Noroeste peninsular, com a finalidade principal de auxiliar a navegação de longo curso com carregamentos logísticos destinados às tropas aí empenhadas. O naufrágio augustano identificado em Peniche concorda perfeitamente com esta proposta. A existência deste tipo de faróis ao longo da costa era muito conveniente e outros acabarão por ser identificados balizando a rota logística em direcção ao Cantábrico.

Mais a norte, na foz do Mondego (*Munda*) encontramos outro desses possíveis faróis. Reconhecemos a relativa fragilidade da proposta, mas considerando o valor do *hinterland* regional, da cidade de *Aeminium* (Coimbra) e a antiguidade das actividades marítimas na

zona, propomos ver nos traços identificados por Pedro Roquinho em trabalhos de requalificação no forte de Santa Catarina, na Figueira da Foz (Roquinho, 2019: 42-47), a marca de um antigo farol levantado sobre os rochedos da barra do Mondego. O forte e a capela repousam sobre estruturas arruinadas muito anteriores, em parte romanas, como provam os materiais encontrados nas sondagens, em especial a significativa presença de silhares, cerâmica de construção, fragmentos de cerâmica comum e de um prato em *sigillata* hispânica, bem como de um colo de ânfora Lusitana 3, tudo com uma cronologia que aponta para um horizonte temporal dos séculos I e II.

Até aqui poderíamos aceitar que o sítio, ainda que pouco propício para habitar, teria conhecido um qualquer edificio de pequenas dimensões e ignota finalidade, preferencialmente marítima. Todavia, as sondagens permitiram determinar outro aspecto particularmente importante da ocupação antiga do sítio. Com efeito, rebaixando o terreno em torno da capela, foi possível verificar que o embasamento do edificio sacro é constituído pelo que restou de um muro romano, formando um ângulo recto a sul e sugerindo uma estrutura de planta quadrangular, com cerca de sete metros de lado, sobre a qual se terá levantado a capela original, representada com aspecto turriforme no *Atlas* de Pedro Teixeira Albernaz (PEREDA e MARÍAS, 2002: 337).

A sondagem efectuada entre a capela e o baluarte norte da fortaleza pôs a descoberto um conjunto de muros que, de acordo com o responsável dos trabalhos, testemunham a existência de uma segunda estrutura, associada à que terá existido no local da capela. Ainda em relação ao embasamento da capela é de notar a espessura das paredes que se levantaram sobre os muros romanos, exagerada para um edificio de tão reduzidas dimensões, pois orça pelos quatro pés romanos (1,20 m), reflectindo a existência de uma construção anterior de maiores dimensões (Fig. 16).

A implantação do edificio, sobre um espigão rochoso onde o espaço disponível era limitado e que constituía uma pequena península rodeada pelo mar recorda a de outros faróis, como o de Chipiona, na foz do Guadalquivir. Também neste caso não existia ali povoação e o objectivo do farol consistia em indicar a embocadura, sem esquecer a presença de rochas submersas aconselhando cautela a qualquer manobra nocturna para ingressar no rio. Esta situação é muito parecida com o que poderá ter acontecido na foz do Mondego, com a diferença, essencial, que no caso de Chipiona temos um testemunho escrito antigo.

Posta de lado a possibilidade de se tratar de um edifício de grandes dimensões, que eventualmente teria deixado mais vestígios, podemos considerar uma torre de planta quadrada, com as medidas da capela de Santa Catarina, cerca de 6,75 x 6,75 metros assemelhando-se aos restos identificados e escavados na ilha Berlenga por Jacinta Bugalhão e Sandra Lourenço. Atendendo a que o farol se destinava a indicar a entrada no estuário do Mondego não haveria vantagem em situá-lo num ponto mais alto, afastando-o da posição ideal para sinalizar a barra, tal como sucedeu com o farol levantado no forte no século XIX. Mesmo assim, considerando as dimensões da base, a torre poderia atingir entre 15 e 20 metros de elevação até à plataforma superior, o que, no último caso, colocava o foco luminoso a 28 metros acima do nível do mar, garantindo-lhe razoável visibilidade ao largo (MANTAS, 2021: 226-228).

Por enquanto não existem indicações seguras da existência de outros faróis na Lusitânia romana, embora a foz do Guadiana, por exemplo, constitua uma área de elevada probabilidade, considerando o movimento em direcção a Pomarão (*Portus Marianus*?), servindo as minas de S. Domingos, e ao porto flúvio-marítimo de *Myrtilis* (Mértola), para além de se tratar de uma barra na época considerada difícil. A presença de faróis na foz do Tejo, na do Douro e na do Minho, onde Estrabão refere a existência de invulgares molhes (ESTRABÃO 3.3.4), é igualmente muito provável.

O único farol romano que continua em funcionamento, apesar de muitas transformações, é o farol de *Brigantium* (Corunha), vulgarmente conhecido como Torre de Hércules. Conta com uma enorme bibliografía e com iconografía que remonta à Idade Média (FIG. 17), pois está representado no mapa do Beato de Burgo de Osma, datado de 1086, e numa cópia de um mapamúndi árabe atribuído à primeira metade do século onze (SÁNCHEZ-GARCÍA, 2017: 259-308). Foi construído, apesar de algumas opiniões em contrário, por *G. Sevius Lupus*, pelos finais do século I, de acordo com os dados obtidos nas escavações que tiveram lugar há alguns anos em torno e no interior do monumento e que permitiram obter informações muito importantes quanto à sua arquitectura e história (BELLO DIÉGUEZ, 2009: 41-66).

Grande parte da estrutura romana da torre sobrevive no interior, até uma altura de 34 metros. Tem planta quadrada, com 11,75 metros de lado, e conta com três corpos com quatro câmaras abobadados cada, o último dos quais, maior que os dois primeiros, é de construção menos cuidada. Estes corpos atingiriam originalmente, com a estrutura

circular abobadado que albergava a chama, cujo diâmetro seria de uns 22 pés romanos, cerca de 6,50 metros, uns 40 metros de altura, o que a colocaria, atendendo à cota a que se encontra a base, a cerca de 97 metros acima do nível do mar, garantindo-lhe enorme visibilidade. A construção, que utiliza largamente o granito local, inclui *opus vittatum*, sugerindo uma datação do final do século I, *opus quadratum* e *opus caementicium*, conservando-se entaipados grandes lucernários e portas que abriam sobre a rampa. A destruição desta deve ter-se verificado no século XVI, quando o farol, desactivado, foi utilizado como pedreira para construir o forte de Santo Antão, na Corunha. Com efeito, moedas de meio tornês do rei D. Fernando, cunhadas na Corunha no último quartel do século XIV, mostram o farol como uma torre em silharia coroada por uma estrutura abobadada, sem representar a rampa (Centeno, 2016: 467-480), indicando que por esta altura estaria ainda praticamente intacto (Fig. 18).

Houve alguma polémica quanto ao aspecto original do farol, pretendendo alguns investigadores que a rampa para permitir o acesso à lanterna era exterior, muito estreita. Tal solução, inviável considerando as condições locais, com fortíssimas ventanias frequentes, foi definitivamente posta de lado depois do estudo do farol levado a cabo por Theodor Hauschild, que provou a existência de um muro envolvente desaparecido, com 18 metros de lado, pelo que a rampa existiu no interior, como é normal e a iconografía mais antiga do farol demonstra (HAUSCHILD, 1976: 239-257; HUTTER e HAUSCHILD, 1991: 39-42, 93-97). Este valor adequa-se bem à regra, nem sempre seguida, de que a altura da construção devia rondar o dobro do valor do diâmetro. A representação do porto da Corunha produzida por Pedro Teixeira Albernaz, cuja data limite é 1634, mostra já a torre com os tracos da rampa, depois de demolido o corpo exterior (Pereda e Marías, 2002: 328). A escavação confirmou a presença do muro do referido corpo (LATORRE e CABALERO ZOREDA, 2009: 193-227; RODRÍGUEZ COLMEENERO, 2019: 194-196), não havendo dúvidas quanto à existência da rampa (Fig. 19), cujos traços se conheciam bem através da iconografia da Idade Moderna, mantendo-se a memória da mesma no paramento que o farol recebeu em 1791 (CORNIDE, 1792: 23-29; Vigo Trasancos, 2009: 21-39), quando dos grandes trabalhos conduzidos por Eustaquio Giannini que lhe conferiram o aspecto actual (Fig. 20).

Que tipo de iluminação? Convencional ou direcional, de forma

a orientar os navios, indicando o canal de entrada livre de baixios que permitia ganhar o porto de *Brigantium*? É possível que alguns faróis tivessem luzes direccionais, ainda que tal hipótese levante problemas de difícil solução e alguns inconvenientes, se açaso a luz só fosse visível numa determinada posição. No caso de assim ter acontecido, a lanterna devia ser fechada, a menos que um sistema de luzes combinadas, uma das quais só seria visível quando o rumo do navio coincidisse com o canal de acesso ao porto, permitisse resolver o problema, como sugerimos dubitativamente há alguns anos. Um estudo técnico de Durán Fuentes propõe um sistema de luz intermitente e multidireccional, obtido a partir de um espelho giratório reflectindo a luz da chama, alimentada a azeite, mantida numa base de pedra (fogão) cuja forma evoca uma grande lucerna (Fig. 21), achada perto do farol (SÁNCHEZ GARCÍA, 2004: 291; DURÁN FUENTES, 2011: 342-345; 2015: 552-555), talvez desmontada durante os trabalhos de restauro do século XVIII, ou mesmo anteriormente. Parece-nos uma boa solução técnica para uma das mais graves lacunas no conhecimento do funcionamento dos faróis romanos, ainda que não fosse exequível para todos eles, existindo outras propostas para o farol de Brigantium, como o recurso a um prisma (Rodríguez Colmenero, 2019: 225-239).

Não foi só o aspecto do farol que mereceu discussão, pois a sua autoria e cronologia continuam a estimular debates. Não aceitamos a interpretação do termo *architectus*, presente na inscrição rupestre junto ao farol (CIL II 2559), como indicando outra pessoa que não seja o construtor do farol. Com efeito, tendo em conta a localização da epígrafe, num rochedo a poucos metros da torre, o facto de ser a única conhecida junto ao farol e as características da mesma, uma dedicatória privada a Marte Augusto contendo uma cuidadosa identificação do dedicante, cremos, tal como Le Roux e Rodríguez Colmenero, não haver razão para não atribuir a Sevius Lupus a honra da direcção da construção do monumento (Le Roux, 1990: 133-145; Rodríguez Colmenero, 2019: 106-111). O gentilício é extremamente raro na Hispânia, onde se conhecem apenas três representantes, dois deles lusitanos contando com Sevius Lupus. O cognome ocorre de forma dispersa, com uma pequena concentração de detentores da cidadania em Mérida (ABASCAL PALAZÓN, 1994: 221; GRUPO MÉRIDA, 2003: 219, 303), onde também se conhece um eminiense Lupus Lupi f. (ILER 5229).

A sua origem, ainda que se lhe aceite uma formação militar, instiga a reflectir sobre as funções desenvolvidas pela cidade do Mondego como porto flúvio-marítimo por onde se escoavam os produtos das grandes explorações mineiras do interior beirão, sugeridas pela presenca de famílias de origem itálica na cidade (REDENTOR 2016: 57-89) e de um eminiense em Óstia (CIL XIV 4822). A hipótese, aliciante, de que Lupus tivesse sido o construtor do criptopórtico do fórum de Aeminium (ALARCÃO, 2009: 111), carece ainda de confirmação, pelo que não deve interferir em demasia nesta problemática. Como o monumento de Coimbra foi construído na época de Augusto e renovado na época de Cláudio, parece dificil atribuir a edificação do farol ao mesmo período, a menos que se aceite uma datação augustana para a torre da Corunha, eventualmente apoiada por marcas legionárias, reafirmada recentemente (RODRÍGUEZ COLMENERO, 2019: 99-135), contrariando uma cronologia flávio-trajânica, mais consensual, situando a construção no último quartel do século I, hipótese que defendemos. Todavia, não é impossível a existência de uma estrutura anterior, mais simples, talvez semelhante à de Campa Torres.

O testemunho dos materiais e a paleografía da inscrição sugerem sem grande dificuldade uma construção iniciada pelos finais do século I, obrigando a ter em conta que a sua dimensão excepcional terá exigido vários anos. Julgamos que possa ter sucedido com o farol da Corunha o que se aceita agora para a ponte de Alcântara, ou seja, que a construção inaugurada por Trajano foi, realmente, uma iniciativa de Domiciano (MANTAS, 2019: 270-273). Recordamos, a propósito, que o arquitecto da ponte, *G. Iulius Lacer*, recorreu a um subterfúgio idêntico para assinar a obra, edificando o templete junto à ponte, também sob a égide do culto imperial (*CIL* II 761).

A edificação do farol em *Brigantium* justifica-se por se tratar de um ponto de grande importância para a navegação, de cabotagem e de longo curso, nomeadamente após a conquista e subsequente pacificação da Britânia, com campanhas frequentes e permanente empenhamento de numerosos efectivos, como charneira de dois sectores marítimos e de dois tipos de navegação, sem esquecer os seguros progressos da urbanização do Noroeste sob os Flávios. A zona caracteriza-se por problemas náuticos complexos, sobretudo em relação aos ventos convenientes para aportar, o que obrigaria os navios a aguardar ao largo durante a noite, circunstância que desde logo justifica a edificação do farol. A mais antiga referência ao monumento é de Paulo Orósio, no século V, sugerindo a sua importância na navegação de longo curso para a Britânia: *Secundus angulus circium intendit, ubi Brigantia*

Gallaeciae civitas sita altissimum farum et inter pauca memorandi operis ad speculam Britanniae erigit (Orósio Hist. 1.2.33).

Avançando ao longo da costa cantábrica em Campa Torres (Noega), perto de Gijón, encontramos vestígios muito destruídos de um possível farol, com toda a probabilidade de época augustana, contemporâneo das grandes operações que concluíram a conquista das regiões setentrionais da Hispânia. Edifício relativamente simples, com um corpo central maciço rodeado por um muro exterior de igual planta quadrangular (Fig. 22), teria escadas no interior e atingiria uma elevação entre 15 e 20 metros (Fernández Ochoa, Morillo e Villa Valdés, 2005: 129-146), integrando eventualmente um programa de construção de faróis decidido pela administração romana no dealbar da época imperial, como o da Berlenga, fundamentalmente por razões de logística militar mas que serviam igualmente à navegação civil, aliás largamente envolvida nesse tipo de tráfico.

Escavações efectuadas no século XVIII por Manuel Reguera sugerem para a base da estrutura, derrocada nos finais do século XVI e que teria aspecto turriforme, uma medida de cerca de 9,24 metros de lado. O muro exterior seria de silharia e o corpo interior, com uns 4.76 metros, em betão, macico. Com estas ruínas, quase arrasadas no século XIX, se relaciona o problema da localização das Aras Sestianas, por enquanto indefinido, contando Campa Torres com uma inscrição monumental em mármore dedicada a Augusto por Cn. Calpurnius Piso (CIL II 2703), datada pela titulatura imperial de 9-10, epígrafe que facilmente se relaciona com o edifício que Fernández Ochoa e Morillo indicam, com alguma cautela, ser um farol (FERNÁNDEZ OCHOA e MORILLO, 2009: 128-132), identificação que aceitamos sem reservas, quer pela sua excelente localização, junto ao castro de *Noega*, dominante e indicando o acesso ao porto romano de Gijón (Gigia?). quer pelo facto de um troféu ou monumento semelhante exigir uma epígrafe mais completa.

Da costa asturiana até ao Mar do Norte deparamo-nos com um litoral seguramente não desprovido de faróis mas onde não foi ainda possível identificar mais que os três há muito conhecidos, ainda que apenas de um deles sobrevivam ruínas significativas, a que poderemos, talvez, acrescentar um quarto na Inglaterra (Wheeler, 1929: 46), no forte de Richborough (*Rutupiae*). São eles os dois de Dover (*Dubris / Dubrae*) e o de Boulogne-sur-Mer (*Bononia / Gesoriacum*). Apesar de contarem com numerosos estudos arqueológicos subsistem numerosas

interrogações, em primeiro lugar de ordem cronológica. Comecemos a nossa breve análise pelos dois faróis de Dover, enquadrando o estuário do rio Dour, um a oriente, em Castle Hill, junto à igreja de St. Mary-in-Castro, e outro a ocidente, praticamente desaparecido, em Western Heights (Fig. 23). Deste pouco sobrevive, não se vendo mais que um reduzido bloco de materiais de construção que lhe conserva a memória. Este farol ainda era visível em 1690, encontrando-se já muito destruído em 1760.

Mortimer Wheeler efectuou, no século passado, um exaustivo estudo do farol oriental (Wheeler, 1929: 28-46), datando-o da segunda metade do século I, na ausência de material com a estampilha atrás referida, relacionando-o com as operações da conquista da Britânia por Cláudio, tese mantida por Baldassarre Giardina e Rebecca Madson nas suas dissertações académicas (Giardina, 2010: 119-120; Mattson, 2018: 50-78). Julgamos a cronologia proposta por Wheeler aceitável, embora a avancemos um pouco no século I, sem a limitar ao principado de Cláudio.

O farol conservou-se razoavelmente até ao quarto andar, tendo-lhe sido acrescentado um quinto andar, medieval. É uma estrutura de base octogonal, internamente de planta quadrada (Fig. 24), que teria oito corpos escalonados, sendo o térreo mais alto que os restantes. Foi construída no interior com betão, tal como a base, com paramento em pedra, usando tufa e calcário, interrompido de sete em sete fiadas por uma faixa de tijolo, característica do *opus mixtum* ou *opus vittatum* numa fase ainda de desenvolvimento. Os pavimentos eram de madeira, não sobrevivendo, naturalmente, vestígios do sistema de acesso à lanterna, através de escadas também de madeira. O farol tinha uma porta arqueada e janelões do mesmo tipo, mantendo-se a construção romana ainda até uma altura de perto de 13 metros (Fig. 25).

Há poucos anos Kevin Booth publicou um incisivo estudo (Воотн, 2007: 8-21), revendo a cronologia dos faróis, a partir da análise dos materiais com a estampilha *Classis Britannica*, situando a sua construção no século II, quando a base principal da frota se estabeleceu em Dover, avançando ainda a datação do farol ocidental, ou da sua reconstrução, para o século III ou IV. Propõe também, apoiado em rigorosa metrologia, uma leitura substancialmente diferente do farol oriental, limitando a altura da torre, que segundo Wheeler teria uns 24 metros, a 15 metros, pois a localização elevada do farol dispensaria uma torre de maior altura e que se pretendia apenas funcional.

Porém, embora admitindo em princípio a argumentação de Booth, que propõe também uma estrutura sobre o cónico (Booth, 2007: 17), pouco usual mas aceitável e curiosamente já representada numa gravura de 1722 do antiquário William Stukeley, perfil talvez resultante de obras de manutenção ao longo do tempo. Todavia, limitando a altura cremos que a torre fica prejudicada quanto a proporções, dificultando talvez a sua visibilidade em determinadas circunstâncias náuticas ou no caso de se pretender visíveis entre si os três faróis do Canal, como defende Rebecca Mattson admitindo uma voluntária triangulação (MATTSON, 2018: 27), difícil neste caso atendendo à proximidade dos dois faróis de Dover. Por outro lado, mesmo concedendo ao farol de Boulogne apenas 40 metros de altura, para 12 corpos, verifica-se ser possível que os oito corpos do farol de Dover atingissem os 24 ou 25 metros em tempos propostos por Wheeler (Fig. 26).

Dissemos que os faróis de planta poligonal poderiam corresponder a modelos em voga nos primeiros tempos do Império, o que a datação agora proposta para o farol oriental de Dover parece contrariar. Mas devemos considerar, em defesa da datação tradicional, que a simples semelhança dos materiais cerâmicos, sem marcas da *Classis Britannica*, com os materiais do forte ocidental levantado por volta de 130, não parece argumento decisivo (Peacock, 1977: 244-245). Aliás, como Booth reconhece em relação ao farol ocidental, a eventualidade de restauros e reconstruções é muito provável. Que o modelo do farol de Boulogne parece ter sido o inspirador deste edifício de Dover resulta evidente, pelo que, mesmo que se lhe atribua uma datação antonina, estaremos perante a utilização de um modelo anterior, tanto mais que não aceitamos a possibilidade do farol de *Gesoriacum* não ser o monumento construído por Calígula, como alguns arqueólogos defendem actualmente (SEILLIER et al., 2004: 6-7; Delacroix, 2013: 224).

Propomos pois, enquanto não se possuírem dados decisivos, manter uma datação alta para o farol do Castelo de Dover, admitindo embora trabalhos de manutenção no século II, quando *Dubris* ascendeu a base principal da frota britânica, preludiando a sua histórica vocação estratégica. Os faróis nas duas margens do Canal da Mancha obedeciam essencialmente à necessidade de apoiar a navegação nocturna entre as bases navais na Gália, na Britânia e na Germânia, considerando as dificuldades apresentadas pela navegação na Mancha (CUNLIFFE, 2001: 37-43), embora o de *Gesoriacum* tivesse inicialmente um valor simbólico, como marco anunciador de mares e terras a conquistar para a

civilização, um pouco à imagem do farol de Cádis, mas não como limite último, como comprova o activo tráfico comercial na zona.

Como quase todos os faróis antigos, o de Gesoriacum, conhecido vulgarmente como Tour d'Ordre, teve história atribulada, nada restando dele na actualidade, apesar de nas primeiras décadas do século passado ainda ser motivo turístico um grande macico em tijolo (Fig. 27), restos de um forte inglês do século XVI, vulgarmente interpretado como vestígios da base do farol (Egger, 1863: 410-421). A torre foi construída sobre a falésia de l'Ordre, o que lhe foi fatal, embora muitos séculos depois da edificação. Das descrições bastante meticulosas do monumento, elaboradas no século XVII, podemos considerar que teria entre 40 e 60 metros de altura (ERCE, 1966: 91-92: NAPOLI e BOULINGUEZ, 2014-2015: 10-11), preferindo algo intermédio, dado o aspecto esbelto da torre nos desenhos mais fiáveis que nos ficaram e que permitem razoáveis reconstituições (Fig. 28). A base era de planta octogonal, com cerca de 19 metros de diâmetro, contando a torre com doze pisos também octogonais, de dimensão decrescente, divididos interiormente por câmaras abobadadas, comunicando com uma galeria exterior na qual se abriam lucernários, cujo esquema de repartição não era idêntico em todos os andares, parecendo ocorrer apenas em faces alternadas dos mesmos. Com excepção da planta e do sistema de corpos escalonados, visualmente muito próximo da figura no grafito de Cádis, as descrições modernas do farol de Boulogne recordam uma estrutura geral interna parecida com a de outros faróis romanos.

Suetónio deixou-nos uma breve referência às condições da construção do farol de Boulogne, levantado por Calígula no âmbito de um retorno falhado à política de expansão romana na Britânia, travada por Tibério: Em comemoração da sua vitória, mandou erguer uma alta torre, onde deviam cintilar luzes durante a noite, como as de um farol, para iluminar a rota dos navios (Suetónio Gaius 46). Em 1804 subsistiam ainda vestígios informes do farol derruído, infelizmente não escavados. Apesar da proposta de Claude Seillier, considerando a Tour d'Ordre obra do século II, retomando dúvidas de M. Reddé (Seillier et al., 2004: 6; Reddé; 1986: 274), cremos não haver razão para abandonar a tese tradicional que a atribui a Calígula, tese defendida com copiosos e convincentes argumentos por Joelle Napoli e Corinne Boulinguez (Napoli e Boulinguez, 2014-2015: 7-51). Tal não impede, porém, que uma construção desta envergadura tenha visto a sua conclusão já sob o principado de Cláudio (Tuck, 2008: 325), cuja invasão britânica teve

início em 43, para além de ter sido, talvez, alvo de obras de manutenção no século II.

Da leitura das fontes escritas e da iconografia do farol (Fig. 29), é seguro que a estrutura construtiva contava com fiadas de pedra amarelada, de pequeno aparelho, fixadas com betão, alternando com fiadas de pedra cinzenta e de tijolo (*opus mixtum*), técnica que não impede uma datação do século I. Com a torre ostentando faixas de cores diferenciadas, o farol ganhava desta forma, pelo menos com tempo claro, um aspecto polícromo muito visível, mesmo que não houvesse essa intenção, embora a cor vermelha pareça associada, na Gália, a edificios oficiais (Grenier, 1934: 286-291). A lanterna no topo reproduzia aparentemente a mesma planta dos corpos inferiores, embora maior em altura àquele em que se apoiava, não havendo qualquer informação quanto ao sistema de iluminação, situação que se apresenta igualmente a propósito da orientação das aberturas da lanterna, que poderá reflectir a existência de um sistema de luzes direccionais, todavia impossível de confirmar.

Admitindo a hipótese de um segundo farol em *Gesoriacum* deveríamos situá-lo na falésia de Châtillon, na margem oposta do estuário do Liane (Delacroix, 2015: 48-51), reservando a posição altaneira da *Tour d'Ordre* para o farol de Calígula (Fig. 30). Este poderá ter sofrido estragos significativos em 268-269, por altura da destruição do *castrum* da frota, mas considerando a dinâmica da zona no Baixo-Império deve ter sido restaurado, talvez na mesma ocasião do desaparecido farol ocidental de Dover, como sucedeu, muito mais tarde, na época carolíngia, a que pertencerá, talvez, a lanterna nitidamente diferente que algumas figuras mostram no topo do monumento.

Conclusões

Apesar dos progressos verificados nos últimos anos no estudo dos faróis romanos, qualitativos e quantitativos, como se depreende da numerosa bibliografia disponível, incluindo desenvolvidas monografias académicas, permanecem numerosas questões em aberto quanto a aspectos técnicos. Assim sucede com os sistemas de iluminação, para os quais se admitem soluções tão variadas como diferentes entre si, recorrendo às novas tecnologias para tentar compreender o grau de eficiência dos vários dispositivos possíveis, nomeadamente em termos de visibilidade. Perante a quase total ou mesmo total destruição da

maior parte daqueles que, com alguma segurança se aceitam como autênticos, os problemas de cronologia persistem de forma acentuada, mesmo quando se trata de monumentos como o farol da Corunha, cuja datação permanece um tanto incerta.

Da mesma forma, nem sempre é fácil localizar com exactidão o local onde foram construídos ou a sua função exacta. É evidente que o progresso da metodologia de investigação, ultrapassada a predominância da análise das fontes escritas, da iconografia, da numismática e da intervenção propriamente arqueológica, onde e quando possível, o que, naturalmente, não sugere minimizar ou abandonar estes contributos, como demonstra o grafito de Cádis, cuja datação proposta obriga a considerar a continuidade de actividades marítimas no século V, independentemente daquilo que pretende representar. Recordamos a importância ganha pelo estudo dos materiais e técnicas de construção nas tentativas de estabelecimento de uma cronologia segura para os faróis de que existam ruínas. Tal como sucede com as pontes, cuio elenco se encontra inflacionado por dezenas de construções medievais ou modernas, também entre os faróis considerados romanos ocorrem torres ou restos de torres cuja função poderá ter sido simplesmente de vigilância da costa, que em certos casos poderão remontar ao período romano.

Neste artigo procurámos, seguindo a ordem dos ponteiros do relógio, estabelecer uma visão de conjunto sobre os faróis romanos do litoral entre o Estreito de Gibraltar e o Canal da Mancha, recorrendo à bibliografia que nos mereceu maior confiança e que tenha contribuído com novas achegas para o conhecimento deste grande monumento da civilização romana que é o farol. O estabelecimento de faróis no Atlântico acompanhou claramente os progressos da conquista romana no Ocidente, constituindo-se uma rede da qual apenas conhecemos alguns, pelos acasos da sobrevivência material ou pela fama que ganharam e que, em certos casos, se fez sentir muitos séculos depois, como sucedeu com o farol da Corunha, merecedor de um poema a atribuir a André de Resende (PEREIRA, 2006: 333-346), talvez resultante de uma experiência difícil na costa galega, cerca de 1526. Eis um breve fragmento do mesmo: Aqui, em zona de alto mar, onde se abre o pélago, está sobranceira / uma vasta mole, onde se vê o grande rosto de Enosigeu. / com o antigo nome de Torre de Augusto. Não houve no mundo / construção mais famosa. Com a ponta do vértice ela toca o Olimpo (PEREIRA, 2006: 336-337).

Com efeito, alguns faróis coincidiram com pontos fortes da geografia mítica e política do mundo romano (RODDAZ, 2012: 95-108). o que lhes conferia forte carga simbólica. Se o farol da Corunha marcava o ponto de viragem da rota para Norte, finisterra onde o mundo antigo rocava o desconhecido, o farol de Cádis iluminava o portal do Oceano, demonstrando que a verdadeira união do Atlântico e do Mediterrâneo era obra romana (CUNLIFFE, 2017: 329-374), os faróis da Mancha, sinais de conquista, repetiam o que em tempos os faróis do Estreito anunciaram século antes, pressagiando o fim da legenda hercúlea Nec Plus Ultra. Para lá da Mancha abria-se outro mar de segredos, perigos e promessas, talvez apenas na visão moderna, certamente uma fronteira de mundos em oposição, de militares, comerciantes e bárbaros, mas em processo de aculturação, onde outras divindades do mar surgiam, como a deusa Nehalennia, velando sobre a navegação deste sector extremo do mundo romano, modestamente representada em Gesoriacum por uma estatueta achada em contexto funerário (SEILLIER et al., 2004: 9). Por aqui existiriam outros faróis, que resta descobrir, talvez em zonas hoie submersas, como o santuário daquela deusa junto ao delta do Reno, em Colijnsplaat (STUART e BOGAERS, 2001).

O historiador francês Michelet exprimiu, com o entusiasmo romântico característico de muitos eruditos dos finais do século XIX, uma viva admiração pelos sinais de ajuda à navegação levantados pelo Romanos, escrevendo: Le phare était un autel, un temple, une colonne, une tour. L'Empire romain avait illuminé, de promontoire en promontoire toute la Mediterranée (MICHELET, 1875: 97). Esta formidável acção não se limitou, na verdade, às margens solarengas do Mediterrâneo, estendendo-se até às águas frias do Mar do Norte. O uso do mar como instrumento de poder e de coesão justificou o estabelecimento de uma rede de faróis, muito relacionada com os ritmos da consolidação do poder romano no Atlântico, obedecendo a motivos em grande parte estratégicos, sobretudo de ordem logística, próprios de um desígnio imperial, tornado visível aos olhos de todos através de monumentos funcionais e, ao mesmo tempo, fortemente simbólicos de uma civilização triunfante¹.

¹ Agradecemos cordialmente ao Dr. Luís Madeira a preparação das figuras deste artigo e à Doutora Jacinta Bugalhão e Doutor Engenheiro Manuel Durán Fuentes a cedência de várias fotografías.

BIBLIOGRAFIA

Fontes

AMIANO MARCELINO, Historia, M. Harto Trujillo (2002), Madrid.

BNF = Bibliothèque Nationale de France, Paris.

CIL II = Corpus Inscriptionum Latinarum, E. Hübner (1869-1892), Berlim.

CIL XIV = Corpus Inscriptionum Latinarum, L. Wickert (1930), Berlim.

ESTRABÃO, The Geography of Strabo 2, H. L. Jones (1960), Londres.

ILER = Inscripciones Latinas de la España Romana, J. Vives (1971), Barcelona.

INHA = Institut National d'Histoire de l'Art, Paris.

ONB = Österreichische Nationalbibliothek, Viena.

Orósio, Historias. Libros 1-4, S. Salor (1982), Madrid.

PLÍNIO-O-ANTIGO, Histoire Naturelle, J. Beaujeu e A. Ernout (1950), Paris.

Pompónio Mela, Chorographie, A. Silberman (1988), Paris.

RPC = Roman Provincial Coinage IV.4, C. Howgego (2005), Oxford.

SUETÓNIO, Lives of the Caesars 2, J. C. Rolfe (1914), Cambridge (Mass.).

VITRÚVIO, De Architectura, F. Granger (1931), Cambridge (Mass.).

Estudos

Abascal Palazón, J. M. (1994) – Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania, Múrcia.

ALARCÃO, Jorge de (2009) – Portos e faróis romanos do Atlântico português, *Brigantium* 20, pp. 109-114.

ALVES, Francisco *et al.* (1988-1989) – Os cepos de âncora em chumbo descobertos em águas portuguesas, *O Arqueólogo Português* série 4 6-7, pp. 109-185.

ÁREVALO, A.; BERNAL, D.; e TORREMOCHA, A. (2004) – Garum y salazones en el Circulo del Estrecho, Algeciras.

ARIAS VILAS, F.; FERNÁNDEZ OCHOA, C.; e MORILLO, A. (coords.) (2009) — Torre de Hercules: Finis Terrae Lux. Simposio sobre los faros romanos e a navegación occidental na antigüidade, *Brigantium* 20.

BAEZA HERRAZTI, A. (1988) – La fundación de Ceuta y la fábula de Noé, *Cuadernos de del Archivo Municipal* 1, pp. 11-16.

BARTOCCINI, R. (1958) – Il porto di Leptis Magna, Roma.

Bello Diéguez, J. (2009) – Brigantium y su faro. Contextos arqueológicos en la ciudad de A Coruña, *Brigantium* 20, pp. 41-66.

Bermejo, J. e Campos, J. (2020) – Maritime signalling in Antiquity: the Lanterna of the harbor of Onoba Aestuaria, a new lighthouse along the Atlantic, *Journal of Maritime Archaeology* 15, pp. 475-498.

BERNAL CASASOLA, D. (2008) – El faro romano de Gades y el papel de los Thynnoskopeia en el Fretum Gaditanum, *Brigantium* 20, pp. 85-107.

Conimbriga, 60 (2021) 181-245

- Bernal Casasola, D. (2013) Septem Fratres, ciudad portuária y comercial entre Juba II y Justiniano, in *Arqueología en las Columnas de Hércules*, Ceuta, pp. 9-50.
- Bernal Casasola, D. *et al.* (2020) Deeper than Expected: The Finding of a Remarkable Ancient Harbour at Gadir / Gades and an Exceptional Sedimentary Archive, *Journal of Maritime Archaeology* 15, pp. 165-183.
- Besnier, M. [1907] Pharus, *Dictionnaire des Antiquités Grecques et Romaines*, 4, 1, Paris, pp. 427-432.
- BLOT, J.-Y. e BOMBICO, Sónia (2013) A glimpse in the Early Imperial Roman Atlantic trade, *Skylis* 13 (1), pp. 43-52.
- Bolaños-Herrera, A. (2020) El carmen epigráfico de Parreitas o los pecios de un naufragio en la Albufera de la Pederneira, *Conimbriga* 59, pp. 113-131.
- BOOTH, Kevin (2007) The Roman Pharos at Dover Castle, *English Heritage Historical Review* 2 (1), pp. 8-21.
- BRICAULT, Laurent (2020) Isis Pelagia: Images, Names and Cults of a Godess of the Sea, Leida Nova Iorque.
- BRULET, Raymond (2015) Litus Saxonicum, in Le Bohec, Y. (ed.), *The Encyclopedia of the Roman Army* 2. Londres, pp. 592-601.
- Bugalhão, Jacinta e Lourenço, Sandra (2011) A ocupação romana da ilha da Berlenga, *Revista Portuguesa de Arqueologia* 14, pp. 203-215.
- Centeno, Rui (2016) A Torre de Hércules e as emissões monetárias de D. Fernando I na Corunha, in Sousa, Ana; Carvalho, António; e Viegas, Catarina (eds.), *Terra e Água. Escolher sementes, invocar a Deusa*, Lisboa, pp. 467-480.
- CORNIDE SAAVEDRA, J. (1792) Investigación sobre la fundación y fabrica de la Torre llamada de Hércules, Madrid.
- COBOS, L. *et al.* (1995-1996) Intervención arqueológica en el solar del antiguo teatro de Andalucía: La factoría de salazones y la representación gráfica del faro de Gades, *Boletín del Museo de Cádiz* 7, pp. 1215-1232.
- CUNLIFFE, Barry (2001) Facing the Ocean. The Atlantic and its Peoples, Oxford.
- Cunliffe, Barry (2017) On the Ocean. The Mediterranean and the Atlantic from Prehistory to AD 1500, Oxford.
- CHARLES-PICARD, G. (1959) La civilisation de l'Afrique romaine, Paris.
- Christiansen, Jonatan (2015) Les phares antiques, entre défense et aide à la navigation. Exemples en Mediterranée occidentale, in Rodríguez-Navarro (ed.), *Defensive Architecture of the Mediterranean* 2, Valência, pp. 65-70.
- Delacroix, Barbara (2013) Les phares romains de la façade Atlantique Manche-Mer du Nord : amers, marqueurs d'une navigation côtière extra-méditerranéenne, in Daire, M.-Y. et al. (eds.), Anciens peuplements littoraux et relations Homme / Milieu sur les côtes de l'Europe Atlantique, Oxford, pp. 223-230.
- Delacroix, Barbara (2015) La Tour de Caligula / La Tour d'Ordre: un trophée-amer, marqueur de l'évolution des fonctions du port antique de Boulogne-sur-Mer, in Blamangin, O.; Démon, A.; e Hoët-van-Cauwenberghe, C. (dirs), Boulogne-sur-Mer antique, entre terre et mer, Boulogne-sur-Mer, pp. 45-56.

- Deserto, Jorge e Pereira, Susana (2016) Estrabão, Geografia. Livro III. Introdução, tradução do grego e notas, Coimbra.
- DIAS, Vítor *et al.* (2020) Balsa, topografia e urbanismo de uma cidade portuária, in ARNAUD, J. Morais; NEVES, César; e MARTINS, Andrea, *Arqueologia em Portugal.* 2020 Estado da Ouestão, Lisboa, pp. 1399-1412.
- Duggan, T. P. e Akçay, A. (2014) On the Missing Navigational Markers. Beacon Towers Pharos of Antiquity, *Cedrus* 2, pp. 377-442.
- Durán Fuentes, M. (2011) Faros de Alejandría y Brigantium: propuestas de reconstitución formal, estructural y de funcionamento de la luminaria de la Torre de A Coruña, in Huerta, S. et al. (coords.), Actas del Séptimo Congreso Nacional de Historia de la Construcción 1, Madrid, pp. 337-346.
- Durán Fuentes, M. (2015) Los mecanismos hidráulicos romanos. Hipótesis sobre la luminaria del faro de Brigantium y el comedor giratorio de la Domus Aurea de Nerón, in *Actas del Primer Congreso Internacional Hispanoamericano de Historia de la Construcción* 1, Madrid, pp. 551-560.
- Edrisi (1968, 2ª edição) Description de l'Afrique et de l'Espagne, (trad. R. Dozy e M. de Goeje), Leida.
- ENCARNAÇÃO, José de (2018) As epigráficas falsificações de Frei Bernardo de Brito, in Gallo, F. e Sartori, A. (coords.), *Spurii Lapides. I falsi nell'epigrafia latina*, Milão, pp. 181-197.
- Encarnação, José de e Cardoso, Guilherme (2017) O sítio arqueológico do Espigão das Ruivas (Cascais), in Arnaut, J. Morais e Martins, Andrea (coords), *Arqueologia em Portugal. 2017 Estado da questão*, Lisboa, pp. 955-966.
- Erce, François de (1966) La tour de Caligula à Boulogne-sur-Mer, *Revue Archéologique* 1, pp. 89-96.
- Expósito, J. A. e Bernal Casasola, D. (2007) Ánforas orientales en el Extremo Occidente. Las importaciones de LR 1 en el sur de Hispania, in Bonifay, M. e Tréglia, J. (coords.), *Late Roman Coarse Ware I*, BAR. International Series 1662 (1), Oxford, pp. 119-132.
- Fabião, Carlos (2009) A dimensão atlântica da Lusitânia. Periferia ou charneira no Império Romano?, in Gorges, J.-G. *et al.* (coords.), *Lusitânia romana. Entre o mito e a realidade*, Cascais, pp. 53-74.
- FEAR, A. T. (1990-1991) The tower of Cadiz, Faventia 12-13, pp. 199-211.
- Fernández Ochoa, C. e Morillo, A. (2009) Faros y navegación en el Cantábrico y el Atlántico Norte, *Brigantium* 20, pp. 117-135.
- Fernández Ochoa, C.; Morillo, A.; e Villa Valdés, A. (2005) La Torre de Augusto en La Campa Torres (Gijón, Asturias). Las antiguas excavaciones y el epígrafe de Calpurnio Pisón, *Archivo Español de Arqueología* 78, pp. 129-146.
- FERRAZ, G. Ivens (s/d) Manual do navegante, Lisboa.
- FIGUEIREDO, A. Mesquita de (1896) Informações archeologicas colhidas no Diccionario Geographico de Cardoso, *O Archeologo Português* 2, pp. 162-165.
- GARCÍA Y BELLIDO, A. (1963) Hercules Gaditanus, *Archivo Español de Arqueología* 36, pp. 70-153.

- GIARDINA, Baldassarre (2010) Navigare necesse est. Lighthouses from Antiquity to the Middle Ages. History, architecture, iconography and archaeological remains, Oxford.
- Gomes, A. e De Man, A. (2013) Um conjunto de cepos de âncoras romanas do estuário do Sado, *Al-madan* 2ª série 18, pp. 168-171.
- Gómez, Soledad (2017) Turris Caepionis, antiguo faro de Chipiona. Ubicación y visibilidad desde la costa en época romana, in Martínez, J. et al. (coords.), *Construyendo la Antigüedad*, Múrcia, pp. 353-379.
- Greene, Kevin (1986) The Economy of the Roman Archaeology, Londres.
- Grenier, Albert (1934) Manuel d'archéologie gallo-romaine, 2. 1, Paris.
- Grupo Mérida (2003) Atlas antroponímico de la Lusitania romana, Mérida-Bordéus.
- GUERRA, Amílcar (2008) Um original monumento epigráfico, proveniente de Parreitas, in BARBOSA, Pedro (coord.), *A região de Alcobaça na época romana. A estação arqueológica de Parreitas (Bárrio)*, Alcobaça, pp. 46-51.
- HAUSCHILD, Theodor (1976) Der römische leuchtturm von La Coruña (Torre de Hércules). Probleme seine rekonstruktion, Madrider Mitteilungen 17, p. 239-257.
- HITA RUIZ, J. e VILLADA PAREDES, F. (2009) Medina Sabta, in VILLADA PAREDES, F. (coord.), *Historia de Ceuta*, 1, Ceuta, pp. 201-310.
- HUTTER, Siegfried e HAUSCHILD Theodor (1991) El faro romano de La Coruña, Corunha.
- JONES, H. L. (1960) *The Geography of Strabo*, Cambridge (Mass.).
- Lassus, Jean (1959) Les découvertes récentes à Cherchel, Comptes Rendus de l'Académie des Inscriptions, pp. 215-225.
- LATORRE, P. e CABALERO ZOREDA. L. (2009) Metodología e investigación del faro romano en la restauración de la Torre de Hércules de A Coruña (1990-1992), *Brigantium* 20, pp. 193-227.
- LE BOHEC, Yann (2020) La première marine de guerre romaine. Des origines à 241 av. J.-C, Clermont Ferrand.
- Le Roux, P. (1990) Le phare l'architecte et le soldat: l'inscription rupestre de la Corogne (CIL, II, 2559), *Miscellanea Greca e Romana* 15, pp. 133-145.
- LEÃO, Delfim e Mantas, Vasco (2009) O Farol de Alexandria, in Ferreira, J. Ribeiro e Ferreira, Nazaré L. (eds.), As Sete Maravilhas do Mundo Antigo: fontes, fantasias e reconstituições, Lisboa, pp. 109-125.
- LEHMANN-HARTLEBEN, K. (1923) Die Antiken Hafenlagen des Mittelmeeres. Beiträge zur Geschichte des Städtbaus im Altertum, Lípsia.
- Leveau, Philippe (1984) Caesarea de Maurétanie. Une ville romaine et ses campagnes, Roma.
- LÓPEZ-SÁNCHEZ, N.; NIVEAU-DE-VILLEDARY, A.; e GÓMEZ GONZÁLES, J. (2019) The shrines of Gadir (Cadiz, Spain) as references for navigation. GIS visibility analysis, *Open Archaeology* 5, pp. 284-308.
- Mantas, Vasco (2003) A cidade de Balsa, in Maia, Maria (coord.), *Tavira. Território e Poder*, Lisboa, pp. 85-94.

- MANTAS, Vasco (2005) Faróis e balizagem portuária no mundo romano, *Memórias da Academia de Marinha* 35, pp. 177-222.
- Mantas, Vasco (2016) Suave mari magno: Roma, a navegação e os seus mares, *Biblos* 3ª série 2, pp. 33-78.
- Mantas, Vasco (2017) Navegação, centros urbanos e espaços portuários na Lusitânia, in Nogales Basarrate, T. (ed.), *Lusitania Romana: del pasado al presente de la investigación*, Mérida, pp. 179-207.
- MANTAS, Vasco (2019) Da capital da Lusitânia a Bracara Augusta pela Serra da Estrela, *Conimbriga* 58, pp. 255-300.
- Mantas, Vasco (2021) Um farol romano na foz do Mondego?, in Ferreira, Ana e VILAÇA, Raquel (coords.), *Colóquio Santos Rocha. Arqueologia e Territórios da Figueira da Foz*, Figueira da Foz Coimbra, pp. 214-233.
- MATTSON, Rebecca (2018) Lighthouses in Antiquity: cases studies of the lighthouses at Dover, England; Patara, Turkey; and Leptis Magna, Africa, ATM University, College Station.
- Menanteau, Loïc (1983) Rivages anciens et actuels en Basse Andalousie, in Bazanna, A. e Humbert, A. (coords.), *Prospections aériennes. Les paysages et leur histoire*, Madrid, pp. 59-72.
- MICHELET, Jules (1875) La mer, Paris.
- MORA, Gloria (2018) La arqueología en la construcción de la historia de España: de los viajes anticuarios ilustrados al Catálogo Monumental de España, in DUPLÁ, A.; DELL'ELICINE, E.; e PÉREZ, J. (eds.), *Antiguedad Clásica y Naciones Modernas en el Viejo y el Nuevo Mundo*, Madrid, pp. 75-100.
- MORILLO, A.; FERNÁNDEZ OCHOA, C.; e SALIDO DOMÍNGUEZ, J. (2016) Hispania and the Atlantic Route in Roman Times. New approaches to ports and trade, *Oxford Journal of Archaeology* 35 (3), pp. 267-284.
- Napoli, Joelle e Boulinguez, Corinne (2014-2015) Rendons la Tour d'Ordre à Caligula: des documents au monument, *Revue du Nord* 408, pp. 7-51.
- OLESON, J. e HOHLFELDER, R. (2011) Ancient harbors in the Mediterranean, in FORD, B. e HAMILTON, D. (eds.), *The Oxford Handbook of Maritime Archaeology*, Oxford, pp. 809-833.
- Ordoñez Agulla, S. (1993) El faro de Gades y las fuentes medievales, *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga*, Coimbra, pp. 247-277.
- Parker, A. J. (1990) Classical Antiquity: The Maritime Dimension, *Antiquity* 64, pp. 335-346.
- Peacock, D. P. (1977) Bricks and Tiles of the Classis Britannica: Petrology and Origin, *Britannia* 8, pp. 235-248.
- PEARSON, L. F. (1995) Lighthouses, Princes Risborough.
- Pereda, Felipe e Marías, Fernando (eds.) (2002) El Atlas del Rey Planeta. La Descrípción de España y de las costas y puertos de sus reinos de Pedro Texera (1634), Hondarribia.
- Pereira, Virgínia Soares (2006) A Torre de Augusto em um poema atribuído a André de Resende, *Humanitas* 58, pp. 333-346.

- POPKIN, Maggie (2017) Souvenirs and Memory Manipulations in Roman Empire. The Glass Flasks of Ancient Pozzuoli, in Munteán, L.; Plate, L.; e Smelik, A. (eds.), *Materializing Memory in Art and Popular Culture*, Nova Iorque Londres, pp. 45-62.
- QUET, Marie-Henriette (1979-1980) La mosaïque cosmologique de Mérida: propositions de lecture, *Conimbriga* 18, pp. 5-103; 19, pp. 5-127.
- QUET, Marie-Henriette (1984) Pharus, Mélanges de l'École Française de Rome 96 (2), pp. 789-845.
- REDDÉ, Michel (1979) La représentation des phares à l'époque romaine, Mélanges de l'École Française de Rome, 91, pp. 845-872
- Reddé, Michel (1983) Portus. Le plus grand port du monde romain, Les Dossiers d'Archéologie 71, pp. 54-61.
- Reddé, Michel (1986) Mare Nostrum. Les infrastructures, le dispositif et l'histoire de la marine sous l'Empire romain, Roma.
- REDENTOR, Armando (2016) Sobre a epigrafia romana de Aeminium, *Conimbriga* 55, pp. 57-89.
- Remesal Rodríguez, J. (1995) El sistema Annonario como base de la evolución económica del Imperio romano, *PACT* 27, pp. 355-367.
- RODDAZ, J.-M. (2012) Aux marges de l'Oikoumène: la quête des confins occidentaux de l'Oikoumène à la fin de la République et au début de l'Empire, in PRADOS, F.; GARCÍA, I.; e BERNARD, G. (eds.), Confines. El extremo del mundo durante la Antigüedad, Alicante, pp. 95-108.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (2019) El faro romano de Brigantium Flavium, Torre de Hércules de A Coruña. Nuevas aportaciones al conocimiento de su génesis y evolución histórica hasta las reformas de Giannini, Corunha.
- ROQUINHO, Pedro (2019) Intervenção arqueológica decorrente da obra de requalificação do monumento, in *Forte de Santa Catarina. Imagem de um Território*, Figueira da Foz, pp. 42-47.
- SÁNCHEZ GARCÍA, J. (2004) Faros de Galicia: historia y construcción de los señales luminosos en un Finisterre atlántico, Corunha.
- SÁNCHEZ-GARCÍA, J. (2017) Desvelando un fantasma. Sobre un mapamundi árabe, la Torre de Hércules y las representaciones de faros en la cartografía medieval, *Memoria y Civilización* 20, pp. 259-308.
- SÁNCHEZ TERRY, M. (1991) Los faros españoles: historia y evolución, Madrid.
- SEILLIER, Claude et al. (2004) Boulogne port romain, DRAC, Villeneuve d'Ascq.
- SILLIÈRES, Pierre (1990) Les voies de communication de l'Hispanie méridionale, Paris.
- Sirks, B. (1991) Food for Rome. The Legal Structure of the Transportation and Processing of Supplies for the Imperial Distributions in Rome and Constantinople, Amesterdão.
- STEPHEN, J. (1979) The Roman Forts of the Saxon Shore, Londres.
- STUART, P. e BOGAERS, J. (2001) Nehalennia. Römische Steindenkmaller aus der Oosterschelde bei Colininsplaat, Leida.

- STUHLFAUTH, G. (1938) Der Leuchtturm von Ostia, *Römische Mitteilungen* 53, pp. 139-163.
- Trethewey, K. (2018) Ancient Lighthouses, Torpoint.
- Tuck, S. L. (2008) The expansion of triumphal imagery beyond Rome. Imperial monuments of Ostia and Lepcis Magna, *Memoirs of the American Academy in Rome* 6.
- Vallejo Girvés, M. (2002) El umbral del Imperio? Dispar fortuna de Hispania y las Columnas de Hercules en la literatura de época justinianea, *Erytheia. Revista de Estudios Bizantinos y Neogriegos* 23, pp. 39-75.
- Vann, Robert (1991), The Drusion: a candidate for Herod's lighthouse at Caesarea Maritima, *The International Journal of Nautical Archaeology* 20 (2), pp. 123-139.
- VIGO TRASANCOS, A. (2009) La ilustración y "La reparación del muy antiguo faro de La Coruña comenzada en el reinado y de orden de Carlos III" (1788-1790), *Brigantium* 20, pp. 21-39.
- Wheeler, R. M. (1929) The Roman Lighthouses at Dover, *Archaeological Journal* 86 (1), pp. 28-46.
- Wheeler, R. M. (1964) Roman Art and Architecture, Londres.
- Zamora Merchán, M. (2011-2012) La altura de los faros de época romana en relación con su visibilidad marítima. El faro de Brigantium y el posible faro de Campa Torres (Gijón), *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología* 37-38, pp. 705-723.

[texto escrito no antigo acordo]

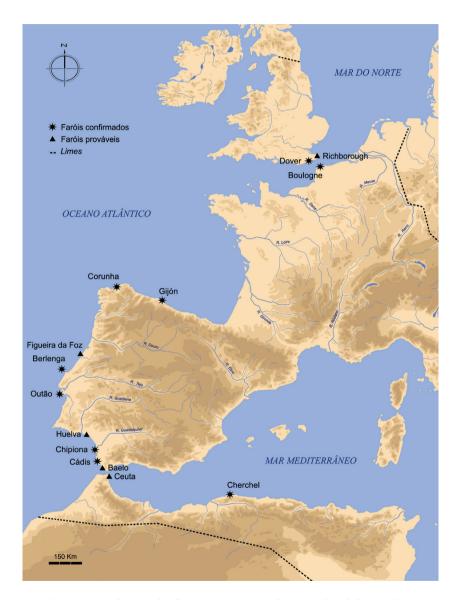


Fig. 1 – Localização dos faróis romanos no Atlântico e Canal da Mancha.



Fig. 2 – Moeda de Antonino Pio (Æ dracma) com representação de Isis Pelagia e do farol de Alexandria (RPC 13598).

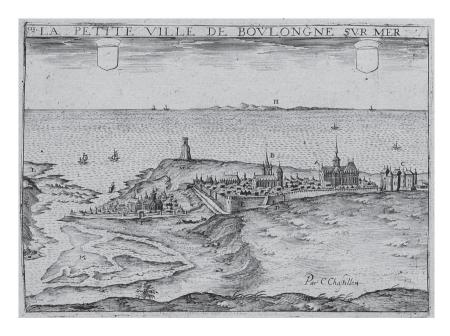


Fig. 3 – Gravura de Claude Châtillon, na Topographie Françoise, mostrando a Tour d'Ordre na falésia e a topografia geral de Boulogne-sur-Mer no início do século XVII (Boissevin 1655 32. INHA).

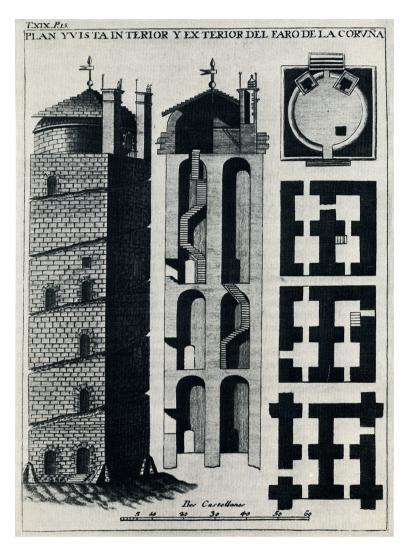


Fig. 4 – O farol da Corunha (Torre de Hércules) segundo uma gravura anónima, posterior a 1685, inserida na España Sagrada (Florez 1765 15).



Fig. 5 – Representação do topo de um farol, com o braseiro ao ar livre, num mosaico do chamado Fórum das Corporações, em Óstia.

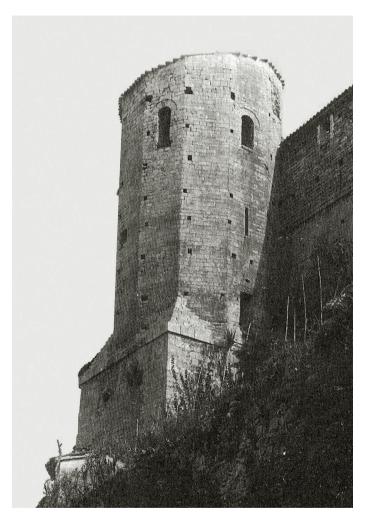


Fig. 6 – Torre da muralha de Hispellum (Spello), na Itália, com um corpo poligonal sobre uma base quadrada (final do século I a.C.).

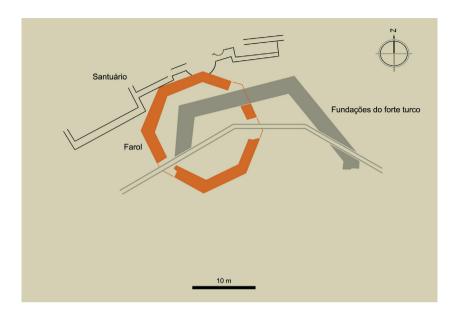
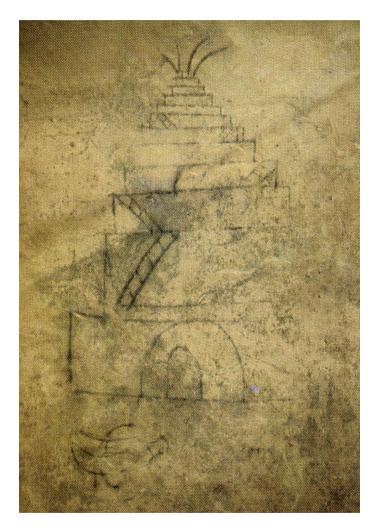


Fig. 7 – Ruínas do farol octogonal de Caesarea (Cherchel), cobertas pelos restos de um forte turco e de instalações do farol moderno (apud Lassus).



Fig. 8 – Fortificação no Monte Hacho (Ceuta), dominada por uma grande torre, segundo o Atlas de Teixeira Albernaz (Teixeira 1634 fl. 60. ONB).



 $Fig.~9-\textit{Grafito romano de C\'adis representando um farol monumental (apud \textit{Ar\'evalo Gonz\'al\'ez)}.$



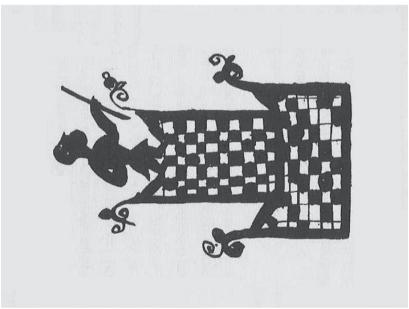


Fig. 10 – Desenho do século XVI figurando o farol de Cádis (Árabe ms. 2168 fl.17. BNF) e grafito (apud Bernal Casasola) representando o mesmo edificio.

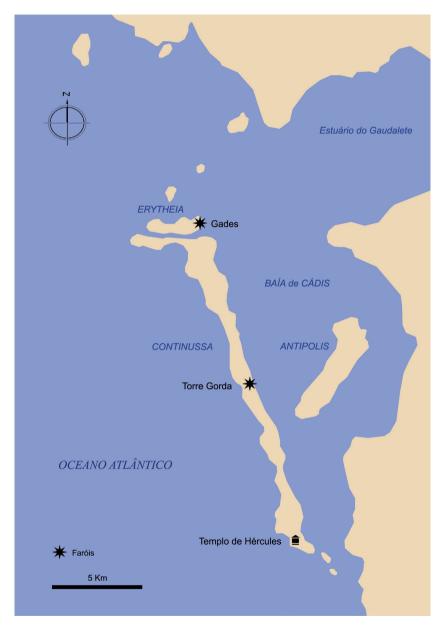


Fig. 11-A cidade de Gades e as suas cercanias com a localização provável do templo de Hércules e do farol oceânico em Torregorda.



Fig. 12 – O sítio de Chipiona, onde provavelmente se levantou o farol de Cepião (apud L. Menanteau).

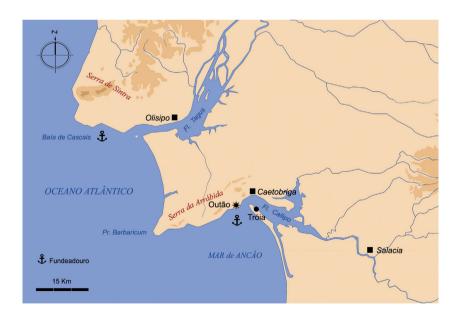


Fig. 13 – A região dos estuários do Sado e do Tejo com indicação do farol romano no Outão.



Fig. 14 – O Alto do Moinho, na Berlenga, local dos restos do farol romano (foto Jacinta Bugalhão).

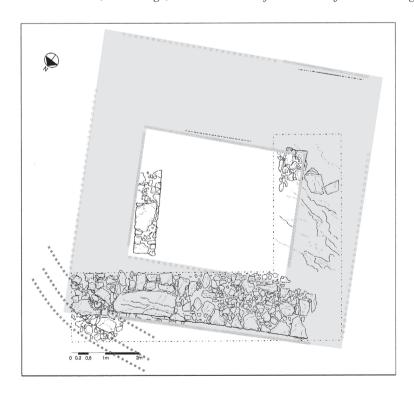


Fig. 15 – Planta dos vestígios do farol da Berlenga (apud Jacinta Bugalhão e Sandra Lourenço).

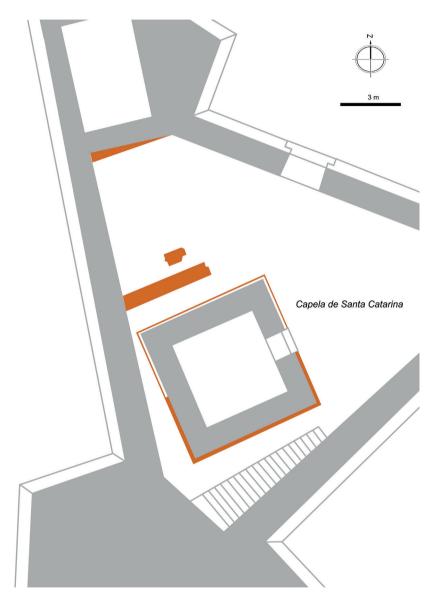


Fig. 16 – Estruturas romanas no forte de Santa Catarina, vestígios do possível farol da Figueira da Foz (adaptado de Pedro Roquinho).

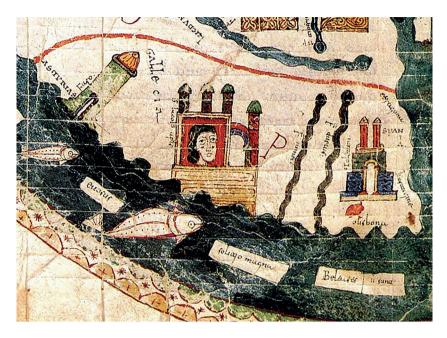
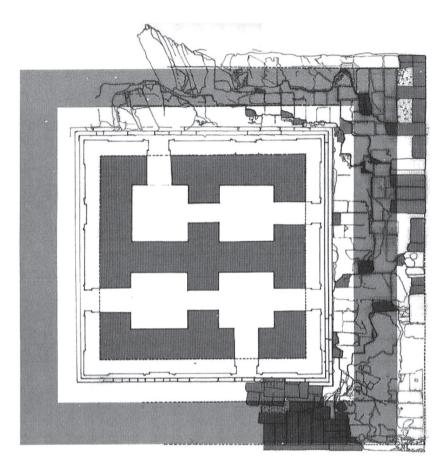


Fig. 17 – Pormenor de cópia do mapa do Beato de Liébana, mostrando o farol da Corunha com a cúpula da lanterna (Museu da Catedral de Burgo de Osma).



Fig. 18 – Meio tornês de D. Fernando, cunhado na Corunha, com uma excelente representação do farol (apud Centeno).



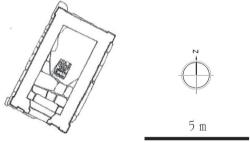


Fig. 19 – Planta das estruturas fundacionais da Torre de Hércules, destacando-se os restos do muro envolvente (adaptado de Latorre e Zoreda).



Fig. 20 – Aspecto do farol romano da Corunha após os trabalhos de valorização nos finais do século passado.



Fig. 21 – Elemento pétreo do sistema de iluminação da lanterna do farol romano da Corunha (foto Durán Fuentes).

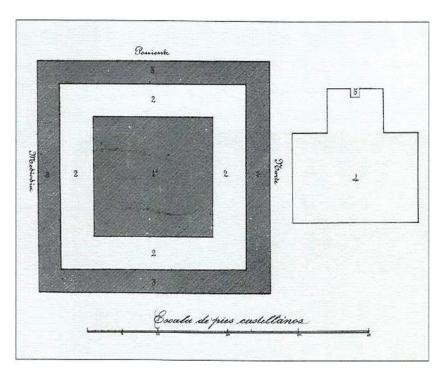
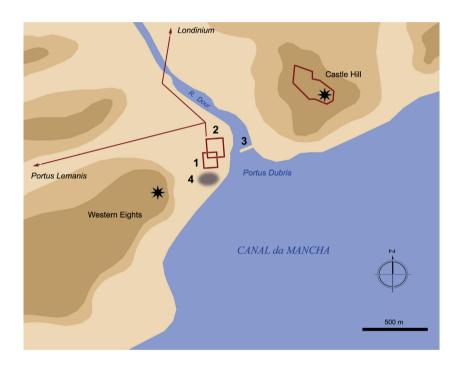


Fig. 22 – Planta das ruínas romanas de Campa Torres, levantada em 1783 (apud Fernández Ochoa e Morillo).



1. Forte da Classis Britannica 2. Forte do Litus Saxonicum 3. Molhe 4. Necrópole ★ Faróis

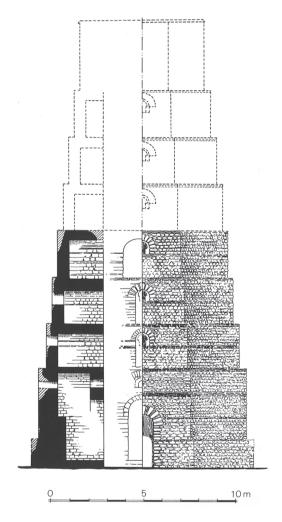
Fig. 23 – Mapa de Portus Dubris (Dover), mostrando a localização dos dois faróis e dos campos militares.



Fig. 24 – Vista do interior romano do farol oriental de Dover (foto Philip Openshaw).



Fig. 25 – Estado actual do farol romano, junto à igreja de St. Mary in Castro no Castelo de Dover.



 $Fig.\ 26-Reconstitui{\it ção}\ do\ farol\ oriental\ de\ Dover\ segundo\ proposta\ de\ Mortimer\ Wheeler.$



Fig. 27 – Postal de inícios do século XX mostrando os vestígios de um dos fortes ingleses da Tour d'Ordre, a praia e a barra de La Liane (foto LDB).

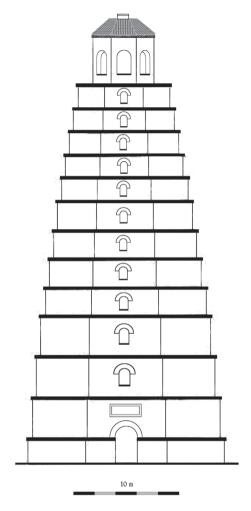


Fig. 28 – Proposta de reconstituição do farol romano da Tour d'Ordre, parcialmente apoiada na iconografia do monumento produzida nos séculos XVI e XVII.

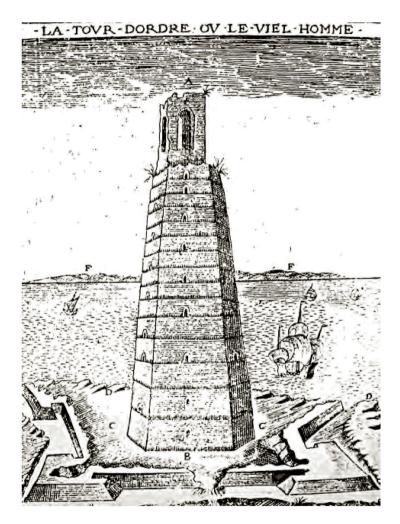


Fig. 29 – *Gravura de Claude Châtillon, na* Topographie Françoise, *de início do século XVII, representando a* Tour d'Ordre *com perfil tronco-piramidal (Boissevin 1655 94. INHA).*

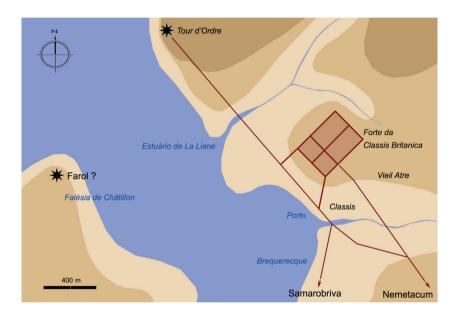
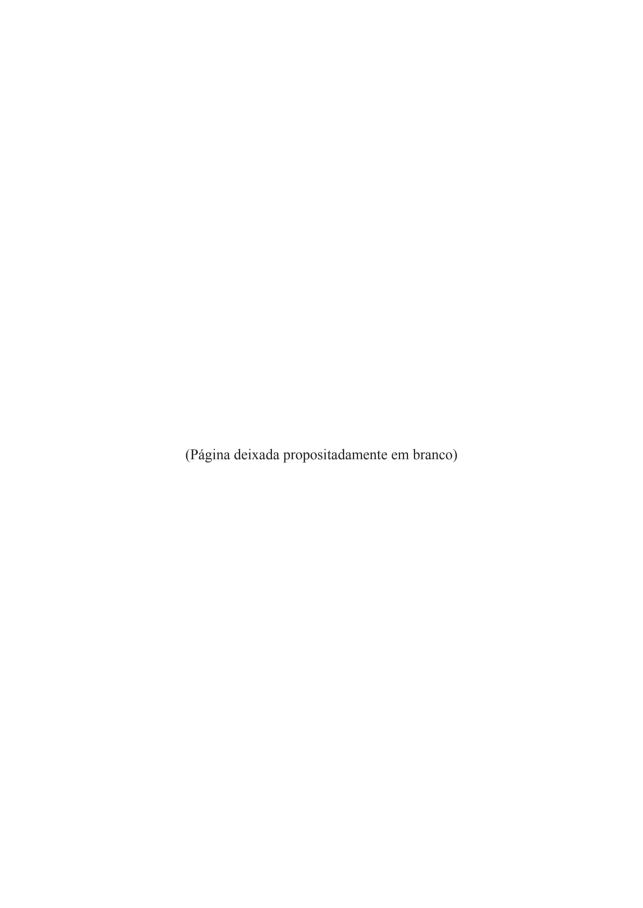


Fig. 30 – O porto de Gesoriacum-Bononia, base da Classis Britannica e principal local de travessia do Canal da Mancha.



RICARDO DE MORAIS SARMENTO

Dep. Cultura e Património, Câmara de Évora
12rsarmento@gmail.com

https://orcid.org/0000-0002-2908-4821

AZULEJOS SEVILHANOS INÉDITOS DO PAÇO REAL DE ÉVORA

UNKNOW SEVILLIAN TILES FROM THE ROYAL PALACE OF ÉVORA "Conimbriga" LX (2021) p. 247-287

http://doi.org/10.14195/1647-8657_60_6

Texto recebido em / Text submitted on: 24/02/2020 Texto aprovado em / Text approved on: 04/05/2021

Resumo:

Apresenta-se um conjunto de azulejos sevilhanos do antigo Paço Real em Évora, exumados aquando de uma intervenção de acompanhamento no largo 1º de Maio, situado nesta cidade. Pretende-se, com este estudo, enquadrar o contexto histórico em que se inserem, bem como explicar de que modo estavam aplicados, que padrões formavam, a sua origem e produção e, finalmente, analisar as relações decorativas que estabelecem com outros padrões já conhecidos.

PALAVRAS-CHAVE: Azulejo; Évora; Sevilha; Corda-seca; Paço Real.

ABSTRACT: A set of sevillian tiles pf the Royal Palace in Évora, exhumed during a follow-up intervention in the 1° de Maio (1st of May), located in this city. This study aims to frame the historical context in which they are inserted, as well as to explain how they were applied, what patterns formed, their origin and production and,

Conimbriga, 60 (2021) 247-287

finally, to analyze the decorative relationships they establish with other known patterns.

KEYWORDS: Tile; Évora; Sevilla; Dry Rope; Royal Palace.

AZULEJOS SEVILHANOS INÉDITOS DO PAÇO REAL DE ÉVORA

1. Introdução e metodologia

No âmbito de uma intervenção arqueológica levada a cabo no Largo 1º de Maio, em Évora, na zona dantes ocupada pelo Paço Real, foram identificados um pequeno conjunto de estruturas e um vasto conjunto de materiais (Fig. 1)¹. Apesar de se ter constatado estarmos perante, nas primeiras camadas estratigráficas, terras descontextualizadas, compostas por entulhos provenientes de várias partes da cidade, aos 60 cm de profundidade, foi identificada uma camada selada [4], contendo apenas material arqueológico dos finais do século XV e do início do século XVI².

Procedeu-se então à recolha de fragmentos de faiança, de cerâmica comum de contenção, de vidros e de materiais de construção, na sua grande maioria tijoleiras para assentamento em pavimento. No entanto, os materiais que mais se destacaram correspondem a um conjunto vasto de fragmentos de azulejos, constituindo estes o objecto de estudo do presente artigo. Na mesma cota, foram retiradas duas colunas em mármore branco de Estremoz, peças que evidenciam um excelente estado de conservação. Merece destaque o modo como estas se encontravam dispostas, deitadas perfeitamente na horizontal, à mesma cota, e com

¹ Na região sul da cidade de Évora, entre a Igreja de São Francisco e o Palácio D. Manuel, encontra-se o Largo 1º de Maio, onde, nos dias 4 e 5 de Abril de 2019, se realizou um acompanhamento arqueológico frente à casa com o número 2 de polícia, com as coordenadas: 38,568249, -7,908761. Essa intervenção tinha como objectivo a abertura de uma vala para prover os necessários sistemas de canalização a uma casa onde decorriam trabalhos de reabilitação.

² Esta camada [4] é caracterizada por uma terra escura e muito compacta, na qual, foram identificadas as fundações de duas paredes.

um alinhamento muito semelhante, o que indicia que foram ali depositadas propositadamente, não tendo sofrido movimentação ulterior.

O presente estudo pretende entender a cronologia subjacente a estes azuleios, debrucando-se igualmente sobre possíveis relações decorativas e ainda sobre a forma como os mesmos estão associados ao Paco Real de Évora. Para que esta análise seja o mais completa possível, foram estudadas as cinco intervenções arqueológicas que se realizaram nos últimos 20 anos, na zona de implantação do Paço Real (Largo 1º de Maio, Jardim Público e Mata de Évora). De entre elas apenas duas revelaram azulejos extremamente similares ao objecto de estudo. A primeira ocorreu em 2007, tendo incidido sobre os espaços correspondentes ao Jardim Público e à Mata de Évora. No âmbito desta acção interventiva, foram exumados dez fragmentos de azulejo, originariamente compreendidos entre os séculos XV e XVII. Deste conjunto, foi recolhido um em corda-seca e um pintado a azul, ambos exactamente iguais aos descobertos no Largo 1º de Maio. Foi ainda encontrado um azulejo pintado a negro, que, pelas suas características morfológicas e dimensões, estará também associado ao objecto de estudo do presente trabalho. Perante tais similitudes, os três azulejos em causa foram incluídos nesta investigação³. Na recente obra de requalificação da "Galeria das Damas", realizada em 2019, fez-se um acompanhamento arqueológico sob as arcadas. Esta intervenção permitiu detectar uma camada de entulhos, a partir da qual foi possível proceder à exumação de um conjunto de cinco fragmentos de azulejos monocolores, pintados a azul, branco e verde⁴.

³ Realizada pela ArkeoHabilis, foi desenvolvido um conjunto de 20 sondagens de diagnóstico, cinco valas mecânicas e 10 sondagens verticais. Este projecto foi realizado no âmbito do programa de Recuperação do Jardim, levado a cabo pelo Departamento do Centro Histórico. O fragmento de azulejo agora estudado foi recolhido da Vala 4, localizada perto da zona do quiosque, e com as coordenadas de 38,567702, -7,908777. Um especial agradecimento à arqueóloga Carla Isabel Dias, coordenadora da intervenção e que gentilmente cedeu este azulejo para o presente estudo.

⁴ Sob a coordenação do arqueólogo Gonçalo Lopes, foi descoberta uma camada constituída por restos de materiais de construção, faianças e cerâmica comum de contenção, sendo esta intervenção localizada em 38,567941, -7,909264. Um especial agradecimento pelo facto de gentilmente ter cedido estes exemplares para o presente estudo.

Para se proceder ao estudo destes materiais optou-se por começar com uma contextualização histórica, arquitectónica e urbanística da cidade de Évora na transição do século XV para o XVI, havendo posteriormente um foco nas várias fases construtivas do Paço Real e do Mosteiro de São Francisco.

Na fase seguinte, elaborou-se um estudo sobre os azulejos encontrados, constituindo objecto de abordagem a forma, o desenho, a pigmentação e as pastas. Os padrões estão organizados segundo a sua quantificação e, para efeitos de descrição, foi atribuído um nome resumido às características básicas de cada padrão, de forma a facilitar a respectiva associação nos capítulos posteriores. De forma a clarificar a leitura e a descrição dos padrões, todos eles encontram representação nas figuras 3, 4, 5, 6, 7 e 8, sendo identificados pelo respectivo nome.

Posteriormente, optou-se por estabelecer uma comparação entre os padrões encontrados e outros identificados para que se entenda em que contexto foram aqueles produzidos, bem como para que se conheçam possíveis relações decorativas e simbólicas. Nesta fase, e para se obter um estudo o mais detalhado possível, realizou-se uma pesquisa tanto por azulejos que se relacionassem com estes, como por frescos que evidenciassem os mesmos elementos geométricos e decorativos. Com vista a uma melhor organização da informação, a ordem dos padrões apresentados seguiu a mesma organização do capítulo anterior.

Com base nas conclusões até aqui obtidas, procedeu-se a uma abordagem ao tema da cronologia. Utilizando algumas das características morfológicas e decorativas do caso de estudo, assim como a cronologia de algumas aplicações de azulejos contemporâneas, foi desenvolvida, numa primeira fase, uma comparação com outros exemplares aplicados em Portugal e, numa segunda fase, uma comparação com as várias campanhas construtivas do Paço Real. Esta abordagem pretende relacionar todas as informações que possam ajudar a criar uma janela temporal o mais próxima possível da data de aplicação destes azulejos.

Numa última fase, é abordada e desenvolvida a possibilidade de a autoria destes azulejos ser do importante ceramista Fernán Martinez Guijarro, autor de várias obras realizadas a pedido dos Reis Católicos de Espanha (Gestoso, 1903: 148). Para se estudar e fundamentar esta possibilidade, em primeiro lugar, são analisados vários azulejos da sua autoria, procurando entender-se um pouco da sua técnica, bem como

características artísticas. De seguida, é feita uma comparação entre essas conclusões e o objecto de estudo a fim de se inferir acerca de uma possível relação entre ambos.

2. Paço Real de Évora: contextualização histórica e arquitectónica

No período tardo-medieval, a cidade de Évora delimitou o seu perímetro urbano através de uma muralha, designada por "cerca nova", erguida entre 1345 e 1353. Esta cerca, a segunda mais extensa do país depois da de Lisboa, demarcou uma nova área urbana englobando as cercas monásticas de São Francisco e São Domingos (Branco, 2002: 12). Ao longo do tempo, os espaços vazios foram preenchidos por várias fundações religiosas, nomeadamente as do Monte Calvário e de Santa Mónica (URBANO, 2007: 39). Ao mesmo tempo os vários arrabaldes (Cogulos, São Mamede, Castelos, São Francisco, Chãos Domingueiros) foram-se consolidando numa polarização radial que acabou por caracterizar o urbanismo da cidade (Branco, 2002: 10). Durante este processo vários foram os organismos que, progressivamente, contribuíram para a construção destes novos espaços: inicialmente, as ordens militares, posteriormente, as ordens religiosas e, finalmente, o Rei (BEIRANTE, 1988: 145). Com o acentuado crescente demográfico que se verificou na cidade, durante os séculos XIV e XV, começou a fazer-se sentir a necessidade cada vez maior de melhoria da qualidade de vida tanto nas habitações como nos espaços públicos. Para tal, em meados do século XV, tiveram início os primeiros nivelamentos de ruas e praças, bem como as primeiras campanhas para calcetar as principais vias da cidade (BEIRANTE, 1988: 148). Entretanto, no início do século XVI, a cidade ganhou uma nova dinâmica urbana com a extinção da Mouraria e da Judiaria e com a consequente fixação de grandes casas burguesas e senhoriais nessas "vilas novas" (MORENA, MARIA, 2005: 56).

A urbe atingiu o seu apogeu económico, social e artístico a partir do final do século XV e praticamente durante todo o século seguinte (CAETANO, 2002: 53). Um factor determinante para esta realidade foi a presença assídua da corte, o que levou à fixação da nobreza cortesã na cidade (BRANCO, 2002: 15). Acresceu a esta dinâmica urbana o próprio estatuto eclesiástico de Évora, pois não só o bispado eborense era, à época, um dos mais rendosos do país como também o seu governo foi

entregue a dois filhos de D. Manuel I e, portanto, irmãos de D. João III: os Infantes D. Afonso e D. Henrique, este o primeiro arcebispo de Évora (BILOU, 2016: 157-165).

Nesta época, foram construídos importantes edificios e equipamentos, de entre os quais se destacam o Aqueduto da Água de Prata (1533-39), a Igreja da Graça (1536-1545), a Universidade de Évora (1559) e, em fases sucessivas, o Paço Real, que se tornou um dos maiores conjuntos palatinos da Coroa portuguesa, de acordo, aliás, com o estatuto da própria cidade (ESPANCA, 1966: 183).

As primeiras referências à construção de dependências régias anexas ao mosteiro de São Francisco remontam a 1387. Devem-se a D. João I, que mandou construir "de duas câmaras com trascâmara e privada junto do convento, além de murar um ferragial e horta e plantar laranjeiras" (VAL-FLORES, 2009: 51). Não obstante das estadias documentadas de D. Afonso V, foi seu filho, D. João II, quem mais investiu na monumentalidade do paço real eborense, desde logo por ocasião dos desposórios de D. Afonso com D. Isabel, em 1490. Este acontecimento revestia-se de amplo interesse tanto para a coroa portuguesa como para a de Castela e Aragão, porquanto seria uma forma de estabelecer paz duradoura na Península Ibérica, condição *sine qua non* para a continuação do investimento nos Descobrimentos (Serrão, 2005: 13-30).

Foi nesta ocasião que se assistiu à construção do conhecido pavilhão de madeira ricamente decorado, bem como várias dependências e ainda à ocupação definitiva de diversos espaços pré-existentes, nomeadamente a Sala de Estudos (Espanca, 1966: 183). Dois anos volvidos, foi aprovada uma grande obra de readaptação não só dos espaços senhoriais, mas também dos espaços religiosos. Para esta construção foram cedidas a D. João II as zonas que já tinham sido previamente ocupadas, ainda que de forma efémera, por D. Fernando e outros espaços do mosteiro (Beirante, 1988: 121). Esta intervenção, segundo algumas descrições, consistiu numa grande obra, na qual se destacaram espaços como a Sala das Embaixadas (Espanca, 1966: 184).

A época áurea do Paço coincide com os reinados de D. Manuel I e D. João III. Foram seus responsáveis técnicos Martim Lourenço, mestre-pedreiro, e Lourenço Gonçalves, carpinteiro-mor, a que se juntou, no início de 1525, Diogo de Arruda. Nesta ampliação monumental do edifício, sabemos que nada foi feito sem o gosto e o assentimento dos monarcas (BILOU, 2004: 118).

3. Campanhas decorativas azulejares associadas ao Paço Real de Évora

A partir de 1834, e fruto do decreto de extinção das Ordens Religiosas, o Mosteiro de São Francisco e o Paço Real sofreram várias demolições, tendo as mais significativas começado em 1845 e terminado em 1892 e resultado numa destruição quase completa deste conjunto (Espanca, 1966: 184). Considerando esta situação, são praticamente nulas as informações relativas à azulejaria que decorava aqueles espacos. Face à inexistência total de fontes escritas sobre o tema, a referência mais antiga a que se tem acesso é uma fotografia da fachada da Igreia de São Francisco, captada no momento da demolição do mosteiro, onde se pode ver, no lado direito da imagem representada, um espaço que tinha um rodapé em azulejos enxaquetados, azuis e brancos ou verdes e brancos (Fig. 2)5. A qualidade da fotografia permite identificar o padrão utilizado, sendo este igual ao do Convento de Nossa Senhora da Conceição, em Beja, e ao da Igreja de São Bento do Mato, na Azaruja, entre outros (Simões, 1969: Est. XXXIV). Na mesma foto, e numa sala que se localizava à esquerda do espaço anteriormente referido, é possível perceber a existência de um outro rodapé de azulejos, desta feita ortogonalmente colocados. O facto de a porta em mármore pertencer ao século XVIII e de os azulejos estarem alinhados com ela poderá indiciar tratar-se de um painel figurativo do mesmo século. É de referir que ainda se conserva, no Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo, em Évora, um pequeno conjunto de exemplares. Numa das salas deste espaço museológico, existe uma janela manuelina em dupla ferradura que, na soleira, tem embutidas oito losetas. Este conjunto é proveniente do Convento de São Francisco, foi reaproveitado aquando da sua demolição e encontrava-se originalmente na fachada virada para a actual Rua da República, sendo igual a alguns agora encontrados⁶.

⁵ Fonte: Arquivo fotográfico CME; Cota: PEPP0015.

⁶ Na própria descrição da peça está escrito: "Esta janela é proveniente dos Paços Reais de São Francisco, e situava-se, segundo Câmara Manuel "no topo Oriental do corredor da ala Sul do convento (...) ocupado por celas". Foi transferida para a Biblioteca Pública na sequência das demolições realizadas pelo Dr. Francisco Barahona na última década do século XIX (Manoel, 1896:303). Segundo António Barata (1903:76) era conhecida como a janela "da Rainha" na parte que olhava a

Já na segunda metade do século XX, no âmbito do seu estudo sobre azulejaria em Portugal, Santos Simões passou por Évora e foi informado da existência, no Palácio D. Manuel, de azulejos semelhantes a exemplares existentes no Palácio de Sintra. Na óptica deste estudioso, estes azulejos, seriam "extremamente raros, provavelmente dos mais antigos desta técnica que se encontram em Portugal" (Simões, 1969: 60). Infelizmente, não lhe foi possível observar esses azulejos, pois, como referiu: "Tivemos conhecimento da existência, em Évora, de azulejos de modelo e dimensões semelhantes. Foram encontrados aquando das obras do «Palácio de D. Manuel» e, segundo nos informaram, estavam num pavimento. Não os lográmos ver, pois, ao que nos disseram... haviam sido roubados dias antes!" (Simões, 1969: 61). Perante isto, levanta-se a questão de saber se estes azulejos seriam iguais aos agora encontrados.

Analisando agora os azulejos que actualmente se encontram conservados na Igreja de São Francisco, pese embora o facto de existir um vasto conjunto dos séculos XVII e XVIII, citar-se-ão apenas os anteriores à técnica de majólica. Neste âmbito, importa lembrar que os únicos exemplares que se conservam in situ formam um pequeno conjunto de azulejos de aresta na sacristia, que se supõe serem anteriores a 1530 (Simões, 1969: 71). Trata-se de um padrão muito raro e que contém um elemento decorativo mudéjar (rosácea geométrica) ao centro e uma decoração renascentista e fitomórfica ao seu redor (MECO, 2002: 57-58). É possível encontrar um conjunto em aresta, com um padrão bastante semelhante aos descritos, na "Casa de Pilatos", em Sevilha, datado de 1536-1538 (Sancho Corbacho, 1953: 76). Lamentavelmente, não restam mais exemplares conservados, facto que não indicia, todavia, a escassa utilização do azulejo neste complexo arquitectónico. É, de resto, provável que o mesmo tenha disposto de um vasto conjunto de azulejos sevilhanos mudéjares, tanto em aplicação parietal, como em pavimento (MECO, 2002: 57).

Oriente para a rua chamada do Paço, no princípio do século XX, do Marquês de Pombal, e hoje da República".

4. Tipologias de desenhos

Com a realização da intervenção no Largo 1º de Maio, foram recolhidos um total de 221 fragmentos de azulejo. Este grupo divide-se em três categorias, nomeadamente azulejos monocromáticos (150 exemplares), azulejos em técnica de corda-seca (66 exemplares) e finalmente as losetas em aresta (cinco exemplares).

Começando pelos azulejos monocromáticos, todos eles estão representados na figura 3. O conjunto mais representado compreende os que apresentam coloração azul, tendo sido recolhidos 90 elementos. A dimensão é de 188 mm de lado e 20 mm de espessura. A chacota apresenta uma pasta tendencialmente clara, sendo que, nalguns exemplares, adquire uma cor rosada e incorpora na sua composição muitos elementos não plásticos⁷. A pasta é bastante porosa e apresenta algumas "fendas" interiores, originadas no processo de cozedura. Relativamente ao estado de conservação, muitos dos azulejos monocromáticos apresentam desgaste que varia de pequenas falhas a perda total do vidrado à superficie. Atendendo a esta característica, é possível supor que o seu local de utilização fosse o pavimento e não as paredes. Este facto afasta a possibilidade de estas peças terem estado associadas a um painel enxaquetado. Foram identificados alguns azulejos que teriam forma quadrangular e outros, triangular. Quanto à forma como estavam aplicados, podiam surgir intercalados com os azulejos de corda-seca ou constituir parte integrante de um pavimento completamente distinto, funcionando, neste caso, de modo totalmente independente. Estes azulejos podiam, inclusivamente, estar relacionados com as várias lajes cerâmicas não vidradas que foram encontradas. Infelizmente, para já, não dispomos de dados suficientes que permitam indicar qual destas possibilidades será a mais plausível.

Na intervenção ocorrida naquele espaço público da cidade de Évora, foi ainda recolhido um fragmento que exibe uma coloração a negro, apresentando uma dimensão mais reduzida do que os azuis, ou seja, com 150 mm de comprimento e 50 mm de largura, mas tendo a mesma espessura.

⁷ Num recente estudo elaborado por João Mimoso e Silvia Pereira, ao fazerem a análise química a um conjunto de azulejos sevilhanos, cronologicamente balizados entre o final do século XV e a primeira metade do século XVI, concluíram que os componentes mais comuns presentes neste tipo de chacotas são a Sílica, Cálcio e o Potássio (Mimoso, Pereira, 2019: 41)

Foram, igualmente, recolhidos 40 elementos pertencentes a losetas monocolores, tendo sido descobertos exemplares melados, verdes, azuis, pretos e um conjunto de elementos que, devido ao desgaste, não possuem qualquer elemento vítreo. Todas estas peças apresentam as mesmas dimensões, ou seja, 94 mm de aresta, o que representa exactamente metade do comprimento dos azulejos anteriormente referidos⁸. A espessura varia entre os 15 e os 17 mm, sendo os elementos de pasta clara tendencialmente mais finos. A aresta apresenta uma inclinação entre os 70° e os 79°, mas frise-se que, em muitos casos, se conservam ainda vestígios da utilização da espátula para regularização da chacota.

As losetas meladas são as mais numerosas (14, no total). Apresentam muitas imperfeições e pouco cuidado no seu método de fabrico: exibem chacotas irregulares, sendo mais espessas de um lado do que do outro, e há registo, inclusivamente, de dois casos em que a peça está torcida. Relativamente à aplicação do vidrado, também aqui são visíveis diversas imperfeições. Há, por fim, uma característica que não se verifica em mais nenhum grupo: nos exemplares que estão inteiros, é possível constatar que existe uma, e só uma, aresta, que está completamente pintada.

O grupo das losetas pintadas a verde é o que apresenta maior variação. Foram recolhidos dez fragmentos; seis deles apresentam as mesmas características do que as do grupo melado, com a diferença de não evidenciarem tantos defeitos de fabrico. Dois dos elementos mais interessantes compõem um par de losetas triangulares, já muito gastas, que têm, precisamente, a mesma dimensão de algumas conservadas na moldura central do pavimento do quarto de D. Afonso VI. Santos Simões faz referência às suas dimensões ao afirmar: "encontrando-se igualmente losetas triangulares de 88 milímetros de aresta" (SIMÕES, 1969: 59). Foi ainda recolhida uma loseta, quase inteira, que é completamente diferente de todas as outras. A pigmentação ocorre num verde escuro e baço, a chacota é vermelha com uma tonalidade ferrosa e contendo muito quart-

⁸ À excepção do pavimento do quarto de D. Afonso VI, não se encontraram outros paralelos de losetas monocolores com estas dimensões em Portugal, no entanto, na igreja de San Domenico em Taggia, Itália, existe um pavimento de losetas com exactamente estas dimensões. A capela em que estão aplicados começou a ser construída nos últimos anos da década de 70 do século XV e foi consagrada em 1490, o que fornece uma baliza cronológica para estes exemplares (CAPELLI, GARCÍA PORRAS, RAMAGLI, 2005: 126).

zo na sua composição. O próprio perfil deste elemento é diferente, tendo as suas arestas chanfradas, embora as dimensões sejam iguais às dos anteriormente referidos. Sendo este o único azulejo com tais características, e sendo tão díspar em relação a todos os outros, não é possível, por ora, entender o seu contexto e relação com os demais.

No grupo das losetas azuis, foram recolhidos quatro exemplares, dois dos quais praticamente inteiros. É de notar que apresentam as características morfológicas já anteriormente descritas.

O conjunto de losetas pintadas a negro é reduzido e, dos cinco fragmentos detectados, três estão tão gastos que conservam apenas um pequeno escorrimento lateral. Outro elemento é mais interessante e expressivo: trata-se de uma loseta inteira e bem conservada, não apresentando desgaste de utilização na superfície. Estamos em presença de uma peça diferente das demais pelas suas características morfológicas, desde logo porque tem uma espessura de 20 mm, bastante superior às restantes. Foi ainda recolhido um quinto fragmento que apresenta características semelhantes ao anterior, mas com formato triangular.

Foram também encontrados oito exemplares de azulejo de canto vidrados a verde, em que uma das faces se apresenta muito desgastada. Considerando que o desgaste ocorre sempre no mesmo lado e é muito homogéneo, é possível que estes exemplares tenham pertencido a uma escadaria.

Existe um fragmento cujo acentuado desgaste torna imperceptível a sua decoração; apresenta, ainda assim, no lado posterior, um pequeno desenho a manganês que aparenta ter um motivo zoomórfico (figura 3).

O conjunto de fragmentos em técnica de corda-seca encontra-se distribuído por três padrões decorativos e denota algumas variações cromáticas. A chacota apresenta as mesmas cores e características dos azulejos monocromáticos azuis, tendo todos eles, inclusive, a mesma dimensão: 188 mm de lado. Atendendo a que também exibem os mesmos sinais de desgaste, não se deve afastar totalmente a hipótese de estarem muito próximos cronologicamente e de, eventualmente, terem sido aplicados na mesma empreitada.

O padrão ortogonal foi registado em 21 fragmentos (Fig. 4). É composto por uma grelha ortogonal, que se cruza com outra na diagonal, sendo a ligação entre ambas feita por laçarias. As cores utilizadas são o preto, o azul, o verde e o melado, com duas variantes na sua aplicação: em 12 fragmentos, a grelha horizontal é preenchida a azul e a diagonal a preto, noutros três, verifica-se o contrário. Os restantes qua-

tro fragmentos, ou estão demasiado gastos, ou são demasiado pequenos para se identificar a paleta cromática. Outro aspecto interessante é a forma como estes fragmentos foram aplicados: a grande maioria apresenta configuração quadrangular, existindo, todavia, cinco fragmentos que estão cortados pela diagonal, apresentando um formato triangular.

No grupo das rosáceas, ocorrem dois padrões diferentes. O primeiro tem representada uma estrela de 16 pontas, pintada a melado; a partir dela, nascem 16 pétalas que formam a rosácea central (Fig. 5). Em cada uma das extremidades, existe um conjunto de quatro laçarias, preenchendo a totalidade da área, cujas cores alternam entre o melado, o preto e o verde-malaquite. Neste padrão, tal como no anterior, constata-se uma pequena variação na paleta de cores, sendo que seis fragmentos apresentam as pétalas preenchidas a preto e os restantes a azul. Se a maioria dos fragmentos foi aplicada em quadrado, três deles têm formato triangular, tendo o maior 265 mm de hipotenusa, o segundo 161 mm e, por fim, o mais pequeno 151 mm.

O segundo grupo de rosáceas é caracterizado por ter 12 pétalas, sendo também observável um desenho mais irregular, pois a transição desses elementos com as laçarias que preenchem as extremidades é mais variada e complexa. Terminando cada pétala de forma diferente, são observáveis situações de assimetria (Fig. 6). Note-se que uma característica muito particular desta decoração é a existência de uma moldura com faixa composta por estrelas de oito pontas pintadas a melado e espaços intermédios pintados a azul. Foi registada uma pequena diferença decorativa em três fragmentos, dado que estes apresentam uma linha branca que fecha o desenho sobre si mesmo, impedindo assim a ligação das laçarias com os azulejos que estivessem à sua volta. Quanto à forma, foi apenas colhido um exemplar cortado em formato triangular.

No que concerne a losetas em técnica de corda-seca, foram recolhidos oito exemplares. As características da chacota são idênticas às das losetas anteriormente referidas, bem como a dimensão de 94 mm de aresta. Distinguem-se aqui dois subgrupos. Quatro destes elementos apresentam uma decoração com o padrão ortogonal previamente descrito, mas dividido em quatro partes, sendo que uma loseta representa uma dessas partes (Fig. 7 e 9). O segundo subgrupo apresenta uma decoração em laçarias, com dois centros de rotação que, quando dispostos em tapete, formariam uma estrela de oito pontas homogéneas na forma, mas com duas cores distintas alternadas (Fig. 8).

No seu conjunto, as losetas com técnica de aresta apresentam todas elas características morfológicas e dimensões equivalentes às das anteriores, estando também todas elas decoradas com o mesmo padrão. Essa decoração tem a particularidade de se tratar de uma composição sem laçarias, facto que se verifica apenas nestes exemplares. Um dos exemplares apresenta um "risco" na parte posterior. O mesmo parece ser intencional, tanto pela sua forma como pela regularidade de profundidade, sendo, contudo, difícil de interpretar.

5. Relações decorativas com outros modelos

Duas das grandes singularidades do conjunto agora estudado são a raridade dos padrões encontrados e as particularidades que os distinguem dos demais conhecidos.

O padrão ortogonal dá-nos a conhecer uma decoração bastante rara, cuja referência mais antiga não se encontra na azulejaria, mas sim em fresco. Foram registados dois locais onde se utilizou esta decoração: a Igreja de Nossa Senhora da Graça, em Santarém (exactamente com o mesmo padrão), e a Capela da Glória da Sé de Braga (com pequenas alterações), ambos datados do século XV (TRINDADE, 2007: FIG. 18 e 19).

O caso mais antigo, no campo da azulejaria, em que está registada esta decoração é o pavimento cerâmico do quarto do rei D. Afonso VI, em Sintra. Para se compreender em detalhe esta relação, começou-se por analisar as relações entre as dimensões dos azulejos. No caso de Sintra, a descrição de Santos Simões diz o seguinte: "Estes azulejos, onde predominam colocações verdes desmaiadas de vários tons, castanhos de manganês e amarelos, apresentam dimensões várias, havendo-os de 94, 106, 152, 176 e 188 milímetros de lado" (SIMÕES, 1969: 59). Ora, quer no caso do padrão ortogonal, quer no das rosáceas, ambos têm a dimensão de 188 mm de lado, o que corresponde precisamente aos maiores azulejos conservados no Palácio Nacional de Sintra9.

⁹ Antonio Sancho Corbacho faz referência a azulejos de maiores dimensões ao falar, sumariamente, da produção sevilhana ocorrida entre os finais do século XV e início do XVI: "Se fabricaban cuadrados y rectangulares, unos y otros de diversos tamaños. Entre los primeros los hay de 12,5, 13, 14, 15 y 17 centímetros de lado; estos últimos eran poco frecuentes y se utilizaban en frisos y plintos, conteniendo cada

Considerando o quão invulgares são azulejos com estas dimensões e ainda o facto de estes terem exactamente as mesmas dimensões, pressupõe-se alguma espécie de relação entre ambos, quer no plano cronológico, quer no da autoria. Abordando agora a relação decorativa entre ambos, para que melhor se possa entender a estrutura do pavimento de D. Afonso VI, foi elaborado um esquema da sua composição bem como dos padrões que o constituem (Fig. 10). A leitura deste esquema permite-nos perceber como o pavimento é composto por um conjunto de duas grandes "molduras" constituídas por azulejos de corda-seca de decoração mudéjar, intercalados com alicatados, comportando ao centro um tapete com nove azulejos com decoração gótica.

Conforme se encontra assinalado na figura 11, na "moldura" mais interna, existe, a cada canto, um conjunto de quatro azulejos que têm uma decoração praticamente igual à do padrão ortogonal. Começando pelas relações entre ambos os casos, temos, em primeiro lugar, a técnica. Assim, enquanto que, no caso de Sintra, os azulejos são em corda-seca não fendida, os exemplares encontrados em Évora são em corda-seca fendida (MECO, 2017: 141-149). Pese embora o facto de a primeira técnica ter surgido um pouco antes da segunda, tal factor não afasta cronologicamente as pecas de Sintra e as de Évora, já que, no Museu de Beja, existem exemplares que misturam ambas as técnicas, o que deixa supor que eram feitas simultaneamente (PLEGUEZUELO HERNÁNDEZ, 2020: 56). A segunda relação prende-se com a forma de composição; no caso de Sintra, existem 16 exemplares, que estão organizados segundo conjuntos de quatro, sendo rodeados por alicatados. Considerando que cada um destes azulejos corresponde a 1/4 do padrão ortogonal, é possível determinar que os exemplares de Évora correspondem, precisamente, a um conjunto de quatro dos de Sintra. Se a este facto se juntar a questão de que alguns deles ainda conservam a moldura branca, que os impede de serem colocados em tapete, e que, como tal, teriam de estar rodeados por um outro qualquer azulejo, a relação decorativa torna-se muito forte entre o caso de Sintra e os exemplares de Évora. Esta grande proximidade, tanto na técnica, como no desenho,

azulejo un motivo ornamental completo. El tamaño más usual era de 13 x 13, componiéndose el dibujo entre cuatro azulejos. Existían también algunos de mayor tamaño, 18 x 18, representando temas mudéjares de lacerías". Existe nesta descrição uma grande proximidade aos azulejos agora encontrados, o que poderá ser uma indicação para que a sua produção seja sevilhana (SANCHO CORBACHO, 1953: 18).

como ainda na forma de aplicação, levanta a hipótese de, entre as peças em causa, podermos estabelecer alguma relação cronológica ou até de autoria. A maior diferença que existe entre os casos reside no facto de, no de Sintra, existir uma série de elementos em alicatado, conforme estão assinalados na figura 12, enquanto que, no caso eborense, não foi encontrado qualquer elemento que apontasse nesse sentido.

Outro exemplo semelhante é o do frontal de altar da capela situada no piso térreo da "Casa de Pilatos", em Sevilha. Aqui, cada azulejo representa ¼ do padrão ortogonal. Estão dispostos em "tapete", preenchendo toda a zona frontal da mesa de altar, bem como um troço acima dela. Em termos decorativos, estes azulejos apresentam exactamente a mesma composição que os exemplares de Évora, não obstante o facto de, a nível cromático, apresentarem uma organização ligeiramente diferente¹o. Um elemento que não pode ser ignorado é a pigmentação: quer estes azulejos, quer os restantes que decoram a capela, colocam-nos perante uma pigmentação "verde-malaquite", o que não se verifica em nenhum outro azulejo de aresta presente no restante edifício¹¹¹. Esta pigmentação surge em quase todos os fragmentos de corda-seca agora exumados.

Com estes dois exemplos, Sintra e Sevilha, terminam os azulejos que utilizam exactamente a mesma decoração que o padrão ortogonal. Como tal, e para que o estudo possa ser o mais completo possível, optou-se também por considerar outros azulejos que utilizam a mesma composição geométrica em grelha. Incluem-se aqui aqueles que, apesar de manterem essa organização, registam alterações que acabam por

¹⁰ Sobre estes azulejos, em específico, a autora refere o seguinte: "La llamada Casa de Pilatos de Sevilla es el más importante conjunto de azulejería morisca. Una abigarrada epidermis policroma cubre la capilla, el patio, la escalera y la sala del Pretorio. Los azulejos pertenecen a tres técnicas distintas, la de cuerda seca, la de arista y la pintada. El frontal del altar de la capilla, con lacerías en cuerda seca, es el panel más arcaizante y prueba la vigencia de la temática musulmana en el siglo XVI" (MARTÍNEZ CAVIRÓ, 1991: 273). A grande campanha de azulejos de aresta, que decora quase todas as divisões do rés-de-chão, foi aplicada por Diego e Juan Polido em 1530, o que marca um periodo em que o gosto renascentista já estava perfeitamente implantado (PLEGUEZUELO HERNÁNDEZ, 2000: 250).

¹¹ No Museu Comarcal de Daimiel existe um único conjunto de azulejos que contem esta cor, é considerado o exemplar mais antigo de todo o acervo museológico, tendo apenas paralelos em algumas colecções privadas, estando datado de meados do século XV (PLEGUEZUELO HERNÁNDEZ, 2008: 32).

lhes conferir uma leitura visual bastante distinta (Fig. 13)¹². É o caso da Igreja de Santa Maria, em Abrantes, onde existem apenas três exemplares *in situ*, enquadrados na encomenda de 1503 (Simões, 1969: 67). No que se refere à composição, ela é praticamente a mesma, distinguindose apenas no facto de, neste caso, ser adicionada mais uma grelha horizontal e apresentar um desenho mais simples. Existe, inclusivamente, alguma similaridade na escolha de cores, como é o caso das estrelas de oito pontas, que se desenvolvem no cruzamento das diferentes grelhas e nas quais é utilizada a pigmentação melada.

Outro exemplo, um pouco mais tardio por se tratar de um azulejo em técnica de aresta, é uma loseta conservada na colecção do Museu Alberto Sampaio, em Guimarães. As dimensões são mais reduzidas, tendo 10,2 cm de aresta, mas o exemplar vimaranense mostra a mesma composição geométrica, sendo este ¼ do padrão ortogonal. Observam-se, ainda assim, pequenas variações na decoração: a grelha horizontal está repartida (para que, visualmente, sobressaiam as rosáceas negras de oito folhas) e o cruzamento da grelha oblíqua apresenta uma estrela de oito pontas, o que não se verifica nos exemplares de Évora. Segundo a análise de José Meco, há duas dúvidas que se colocam em torno desta loseta: a primeira é quanto à zona de produção, que tanto pode ter sido Sevilha como Toledo; a segunda é referente à cronologia, que se localizará entre os séculos XV e XVI, pelo que esta peça não difere significativamente do tipo em estudo no que diz respeito a este critério de análise¹³.

Já o conjunto exposto no Museu do Azulejo, com decoração em "dois centros de rotação", apresenta geometria muito semelhante aos exemplares eborenses, mas com uma leitura visual bastante distinta face à sua coloração¹⁴. Ainda que utilize uma composição geométrica praticamente igual ao padrão ortogonal, o referido conjunto tem como diferencial o facto de exibir laçarias com nós de Salomão adicionadas na grelha horizontal. Em termos cronológicos, terá sido produzido

¹² Fonte: Art Library Fundação Calouste Gulbenkian, Fotógrafo: Mário Novais (1899-1967), Cota: CFT003.35480.

¹³ MatrizNet, Ficha de Inventário nº: MAS A 46. Acedido em 04 de Setembro de 2019, em: http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=5617.

¹⁴ MatrizNet, Ficha de Inventário nº: MNAz 101 Az. Acedido em 4 de Setembro de 2019, em: http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=228382.

entre 1500 e 1520, o que o aproximaria dos exemplares de Évora, em estudo¹⁵. Um factor muito interessante no caso do conjunto em apreço é que, graças à paleta cromática nele aplicada, o mesmo ganha uma leitura visual bastante distinta, criando, assim, uma aproximação aos padrões com rosáceas¹⁶.

Relativamente à rosácea com 16 pétalas, quer em Portugal quer em Espanha, não foram encontrados, até à data, qualquer referência bibliográfica e tampouco qualquer exemplar em observação directa que se assemelhe a este padrão. É incontestável que tal ausência levanta dificuldades na área da investigação sobre a origem e a cronologia destas peças; traz, porém, a grande mais-valia de conferir a este conjunto um valor mais notável. Esta constatação sugere a possibilidade, que não deve ser ignorada, de se tratar de uma encomenda específica para este lugar, algo que, por ora, não é possível confirmar. Comparando a composição geométrica, há um paralelo que se destaca, novamente na Igreja de Santa Maria, em Abrantes, em cuja mesa de altar podemos encontrar um padrão com dois centros de rotação, consistindo em o principal numa rosácea com 16 pétalas pintadas a azul e o secundário numa rosácea pintada a preto. Para que melhor se entenda esta possível relação, há quatro factores que importa ter em conta: o primeiro é a composição com rosácea central, na qual as pétalas estão desenhadas da mesma forma que os exemplares eborenses; o segundo são os nós de Salomão, que se encontram no final de algumas pétalas; o terceiro é a organização cromática; já o quarto, talvez o mais curioso, é o pequeno losango que se forma ao centro das arestas laterais, característica mais rara neste tipo de azulejos (Fig. 14). Há, no entanto, uma diferença que não pode ser ignorada e que se verificou igualmente na comparação do modelo anterior: os exemplares de Évora têm um fabrico mais imperfeito e irregular do que os de Abrantes, tanto no desenho como na es-

¹⁵ Ficha número: MNAz 101 Az.

Na mesma página da Matriznet, consta uma descrição muito interessante sobre o tema: "Os motivos que decoram padrões deste tipo são igualmente empregues em cantaria, gesso, cerâmica tridimensional e nos tectos de madeira de arquitectura mudéjar de que é exemplo a Capela de D. Leonor, localizada no Claustro do antigo mosteiro da Madre de Deus, actual Museu Nacional do Azulejo". Seguindo precisamente esta lógica de pensamento, foi descoberto recentemente no jardim da cozinha do Palácio de Sintra, fragmentos de fresco datados de 1500 a 1520 com decoração desta tipologia.

pessura da própria linha. Apesar desta diferença técnica, tal não implica que tenham origens distintas, pois, segundo José Gestoso y Pérez, na passagem do século XV para o século. XVI, havia em Sevilha olarias a trabalhar em simultâneo com técnicas diferentes (GESTOSO, 1903: 189).

Já para os azulejos decorados com a rosácea de 12 pétalas, foi encontrado um exemplar exactamente igual, intacto, nas colecções do Museu Arqueológico do Carmo, em Lisboa, de proveniência desconhecida, mas que se supõe ter sido fabricado em Sevilha, com datação próxima de 1500. Considera-se que "esta dimensão e realização manual são características de algumas peças especiais, feitas por encomenda", o que reforça a hipótese aqui levantada (Arnaud, Fernandes, 2005: 503)¹⁷.

No actual Museu Arqueológico de Sines, existe um outro exemplar igual a este, cuja descrição refere que terá vindo da Sé Velha de Coimbra. Segundo José Meco, esta informação estaria errada, pois nunca observou nenhum exemplar semelhante no referido local. Já o autor Rui André Alves Trindade refere que este azulejo é originário de Évora, mais especificamente da Sé, pelo que se levanta a questão da relação que poderia ter com estes exemplares agora encontrados¹⁸.

Seguindo mais uma vez as indicações de José Meco, no Convento de Santa Maria de las Cuevas, em Sevilha, existe um conjunto de azulejos que, segundo o próprio, se assemelham às rosáceas agora encontradas¹⁹. Estes exemplares apresentam a mesma lógica decorativa, ou seja, são constituídos por uma rosácea com 12 pétalas pintadas a azul, que ocupa todo o espaço central, tendo em torno uma moldura com faixa composta por estrelas de quatro pontas pintadas a mela-

¹⁷ Sobre a origem deste azulejo, Manuel Evangelista refere que teria vindo do Paço Real da Ribeira de Muge, pois aquando da visita de Frazão Vasconcellos, em 1926, havia poucos exemplares conservados *in situ*, tendo levado consigo alguns exemplares para o Museu do Carmo, azulejos esses que teriam sido oferecidos por Manuel Francisco Fidalgo, que na época era o proprietário do Paço (EVANGELISTA, 2011).

¹⁸ O mesmo autor refere que este azulejo apresenta características diferentes dos "cânones a que estamos habituados" o que reforça a singularidade deste conjunto. Este azulejo levanta algumas possibilidades, desde o facto de se pertenceria originalmente à Sé, ou se faria parte das aplicações do Paço Real e mais tarde teria sido transferido para lá. (TRINDADE, 2007: 98).

¹⁹ Assinalar o imenso agradecimento ao Dr. José Meco pela disponibilidade, informação fornecida e ajuda prestada neste estudo.

do e espaços intermédios pintados a verde. Em termos morfológicos, este conjunto apresenta uma corda-seca muito manual e profundamente gravada na chacota. Tais exemplares denunciam uma imensa proximidade ao nível da decoração, da organização e até da forma de execução, traço que pode indiciar proximidade cronológica e mesmo partilha de autoria. A relação decorativa entre as rosáceas de 12 pétalas, o exemplar que se encontra conservado no Convento do Carmo, em Lisboa, e os azulejos do Convento de Santa Maria de las Cuevas pode ser observada na figura 15.

No tocante às losetas encontradas, regista-se a ocorrência de exemplares de corda-seca exactamente iguais — nos planos técnico e do desenho — na já referida janela manuelina que foi reaproveita-da aquando da demolição do Mosteiro de São Francisco. No que diz respeito aos exemplares de aresta, pese embora o facto de os sinais de desgaste impossibilitarem uma verificação precisa do padrão representado, mediante os escassos fragmentos de vidrado que se conservam, é possível supor que se tratava de um padrão registado, por observação directa, tanto na Sé Velha de Coimbra, como na Sala do Capítulo do Convento de Nossa Senhora da Conceição, em Beja, no Museu do Azulejo e ainda no Palácio Nacional de Sintra. O interessante neste caso é que o desenho bastante comum que o caracteriza, amplamente utilizado em Portugal e em Espanha, o torna distinto dos restantes fragmentos que formam este conjunto (CASIMIRO, SEQUEIRA, 2018: 243-253).

6. Estudo cronológico dos azulejos

Ao longo do século XV e com o crescente aumento do gosto pelas superfícies forradas a azulejo e pelos temas decorativos nelas explorados, a técnica de corda-seca rapidamente substituiu o alicatado pelo facto de ter uma produção mais rápida e mais barata (Gonçalves, 2019: 26). Considerando o vasto número de locais, em Espanha, que conservam azulejos de corda-seca *in situ*, bem como a documentação da época, é possível balizar cronologicamente este tipo de aplicações entre pelo menos, 1486 e 1502 (Pleguezuelo Hernández, 2020: 56). Com o aumento da popularidade do azulejo, verificou-se um aumento significativo de privados e comerciantes interessados na aquisição destas peças, o que criou um aumento da procura e, inevitavelmente, uma necessidade de simplificação da produção. Foi neste contexto social e económico que surgiu a técnica de aresta, solução que rapidamente substituiu, por completo, a técnica de corda-seca (Gonçalves, 2019: 30). No panorama nacional, surgiram então as primeiras tentativas de produção local. A primeira de que há registo, datada dos anos de 1507 a 1510, situava-se nas imediações do Palácio de Sintra, produzindo já azulejos em aresta (Gonçalves, 2017: 41). Um outro aspecto que não pode ser ignorado é o da mudança de gosto, que teve lugar nos primeiros anos do século XVI. Efectivamente, sabe-se que, em 1520, os temas renascentistas já estavam totalmente implantados, a julgar por aquilo que conhecemos da capela de Garcia de Resende, no Mosteiro do Espinheiro, em Évora, com o seu importante pavimento com azulejos de aresta (Goulão, 1986: 129-154).

Para ajudar a que se tenha uma ideia, ainda que de forma muito resumida e inevitavelmente incompleta, das principais aplicações de azulejaria em território nacional durante os séculos XV e XVI, foram tidos, como principais fontes de informação, o levantamento nacional de azulejaria elaborado por Santos Simões e ainda algumas informações de Alfonso Pleguezuelo Hernández (SIMÕES, 1969: 53-74, 115-144). De seguida, toda essa informação foi organizada graficamente para se obter uma melhor leitura do conjunto, tal como se pode observar na figura 16. Como se pode constatar nesta, a maior parte dos trabalhos em técnica de corda-seca é aplicada entre 1490 e os primeiros anos de 1500, momento a partir do qual essa solução é rapidamente substituída pela de azulejos em aresta. A par destas aplicações maioritariamente parietais, era relativamente comum a existência de pavimentos compostos por um cruzamento entre azulejos e tijoleiras não vidradas. Apesar dos poucos exemplares que ainda se conservam na Península Ibérica, sabe-se que, durante todo o século XV e até meados do século XVI, estas aplicações foram comuns (PLEGUEZUELO HERNÁNDEZ, 2020: 26). Esta datação está, de resto, em concordância com o caso espanhol, o que faz todo o sentido, considerando a relação comercial de azulejos que havia entre os dois países.

Avançando agora para os casos em que existe documentação que indica uma data específica para a aplicação dos azulejos em corda-seca, constata-se que o caso mais antigo é o da Igreja de Santa Maria do Castelo, em Abrantes, com azulejos datados de 1503. Pela análise comparativa já realizada entre estes azulejos e o objecto do presente estudo, deduz-se que os exemplares de Évora são mais antigos. Analisando ain-

da os casos dos azulejos da Sé Velha de Coimbra, do Convento de Jesus e da Igreja da Conceição Velha, em Lisboa, pode-se concluir que, nos anos da última década do século XV, os padrões mais convencionais também já estavam bem implantados em território nacional. Também por esta altura o modelo de 13,5x13,5cm já era o corrente (PLEGUEZUE-LO HERNÁNDEZ, 2011: 39).

Analisando agora o caso do Palácio Nacional de Sintra, sabe-se que as empreitadas realizadas por D. Manuel I, nas quais foi aplicado o vasto conjunto de azulejos em corda-seca, se realizaram entre 1497 e 1510 (XAVIER, 2020: 23). Reforçando a relação que estes exemplares têm com o já referido pavimento do quarto de D. Afonso VI, bem como a dimensão incomum que estes azulejos apresentam e ainda a clara diferença que registam face aos restantes azulejos do período do "Venturoso", é muito provável que sejam anteriores a 1497 e que se aproximem mais do início da década de 90 do século XV.

Quando se analisa o que estava a acontecer, a nível arquitectónico, no Paco Real, neste período, entende-se que foi precisamente nesta altura que D. João II escolheu este edifício para celebrar o casamento entre D. Afonso de Portugal e D. Isabel de Castela, no ano de 1490. Tal decisão muda radicalmente o paradigma neste local. É, precisamente, entre 1490 e 1495 que são elaboradas as grandes alterações e renovações arquitectónicas deste espaço (ESPANCA, 1966: 184). Esta data já parece mais adequada, pois não está suficientemente distante, cronologicamente, do caso de Sintra para que se tenha verificado uma mudança radical de gosto. A data em questão representa também a vinda oficial de uma princesa de origem espanhola, o que seria pretexto suficiente para justificar a aplicação de elementos decorativos que lhe fossem familiares. Esta hipótese reforça-se tendo em conta que a aplicação de modelos mudéjares se manteve nas obras de D. Manuel e que terá conhecido o seu término entre 1512 e 1513 (BI-LOU, 2014: 94).

Perante todos estes dados, a conclusão a que se chega é a de que os azulejos agora estudados terão pertencido a um pavimento que foi aplicado no Paço Real de Évora, entre 1490 e 1495.

7. Autoria dos azulejos

Segundo José Arnaud e Carla Fernandes, a autoria do azulejo em corda-seca que se encontra conservado no Museu do Carmo, em Lis-

boa, e que é exactamente igual às rosáceas agora encontradas, poderá ser atribuída ao famoso ceramista Fernán Martinez Guijarro (ARNAUD, FERNANDES, 2005: 503).

Fernán Martinez Guijarro foi filho de Pedro González Guijarro e de Leonor de Moxica, tendo sido casado com Inés de Ferrera ou Hererra. Desse casamento resultaram oito filhos, tendo um deles (Pedro) seguido a profissão de artificie (GESTOSO, 1903: 149).

Embora os documentos não forneçam muitos detalhes sobre a obra de Fernán Martinez Guijarro, não deixam de veicular importantes informações que ajudam a entender a sua relação com o mercado nacional. Sabe-se que Guijarro começou a trabalhar como ceramista em 1454 e que nessa área se manteve, pelo menos, até 1479. Aliás, nesse mesmo ano, terá efectuado uma grande encomenda para Portugal. Não é provável que tivesse feito outras antes, já que se sabe que os Reis Católicos lhe deram bastante trabalho durante esses anos (Gestoso, 1903: 148). Um documento datado de 31 de Outubro de 1503 confirma que lhe foi feita, a ele e ao seu filho Pedro, uma grande encomenda com destino a Coimbra, não sendo claro se o conjunto foi elaborado em técnica de aresta ou em corda-seca (SEQUEIRA, 1922: 7-8). Entre 1508 e 1509, o ceramista espanhol terá tido uma das suas últimas encomendas. um conjunto de "azulejos de toda a sorte", que foram transportados de barco em Belém e daí encaminhados para Sintra (MECO, 1993: 187). Sabe-se que, nesse conjunto, estavam incluídos os famosos azuleios da "Esfera Armilar", o que indica que, nessa data, Fernán Martinez Guijarro já realizava decoração com motivos renascentistas (LIMA, CURVELO, 2009: 16).

Estes dois documentos confirmam que, pelo menos desde 1479 e até ao final da sua vida, em 1508/1509, este notável artista fez várias encomendas para Portugal, pelo que, considerando a importância que Évora teve nesse período, seria perfeitamente normal que alguns exemplares tivessem vindo parar à cidade. Acresce que as encomendas correspondem ao período cronológico de produção destes azulejos.

A primeira encomenda, datada de 1479, corresponderia ao pavimento do quarto de D. Afonso VI, em Sintra, a avaliar pela qualidade técnica deste trabalho, obra de um grande mestre, e pelo facto de o mesmo combinar azulejos de corda-seca e alicatado, o que o recua no tempo e o aproxima da década de 70, altura em que essa técnica era a dominante (Santos, 1953: 52-53). Ora, ao analisar-se este pavimento,

percebe-se que ele estabelece a transição perfeita entre as duas técnicas, não apenas ao utilizá-las em simultâneo, como pelo facto de os próprios azulejos terem intencionalmente dimensões diferentes, de forma a combinarem entre si. Perante este conjunto de dados, parece plausível que seja Fernán Martinez Guijarro o autor deste conjunto e que, embora com algumas reservas, esta sua produção possa ser entendida como referência da técnica e da mestria do ceramista espanhol.

Tomando ainda em linha de conta a obra de Santos Simões, é de notar que este estudioso, ao descrever a técnica de Fernán Martinez Guijarro, escreve o seguinte: "as «cordas secas» que ali se atribuem a Guijarro – algumas documentadas – são de técnica muito diversa, apresentando relevos pronunciados provocados por sulcos profundos. Também a gama dos esmaltes é bem mais rica" (SIMÕES, 1969: 61). Com efeito, esta descrição, ainda que sucinta, encaixa-se perfeitamente nos exemplares agora encontrados em Évora, que apresentam sulcos profundos e espessos, sendo, nalguns casos, visível a sobreposição entre dois sulcos, tal como nas zonas danificadas é possível ver um ligeiro corte na chacota. De facto, quando se analisa o exemplo da "Esfera Armilar", nota-se, precisamente, essa caracterização. Acresce o facto de cada azulejo ter um carácter único, havendo ligeiros defeitos no traçado. Já no tema da pigmentação, estes azulejos apresentam cores variadas, que vão do preto ao azul, ao melado, ao branco e ao verde--malaquite. Esta última cor foi observada em vários azuleios em técnica de corda-seca expostos no Museu do Azulejo, bem como no Palácio Nacional de Sintra e na Igreja de Santa Maria do Castelo de Abrantes; no entanto, já não se observou em azulejos em técnica de aresta, o que levanta a sugestão de se ter deixado de utilizar no início do século XVI. Não pode aqui ser ignorado que o azulejo presente no Museu Arqueológico do Carmo, o qual está atribuído a Fernán Martinez Guijarro, é em tudo igual aos azulejos aqui estudados (ARNAUD, FERNANDES, 2005: 502-503).

Um último tópico a ser abordado é a "originalidade" das peças da autoria de Guijarro, ainda que este possa ser um factor dúbio de avaliação. Partindo das que já foram referidas e continuando para a Placa Heráldica com o brasão de D. Jorge de Almeida, conclui-se que todos os casos contêm elementos únicos na sua composição²⁰. Os exemplares

²⁰ MatrizNet, ficha de inventário nº: 1400; C1680; acedido a 19 de Dezembro de

de padrão são tendencialmente composições únicas do autor e que não se vêem repetidas noutros azulejos, pelo menos, de forma literal. Já nos casos em que existem desenhos singulares, é possível observar alguns detalhes decorativos igualmente únicos. Esta opção estética era muito frequente nas mais diversas artes, revelava conhecimento por parte do autor e, simultaneamente, servia como "assinatura" do seu trabalho²¹. Tal característica pode igualmente ser vista nos azulejos agora encontrados, tanto mais que foram exumados padrões cuja investigação não permitiu encontrar paralelos, sendo que tais padrões apresentam detalhes na sua composição que os distinguem dos demais conhecidos.

A atribuição de um autor a uma peça é sempre um trabalho complexo e susceptível de dúvidas, principalmente quando não há qualquer referência escrita da época. No entanto, ao analisar-se a vida e principalmente a obra de Fernán Martínez Guijarro parece haver uma relação com o objecto de estudo.

Conclusão

Em Abril de 2019, foi exumado um vasto conjunto de azulejos e losetas no Largo 1º de Maio, junto à Igreja de São Francisco, onde outrora existiu o Paço Real de Évora. Como estas peças se encontravam numa camada estratigráfica bem preservada e atribuível a uma época específica, e tendo igualmente em consideração a sua raridade e a informação que delas se poderia extrair, optou-se por fazer o seu estudo. A análise deste importante conjunto permitiu identificar uma grande semelhança entre estes azulejos e o pavimento do quarto de D. Afonso VI, no Palácio Nacional de Sintra, bem como várias relações decorativas com padrões encontrados em Abrantes, Coimbra e Sevilha. Ao ter em conta todas as intervenções realizadas no Paço de Évora, assim como as aplicações de azulejaria mudéjar em Portugal, chegou-se à conclusão de que este conjunto terá sido executado entre 1490 e 1495. Atendendo

^{2019,} disponível em: http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=158739.

²¹ Gestoso, na sua obra, refere-se a Fernán Martínez Guijarro como "no vacilamos en señalarlo como el más notable maestro, según el decir de sus contemporáneos, confirmándolo así, también, los documentos que a continuación transcribimos", reforçando mais uma vez a qualidade do ceramista (GESTOSO, 1903: 148).

à técnica utilizada, certas características morfológicas e ainda a cronologia destes azulejos, foi possível levantar a possibilidade de terem sido elaborados por Fernán Martínez Guijarro, ceramista oficial dos Reis Católicos, que produziu várias encomendas para Portugal.

É também legítimo concluir acerca da importância que adquirem estes exemplares, essenciais para um melhor conhecimento do Paço Real de Évora. Tratando-se, provavelmente, do caso de que há registo mais semelhante ao pavimento do quarto de D. Afonso VI, em Sintra, o conjunto eborense destaca-se também pelo contributo que fornece para a azulejaria em Portugal na transição do século XV para a centúria seguinte. Por tudo isto, considera-se que estes azulejos poderiam ser expostos publicamente, tornando-se, deste modo, acessíveis à comunidade. Dar-se-ia, assim, um importante passo no sentido do reconhecimento colectivo destas peças enquanto elemento decorativo de um edifício que tanta saudade deixou na cidade.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de prestar um grande agradecimento às várias pessoas que me ajudaram e sem as quais este trabalho nunca teria sido possível.

BIBLIOGRAFIA

- Arnaud, José; Fernandes, Carla (2005) Construindo a memória: As coleções do Museu Arqueológico do Carmo, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- BEIRANTE, Maria (1988) Évora na Idade Média, Dissertação de Doutoramento em História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1127 pp.
- BILOU, Francisco (2014) A Igreja de São Francisco e o Paço Real de Évora, A obra e os protagonistas 500 anos depois, Lisboa: Edições Colibri.
- BILOU, Francisco (2016) Sob o signo da Rainha: dois reis, dois mestres, dois gostos, na obra de ampliação do Paço Real de Évora (1513-1531), *Boletim de cultura da Câmara Municipal de Évora*, III Série Nº1, Évora, pp. 157-165.
- Branco, Manuel (2002) Evolução do sítio do século XIII ao século XIX, Monumentos, nº 17, Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, pp. 8-17.
- CAETANO, Joaquim (2002) As empreitadas manuelinas na decoração, *Monumentos*, nº 17, Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, pp. 52-55.

Conimbriga, 60 (2021) 247-287

- Casimiro, Tânia; Sequeira, João (2018) Dois conjuntos de azulejos Hispano-Mouriscos. O Tejo e a Igreja do Senhor da Boa Morte (século XVI), *Cira Arqueologia*, nº6, Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 243-253.
- Capelli, Claudio; García Porras, Alberto; Ramagli, Paolo (2005) Análisis arqueométrico y arqueológico integrado sobre azulejos vidriados hallados en contextos de los siglos XIV al XVI en Liguria. Las producciones de Málaga y Savona, in *Arqueometría y Arqueología Medieval*, Granada: Al-Baraka, pp. 117-169.
- Correia, Vergílio (1922, pp.7-8 apud Sequeira, Gustavo, 1967: 28) Depois do terramoto: subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa, Volume 4, Lisboa: Academia das ciências de Lisboa.
- ESPANCA, Túlio (1966) *Inventário Artístico de Portugal: Distrito de Évora*, Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.
- EVANGELISTA, Manuel (2011) Paço dos Negros da Ribeira de Muge, Alpiarça: Garrido Artes Gráficas.
- Gonçalves, Lígia (2017) Azulejos e cerâmicas hispano-árabes na Região Autónoma da Madeira a partir de investigações arqueológicas, in *Quotidiano do açucar*. *Território da Antiga Capitania de Machico*, Figueiredo: Graficamores, Lda, pp. 27-54.
- GONÇALVES, Lígia (2019) A Circulação do Azulejo e Outras Cerâmicas Mudéjares nos Territórios da Expansão Ibérica, Dissertação de Mestrado em Estudos Regionais e Locais, Universidade da Madeira, Faculdade de Artes e Humanidades, p. 224.
- Goulão, Maria (1986) Alguns problemas ligados ao emprego de azulejos «mudéjares» em Portugal nos séculos XV e XVI, Sep. de *Relaciones artísticas entre Portugal y España*, [S.I]: Junta de Castilla y León, pp. 129-154.
- LIMA, Ana; CURVELO, Alexandra (2009) *Azulejos, Obras do Museu Nacional do Azulejo*, Lisboa: Museu Nacional do Azulejo.
- Martínez Caviró, Balbina (1991) Cerámica Hispanomusulmana Andalusí y Mudéjar, Madrid: Ediciones el Viso.
- MECO, José (1993) O Azulejo em Portugal, Lisboa: Publicações Alfa.
- MECO, José (2002) Azulejos e outras artes, *Monumentos*, nº 17, Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, pp. 56-63.
- MECO, José (2017) Palácio Nacional de Sintra, in Azulejos Maravilhas de Portugal, Famalicão: Centro Atlântico, pp. 141-149.
- MIMOSO, João; PEREIRA, Sílvia (2019) A comparison of the earliest faience tiles produced in Lisbon with earlier and later types, in Studies in Heritage Glazed Ceramics on the origin of majolica azulejos production in Portugal, Lisboa: LNEC, pp. 25-47.
- MORENA, Caeiro; MARIA, Elsa (2005) Os Conventos do termos de Évora, Sevilha: Técnica Superior de Arquitectura.
- Pérez Gestoso, José (1903) *História de los Barros Vidriados Sevillanos*, Sevilha: La Andalucia Moderna.
- PLEGUEZUELO HERNÁNDEZ, Alfonso (2000) Templos e palácios sevilhanos, in A

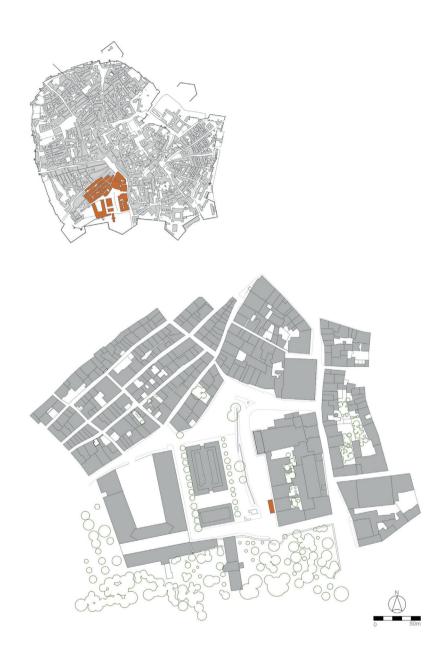
- Arte Mudéjar: A estética Islâmica na Arte Cristã, Lisboa: Civilização Editora, pp. 239-259.
- Pleguezuelo Hernández, Alfonso (2008) La Colección Carranza de Cerámica en el Museo Comarcal de Daimiel, Salamanca: Gráficas Varona S.A.
- PLEGUEZUELO HERNÁNDEZ, Alfonso (2011) *Lozas y Azulejos de Triana*, Sevilha: Instituto de la Cultura y las Artes de Sevilla.
- PLEGUEZUELO HERNÁNDEZ, Alfonso (2020) Un patrimonio compartido / Azulejos españoles en la colección Berardo, in 800 anos de história do azulejo, Maia: Gráfica Maia Douro, pp. 21-220.
- Sancho Corbacho, Antonio (1953) La Cerámica Andaluza, Azulejos Sevillanos del Siglo XVI, de Cuenca, Casa de Pilatos, Sevilla: Universidad de Sevilla.
- SERRÃO, Joaquim (2005) Portugal e Castela no séc. XV, in *O Tempo histórico de D. João II nos 550 anos do seu nascimento*, Lisboa: Academia Portuguesa da História, pp. 13-30.
- SILVA, Libório; CARVALHO, Rosário (2017) Azulejos Maravilhas de Portugal, Vila Nova de Famalicão: Edição Centro Atlântico.
- SIMÕES, João (1969) *Azulejaria em Portugal nos Séculos XV e XVI*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, (2ª ed., 1990).
- Trindade, Rui (2007) Revestimentos Cerâmicos Portugueses: Meados do século XIV à primeira metade do século XVI, Lisboa: Edições Colibri.
- Urbano, Luís (2007) A propósito de Évora Ideologia religiosa e arquitectura nos conventos femininos, *Monumentos*, nº 26, Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, pp. 38-45.
- Val-Flores, Gustavo (2009) O Paço Real de Évora: Apogeu e Declínio de um espaco régio, Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, 351 pp.
- XAVIER, Rafaela (2020) Catalogação de azulejos Hispano-Mourisco em Portugal: O Palácio Nacional de Sintra como estudo de caso, Dissertação de Mestrado em História da Arte e Património, Universidade de Lisboa-Faculdade de Letras, 134 pp.

CIBERGRAFIA

- Património Cultural, Sondagem realizada em 2012; acedido a 11 de Agosto de 2019, em: http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=3126274
- Património Cultural, Sondagem realizada entre 2002 e 2003; acedido a 11 de Agosto de 2019, em: http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios &sub-sid=2391045
- Património Cultural, Sondagem realizada em 2008; acedido a 11 de Agosto de 2019, em: http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=trabalhos& sub-sid=2802270
- Património Cultural, Sondagem realizada em 2007; acedido a 11 de Agosto de 2019,

- em: http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=trabalhos& subsid= 2802268
- MatrizNet, ficha de inventário nº: MAS A 46; acedido a 4 de Setembro de 2019, em: http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx? IdReg=5617
- MatrizNet, ficha de inventário nº: MNAz 101 Az; acedido a 4 de Setembro de 2019, em: http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx? IdReg=228382
- MatrizNet, ficha de inventário nº:1400;C1680; acedido a 19 de Dezembro de 2019, em: http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx? IdReg=158739

[texto escrito no antigo acordo]



 $Fig. \ 1-Planta\ de\ implantação\ da\ zona\ intervencionada.$



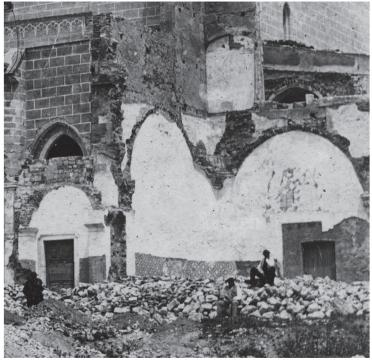


Fig. 2 – Demolição da portaría do Mosteiro de S. Francisco, onde são visíveis duas salas com azulejos⁵.



Fig. 3 – Esquema com os azulejos e losetas monocolores encontradas no Largo 1º de Maio.



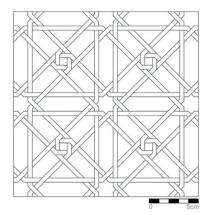


Fig. 4 – *Padrão ortogonal*.



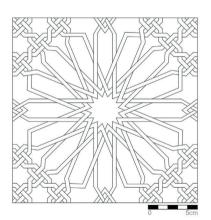


Fig. 5 – Rosácea com 16 pétalas.



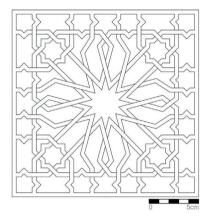


Fig. 6 – Rosácea com 12 pétalas.



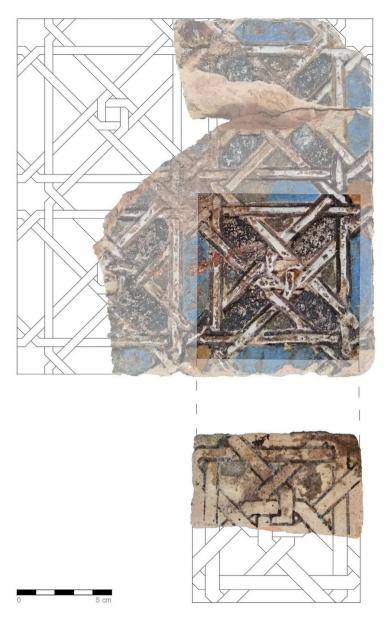


Fig. 7 – Loseta com decoração ortogonal.





Fig.~8-Lo seta~com~de coração~em~laçarias.



 $Fig.~9-Comparação~geom\'etrica~entre~o~padr\~ao~ortogonal~e~a~loseta~com~decoraç\~ao~ortogonal.$

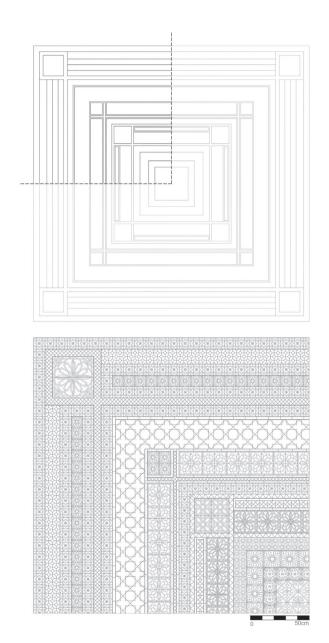


Fig. 10 – Composição decorativa do respectivo pavimento, originalmente desenhada por Santos Simões.

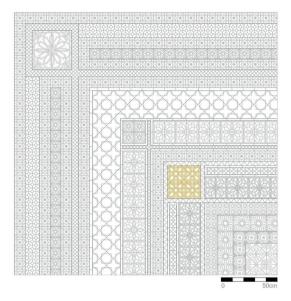


Fig. 11 – Destaque para conjunto de azulejos com a mesma representação decorativa do padrão ortogonal.

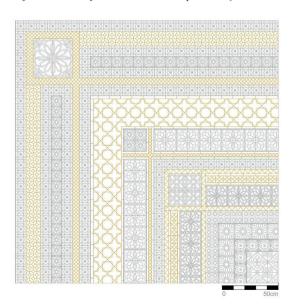


Fig. 12 – Destaque para os elementos alicatados presentes nos pavimentos.

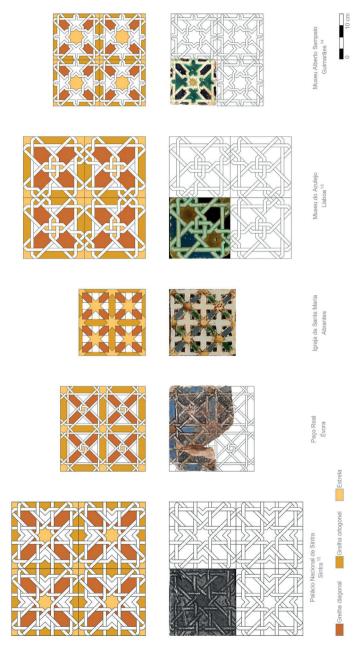


Fig. 13 – Relação geométrica entre o padrão ortogonal e outros exemplares encontrados em Sintra, Abrantres, Lisboa e Guimarães.





Fig. 14 — Relação entre os azulejos conservados na Igreja do Castelo em Abrantes (esquerda) com o padrão da rosácea de 16 pétalas encontrado em Évora (direita).



Convento de Santa maria de las Cuevas, Sevilha



Desaparecido Paço Real, Évora



Fig. 15 – Relação entre os azulejos conservados no Convento de Santa Maria de las Cuevas em Sevilha, a rosácea de 12 pétalas de Évora e o exemplar do Convento do Carmo em Lisboa.

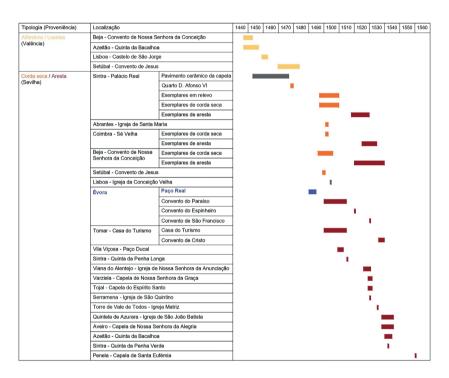
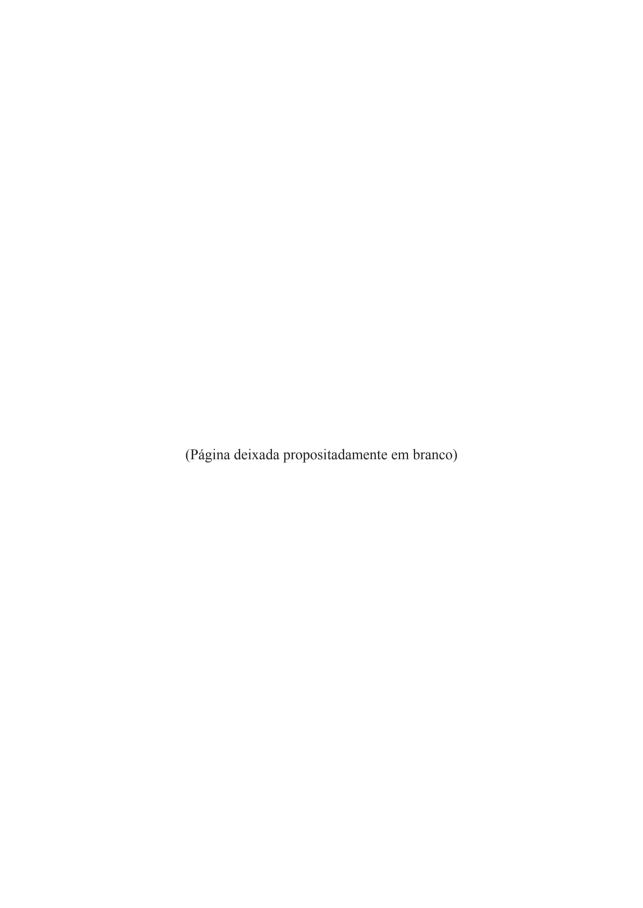


Fig. 16 – Esquema sobre a aplicação de azulejaria em diferentes locais em território nacional, entre os séculos XV e XVI, marcando a azul a proposta para a datação destes exemplares.



RICARDO COSTEIRA DA SILVA

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares, Faculdade de Letras rcosteiradasilva@gmail.com

https://orcid.org/0000-0003-1006-8562

ALGUMAS PALAVRAS (MAIS) A RESPEITO DE PÚCAROS E OUTRAS LOUÇAS DE BEBER DE COIMBRA (SÉCULOS XV E XVI)

A FEW (MORE) WORDS ABOUT CUPS AND OTHER POTTERY DRINKING VESSELS FROM COIMBRA (15TH AND 16TH CENTURIES) "Conimbriga" LX (2021) p. 291-323

http://doi.org/10.14195/1647-8657 60 7

Texto recebido em / Text submitted on: 27/01/2021 Texto aprovado em / Text approved on: 04/05/2021

RESUMO:

Em 1921 a Imprensa da Universidade de Coimbra editava, em formato monográfico, duas obras incontornáveis para o estudo da cerâmica de época Moderna em Portugal. *Algumas palavras a respeito de púcaros de Portugal* de Carolina Michaëlis de Vasconcellos e *A cerâmica coimbrã no século XVI* de Joaquim Martins Teixeira de Carvalho reúnem as primeiras referências documentais à produção cerâmica, desde então, repetidamente citadas nos ensaios dedicados a esta temática.

Assinalando os 100 anos destas edições, apresenta-se uma síntese dedicada aos serviços de mesa destinados ao consumo de líquidos ou louças de beber (sobretudo água) em Coimbra durante o século XV e XVI, tendo por base a colecção exumada em escavações arqueológicas realizadas no antigo paço episcopal de Coimbra. Estabelece-se o quadro evolutivo morfo-tipológico regional des-

Conimbriga, 60 (2021) 289-323

tas produções que assumem um franco dinamismo a partir dos meados do século XVI.

PALAVRAS-CHAVE: Coimbra; século XV-XVI; cerâmica; púcaros; consumo de água.

ABSTRACT: In 1921 Coimbra University Press published, in monographic format, two crucial works for the study of Modern pottery in Portugal. Algumas palavras a respeito de púcaros de Portugal ("Some words about Portuguese pottery cups") by Carolina Michaëlis de Vasconcellos and A cerâmica coimbrã no século XVI ("Coimbra's pottery in the 16th century") by Joaquim Martins Teixeira de Carvalho gather the first documentary references to pottery production, since then, repeatedly cited in essays dedicated to this

> Celebrating the 100th anniversary of these editions, a summary is presented concerning the tableware intended for the consumption of liquids or beverage containers (mostly water) in Coimbra during the 15th and 16th centuries, based on the collection exhumed in archaeological surveys carried out in the old episcopal palace of Coimbra. As a result, the regional morpho-typological evolutionary framework of these productions that notably flourished from the mid-16th century onwards has been established.

> KEYWORDS: Coimbra; 15th and 16th centuries; pottery; cups; water consumption.

ALGUMAS PALAVRAS (MAIS) A RESPEITO DE PÚCAROS E OUTRAS LOUÇAS DE BEBER DE COIMBRA (SÉCULOS XV E XVI)

1. A pretexto do centenário (1921-2021) da publicação de duas obras maiores

Em 1921, a Imprensa da Universidade de Coimbra editava ou, melhor dizendo, reeditava em formato monográfico, duas obras incontornáveis para o estudo da cerâmica de época Moderna em Portugal. Referimo-nos, muito concretamente, à obra de Joaquim Martins Teixeira de Carvalho intitulada A cerâmica coimbrã no século XVI e à publicação de Algumas palavras a respeito de púcaros de Portugal de Carolina Michaëlis de Vasconcellos. A primeira junta os estudos que o autor dedica à produção cerâmica em Coimbra tendo por base a análise da documentação conservada no Arquivo da Câmara Municipal de Coimbra (particularmente os livros das Vereações). O resultado desta pesquisa. concluído em 1910, começa por ser publicado, em série, na Revista da Universidade de Coimbra em 1917 e 1918, sob o nome A cerâmica coimbrã: séculos XVI e XVII (CARVALHO, 1917a; 1917b; 1918). Após a saída dos três primeiros artigos, o plano editorial é interrompido por motivos alheios ao próprio (CARVALHO, 1921: 17). Face ao sucedido, o então professor de Estética e História de Arte da Faculdade de Letras e, à época, também administrador da Imprensa da Universidade de Coimbra, promove a publicação integral do seu trabalho, centrado apenas no século XVI, reiterando o que já havia sido aludido relativamente a esse período e acrescentando um novo apêndice onde desenvolve a problemática do início da produção de faiança em Portugal. Contudo, 2021 marca igualmente o centenário da morte desta figura singular do meio republicano coimbrão, impedindo que outros resultados obtidos a partir da sua incansável e sistemática exploração dos arquivos locais pudessem ser conhecidos. No mesmo ano, "(...) impelida e auxiliada generosamente pelo *malogrado* director da Imprensa da Universidade, o Ex.^{mo} Sr. Dr. J. M. Teixeira de Carvalho" (VASCONCELLOS, 1921: VII), Carolina Michaëlis reedita, numa primeira edição independente e em volume integrado na colecção "Subsídios para a História de Arte Portuguesa", a segunda obra aqui memorada. Este ensaio sobre os púcaros de Portugal é pela primeira vez publicado em 1905 no volume 6 do *Bulletin Hispanique* como apêndice de um estudo de Alfred Morel-Fatio (*idem*: V) sobre a moda da "bucarofagia" – costume de trincar/comer o barro aromático de que eram feitos os antigos púcaros. A obra é reeditada em 1957 e, novamente, em 1988, espelhando a demanda e o interesse que suscitou e o impacto que teve principalmente dentro da classe dos ceramólogos.

A importância destes contributos para o estudo da cerâmica em Portugal é um dado adquirido. Neles se poderão consultar, entre outros dados, as primeiras referências documentais à produção cerâmica que serão, desde então, repetidamente citadas e mencionadas nos ensaios dedicados ao estudo da cerâmica Moderna em Portugal.

Evocando os 100 anos da edição autónoma dos referidos estudos, apresenta-se uma síntese dedicada a estas louças de beber (sobretudo água) em Coimbra durante o século XV e XVI, tendo por base a coleção exumada no antigo paço episcopal de Coimbra, actual Museu Nacional de Machado de Castro (MNMC). Aos púcaros e pucarinhos imortalizados por Carolina Michaëlis, acrescentam-se as canecas, copos, taças de beber e cálices também incluídos nos serviços de mesa destinados à ingestão de líquidos. Estabelece-se a associação de determinadas formas a fabricos específicos e propõe-se um quadro evolutivo morfo-tipológico para o arco temporal retratado.

2. Enquadramento da colecção: contexto e datação

As intervenções arqueológicas decorrentes do projecto de ampliação e remodelação do MNMC em Coimbra permitiram identificar na ala sul do edifício um depósito de materiais de época Moderna (composto essencialmente por cerâmica), fruto de descarte associado ao antigo paço episcopal desta cidade. As circunstâncias do achado e descrição do contexto (SILVA, 2013; 2019a), bem como a apresentação da coleção cerâmica, maioritariamente composta por cerâmica de produção local em barro vermelho, mas incluindo cerâmica vidrada (SILVA, 2018;

2019b) e faiança (SILVA, 2016), tem vindo a ser abordada faseadamente noutros estudos.

Os contextos estratigráficos de proveniência, de leitura clara e segura, integram-se em quatro fases distintas de deposição, entre os séculos XV e XVI. Considerando a cronologia relativa proporcionada pelos elementos recolhidos (onde se releva o número avultado de numismas – 350) é possível distinguir os níveis da primeira metade do século XV (fase 1), da segunda metade do século XV (fase 2), da primeira metade do século XVI (fase 3) e da segunda metade do século XVI (fase 4). Esta última etapa de estratificação articula-se com a renovação do bloco sul do antigo paço, promovida pelo bispo D. Afonso de Castelo Branco e finalizada em 1592. Este marco cronológico surge aqui valorizado por se assumir como *terminus ante-quem* do referido depósito ou lixeira que, por sua vez, se encontra selada pelo nível das cavalariças do paço.

No presente texto, privilegia-se uma nova abordagem centrada num conjunto funcional específico – o serviço de mesa para ingestão de líquidos – que perpassa fabricos e formas distintas ao longo do referido intervalo temporal. Este representa cerca de 21% (304 NMI – Cf. Tabela 1) da totalidade das peças que compõem a coleção (1454 NMI). O estudo realizado teve como primeiro parâmetro analítico o critério tecnológico. Numa primeira etapa aponta-se individualmente cada fabrico com a ilustração da respectiva panóplia formal, seriado nas fases cronológicas de referência, indicando nalguns grupos as problemáticas associadas. Posteriormente, em jeito de conclusão e tendo por base a categoria funcional dos recipientes, ensaia-se a evolução das principais linhas morfo-tipológicas.

3. Os recipientes de beber – abordagem a partir dos fabricos

O lote em análise é exclusivamente composto por louça de barro vermelho montada a torno, maioritariamente de produção local. As pastas revelam-se compactas, medianamente duras e de aspecto laminar, oscilando entre o depurado e a inclusão de elementos não plásticos de pequeno e médio calibre bem distribuídos. Nestes pontuam o quartzo, a mica, o calcário e, mais esporadicamente, partículas ferruginosas e moscovite. A tonalidade vermelha – alaranjada das pastas certifica uma cozedura em ambiente oxidante, embora se vislumbre, em algumas pecas (sobretudo nas fases mais recuadas), a presenca de manchas escu-

ras na superficie exterior, fruto das alternâncias de temperatura durante esse processo.

Ao nível dos acabamentos regista-se alguma diversidade, contrariando a uniformidade na aparência visual das pastas. A pluralidade de soluções de tratamento superficial e decoração (nas suas diversas combinações), determinada frequentemente por aspectos morfológicos e funcionais, motivou a criação de sub-grupos. Com efeito, identifica-ram-se os seguintes acabamentos na cerâmica de pasta vermelha: superfícies alisadas; polimento externo; traços pintados a branco; aplicação de aguada acastanhada; listas verticais brunidas. Destacam-se ainda as séries mais finas, com pastas muito depuradas, onde se distinguem os modelos brunidos, modelados, empedrados e com decoração em alto-relevo. Importa, todavia, desde logo referir que a distribuição percentual dos fabricos em cada fase cronológica pode ser muito desigual. Como se terá oportunidade de analisar, assiste-se a uma fraca diversidade tecnológica nas primeiras três fases, por oposição à Fase 4 onde se observa a ampliação substancial do quadro dos fabricos referenciados.

3.1. Recipientes com superfícies alisadas

Optou-se pelo termo alisado, em detrimento da expressão "fosca" utilizada por alguns autores (Barros *et al.*, 2013: 702), para designar um tipo particular de produções desprovidas de qualquer acabamento específico, exibindo uma aparência final baça e sem brilho. Trata-se do subgrupo mais numeroso de todo o lote (142 NMI) embora, muito significativamente, ausente na fase 4. Facto que se deve ao advento e diversificação dos grupos tecnológicos a partir de meados do século XVI.

Em termos formais, entre os inícios do século XV (fase 1) e meados do século XVI (fase 3) assiste-se ao predomínio dos pucarinhos de duas asas, com pé "tipo bolacha" e colo alto, figurados por peças de diferentes dimensões. Distinguem-se dois grupos proporcionais (Fig. 8-a): os de menor dimensão, mais numerosos, com diâmetro entre os 7-9cm e altura entre os 7,5-9cm (Fig. 1, n.º 1 a 3) e os maiores, menos frequentes, que podem atingir os 15cm de altura (Fig. 1, n.º 4 a 6). Nestes contextos regista-se igualmente, em números inferiores, a presença de púcaros de uma asa de pequena dimensão com bordo ligeiramente extrovertido e corpo canelado (Fig. 1, n.º 10 e 11). Alista-se ainda, em níveis da fase 3, uma caneca de corpo sub-cilíndrico (Fig. 1, n.º 13).

3.2. Recipientes com polimento externo

Outro fabrico de cerâmica comum de barro vermelho apresenta superfícies exteriores muito afagadas, polidas, quase brunidas, ostentando um aspecto uniforme lustroso e brilhante. Associa-se a uma única peça — uma caneca alta, de formato subcilíndrico e bordo extrovertido da fase 2 (Fig. 1, n.º 12).

3.3. Recipientes com pintura a branco

A cerâmica pintada a branco encontra-se documentada neste local em diferentes contextos de cronologia alto-medieval. No entanto, regista-se igualmente e pela primeira vez a sua presença em níveis tardios, já adentro do século XV e integrados na Fase 1 (SILVA, 2015). Este conjunto, pouco numeroso, é composto por três pucarinhos (ou jarrinhas) de duas asas, colo recto e pé alto com base tipo bolacha, semelhantes ao protótipo de superfícies foscas. A gramática decorativa contempla, traços horizontais pintados sobre o bojo e motivos geométricos, ondulados ou bandas de traços verticais no colo (Fig. 1, n.º 7 a 9).

3.4. Recipientes com listas brunidas

A partir de meados do século XVI, surgem as superfícies com listas brunidas que vêm substituir, nos hidrocéramos, o polimento externo dominante nas três fases anteriores. No que respeita, ao consumo de líquidos regista-se a presença de púcaros (43), copos (4) e cálices (2) adstritos à fase 4.

A forma de púcaro mais comum exibe corpo bojudo, colo curto de paredes divergentes (Fig. 2, n.º 1 a 6) e base espessada e destacada do corpo. Apenas um exemplar com corpo de perfil mais alongado possui pé tipo bolacha (Fig. 2, n.º 7). A típica decoração brunida surge em traços verticais ou oblíquos e, somente nesta forma e raras vezes, sob a forma de reticulados (Fig. 2, n.º 5). Nalguns casos, verifica-se a ocorrência de banda uniforme brunida sobre o bordo e ombro (Fig. 2, n.º 3).

Surge ainda outra forma que, apesar de asada, se optou por designar por copo tendo em atenção a referência de Carolina Michaëlis sobre a existência do "apucarado" que consistia em copos munidos de asa tal como os púcaros (VASCONCELLOS, 1921: 77, nota 199). Uma das peças apresenta corpo de tendência cilíndrica estrangulado junto ao pé tipo bolacha (Fig. 2, n.º 8 e Fig. 8-f). Os restantes elementos de perfil cilíndrico apresentam asas a arrancar do bordo (Fig. 2, n.º 9). Um outro recipiente é de classificação mais problemática (Fig. 2, n.º 10) devido à modesta dimensão (4,5cm de altura) que levou a que o designemos como pequeno cálice. O mesmo se aplica a um fragmento de pequeno recipiente de paredes rectas divergentes que poderia assentar num pé alto (Fig. 2, n.º 11).

3.5. Recipientes com aguada

A obra de Carolina Michaëlis de Vasconcellos (1921) celebrizou um tipo específico de púcaros de mesa de "barro tosco" que se distinguem pela forte cor avermelhada, leveza e porosidade que conferia frescura, bom cheiro e paladar à água que deles se bebia. Estes recipientes, que se começam a destacar no século XVI (CARVALHO, 1921; VASCONCELLOS, 1921: 12-13), são facilmente reconhecíveis entre a panóplia formal deste período. Surgem genericamente integrados, em várias publicações (Folgado e Ramalho, 2000: 41; Santos, 2008: 327; TRINDADE, 2013: 533 e 535, entre outros), num grupo designado de cerâmica de engobe vermelho e são apresentados indistintamente e juntamente com o que se tem vindo a denominar como cerâmica comum fina. Afastamo-nos destas classificações. Em primeiro lugar, porque entendemos o engobe como sendo uma substância de argila pastosa ou uma barbotina com alguma espessura, resultando num aspecto acetinado que não se coaduna com o que presenciamos neste tipo particular de fabrico. Do que observamos, estas peças parecem ter sido revestidas, depois de secas, por uma solução diluída ou aquosa dotando-as de uma tonalidade vermelha acastanhada mais franca. Esta "camada delgada de ocre" (VASCONCELLOS, 1921: 51), além de impermeabilizante, poderá, a nosso ver, ser também entendida como técnica de reforço cromático aproximando-se da denominada cerâmica de almagre conhecida desde a pré-história. Esta solução, ao contrário do engobe, permitiria o repetido renovamento artificial da coloração, "raspando" ou roçando a superficie das peças com pedras polidas. Actividade que surge associada a estes "púcaros", documentalmente apenas adstrita às mulheres, e que se encontra registada em Lisboa desde 1551 (VASCONCELLOS, 1921: 51;

CARVALHO, 1921: 114). Pelo exposto, optamos por apelidar este fabrico de cerâmica de pasta vermelha com aguada.

Por outro lado, a integração deste fabrico no grupo da cerâmica comum dita "fina" pode gerar algumas contradições motivadas, desde logo, pela ambiguidade que este conceito reserva. Poderemos entendê--lo apenas como uma característica particular dos objectos dotados de paredes delgadas ou estreitas ou, ao surgirem repetidamente associadas às séries modeladas e empedradas, como um conjunto de louça de qualidade superior, de selecta elaboração e dirigidas a um público mais distinto. Não concordamos com nenhuma destas categorizações pois. em ambos os casos, parecem não se adequar totalmente à realidade. Primeiro, embora se constate a presenca de paredes pouco espessas, estas não diferem de outros fabricos, como os púcaros de listas brunidas, nem se assemelham à finura das séries modeladas. Segundo, porque este seria um fabrico de grande difusão e agremiado à olaria popular. No século XVI, em Portugal, os afamados púcaros estariam indiferentemente presentes nas mesas mais modestas como nas mais endinheiradas (CARVALHO, 1921: 101). A diferença entre o "púcaro do pobre" e o "púcaro do rico" residia essencialmente na quantidade de vezes que seria utilizado, não estando as classes aristocráticas dispostas a mandar rocar as suas superfícies quando estas perdiam a beleza da sua cor vermelha (VASCONCELLOS, 1921: 51). O diminuto valor material destes púcaros é por várias vezes assinalado por Carolina Michaëlis (*Ibid*.: 10) que lhes confere um "preço tão vil" (Ibid.: 7) não valendo mais que "uns míseros ceitis" (*Ibid*.: 50). A distinção (quando é feita) entre os púcaros de cunho popular e os de feição mais ilustre obedece a outros padrões. Estes residem, unicamente, na exuberante ornamentação que alguns espécimes podem ostentar. Neste caso concreto, incluem-se os exemplares modelados, empedrados e com decoração em alto-relevo, consideradas "cerâmicas de ostentação" e reservados às classes mais abastadas (VASCONCELLOS, 1921: 53; CARVALHO, 1921: 95-102). No entanto, como veremos, estas produções de fabrico mais cuidado (modeladas ou com aplicação de decoração) revelam a manutenção do gosto pela mesma tonalidade (aguada). Nestes casos, o banho cromático surge já muito atenuado devido à impossibilidade de se poderem agastar estas superfícies irregulares e assim avivar a coloração. Deste modo, em última instância e para alguns casos, a diferenciação poderá simplesmente estabelecer-se entre peças com aguada, lisas ou com decoração.

Estas produções lisas, com simples aguada, surgem exclusivamente no lote adstrito à fase 4, totalizando 102NMI. Na Taxa dos ofícios dos oleiros de Coimbra, datado de 1573, surgem citados os "púcaros para beber com seu alguidarinho para debaixo e testo" ou os "púcaros de coruchéu com pé" (CARVALHO, 1921: 104 e documento V) que facilmente associamos à forma mais popular e recorrente deste tipo de fabrico – o púcaro. Este surge representado por 48 elementos com colo curto, bordo esvasado (por vezes com canelura a meia altura) e pé saliente tipo "bolacha" (Fig. 3, n.º 5 a 12 e Fig. 8-d).

Como se deduz das passagens anteriormente citadas da taxa dos oleiros de 1573, estes exemplares articulam-se com outros elementos complementares. Os mais vulgares são os testos ou tampas designadas de coruchéu por se assemelharem a um zimbório (CARVALHO, 1921: 114). Foram identificados 9NMI (Fig. 3, n.º 1 a 4) que, de resto, se assemelham a outros bastante comuns noutros locais como Lisboa, no edificio do Aljube (Santos, 2008: 335, Fig. 7 – n.º 29) ou em outros pontos desta cidade (Ferreira, 1995: 160, est. 7 – n.º 2 e 3: Diogo e TRINDADE, 2003: 213, Fig. 8 – n.º 47). No mesmo trecho daguele documento menciona-se o "alguidarinho" que seria colocado debaixo do púcaro (Fig. 8-c). Não dispomos de elementos descritivos suficientes para conseguir determinar, com certeza, a que forma corresponde aquela designação. No entanto, destaca-se a recolha de 7 pratéis (Fig. 3, n.º 13 a 17) que facilmente poderiam desempenhar aquela função, servindo de pires ou base aos púcaros. Estes pratos baixos, de pequena dimensão (raramente ultrapassam os 14cm de diâmetro), podem apresentar aba horizontal (Fig. 3, n.º 13 e 14) ou soerguida (Fig. 3, n.º 15 a 17).

Outro dos tipos mais representados (20NMI) são as taças de duas asas, baixas, largas e de paredes rectas (Fig. 3, n.º 18 a 20 e Fig. 8-b). Uma destas peças distingue-se por apresentar pé alto (Fig. 3, n.º 21) e outra, com pé destacado, evidencia-se por apresentar corpo com paredes curvas (Fig. 3, n.º 22).

Por fim, destaca-se a presença de 18 pés altos com base tipo "bolacha" (Fig. 3, n.º 24). Embora não tenha sido possível reconstituir nenhum perfil completo, deverão pertencer a algumas copas de paredes curvas (Fig. 3, n.º 23) que associamos a cálices ou copos com pé. Exemplares semelhantes surgem normalmente decorados (Santos, 2008: 331 e 332, Fig. 4), sendo abordados adiante. Como veremos, algumas das formas representadas neste grupo serão escolhidas para novas versões melhoradas ou decoradas integradas no que se designará

por cerâmica fina (séries modeladas e empedradas). Para além de se constatar uma afinidade com os perfis básicos, verifica-se a manutenção das superfícies aguadas de cor "rubra" que caracterizam este fabrico. Curiosamente, somam-se as publicações referentes aos fabricos finos onde constam vários objectos semelhantes aos da nossa coleção, oriundos de várias proveniências. Por outro lado, as séries lisas encontram-se praticamente omissas nos estudos consultados. Perante o actual estado dos conhecimentos, atribuímos, para já, esta ausência a um mero acaso ou à falta de interesse dos investigadores que preferencialmente se debruçam sobre os elementos ornamentados que surgem a par com estas produções.

3.6. Recipientes em cerâmica comum fina e decorada

Nos últimos anos, tem-se convencionado designar por cerâmica comum fina de Época Moderna (FOLGADO e RAMALHO, 2000; SANTOS, 2008; ETCHEVARNE, 2011; TRINDADE, 2013; RODRIGUES, 2017, entre outros) um grupo singular de louça de mesa que comunga de algumas características particulares como a pasta vermelha compacta e depurada, o tom ocre das superfícies aguadas ou brunidas, a fina espessura das paredes e, sobretudo, o forte apelo estético conferido pela profusa decoração que algumas pecas ostentam. Por sua vez, este conjunto de elevado requinte e qualidade de acabamentos é amiúde decomposto em subgrupos de acordo com as técnicas decorativas aplicadas. Incluem-se, neste caso, as séries modeladas, empedradas, as peças com decoração em relevo ou com engobe brunido. Apesar da generalizada aceitação que aquele conceito tem merecido (RODRIGUES, 2017) e que nos levou a utilizá-lo, julgamos que é ainda vago, ambíguo e que necessita de alargada revisão. Em primeiro lugar, poderá levar o observador mais incauto a tratar todo este grupo como uma produção tipologicamente relacionável, interpretação que, a nosso ver, merece cautela. Embora se demarque facilmente do vasto conjunto que compõe a restante cerâmica comum, é constituído simultaneamente por peças que consoante o subgrupo comportam singularidades e soluções técnicas diversificadas. Na grande maioria dos casos partilham das características enunciadas, mas nem todos os exemplares são de pequena dimensão ou têm uma aparência frágil, paredes pouco espessas, cor superficial avermelhada ou decoração elaborada.

Por outro lado, a profusa decoração observada na maior parte destes objectos levou a que alguns autores apelidassem este conjunto de cerâmicas "barrocas" (Ferreira, 1995; Etchevarne e Sardinha, 2007). A nosso ver, esta designação poderá ser igualmente enganadora uma vez que assenta em pressupostos que, de acordo com o actual estado dos conhecimentos, poderão ser facilmente contestados. Aqueles investigadores interpretam este grupo cerâmico como uma representação da estética barroca no quotidiano doméstico, por alegadamente não procederem de uma tradição anterior às representações de várias naturezas--mortas seiscentistas onde surgem recorrentemente associadas a outros objectos de grande requinte como os vidros, a ourivesaria, a porcelana e a faiança. Entre a iconografia citada torna-se incontornável a obra de Josefa de Óbidos (*Josepha d'Ayalla*) em Portugal (SERRÃO, 1993), mas também de vários bodegões da vizinha Espanha (RAMALHO e FOLGA-DO, 2002: 254-255 e 268) onde surgem reproduzidos os mesmos materiais exumados em contexto de escavação. Os primeiros trabalhos que abordam a descrição e interpretação deste tipo de espólio debrucam-se sobretudo sobre coleções que se encontravam depositadas em museus e desarreigadas de informação relativa aos contextos primários de proveniência. Por esse motivo, aqueles investigadores encontraram junto das referidas representações iconográficas uma base de apoio para lhes conferir uma cronologia geralmente atribuível ao século XVII e assim integrá-las no universo artístico barroco. Na verdade, estas cerâmicas parecem ter colhido grande aceitação entre as classes mais privilegiadas durante o século XVII. No entanto, tem-se multiplicado o registo do seu aparecimento em níveis datados desde meados do século XVI e que indicam claramente uma tradição anterior à que se propalava. Deste modo, acercamo-nos da tese apresentada por M. Ramalho e D. Folgado (2002: 256), que as aproxima esteticamente do maneirismo, tendo também em conta a duradoura influência deste movimento e a entrada tardia do complexo cultural barroco em Portugal. Apesar da dificuldade na definição daquele estilo e em linhas gerais, julgamos contemplar uma valorização da originalidade e das interpretações individuais que na escultura, ourivesaria, vidraria ou azulejaria daquele período se caracterizam pelo dinamismo e complexidade das formas ou pelo artificialismo e elegância no tratamento dos seus temas que acaba igualmente por se transpor para a produção cerâmica. Admitimos, por fim, que peças mais antigas se associem ao maneirismo e outras, mais tardias, se possam filiar no filão estético barroco, sendo verdadeiramente problemático, quer pela forma quer pela decoração, diferenciarem-se com clareza umas das outras.

Tem-se vindo a assumir que estas louças de qualidade superior e de forte cunho classicizante, nomeadas até como cerâmica comum erudita (Folgado e Ramalho, 2000: 47), são destinadas a uma clientela mais selecta, a uma elite com maior poder económico e culturalmente proeminente. Este discurso é veiculado desde os primeiros estudos que abordam esta temática, considerando-as "cerâmicas de ostentação" de usufruto exclusivo das classes mais abastadas (VASCONCELLOS, 1921: 53: CARVALHO, 1921: 95-102). De facto, o registo arqueológico parece, por enquanto, comprovar este entendimento. Os testemunhos mais significativos, particularmente de lotes cerâmicos modelados ou com decoração relevada, são provenientes de centros urbanos e sempre relacionados com uma elite social, regularmente arrolados a áreas conventuais. É o caso das colecções procedentes de espaços religiosos como os conventos de Santa Clara de Moura (REGO e MACIAS, 1993), S. Francisco de Lisboa (RAMALHO e FOLGADO, 2002), Nossa Sra. da Piedade de Cascais (CARDOSO e RODRIGUES, 2002), S. Francisco de Alferrara em Palmela (Fernandes e Carvalho, 2003), Cristo em Tomar (Ferreira, 1994), Santana em Lisboa (Sardinha, 1990-92), Santana em Leiria (TRINDADE, 2013), Santo António de Ferreirim em Lamego (LARRAZABAL GALARZA, 2013), Santa Clara-a-Velha em Coimbra (Leal e Ferreira, no prelo) e Casa do Brasil em Santarém, provavelmente relacionada com o antigo convento dos Agostinhos (Folgado e RAMALHO, 2000) entre outros. A este leque deveremos associar outro tipo de ambientes citadinos e de referência entre as elites sociais como o próprio Paço Episcopal de Coimbra, a Casa do Infante no Porto (REAL et al., 1995: 183-184), antigo edifico da Alfândega daquela cidade e o edifício do Aljube em Lisboa, em meados do século XVI, durante o período em que estaria ocupado por eclesiásticos (Santos, 2008: 326). Para além destes, verifica-se a presença do mesmo tipo de vestígios em sítios arqueológicos fora do território português onde se demonstra novamente a relação com grupos sociais de grande poder aquisitivo como é o caso das residências nobiliárquicas localizadas na Praça da Sé em Salvador da Baía no Brasil (ETCHEVARNE, 2011) ou os locais habitados por mercadores enriquecidos e estabelecidos em grandes centros europeus como Amesterdão (BAART, 1992) e Flandres (BARTELS, 2003).

A "cerâmica comum fina e decorada" exumada encontra-se nos níveis que compõem a fase 4 (2ª metade do século XVI) e constitui-se

como um pequeno lote que representa cerca de 4% da totalidade do universo cerâmico exumado neste depósito (57 NMI). O grupo é composto, quase em exclusivo, por louça de mesa destinada ao serviço e consumo de líquidos (particularmente água), mas também de alimentos semilíquidos ou cremosos (doces) ou servindo apenas como elementos decorativos como transparece das fontes iconográficas já mencionadas. Este conjunto foi dividido em quatro subgrupos de acordo com as técnicas decorativas aplicadas: cerâmica com decoração em alto-relevo; cerâmica modelada; cerâmica empedrada; e cerâmica brunida ou com engobe brunido.

3.6.1. Cerâmica com decoração em alto-relevo

O exemplar mais emblemático deste tipo de produção cerâmica é a peça com decoração relevada de inspiração renascentista, com data gravada de 1558 (PAIS et al., 2007: 22 e 26), pertencente à coleção do MNMC e encontrada por António Augusto Goncalves "na abóboda de uma capela do claustro de Santa Cruz" em Coimbra conjuntamente com outra semelhante, mas não datada, conforme registado no Livro I de Inventário daquele museu (referente aos anos 1915-1916). Para isso contribuiu não só o destaque concedido na obra de J. Teixeira de Carvalho (1921: 95-103), mas também o excelente estado de conservação e a singular e complexa ornamentação. Reúnem-se neste objecto todos os motivos decorativos que caracterizam este grupo classicizante e que exalta, em primeira instância, a herança greco-romana: medalhões de efigies clássicas ou cariátides, alternando com máscaras e grinaldas de flores, ligados por lineamentos incisos. Através desta peça fica, mais uma vez, patente a inspiração em originais de metal nobre (ourivesaria) usados pelas classes aristocráticas até ao século XVI, época em que o uso de exemplares em barro se alarga a todas as classes sociais (VAS-CONCELLOS, 1921: 53). Outro pormenor relevante é a tripla gravação da data 1558 que atesta, sem margem para dúvidas, que estes faustosos recipientes marcavam já presença destacada nos serviços de mesa de certas elites sociais nos inícios da 2ª metade do século XVI. Aproveitando a ocasião, apresenta-se o desenho destes exemplares (Fig. 4, n.º 1 e 2), até aqui designados por púcaros mas que, na realidade, dada a ausência de asa e a tipologia da base, se nos afigura mais correcto classificar de cálice ou copo de pé alto.

É escassa a produção bibliográfica disponível sobre estes fabri-

cos com decoração figurativa aplicada. Aos exemplos citados, pode-se juntar uma taça do convento de Santo António de Ferreirim (Lamego) (LARRAZABAL GALARZA, 2013) e outros objectos provenientes dos mosteiros de S. João de Tarouca (CASTRO e SEBASTIAN, 2011: 88) ou Almada (CASIMIRO e NEWSTEAD, 2019: 151, FIG. 11). Em Coimbra, conhecem-se os elementos recolhidos em Santa Clara-a-Velha (LEAL e FERREIRA, no prelo) e no Convento Velho de S. Domingos (inédito – FIG. 4, nº4).

No MNMC, embora não tenha sido possível reconstituir nenhum perfil completo, distinguem-se dois exemplares de cálices ou copos de pé alto com decoração relevada semelhantes às versões lisas com aguada já referidas. Observa-se, no arranque das copas, a presença de grinaldas de flores em alto-relevo que se conjugam com motivos vegetalistas incisos em repetição linear alternada (Fig. 4, n.º 3).

3.6.2. Cerâmica modelada

O gosto por uma olaria de aspecto grácil, sumptuoso e frágil evidenciado pelas paredes finas que surgem virtuosamente onduladas num jogo de superfícies contrastantes, ora convexas ora côncavas, pontualmente contíguas e alternadas, encontra-se claramente presente na cerâmica que apelidamos de modelada. Empregamos este termo tendo por base toda a argumentação já apresentada por Maria Ramalho e Deolinda Folgado (2002: 251-252) e em detrimento da designação moldada (ou feita a molde) que vários autores insistem, ainda hoje, em utilizar. São as séries modeladas que figuram mais frequentemente nas já referidas naturezas-mortas ibéricas seiscentistas, numa evocação do seu contexto de uso doméstico. Como facilmente se percebe, caracterizam-se essencialmente pela faustosa ornamentação, executada principalmente através de pressões nas paredes das pecas com os dedos, registando-se igualmente formas com gomos e boleados que tentam reproduzir os trabalhos em metal nobre. A decoração é, em termos técnicos, simples, mas quando profusamente aplicada pode configurar padrões de elevada complexidade. Além da modelação observa-se a ocorrência de incisões, caneluras, excisões e punções.

Para além da decoração, outra das particularidades da cerâmica modelada é o primor reservado ao tratamento superficial das peças. O lote em estudo é composto por 14 exemplares que revelam alguma diversidade neste ponto. De facto, verifica-se a aplicação de aguada em 10 destas peças e contabilizam-se outras quatro com superfícies brunidas.

Entre a cerâmica modelada com aguada contam-se sete taças de duas asas, dois púcaros e um elemento de classificação duvidosa. O tipo de taças mais repetido (5NMI) assenta no modelo base já referenciado na série da cerâmica lisa com aguada e reporta-se a peças de paredes verticais, duas asas e base plana (FIG. 5, n.º 1 a 4). A decoração surge normalmente no bojo, delimitada por caneluras, distinguindo-se dois padrões. O primeiro pauta-se por sequência de depressões ou impressões circulares (3NMI – FIG. 5, n.º 1 a 3 e FIG. 8-e). O outro padrão decorativo, mais simples, consiste na aplicação de depressões alongadas e horizontais no bojo (FIG. 5, n.º 4).

As restantes duas taças são modelos únicos e revelam, mais uma vez, a singularidade deste tipo de peças (Fig. 5, n.º 11 e 12). Este tipo de taça com bordos muito trabalhados e ondulações poderá também estar associado ao serviço de alimentos cremosos (como doces e mel).

Dois perfis aproximam-se mais dos púcaros. O primeiro apresenta colo contracurvado e uma ou duas asas na parte inferior do corpo modelado com gomos oblíquos (Fig. 5, n.º 5). O segundo exibe colo alto e vertical, decorado por banda de impressões ovais e de onde arrancam duas asas assentes no bojo (Fig. 5, n.º 6). Na base, fracturada, denota-se o arranque de um pé. Por fim, e entre os objectos modelados com aguada, destaca-se pelo ineditismo da sua forma, contornos e padrão decorativo, uma peça de classificação incerta. Apresenta um corpo alto e estreito profusamente decorado, bordo reentrante e pé desenvolvido (Fig. 5, n.º 13). Não é certa a sua integração no serviço de consumo de líquidos podendo corresponder a uma jarra (porventura de flores).

O conjunto modelado com acabamento brunido é composto por quatro púcaros. Todos apresentam bordo cintado e pé desenvolvido (Fig. 5, n.º 7 a 10 e Fig. 8-h). A decoração ocorre sob a forma de gomos oblíquos, impressões circulares, linhas incisas e ungulações.

3.6.3. Cerâmica empedrada

Entre a cerâmica fina destaca-se ainda o grupo das peças empedradas, também designadas por pedradas ou apedradas (CARNEIRO, 1989: 5), peculiar expressão decorativa que se alcança por incrustação de pequenos fragmentos de quartzo na espessura das paredes. Esta técnica de ornamentação original e de origem portuguesa (CARNEIRO, 1989: 22, nota 10; Sardinha, 2013: 795) é sobejamente conhecida, contribuindo para a sua divulgação o facto de ter sobrevivido até hoje em alguns

centros oleiros alto-alentejanos como Estremoz e Nisa, aos quais é, invariavelmente, associada. Embora se encontre referenciada em algumas fontes literárias e identificada em diversos registos arqueológicos desde os inícios do século XVI ou representada em várias naturezas-mortas seiscentistas (já citadas), o actual estado dos conhecimentos não permite elucidar por inteiro certos aspectos concernentes à sua cronologia e centros de produção, origem, dispersão geográfica e desenvolvimento até à actualidade. A investigação arqueológica pouco tem contribuído para a desmistificação desta temática que, também, não cabe aqui ser desenvolvida.

No lote em apreço, este fabrico exclusivo da fase 4 contempla apenas três peças (entre os 23 exemplares identificados) que se poderão incluir categoricamente na classe funcional aqui retratada. Referimo-nos, concretamente, às taças de beber de duas asas (Fig. 6, n.º 1 e 2 e Fig. 8-g) que decalcam o modelo já descrito para as cerâmicas lisas com aguada. Uma das peças do conjunto é de difícil classificação. Trata-se de uma taça hemisférica assente em pé alto, com bordo ligeiramente extrovertido e perfurado no arranque de apêndice em meia cana (Fig. 6, n.º 3 e Fig.8-i/j). Uma hipótese que se nos afigura é poder ser uma taça de beber para pessoas acamadas, com limitação de movimentos na cabeça ou pescoço.

Todas as peças apresentam decoração com incrustação de pedras de quartzo nas paredes, associada a incisões e/ou aplicação plástica de pequenos relevos acrescentados em forma de botão, por sua vez adornados segundo a técnica de "areado" e com pedra central embutida.

3.6.4. Cerâmica brunida ou com engobe brunido

Recolheram-se 10 indivíduos que incluímos no grupo das cerâmicas finas brunidas. A análise pormenorizada das características tecnológicas levou-nos a distinguir dois subgrupos. Diferenciaram-se as peças com superfície simplesmente brunida, dos exemplares revestidos com engobe vermelho-escuro brunido de aspecto próximo ao das genuínas sigillatas romanas (e que levou mesmo alguns autores a designar certas produções por "terra sigillata portuguesa" (BAART, 1992)).

As primeiras, no total de oito exemplares, distanciam-se igualmente destas "pseudo-sigillatas" por apresentarem uma tonalidade cromática que varia entre o castanho claro e castanho alaranjado. Exceptuando um púcaro de corpo largo e pequena dimensão (Fig. 7, n.º 1) da Fase 3,

os restantes elementos procedem dos níveis da Fase 4 e correspondem a púcaros (ou canecas) com pé destacado (Fig. 7, n.º 2 e 3).

Contabilizaram-se 5 indivíduos das vulgarmente denominadas "pseudo-sigillatas" com revestimento de barbotina espessa de tom vermelho tijolo e brilhante. Não foi possível reconstituir nenhum perfil completo. Sobressai uma taça com pé tipo bolacha onde foram associados padrões incisos de temática vegetalista estilizada no seu interior (Fig. 7, n.º 4). Peças com fabrico semelhante têm vindo a ser identificadas especialmente em contextos datados do século XVII, de que são exemplo os espécimes recolhidos no Convento de Santa Clara-a-Velha em Coimbra (Rodrigues, 2008), Casa do Brasil em Santarém (Folgado e Ramalho, 2000: 54, n.º 13 e 55, n.º 14), Convento de Sant'Anna em Lisboa (Etchevarne e Sardinha, 2007: 369, n.º Etno 543) e Abrantes (Portocarrero, 2014: 91).

4. Beber em recipientes de barro – evolução morfo-tipológica entre o século XV e XVI

A análise do conjunto destinado à ingestão de líquidos numa perspectiva diacrónica, expõe inequivocamente a clivagem entre duas realidades distintas. Até meados do século XVI documenta-se a manutenção de perfis arcaizantes de tradição anterior, assistindo-se a partir daqui (fase 4) a uma cisão com a realidade antecedente (Cf. Tabela 1 e Fig. 9). Essa ruptura verifica-se, a nível tecnológico, pelo desaparecimento de produções de pasta vermelha alisada (que prevalecem até à Fase 3) e pela eclosão de novos fabricos. A partir da 2ª metade do século XVI, do ponto de vista morfológico, destaca-se o desaparecimento dos pucarinhos de duas asas, que compunham o grupo formal mais significativo nos períodos precedentes, e a introdução de modelos originais (Fig. 9). Estas alterações deverão relacionar-se com a difusão do uso de novos recipientes de barro que conferiam uma outra frescura e paladar à água que deles se bebia e que se começa a generalizar a partir do século XVI (CARVALHO, 1921; VASCONCELLOS, 1921; 12-13) entre todas as classes sociais – os púcaros.

Tabela 1 – Quantificação e distribuição dos serviços de mesa (consumo de líquidos) por fabrico e fases cronológicas.

Serviço de mesa -	Fabricos	Fases					
líquidos Forma		I	II	III	IV	Total	
Púcaros de uma asa	Superfície alisada	2	6	1	-	9	
	Listas brunidas	-	-	-	43	43	111
	Superficie com aguada	-	-	-	48	48	
	Cerâmica fina brunida	-	-	1	4	5	36,5%
	Cerâmica modelada	-	-	-	6	6	
Pucarinhos	Superficie alisada	61	54	17	-	132	135
de duas asas	Com pintura a branco	3	-	-		3	44,4%
Taças de duas asas	Superficie com aguada	-	-	-	20	20	30
	Cerâmica modelada	-	-	-	7	7	9,9%
	Cerâmica empedrada	-	-	-	3	3	9,970
Canecas	Superficie alisada	-	-	1	-	1	2
	Com polimento externo	-	1	-	-	1	0,7%
Copos	Listas brunidas	-	-	-	4	4	4
							1,3%
Cálices	Listas brunidas	-	-	-	2	2	
	Superficie com aguada	-	-	-	18	18	22
	Cerâmica com decoração	-	-	-	2	2	7,2%
	relevada						
		66	61	20	157	304-100%	

Tal como referido, os pucarinhos de duas asas e pé "tipo bolacha" dominam por completo a baixela associada à ingestão de líquidos até meados do século XVI (Fase 3), representando 91,8% (135NMI) dos recipientes identificados neste período e destinados a este fim. Estas peças, também designadas por jarrinhas, não revelam evolução morfológica significativa ao longo das etapas cronológicas analisadas. Apenas se distinguem dois formatos proporcionais, sendo mais comuns os exemplares de volume mais modesto que os de maior capacidade. São produções de pasta vermelha alisada, tendo sido identificados na Fase 1 três exemplares, de maior dimensão, com pintura a branco. Esta forma compreende uma larga diacronia, podendo recuar ao século XII ou época almóada (Torres et al., 1991: 530, n.º 85 e 86 e 531, n.º 90). Em Lisboa, foram identificadas no castelo de S. Jorge em níveis da 2ª metade do século XII–XIII (Gomes et al., 2005: 224 e Fig. 10, n.º 3 e 4), do

século XIV (Gomes *et al.*, 2009: 960, Fig. 7) e do século XV-1ª metade do século XVI (Gaspar *et al.*, 2009: 657, Fig. 9, n.º 5). Também nesta cidade parecem começar a entrar em desuso a partir do 1º terço do século XVI (Diogo e Trindade, 2000: 208-209), embora tenham sido predominantes desde meados do século XI (Gomes *et al.*, 2005: 234).

Devemos sublinhar, mais uma vez, a natureza multifacetada do púcaro de uma asa, atribuível ao trem de cozinha e mesa. Um dos factores atendidos nesta diferenciação foi a presença ou ausência de marcas de fogo (fuligem). No entanto, no livro de cozinha da infanta D. Maria, o púcaro surge várias vezes mencionado como recipiente utilizado na cozinha, não para ir ao lume, mas como unidade de medida de água ou de mel (Gomes, 1996: 102). De qualquer modo, estamos seguros da compartimentação efectuada que assentou nas características morfológicas e tecnológicas dos indivíduos.

Os púcaros têm uma representação muito modesta (9NMI) nos conjuntos anteriores à Fase 4. Assinala-se apenas um modelo com base saliente de pasta vermelha alisada. A partir de meados do século XVI assiste-se a um aumento considerável destes recipientes (101NMI) que passam a liderar, durante a Fase 4 (64,3%), esta categoria funcional. Por outro lado, assiste-se a um aumento muito expressivo de variações tipológicas relacionado com o advento de novos fabricos. Destaca-se a preferência pelas produções com listas brunidas (43NMI) e com aguada (48NMI). Regista-se, ainda, a sua presença entre as séries finas brunidas (5NMI) e modeladas (6NMI).

A monotonia formal patente neste serviço até meados do século XVI, composto essencialmente por pucarinhos (de duas asas), é ainda quebrada pela recuperação de duas canecas. Um dos exemplares, com polimento externo, foi recolhido nos níveis da Fase 2. O outro, identificado na Fase 3, tem superfícies alisadas e assemelha-se a uma forma encontrada no estuário do Tejo (datada dos séculos XV-XVI – SILVA, 2003: 41) e em Cascais em níveis compreendidos entre os séculos XII-XV (CARDOSO e RODRIGUES, 1991: pr. 2, n.º 17). Contudo, qualquer dos modelos representados distancia-se claramente dos tipos coetâneos mais comuns e conhecidos no castelo de S. Jorge em Lisboa (GASPAR *et al.*, 2009: 657, Fig. 8), Évora (TEICHNER, 2003: 515, Fig. 9, n.ºs 3, 4 e 5) ou Ria de Aveiro A (formas 8 e 9 – Alves *et al.*, 1998: 194).

Como se tem vindo a sublinhar, a partir de meados do século XVI assiste-se à aparição e preferência por novos fabricos que acompanham a introdução de novas formas que complementam a baixela destinada

à ingestão de líquidos (Cf. Tabela 1 e Fig. 9). Entre estas, adquirem especial relevo as taças de paredes rectas e duas asas (30NMI) com superfícies lisas revestidas com aguada (20NMI) ou decoradas por modelação (7NMI) ou empedrado (3NMI). Regista-se, de igual modo, a adopção de peças de pé alto (22NMI) que se convencionou designar por cálices ou copos altos com pé. Surgem preferencialmente em produções lisas com aguada (18NMI), tendo-se identificado a presença de artefactos mais requintados com decoração relevada (2NMI) ou com listas brunidas (2NMI). Por fim, note-se a existência de copos munidos de asa (4NMI), com listas brunidas, também designados por "apucarados" (VASCONCELLOS, 1921: 77, nota 199).

5. Em síntese

Ao nível dos vasos de beber verifica-se uma ruptura drástica em meados do século XVI relativamente aos padrões até aqui constatados. A diversidade e quantidade do lote analisado assim o permite documentar. Desaparecem os modelos mais arcaicos e assiste-se à emergência de novos fabricos articulados com a aparição de novas formas dominantes (Fig. 9). As novas produções serão decisivas na diversificação, principalmente, do serviço de mesa. Destaca-se a introdução da cerâmica com aguada e das séries finas (brunidas, modeladas e empedradas) na louça associada à ingestão de líquidos. Para tal, terá contribuído, a partir de meados do século XVI, a difusão entre todas as classes sociais do uso preferencial de "humildes" recipientes em barro para saborear a água (Carvalho, 1921; Vasconcellos, 1921: 12-13).

O largo estendal de louça que caracteriza esta fase final do século XVI é revelador de um certo requinte à mesa constatado pela presença de peças cerâmicas de perfil elaborado e fino recorte, até então não observado. A este facto não será indiferente a estadia de D. João III (em 1550) e D. Sebastião (em 1570) na residência episcopal de Coimbra (PACHECO, 2009: 356). Esta informação demonstra que o Paço deveria ter não só as comodidades exigidas como também dispor de um conjunto de utensilagem e serviço de mesa adequado a tão ilustres convivas. Parece provável que o período de utilização do lote dos níveis adstritos à Fase 4 coincida com a prelatura de D. Manuel de Meneses, antecessor de D. Afonso de Castelo Branco que assume funções em 1585. Curiosamente, no inventário dos bens móveis daquele bispo redigido em 1578

(DIAS, 2002), logo após a sua morte na refrega de Alcácer-Ouibir para onde seguiu como enfermeiro-mor de D. Sebastião, não consta referência à utensilagem cerâmica que certamente deveria existir no Paço, muito embora se mencione a presenca de vários equipamentos (tachos, bacias, funis, caldeirões) de cobre e latão (Ibid.: 377). Não deixa de causar alguma perplexidade a total omissão da utensilagem cerâmica, inclusivamente de peças importadas e de cerâmica dita fina. Porém, trata-se de uma situação constatada noutros documentos similares, como o inventário dos bens de D. Beatriz (ARNAUT, 2000: 44-45 e 62-65). Ou seja, apesar do apelo estético e artístico de alguns exemplares, foi já várias vezes demonstrado que, numa casa abastada, embora imprescindível, a cerâmica teria um valor reduzido ou seria facilmente substituível. Este aspecto destoa, nitidamente, da atenção que lhe dedicamos e da relevância que poderá assumir ainda nos dias de hoje. Circunstância essa que não macula, contudo, o significado social e cultural destes objectos cujo repertório expressa, numa dimensão vernacular, os movimentos artísticos dominantes e a convocatória de novas esferas culturais emergentes. À sua maneira, estes recipientes cerâmicos traduzem também o pulsar de novas correntes ideológicas e estéticas que irrompem ao longo da época Moderna. Manifestam, de forma subtil, uma ruptura com os velhos modelos de inspiração medieva e a adopção de padrões de originalidade e exuberância, fruto de um período de renovação como é o século XVI.

Afinal, parece certo que, passado um século da edição das obras aqui evocadas, haverá ainda umas quantas "palavras" a acrescentar "a respeito de púcaros de Portugal".

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Francisco J. S.; RODRIGUES, Paulo; GARCIA, Catarina; ALELUIA, Miguel (1998)
 A cerâmica dos destroços do navio dos meados do século XV Ria de Aveiro A e da zona Ria de Aveiro B. Aproximação tipológica preliminar, *Actas das 2ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós Medieval*, Tondela, pp. 185-210.

Arnaut, Salvador Dias (2000) – *A arte de comer em Portugal na Idade Média*, Sintra: Colares.

BAART, Jan M. (1992) – Terra sigillata from Estremoz, Portugal, in GAIMSTER, David and REDKNAP, Mark (ed.), *Everyday and exotic pottery from Europe C. 650-1900*, Oxford Books, pp. 273-278.

BARROS, Luís; BATALHA, Luísa; CARDOSO, Guilherme; GONZALES, António (2013) -

- A olaria renascentista de Santo António da Charneca Barreiro, in *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, Lisboa, pp. 699-710.
- Bartels, Michiel H. (2003) A cerâmica portuguesa nos Países Baixos (1525-1650): uma análise sócio-económica baseada nos achados arqueológicos, *Património estudos*, Lisboa, 5, pp. 70-82.
- CARDOSO, Guilherme e RODRIGUES, Severino (1991) Alguns tipos de cerâmica dos sécs. XI a XVI encontrados em Cascais, in *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Mértola, pp. 575-585.
- CARDOSO, Guilherme e RODRIGUES, Severino (2002) Conjunto de peças de cerâmica do século XVII do Convento de N.ª Sr.ª da Piedade de Cascais, *Actas do 3º Encontro de Arqueologia Urbana de Almada*, Almada, pp. 269-288.
- CARNEIRO, Eugénio Lapa (1989) *Empedrado, Técnica de decoração cerâmica*, Fichas de Olaria, 1, Barcelos: Museu da Olaria.
- CARVALHO, J. M. Teixeira de (1917a) A cerâmica coimbrã: séculos XVI e XVII, *Revista da Universidade de Coimbra*, VI, n.º 1 e 2, pp. 183-241.
- Carvalho, J. M. Teixeira de (1917b) A cerâmica coimbrã: séculos XVI e XVII, Revista da Universidade de Coimbra, VI, n.º 3 e 4, pp. 422-468.
- CARVALHO, J. M. Teixeira de (1918) A cerâmica coimbrã: séculos XVI e XVII, Revista da Universidade de Coimbra, VII, n.º 5 e 6, pp. 127-167.
- Carvalho, J. M. Teixeira de (1921) *A cerâmica coimbrã no século XVI*, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- CASIMIRO, Tânia e Newstead, Sarah (2019) 400 years of water consumption: early modern pottery cups in Portugal, *Ophiussa*, 3, pp. 145-154.
- Castro, Ana Sampaio e Sebastian, Luís (2011) Cerâmicas vermelhas finas não-vidradas do Mosteiro de S. João de Tarouca, *Oppidum-Revista de Arqueologia, História e Património*, Lousada, 5, pp. 85-100.
- DIAS, Pedro (2002) O Inventário dos Bens Móveis do Bispo de Coimbra D. Manuel de Meneses feito em 1578, Arquivo Coimbrão, Coimbra, vol. XXXV, pp. 353-385.
- DIOGO, A. M. Dias e TRINDADE, Laura (2000) Cerâmicas de barro vermelho, encontradas em entulhos do terramoto de 1531, na intervenção arqueológica da Rua dos Correeiros, Lisboa, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, 3-2, pp. 201-235.
- DIOGO, A. M. Dias e TRINDADE, Laura (2003) Cerâmicas de barro vermelho da intervenção arqueológica na calçada de São Lourenço, n.ºs 17/19, em Lisboa, *Actas das 3as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Porto, pp. 203-213.
- ETCHEVARNE, Carlos (2011) Cerâmica vermelha fina do século XVII, em Salvador da Bahia, *Clio Arqueológica*, 26-1, pp. 09-20.
- ETCHEVARNE, Carlos e SARDINHA, Olinda (2007) A cerâmica vermelha fina do Convento de Sant'Anna (Lisboa), no acervo do Museu Nacional de Arqueologia, *O Arqueólogo Português*, Lisboa, série IV, 25, pp. 345-372.
- Fernandes, Isabel C. e Carvalho, A. Rafael (2003) A louça seiscentista do convento de Alferrara (Palmela), *Actas das 3ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Porto, pp. 231-252.

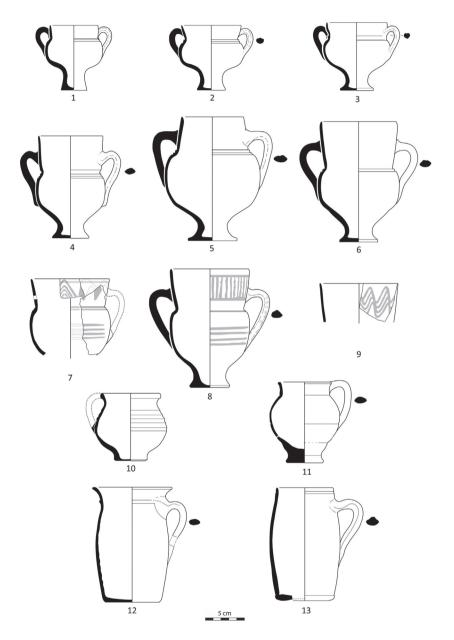
- Ferreira, Manuela Almeida (1994) Vidro e Cerâmica da Idade Moderna no Convento de Cristo, *Mare Liberum*, Lisboa, 8, pp. 117-201.
- Ferreira, Manuela Almeida (1995) O Barroco na cerâmica doméstica portuguesa, *Actas das 1as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Porto, pp. 151-161.
- Folgado, Deolinda; Ramalho, M. M. (2000) Cerâmica comum fina de finais do século XVI-XVII: inovação ou tradição?, in Custódio, Jorge (ed.), *Casa do Brasil /Casa Pedro Álvares Cabral*, Santarém, pp. 39-60.
- Gaspar, Alexandra; Gomes, Ana; Mendes, H.; Pinto, P.; Guerra, S.; Ribeiro, S.; Pimenta, J.; Valongo, A. (2009) Cerâmicas do século XV-XVI da Casa do Governador Castelo de S. Jorge, Lisboa, *Actas del VIII Congreso Internacional de Cerámica Medieval*, Ciudad Real-Almagro, II, pp. 653-672.
- Gomes, Ana; Gaspar, Alexandra; Guerra, Sandra; Calé, Henrique; Ribeiro, Susana; Pinto, Paula; Valongo, António; Pimenta, João (2005) Cerâmicas medievais de Lisboa continuidades e rupturas, in Barroca, Mário; Fernandes, Isabel Cristina, *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*, Palmela, pp. 221-236.
- Gomes, Ana; Gaspar, Alexandra; Valongo, António; Pinto, Paula; Guerra, Sandra; Ribeiro, Suzana; Mendes, Henrique; Pimenta, João (2009) Cerâmicas medievais provenientes do Beco do Forno Castelo de S. Jorge, *Actas do VIII Congreso Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo*, Ciudad Real Almagro, II, p. 955-962.
- Gomes, Paulo D. (1996) O livro de cozinha da Infanta D. Maria, *Olaria: Estudos Arqueológicos, Históricos e Etnológicos*, Barcelos, 1, pp. 93-104.
- LARRAZABAL GALARZA, Javier (2013) Uma taça de cerâmica fina procedente do convento franciscano de Santo António de Ferreirim (Lamego), *Al-Madan On-line* 2ª série 18-1, pp. 118-124.
- Leal, Catarina e Ferreira, Manuela (no prelo) Cerâmica Comum de Paredes Finas.

 Pais, Alexandre; Pacheco, António; Coroado, João (2007) Cerâmica de Coimbra, do século XVI-XX, Lisboa.
- Pacheco, Milton P. D. (2009) Por detrás de um Museu. O Paço Episcopal de Coimbra: história e memória, Dissertação de Mestrado em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Policopiado.
- PORTOCARRERO, Gustavo (2014) Cerâmica Medieval e Moderna Portuguesa (séculos XIII-XVII), in 8000 anos a transformar o barro. Cerâmicas do Museu Ibérico de Arqueologia e Artes de Abrantes VI Antevisão (catálogo da exposição), Abrantes, pp. 76-98.
- Ramalho, Maria M.; Folgado, Deolinda (2002) Cerâmica modelada ou o requinte à mesa do Convento de S. Francisco de Lisboa, *Actas do 3º Encontro de Arqueologia Urbana de Almada*, Almada, pp. 247-268.
- Real, Manuel L.; Gomes, Paulo D.; Teixeira, Ricardo; Melo, Rosário (1995) Conjuntos cerâmicos da intervenção arqueológica na Casa do Infante-Porto: elementos para uma sequência longa séculos IV-XIX, *Actas das 1^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, pp. 171-186.

- Rego, Miguel e Macias, Santiago (1993) Cerâmicas do século XVII do Convento de Sta. Clara (Moura), *Arqueologia Medieval*, 3, pp. 147-159.
- Rodrigues, Patrícia (2008) *Cerâmica engobada do tipo pseudo-sigillata*, Trabalho académico realizado no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha no âmbito do estágio opcional do curso de Arqueologia e História na FLUC. Policopiado.
- RODRIGUES, J. A. Severino (2017) Cerâmica Fina da Idade Moderna: proposta de um novo conceito, *Al-Madan online*, 21-3, pp. 96-107.
- Santos, Patrícia Augusto (2008) Cerâmicas de cronologia moderna do edifício do Aljube em Lisboa, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 11-2, pp. 325-345.
- SARDINHA, Olinda (1990-1992) Olarias pedradas portuguesas: contribuição para o seu estudo. 1. Os objectos procedentes do Convento de Santa Ana e do Hospital Real de Todos-os-Santos, *O Arqueólogo Português*, série IV, vol. 8/10, pp. 487-512.
- SARDINHA, Olinda (2013) Considerações acerca da cerâmica pedrada e respectivo comércio, in Velhos e Novos Mundos Estudos de Arqueologia Moderna, Lisboa, pp. 789-796.
- SERRÃO, Vítor (coord.) (1993) Josefa de Óbidos e o tempo Barroco, Lisboa: IPPC.
- SILVA, Ricardo C. (2013) Primeira abordagem a um depósito moderno no Antigo Paço Episcopal de Coimbra (Museu Nacional de Machado de Castro): a cerâmica desde meados do século XV à consolidação da Renascença, in Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna, Lisboa, pp. 877-890.
- SILVA, Ricardo C. (2015) "Traços mouriscos" na cerâmica do século XV do antigo Paço Episcopal de Coimbra (Museu Nacional de Machado de Castro), in Gon-ÇALVES, Maria J.; GÓMEZ-MARTÍNEZ, Susana (eds.), Actas do X Congresso Internacional – A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo (Silves/Mértola, 2012), Silves, pp. 924-927.
- SILVA, Ricardo C. (2016) The Faience of the 2nd half of the 16th century at the Episcopal Palace of Coimbra (Portugal), in Gomes, R. V.; Casimiro T.M.; Gomes, M.V. (eds.), *Proceedings of the First International Conference of Portuguese Faience (16th-19th centuries)*, Lisboa, pp. 181-188.
- SILVA, Ricardo C. (2018) Late 16th century glazed ceramics from Coimbra (Portugal), in KARAKAYA, D.; LITTLE, T. G. (eds.), XIth Congress AIECM3 on Medieval and Modern Period Mediterranean Ceramics Proceedings, Istanbul, pp. 407-411.
- SILVA, Ricardo C. (2019a) From de augustan forum to the episcopal palace of Afonso de Castelo Branco an essay on urban archaeology in Coimbra, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses (Monografias AAP, 8).
- SILVA, Ricardo C. (2019b) Lead-Glazed Ware from Coimbra (Portugal): 1550-1600, in BLAZCOVÁ, G.; Matejková, K (ed.), Europa PostMediaevalis 2018: post-me-dieval pottery between (its) borders, Archaeopress, pp. 181-190.
- SILVA, Rodrigo Banha da (2003) Olaria medieval e dos Descobrimentos do Vale do Tejo: um enquadramento, in SILVA, Raquel Henriques da; FERNANDES, Isabel Maria; SILVA, Rodrigo Banha da – Olaria Portuguesa: Do Fazer ao Usar, Lisboa, pp. 35-59.

- TEICHNER, Felix (2003) Dois conjuntos de cerâmicas quinhentistas, provenientes do Convento de São Domingos e do claustro da Igreja de São Francisco, em Évora (Alentejo), *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 6-2, pp. 501-520.
- Torres, Cláudio; Palma, Manuel; Rego, Miguel; Macias, Santiago (1991) Cerâmica islâmica de Mértola propostas de cronologia e funcionalidade, in *A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Lisboa, pp. 497-536.
- Trindade, Ana Rita (2013) Cerâmica dos séculos XV a XVIII do Convento de Santana de Leiria: história e vivências em torno da cultura material, in *Velhos e Novos Mundos Estudos de Arqueologia Moderna*, Lisboa, pp. 527-538.
- VASCONCELLOS, Carolina Michaëlis de (1921) Algumas palavras a respeito de púcaros de Portugal, Coimbra: Imprensa da Universidade.

[texto escrito no antigo acordo]



 $\label{eq:Fig.1} \textbf{Fig. 1} - \textit{Recipientes com superficies alisadas, polimento externo e com pintura a branco.}$

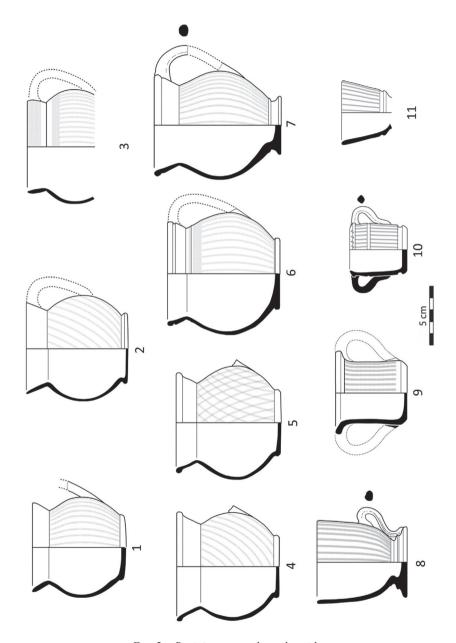


Fig. 2 – Recipientes com listas brunidas.

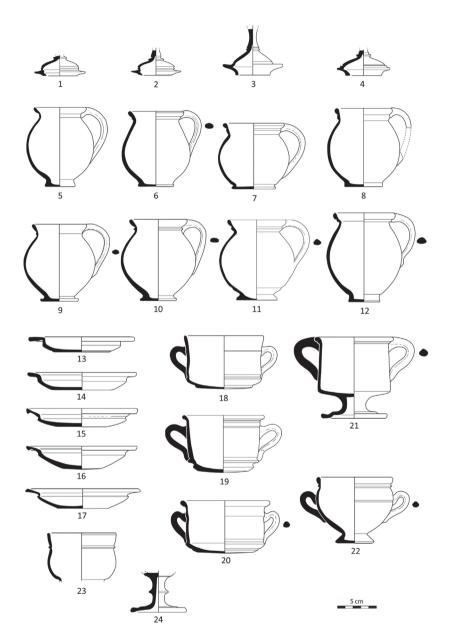


Fig. 3 – Recipientes com aguada de cor avermelhada (des. Sara Almeida).

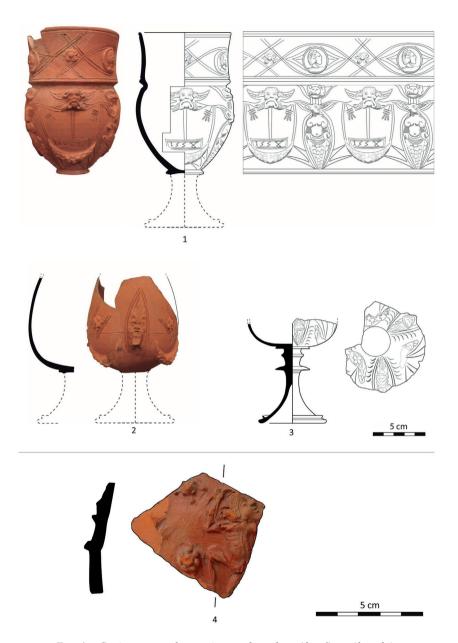


Fig. 4 – Cerâmica com decoração em alto-relevo (des. Sara Almeida).



Fig. 5 – Cerâmica modelada (des. Sara Almeida).

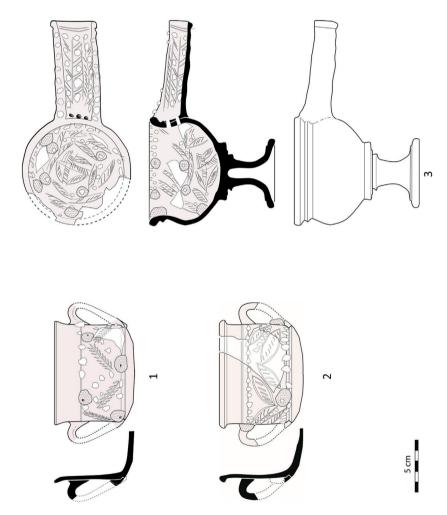


Fig. 6 – Cerâmica empedrada (des. Sara Almeida).

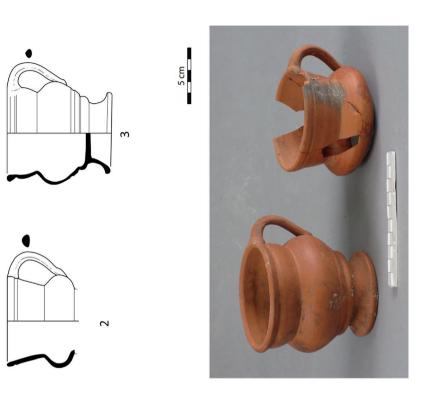


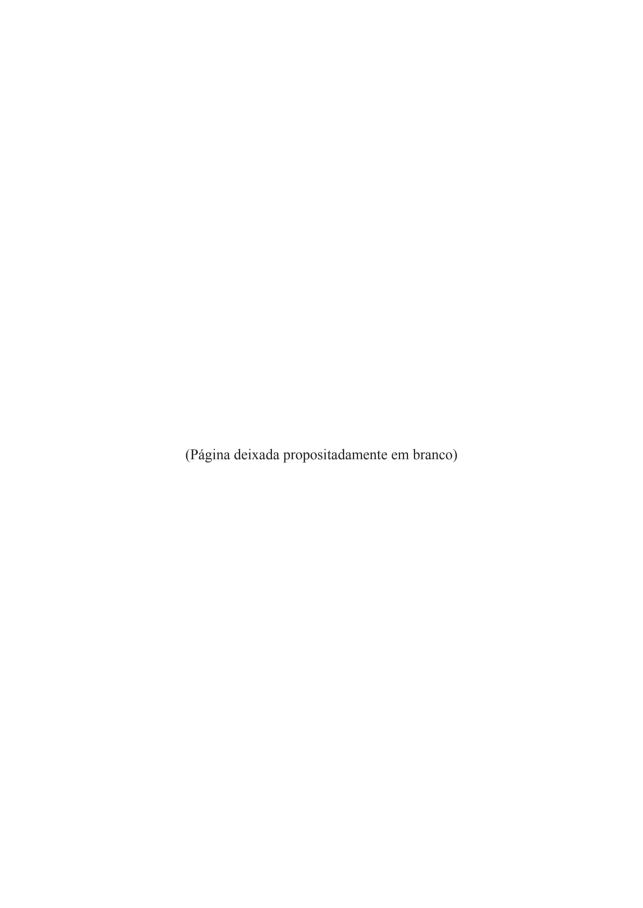
Fig. 7 - Cerâmica brunida ou com engobe brunido.



Fig. 8 – Exemplos de recipientes de beber.

	Fase I	Fase II	Fase III	Fase IV
C. alisada				
C. pintada				
C. polida				
Listas brunidas				
C. aguada				
C. brunida			\bigoplus	\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\
C. relevo				
C. modelada				
C. pedrada				

Fig. 9 – Serviço de mesa (ingestão de líquidos): quadro evolutivo dos púcaros, pucarinhos, canecas, copos, taças de beber e cálices.



RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

DÍAZ-ANDREU, Margarita – A history of archaeological tourism. Pursuing leisure and knowledge from the eighteenth century to World War II, New York: Springer, 2020, 122 pp., ISBN 978-3-030-32075-1

http://doi.org/10.14195/1647-8657_60_8

Margarita Díaz-Andreu é uma referência incontornável no estudo da história da arqueologia, sendo autora de uma obra que, no seu conjunto, permite esclarecer várias ideias acerca do papel dos arqueólogos na construção do mundo contemporâneo. Entre os diferentes temas que tem vindo a abordar, pode ser destacada a análise da relação entre o nacionalismo e a arqueologia, do papel das mulheres na disciplina, e da formação de redes internacionais que concorreram nas dinâmicas sociais e profissionais das práticas arqueológicas. A investigação destes e outros tópicos ajuda a compreender os múltiplos atores, contextos sociais, condições históricas e geografias de poderes que foram conformando a prática arqueológica. Nesta medida, é uma investigação que tem contribuído decisivamente para a discussão da relação entre a arqueologia e os desafios do contexto histórico em que vivemos.

A propósito da compreensão da arqueologia dos dias de hoje que a investigação de M. Díaz-Andreu tem proporcionado, é de destacar o seu livro sobre a arqueologia no século XIX (Díaz-Andreu 2007), no qual discute a relação da disciplina com o nacionalismo, num exercício em que esclarece a disseminação da arqueologia a uma escala global e as diferentes dimensões que a caracterizariam durante o século XX. Este seu novo livro, *A history of archaeological tourism. Pursuing leisure and knowledge from the eighteenth century to World War II*, é um exercício igualmente audacioso, no qual é explorado o papel dos arqueólogos e dos vestígios arqueológicos na emergência do turismo. Este *pequeno livro* oferece, pois, uma perspetiva genealógica das dinâmicas turísticas em que vivemos, salientado o modo como, desde o século XVIII até à 2.ª Guerra Mundial, a arqueologia se encontra em relação com determinadas ideias e práticas de produção de bens culturais que, por sua vez, viabilizam o mercado turístico; um mercado no qual o passado é um recurso de *saberes e prazeres*.

O turismo arqueológico – tema central do livro – é abordado no sentido de compreender a sua importância no processo de profissionalização da

Conimbriga, 60 (2021) 325-329

arqueologia. Esta perspetiva não tem sido devidamente explorada no âmbito da historiografia da disciplina, sendo poucas as publicações que versam sobre este tópico. Uma situação semelhante acontece nos estudos sobre o turismo. nos quais são se encontra explicado o impacte do interesse turístico nas ruínas na prática arqueológica. A autora propõe-se, desta forma, a compreender estas relações, destacando as ruínas como um objeto de curiosidade e lazer a partir do qual se constitui o turismo arqueológico; um sector cuja emergência e consolidação tem repercussões no processo de disciplinarização, institucionalização e profissionalização da arqueologia. A leitura do capítulo introdutório [Capítulo 1] oferece uma cartografia bibliográfica acerca do tema do livro, permitindo compreender como se tem desenvolvido o estudo do turismo em geral e o ponto da situação no que diz respeito ao turismo arqueológico em particular. Tendo em conta o estado da pesquisa nestas áreas, compreende-se bem a necessidade da perspetiva de síntese proporcionada pela leitura deste livro que, organizado de um ponto de vista diacrónico, estabelece uma periodização para as principais dinâmicas históricas em que pode ser pensado o turismo arqueológico. Cada um dos capítulos aborda separadamente as singularidades históricas desses períodos, permitindo compreender o modo como a mudança das condições históricas de diferentes intervalos cronológicos proporciona a transformação de práticas arqueológicas e de turismo arqueológico.

O Capítulo 2 [From Travel to Tourism] começa por convocar um conjunto de aspetos relacionados com a ideia de viagem até finais do século XVIII. Tal exercício permite, por um lado, tecer as diferenças entre "a viagem", uma prática que pode ser documentada em diferentes contextos histórico, e "o turismo", cuia emergência e consolidação se faz a partir do século XVIII em associação a um tipo de viagem, o *Grand Tour*. Simultaneamente, esta viagem estava relacionada com a formação das elites europeias, desenvolvendo-se em diferentes itinerários à escala da Europa, nos quais eram contempladas visitas a ruínas arqueológicas (designadamente, da Antiguidade Clássica em Itália). As ruínas comecam, deste modo, a ser concebidas enquanto locais de conhecimento e de lazer; uma representação destes lugares que seria consolidada com visitas dentro do próprio país. A vontade de conhecer as singularidades regionais dos diferentes países ganharia força durante o século XIX com o nacionalismo, a emergência da classe média e as transformações dos meios de transporte, por exemplo. O Capítulo 3 [The Early Years of Archaeological Tourism: From 1800 to 1870] problematiza esta confluência de fatores, entre os quais, a consolidação das ideias de monumento e história, no imaginário cultural de diferentes grupos sociais, funcionaria como impulso ao turismo arqueológico animado por narrativas associadas à história da nação e à história das civilizações. É neste contexto que começam a aparecer nomes de referência na indústria do turismo, como é o caso Thomas Cook. A crescente especialização e expansão do setor expressa-se na multiplicação do conjunto de produtos que oferece. Uma multiplicação que se pauta, por um lado, pela atualização constante do setor face às inovações tecnológicas que caracterizam este período e, por outro lado, por uma estratégia de consolidação de um imaginário cuja geografia global é pontuada por lugares fascinantes a conhecer. Nesta complexificação, explicada no Capítulo 4 [Promoting the National Past. Archaeology and Tourism in the Late Nineteenth and Early Twentieth Centuries], as ruínas arqueológicas são apresentadas como lugares de mistério e fascínio, cuja visita permite ampliar o conhecimento obtido em contextos muito diferentes, como é o caso dos museus, das escolas ou das exposições universais. O turismo arqueológico foi, deste modo, solidificando o seu peso na indústria do lazer enquanto um serviço que possibilita a experiência de uma visita a locais intemporais.

A leitura dos Capítulo 3 e 4 permite, então, compreender o modo como o turismo arqueológico acompanha a velocidade acelerada do século XIX. permitindo a interiorização e a experiência de um mundo à escala global. Para tal concorrem diferentes condições, desde uma renovação profunda da tecnologia à formação de grupos económicos e financeiros internacionais, que têm como fundo um cenário político pautado por diferentes formas de nacionalismo, colonialismo e imperialismo, e uma dinâmica social que multiplica classes médias com diferentes poderes de compra e gostos culturais. O Capítulo 5 [Archaeological Tourism From the Great War to the End of World War III versa sobre o modo como o turismo cultural respondeu a diferentes momentos de falência e de recombinação das forças sociais, políticas e financeiras durante a primeira metade do século XX. Recombinações das quais resultariam fenómenos muitos distintos (uma maior legislação sobre o património, a introdução de períodos de férias pagas nos direitos dos trabalhadores, por exemplo) que, na sua aparente disparidade, convergem no sentido de consolidar o setor do turismo. Entre os impactes da euforia dos anos 20, da crise financeira, dos regimes ditatoriais e da 2.ª Guerra Mundial, foi-se assistindo às transformações de um setor que foi dando diferentes respostas e alargando/diversificando os seus produtos e consumidores, até começar a apresentar as primeiras manifestações de um turismo de massas; expresso não só no número de visitantes, mas também na necessidade de se refazer a espacialidade das ruínas para permitir a sua visita e manutenção. Estas respostas do turismo arqueológico variam consoante o contexto político, estando o capítulo organizado em diferentes secções no sentido de demonstrar essa variabilidade. Esta organização, que está também presente nos outros capítulos, permite ao leitor compreender bem a diversidade e particularidade das dinâmicas dos diferentes contextos históricos abordados pela autora. Esta estruturação interna dos capítulos facilita a leitura livro e prepara o leitor para o capítulo final, onde são apresentadas as linhas de força que marcariam o turismo arqueológico após a 2.ª Guerra Mundial e os dias de hoje.

A discussão das dinâmicas do turismo arqueológico no pós-guerra é, como refere a autora, o assunto de um outro livro, no qual será necessário atender a diferentes aspetos, como é exemplo a ação da UNESCO, o fim da Guerra Fria, a luta pelos direitos de comunidades indígenas e locais ou o diálogo entre

dinâmicas neoliberais e práticas culturais (p. 121). Porém, se é certo que falta a discussão da emergência de um conjunto de instituições e comportamentos que definem o turismo cultural dos dias de hoje, a leitura deste livro oferece uma perspetiva singular das raízes dos desafios partilhados por quem trabalha, direta ou indiretamente, com o turismo arqueológico. Desafios que passam pela necessidade de pensar em alternativas à hegemonia de determinadas políticas patrimoniais e práticas de consumo de bens culturais. Neste sentido, este livro de Margarita Díaz-Andreu permite repensar as importantes reflexões de Marc Guillaume (2003) sobre o modo como o património tem sido um objeto de normalização de comportamentos ou os estudos de John Urry (2002) sobre a importância do turismo nas possibilidades de subjetivação na sociedade contemporânea, por exemplo.

Este livro permite também compreender melhor um conjunto de questões relacionadas especificamente com o papel dos arqueólogos e os desafios da arqueologia no mundo contemporâneo. A este propósito, é de referir a análise de Lynn Meskell (2018) sobre o papel da UNESCO e de outras instituições na configuração de fenómenos de exclusão que são gerados a partir das ruínas arqueológicas. Esta genealogia do turismo arqueológico avançada por Margarita Díaz-Andreu, dando ênfase a diferentes dimensões da prática arqueológica, permite também situar historicamente um conjunto de reflexões que procuram o sentido público da prática arqueológica (Moshenska, 2017). Um sentido que visa enfatizar o papel de mediador dos arqueólogos em diferentes contextos políticos, sociais e culturais; uma mediação que permite à arqueologia ser uma prática comprometida na promoção de políticas mais inclusivas (e.g. Díaz-Andreu, Pastor e Ruiz, 2016; Holtorf, Pantazatos e Scarre, 2018; IRELAND e SCHOFIELD, 2015). Nesta reorientação da prática arqueológica, o turismo arqueológico pode ser questionado não só como uma atividade na qual as ruínas são espaços de conhecimento e lazer, mas locais de mediação de memórias e identidades. Um trabalho de mediação onde podem ser lançadas as condições para uma maior justiça e bem-estar social.

BIBLIOGRAFIA

Díaz-Andreu, M. (2007) – A world history of nineteenth-century archaeology. Nationalism, colonialism and the past, Oxford: Oxford University Press.

Díaz-Andreu, M.; Pastor, A. and Ruiz, A. (eds.) (2016) – Arqueología y comunidad: el valor social del patrimonio arqueológico en el siglo XXI, Madrid: JAS Arqueología.

GUILLAUME, M. (2003) – A Política do Património, Porto: Campo das Letras.

HOLTORF, C.; PANTAZATOS, A.; SCARRE, G. (eds) (2018) – Cultural Heritage, Ethics and Contemporary Migrations, London: Routledge.

IRELAND, T.; SCHOFIELD, J. (eds) (2015) – *The Ethics of Cultural Heritage*, New York: Springer.

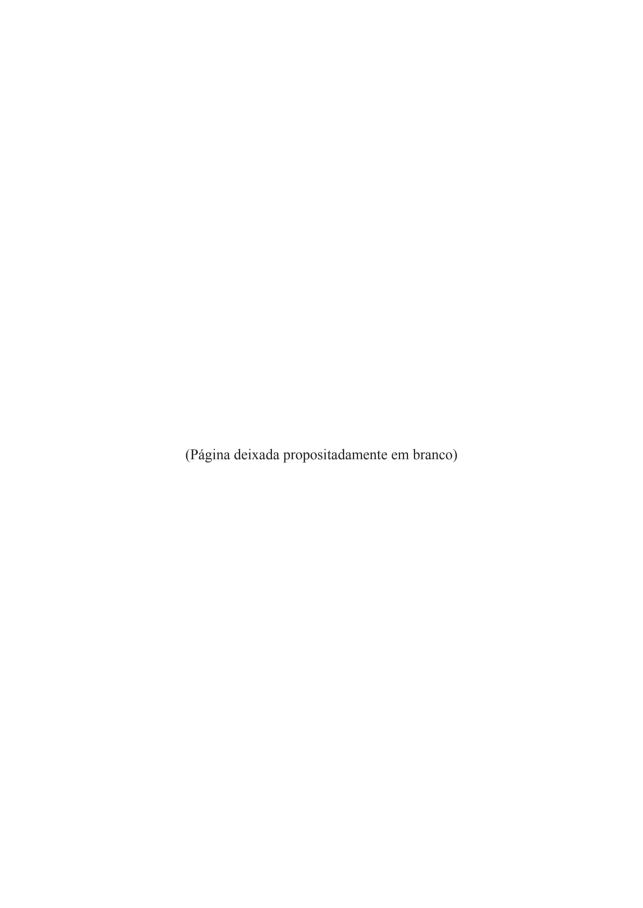
Conimbriga, 60 (2021) 325-329

MESKELL, Lynn (2018) – A Future in Ruins: UNESCO, World Heritage, and the Dream of Peace, Oxford: Oxford University Press.

Moshenska, G. (ed.) (2017) – Key Concepts in Public Archaeology, London: UCL Press.

URRY, J. (2002) - The tourist gaze (2nd ed.), London: Sage.

Sérgio Alexandre da Rocha Gomes *Universidade de Coimbra, CEAACP* sergio.gomes@uc.pt https://orcid.org/0000-0002-7990-9246



Currás Refojos, Brais Xosé – Las Sociedades de los Castros entre la Edad del Hierro y la Dominación de Roma. Estudio del Paisaje del baixo Miño, Bibliotheca Praehistorica Hispana, Vol. XXXV, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Concepção Grafica Estudios Gráficos Europeos S.A, 2019, 541 páginas ilustradas, ISBN: 978-84-00-10592-1

http://doi.org/10.14195/1647-8657 60 9

A Bibliotheca Praehistorica Hispana (BPH) é uma prestigiada coleção de monografías de investigação, fundada pelo Professor Martín Almagro Basch em 1958, editada pelo Departamento de Prehistoria del Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC). O volume XXXV, que me apraz analisar, corresponde à publicação da Tese de Doutoramento de Brais Xosé Currás Refojos, defendida na Universidade de Santiago de Compostela em 2014, que vem assim enriquecer esta coleção com um volume de grande interesse. Este novo livro insere-se no quadro programático desta coleção, aportando uma perspetiva monográfica a um tema assaz pertinente, o mundo Castrejo, conferindo-lhe uma abordagem inovadora com um novo quadro teórico-metodológico de referência.

Conta a obra, com prólogo do Doutor Pedro López Barja de Quiroga da Universidade de Santiago de Compostela e da Doutora Almudena Orejas Saco del Valle do CSIC. Logo a abrir o seu texto, explanam que apesar da obra se delimitar no seu título como centrada numa zona determinada, o baixo Minho, esta tem uma ambição muito maior. Definindo-a como o estudo, "más riguroso y exhausitivo referido a la Edad del Hierro en el noroeste de la Península Ibérica realizado en los últimos años".

Esta obra tem um quadro de enquadramento e problematização prévio, ambicioso, característico das obras de grande fôlego. Pretendendo, empreender o estudo das estruturas sociopolíticas, e das formas de organização das formações sociais da Idade do Ferro no noroeste peninsular, assim como, das transformações que estas experimentam durante o processo de integração no império romano. O ponto de partida para o desenrolar da argumentação, é a análise territorial sistemática dos dados arqueológicos do baixo Minho, e de todo o quadrante noroeste da península ibérica numa perspetiva de arqueologia da paisagem.

Desde as primeiras escavações de Martins Sarmento, no final do século XIX, até às mais recentes intervenções fruto de arqueologia de contrato, produziram-se milhares de páginas que pautam a história da arqueologia do mun-

do dos Castros. Sendo de assinalar que muita desta investigação até meados dos anos oitenta se tenha centrado na fachada atlântica. Esta história da ciência criou um deseguilíbrio entre o interior e o litoral no que diz respeito ao volume de dados. É assim que, as primeiras periodizações do mundo dos Castros, (SIL-VA, 1986), as tipologias cerâmicas (REY CASTIÑEIRAS, 1991), os modelos territoriais (MARTINS, 1990), ou seja a maioria dos dados que entendemos como definidores da denominada "Cultura Castreja", procedam da análise do registo da zona costeira do noroeste. Contudo, a partir da segunda metade da década de oitenta do século passado, emergem vários estudos territoriais levados a cabo em zonas do interior que vêm ampliar a visão de conjunto da Idade do Ferro desta região. É o caso dos estudos em torno da Serra de Cabrera (Sánchez Pa-LENCIA e FERNÁNDEZ-POSSE, 1985), da área de Trás-os-Montes (LEMOS, 1993), do vale de Noceda (ÁLVAREZ GONZÁLEZ, 1993) etc. O trabalho que temos em mãos revela um exaustivo conhecimento da literatura da especialidade, tendo o autor de forma inteligente, equilibrada e crítica, conseguido gerir o crescente e contínuo fluir dos dados sobre as ocupações em toda esta vasta área.

O livro "Las Sociedades de los Castros entre la Edad del Hierro y la Dominación de Roma. Estudio del Paisaje del baixo Miño", estrutura-se em cinco extensos capítulos, onde se abordam diferentes prismas do complexo mundo proto-histórico do baixo Minho, e um capítulo final mais conciso onde se almeja uma conclusão.

O primeiro capítulo prende-se com a análise das formações sociais na Idade do Ferro. De facto, a investigação desenvolveu nas últimas décadas um pertinente debate acerca da caracterização antropológica da estrutura social das comunidades dos castros. As posições oscilam entre os defensores de uma sociedade hierarquizada com elementos próprios de uma aristocracia guerreira e aqueles que defendem a existência de formações sociais segmentárias sem relações de exploração de classe. O autor inicia a abordagem precisamente com um esclarecido debate sobre os diferentes modelos propostos para a área em análise, nomeadamente das Sociedades baseadas no parentesco; O Paradigma hierárquico; O Celticismo; as *Societés à Maison* e as Sociedades Segmentárias, apresentando uma visão crítica da investigação atual sobre a Idade do Ferro do Noroeste. Após essa revisão, propõe uma redefinição do Modelo Segmentário de E. Durkheim, aplicando-o como proposta explicativa para as comunidades indígenas do noroeste.

No segundo capítulo, empreende-se a aplicação deste modelo, "El Baixo Miño, una Sociedad Segmentária". Pretendendo-se levar a cabo a análise das formações sociais anteriores ao século II a.C. através da análise do estudo do conjunto dos 166 povoados do baixo Minho. A questão de base subjacente é a da validação da hipótese da existência de uma uniformidade estrutural na organização socioeconómica e nas estratégias territoriais, nesta região até à chegada dos exércitos romanos. Com esse fim analisa-se a história das comunidades humanas que ocuparam estes povoados fortificados alcantilados ao longo de cerca de mil anos, desde a Idade do Bronze até ao final da Idade do Ferro. O Castro represen-

ta o nível base dentro da estruturação política e constitui o marco de referência para as relações intercomunitárias. Assim, segundo o autor, o mais significativo do espaço social castrejo é a formação de uma paisagem dividida marcada pela equivalência de todos os povoados e a ausência de uma hierarquização. O povoamento organiza-se de forma mecânica, por meio de uma replicação de agregados equivalentes, quer em dimensão quer em estrutura e organização interna, não se verificando a existência de um centro político administrativo. Teríamos assim, uma organização territorial durante a Idade do Ferro definida por uma estruturação política descentralizada e igualitária do povoamento.

Na terceira parte do trabalho, o autor pretende ampliar a análise, estendendo ao conjunto do noroeste a hipótese do modelo segmentário. Para avaliar os padrões de dispersão e as dinâmicas de interação no povoamento da Idade do Ferro, apresenta um impressionante mapa, com a cartografia onde se tenta mapear todos os castros do quadrante norte ocidental da Península Ibérica, com um total de 4339 povoados. Não deixa de ser esmagador este volume de informação, para um investigador, como é o caso do autor destas linhas, que trabalha na área do baixo Tejo e península de Lisboa, onde na melhor das hipóteses podemos cartografar para as mesmas épocas umas escassas centenas de sítios. O Castro é definido neste trabalho como uma aldeia campesina, claramente delimitada e demarcada por meio de um recinto definido mediante elementos artificiais que podem funcionar com um sentido defensivo, mas que sobre tudo servem para marcar a individualidade do grupo e a sua projeção no território. A paisagem castreja forma-se assim pela representação da individualidade de cada comunidade respeitante às demais.

No quarto capítulo aborda-se o estudo das particularidades da estrutura sociopolítica das formações sociais dos castros da Idade do Ferro dentro do modelo segmentário. Cada comunidade contrapõe-se às outras, ou seja, um grupo para existir como unidade autónoma com entidade política própria necessita do outro para se opor. De acordo com esta leitura de Currás Refojos. "a dialética entre o isolamento e a interação, oposição e integração, constitui a base do funcionamento da oposição complementaria que rege as esferas da interação intercomunitárias". O antagonismo generalizado entre as comunidades castrejas funciona como elemento de afirmação de cada grupo. Contudo a guerra, apesar de estar presente neste contexto, não é entendida neste estudo como elemento capaz de determinar a estruturação social. Apresenta-se uma pertinente revisão dos elementos de armamento presentes nos contextos proto-históricos do noroeste, com uma cartografía atualizada. Permitindo uma reconstrução da panóplia do guerreiro da Idade do Ferro desta região, formada basicamente por armas ligeiras e curtas. É interessante os paralelos traçados entre os vestígios físicos desse armamento e a sua representação da arte rupestre do vale do Côa. No plano de estruturação social, cada comunidade castreja forma-se por um conjunto de unidades domésticas, equivalentes entre si e que acedem de forma igualitária aos meios de produção. Estaríamos assim perante uma organização política de carácter coletivo, que teria por base o tamanho das aldeias fortificadas, com grupos humanos que normalmente não superavam as 150-200 pessoas. Por último, neste capítulo aborda a complexa questão dos contactos com o mundo mediterrâneo, que tanto têm vindo a ser valorizados nos últimos anos. A revisão dos dados e a sua devida contextualização, vem demonstrar que essas relações de intercâmbio existem de facto, contudo, têm um carácter esporádico muito pouco regular. Sendo que a maioria dos materiais valorizados como púnicos, corresponde na sua maioria já a importações datadas do período romano republicano.

O quinto capítulo aborda o processo de integração no Império Romano. O desembarque dos exércitos de Roma na península Ibérica, marca um antes e um depois nas comunidades indígenas do noroeste. Assiste-se ao colapso do modelo segmentário e à aparição da hierarquização e estratificação social. Para Currás Refojos, não é possível compreender a evolução das sociedades dos castros a partir do século II a.C. sem introduzir Roma, na equação dos processos históricos de mudança. Com a chegada de Roma, surgem as primeiras fontes escritas, contudo o que conhecemos pelas referências literárias para esta época é muito escasso e fragmentário. Desde o final do século II a.C., durante o século I a.C. e até as Guerras Cantábricas sucedem-se uma série de incursões na zona do noroeste. Como é bem assinalado, essas operações militares, como aliás o processo de conquista da fachada atlântica, não responde a um esquema organizado de conquista, antes pelo contrário decorre das necessidades conjunturais dos generais romanos no marco das guerras civis que durante parte do seculo I a.C. tem como cenário o extremo ocidente peninsular. Aborda-se a problemática da eventual integração do noroeste na província da *Ulterior*, assim como, da efémera província Transduriana, que terá funcionado durante o desenrolar das guerras Cântabras, e que nos demonstra a perceção de este ser um território singularizado.

Em súmula a organização do território nesta fase, plasmado pelo registo arqueológico, leva o autor a interpretar como demonstrativo da destruturação do modelo político territorial segmentário sendo este substituído por um novo sistema social. Destaca-se nesse novo modelo, o emergir dos grandes castros, as nossas citânias, que materializam uma nova articulação político territorial. Podendo esta restruturação do povoamento ser explicada por movimentação de populações na sequência do processo de conquista, correspondendo estes à aparição de comunidades favorecidas pela sua colaboração com Roma e o surgir de novas formas de alianças e enfrentamentos entre grupos. De qualquer forma, dentro da nova configuração do território não existem indícios claros de que os grandes castros possam ter atuado como centros de poder, com capacidade para englobar um conjunto de povoados subordinados. Com o final das Guerras Cântabras e o início do principado de Augusto começa um novo processo de mudança em que o poder de Roma se estende de forma sistemática a todo o território. O vale do Minho é assim aglutinado numa lógica provincial, numa nova entidade política administrativa a *Civitas* dos *Grovii*. A definitiva dissolução da entidade política do

castro dentro do marco da Civitas conduz gradualmente à sua desaparição enquanto forma de povoamento.

Esta obra, que aqui tentamos recensear apresenta-se como uma abordagem de largo espectro ao complexo e multifacetado mundo dos Castros, evidenciando uma abordagem inovadora, sendo sem dúvida um marco de referência futuro. Ainda que possa ter interpretações distintas do autor, em relação a algumas das leituras e propostas, não posso deixar de sublinhar o amplo quadro teórico-metodológico de referência de que se muniu. Um dos aspetos que mais me marcou foi sem dúvida a forma como aborda o processo de conquista e consolidação militar do poder de Roma nestas latitudes mais setentrionais. Ainda que à data em que assina este trabalho pouco se sabia sobre a efetiva presença militar e sobre a presença de acampamentos romanos nesta região, nos últimos anos essa tem sido sem dúvida uma nova revolução na arqueologia desta região.

Resta referir a excelente qualidade gráfica da paginação e do design deste volume, convidando os interessados na história e arqueologia da Lusitânia e da Tarraconense a apreciarem e aprenderem com esta marcante publicação.

BIBLIOGRAFIA

ÁLVAREZ GONZÁLEZ, Y. (1993) – Arqueología del paisaje: modelos de ocupación y explotación en el valle de Noceda (León) durante el tránsito del mundo prerromano al romano, Tese de Doutoramento, Universidade Complutense de Madrid. Durkheim, E. (1987) – La división del trabajo social, Madrid: Akal.

Lemos, F. S. (1993) – *Povoamento romano de Trás-os-Montes oriental*, Tese de Doutoramento, Universidade do Minho.

MARTINS, M. (1990) – O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado, *Cadernos de Arqueologia. Monografias* 5, Braga: Universidade do Minho.

REY CASTIÑEIRAS, J. (1991) – Yacimientos castreños de la Vertiente Atlántica: análisis de la cerâmica indígena, Tese de Doutoramento, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, Universidade de Santiago de Compostela.

SÁNCHEZ PALENCIA, F. J.; FERNÁNDEZ-POSSE, M. D. (1985) – La Corona y el Castro de Corporales I. Truchas (León). Campa~mas de 1978 a 1981. Excavaciones Arqueológicas en España. 141, Madrid: Ministério de Cultura.

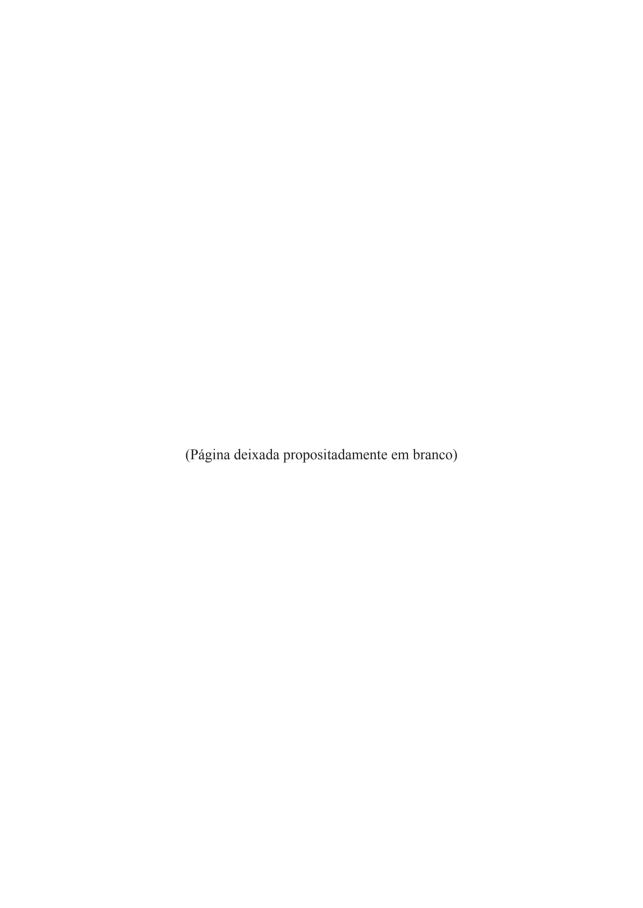
SILVA, A. C. F. da (1986) – A cultura castreja no noroeste de Portugal, Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Pacos de Ferreira.

João Pimenta

Centro de Estudos Arqueológicos Vila Franca de Xira

- CEAX | Universidade de Lisboa

- UNIARQ (Centro de Arqueologia), Faculdade de Letras
joao.marques@cm-vfxira.pt
https://orcid.org/0000-0001-5149-5566



Kehrer, Nicole (ed.) – Ausgegraben 6 / Excavated 6. Aerial Photos from the Archives of the Germain Archaeological Institut, Deutschen Archäologischen Instituts, 2020, 116 pp., ilustradas.

http://doi.org/10.14195/1647-8657 60 10

Sente como está bem polida e ainda luzidia a superfície deste caco que chamamos de *terra sigillata*, apesar de enterrado há mais de dois mil anos! Não é uma beleza?

Este poderia ser o tom duma conversa entre a arqueóloga e um amigo leigo nessas andanças, que torcera o nariz quando a amiga manifestou entusiasmo estético perante algo que, para ele, não passava de mui singelo caco abandonado; sim, poderia ter sido pelos Romanos, mas abandonado por já não ter préstimo algum!

Causa estranheza ter como bibelô na estante uma das cunhas — chamemos-lhes assim — de pedra vulcânica, talhadas em forma de pirâmide quadrangular, que serviam para compor uma parede de *opus quadratum* na cidade de Óstia. É que, além de mostrar a perícia dos construtores romanos, a peça detém, em si, alguma beleza, mais não seja pela sua leveza e aspecto deveras singular. ¿E não são 'bonitos' um machado de pedra polida neolítico ou uma placa de xisto com desenhos antropomórficos?

Ao visitar as ruínas de uma *villa* romana, de que apenas se enxerga pouco mais do que os alicerces dos muros e, quando muito, um ou outro mosaico ou resto de parede com um fresco incompleto, quem não é desta área científica poderá perguntar por que razão tanto se afadigam os arqueólogos, tanto lutam para preservar uma área em que somente inexplicáveis ruínas se enxergam.

Pouco a pouco, no entanto, mediante sobretudo a criação de centros de interpretação nos monumentos mais vistosos, o que de histórico-científico essas ruínas representam já começa a ser mais cabalmente apreendido. Acontece, porém, que não é apenas ciência, informação histórica que desses incompletos muros se desprende: há, queiramos ou não, um halo de poesia, de beleza a envolvê-los e que nem todos logram captar. E recordo a evocação da *villa* romana de S. Cucufate. No final do volume que lhe dedicou, Jorge de Alarcão exclama:

"Ficou deserto o casarão, pasmado, amargurado de tanta solidão. Agora, quem o visita, se o souber compreender, o ressuscita".

E, neste caso, o Povo o soube ressuscitar e até lhe dedicou uma das suas modas ao jeito tradicional (cf. http://hdl.handle.net/10316/88737).

Poesia se desprende igualmente de um sítio mítico qual o santuário de Panóias, perto de Vila Real, em Trás-os-Montes. Miguel Torga não hesitou em escrever, a 6 de Outubro de 1951, numa das suas repetidas peregrinações ao local:

"Volto a este livro das pedras, onde o passado deixou gravadas as suas devoções. Estou nisto: coisas que falem, que respondam" (*Diário* VI, 1953).

E também o arquitecto Alberto de Souza Oliveira se deixou contagiar pela magia do local. Dos 20 desenhos a preto e branco que constituem o seu álbum (*Panóias*, IPPAR, Vila Real, Setembro de 2005) desprende-se, na verdade, o encantamento que a todos envolve ali, na evocação, escreve, "dos rituais, das imolações, dos sacrifícios, das libações, dos chamamentos, das procissões, dos uivos e dos gritos, das vísceras, do culto, do sangue, das lágrimas..." (cf. http://hdl.handle.net/10316/80360).

Fez o Instituto Arqueológico Alemão uma primeira abordagem fotográfica – com intuitos estéticos – de sítios arqueológicos portugueses na exposição *Blick, Mira, Olha!*, patente no Centro Cultural de Cascais, de 12 de Novembro de 2011 a 15 de Janeiro de 2012.

O álbum *Ausgegraben* ora publicado mostra significativas fotografias aéreas escolhidas dentre o bem recheado espólio do Arquivo Fotográfico do DAI. Explica Friederike Fless, o presidente do DAI, no prefácio do álbum, que, tratando-se, muitas delas, de fotografias feitas antes da possibilidade de utilização de aviões ou, na actualidade, dos utilíssimos drones, nem sempre se logra saber como é que os arqueólogos conseguiram obtê-las. ¿Com pequenos balões? Certamente, a princípio. ¿Ou panorâmicas tomadas a partir de pontos altos próximos, a fim de o arqueólogo ter uma panorâmica do conjunto? Mas, comenta, "torna-se difícil de imaginar, hoje, quanto de engenhoca, ingenuidade e esforço então se requeria para obter uma vista do céu", como a das aves.

Um documentário, portanto, do maior interesse, que abarca 112 sítios, desde Pérgamon a Vetulonia, passando pelas rochas em degraus da antiga Thera, em Santorini, escavadas em torno do ano 1900 (p. 58-59); pela colina de Fuente Alamo, da Idade de Bronze, escavada de 1977 a 1999 (p. 68-69); pela maravilha do castro do Zambujal no seu enquadramento total (fotografia de 2018 – p. 79); pelo nuraga Arrubiu, da Sardenha, "cujas muralhas vermelhas se destacam da fresquidão verde do planalto" (p. 74-75); e também pela trapezoidal Piazza del Campidoglio, em Roma, rodeada de edificios da Renascença, tendo no centro a estátua equestre, de bronze, do imperador Marco Aurélio, uma imagem captada nos anos 50 do século passado.

As fotografias ocupam toda a página do lado direito; na da esquerda, em Alemão e em Inglês, uma breve explicação do seu contexto histórico-arqueológico. Na pág. 114, o rol dos autores das imagens; na 115, significativamente, quatro imagens a mostrar as fases por que se passou: a arqueóloga em cima

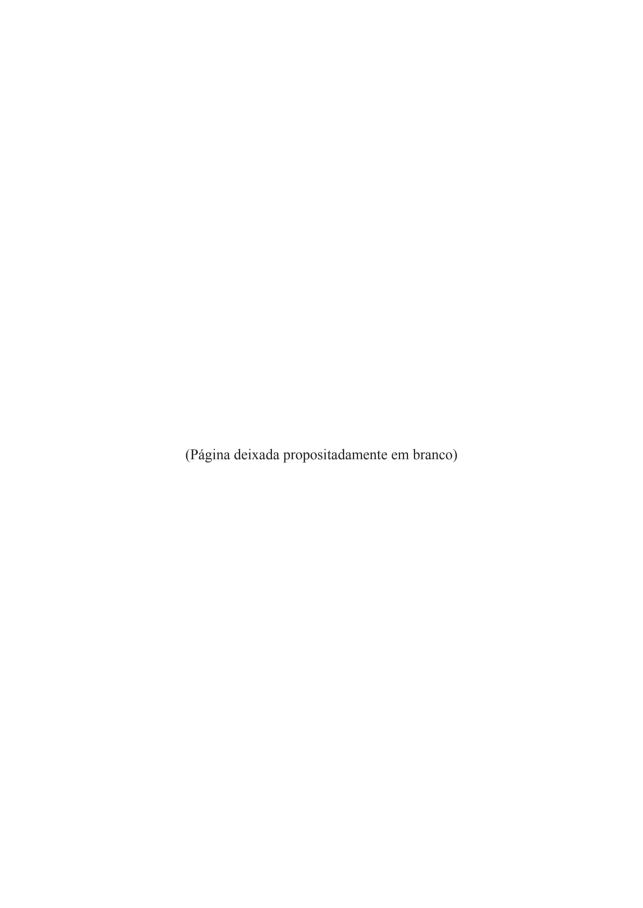
de grande escadote, de amplo guarda-sol a proteger a máquina fotográfica; um dirigível; uma avioneta; e, por fim, um drone.

Dizer que é um álbum magnífico, em mui adequado papel couché, é pouco, porque, na verdade, consubstancia um hino à tenacidade dos arqueólogos que nos antecederam para nos permitir, hoje, uma leitura melhor do que são os sítios arqueológicos.

Um caco de *terra sigillata* tem, de facto, a sua beleza; mas ele constitui um elemento da História e só o contexto em que foi encontrado lhe dará o seu real valor. E para os contextos é que este álbum chama particularmente a atenção. Só do alto se acaba por compreender melhor o que na superfície se topa. Como só do alto se logra perceber porque é que os geoglifos da Pampa de Nasca, no Peru, o seu conhecidíssimo gigantesco colibri por exemplo, serviram para as comunidades que aí viveram entre 200 a. C. e 600 d. C. os utilizarem nos seus cultos da água e da fertilidade (p. 14).

José d'Encarnação Universidade de Coimbra, Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património jde@fl.uc.pt https://orcid.org/0000-0002-9090-557X

[texto escrito no antigo acordo]



FERNÁNDEZ CORRAL, Marta – La Epigrafía Funeraria de Época Romana del Área Autrigona – Conmemoración, relaciones familiares y sociedad, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2020, Anejos de Archivo Español de Arqueología, LXXXIX, 184 páginas ilustradas, ISBN: 978-84-00-10652-2

http://doi.org/10.14195/1647-8657 60 11

Estamos perante o resultado da investigação levada a efeito, sob direção da doutora María Cruz González, no quadro de um projeto inserido no programa do Governo Basco destinado ao aperfeiçoamento dos investigadores doutorados, dirigido pela doutora Estíbalis Ortiz de Urbina, ligado também ao grupo de investigação orientado pelo professor Joaquín Gorrochategui.

Autrigonia é uma região do Norte da Hispânia, a leste da Cantábria, estendendo-se para sul da povoação marítima de Castro Urdiales, a romana *Flaviobriga*, na margem do Mar Cantábrico, e penetrando pelo interior até aos territórios atribuídos aos *Turmodigi* e aos *Pelendones*.

Como todos os ramos científicos, também a Epigrafia passou, ao longo dos séculos, por fases diversas, ainda que nunca diminuindo o interesse dos investigadores por essas aparentemente enigmáticas 'pedras com letras'. Iniciou-se como ciência de pleno direito na 2ª metade do século XIX, alcandorada, então, a domínio singular de pesquisa sobre a época romana mediante o empreendimento do *Corpus Inscriptionum Latinarum* lançado *urbi et orbi* pela Academia das Ciências de Berlim. A preocupação: registar, ler, guardar.

Assistiu o 3º quartel do século XX à multiplicação de *corpora* geograficamente localizados, não só porque, desta sorte, se justificavam ou fortificavam desejos autonómicos, mas também porque era tarefa a exigir o melhor conhecimento do território. Em Espanha, por exemplo, cada Diputación Provincial patrocinou o seu *corpus* epigráfico romano, o mesmo tendo acontecido com as entidades regionais portuguesas; temos, por isso, o território peninsular totalmente estudado, não sendo depreciável o apoio manifestado por inúmeras revistas de História Antiga e de Arqueologia que albergaram nas suas páginas esses estudos. O seu desenvolvimento foi tal que se lançou mão à publicação, em 1982, do *Ficheiro Epigráfico*, complemento da revista *Conimbriga*, expressamente destinado a dar a conhecer os novos achados; contando com 210 números editados, nas suas páginas se publicaram mais de 750 epígrafes inéditas até final de 2020.

Todo esse vertiginoso incremento determinou a criação de bases de dados, que, a par das revistas consagradas *L'Année Épigraphique* e *Hispania Epigraphica*, muito vieram facilitar a pesquisa: a *HEp* passou a ter a sua base de dados *on line* – http://eda-bea.es/ – e Manfred Clauss, por exemplo, criou a EDCS, *Epigraphik-Datenbank Clauss Slaby*, acessível em http://www.manfredclauss.de/gb/ . Esses progressos despertaram o otimismo da Autora, ao encarar, no final da sua pesquisa, "a possibilidade de virmos a contar, no futuro, com mais informação fiável e pormenorizada e com mais epígrafes de todo o Império, o que permitiria realizar estudos de grande alcance, onde se poderia comparar e combinar a informação sobre a sociedade na época romana" (p. 82).

É certo que novas epígrafes se vão encontrando; contudo, o que hoje se torna já viável e importa que se trilhe é o caminho das análises globais, do uso mais aprofundado da epígrafe e, sobretudo, de um conjunto mais ou menos homogéneo de inscrições como fonte histórica.

O livro de Marta Fernández Corral vem precisamente nesse sentido: selecionou as inscrições funerárias identificadas na Autrigónia e – como assinala no subtítulo – elas vão servir-lhe de base para lançar luz sobre o conceito de "comemoração"; sobre as relações familiares detetadas nessa zona da Península Ibérica (são os parentes os habituais promotores das homenagens) e, também, acerca da sociedade que lhes está subjacente.

Depois de, na introdução, estabelecer os limites cronológicos e geográficos do estudo e dar conta da metodologia utilizada, aponta as características gerais dos aspetos tipológicos e decorativos das epígrafes em estudo; discute os critérios de datação e entra no primeiro capítulo importante, o da onomástica, na medida em que é com base nessa análise que se tecerão considerações de índole linguística, nomeadamente a interação entre os antropónimos etimologicamente latinos, os de raiz indígena e os de conotação grega. É, porém, no capítulo seguinte, o 5°, que a nova perspetiva de enquadramento se ensaia, no relacionamento das práticas funerárias no âmbito do que designa "comemoração".

Não há dúvida que – indo ao encontro do trajeto feito nessa disciplina – a Autora acaba por apresentar em cada um dos capítulos a síntese dos conhecimentos adquiridos até ao presente, as conclusões a que se chegou e são aceites pelos epigrafistas.

Haverá, porventura, inevitáveis repetições que vêm a talhe de foice quando enveredamos por um raciocínio; mas não advirá daí problema, pois é sempre melhor repetir que omitir. E, nesse aspeto, diga-se, Marta Fernández Corral está cabalmente ao corrente do que de mais atualizado existe em termos de ciência epigráfica, quer no vasto conhecimento da bibliografia, quer no adequado manejo dos conceitos. Quiçá se tenha deixado enredar, aqui e além, nas referidas repetições e isso deve-se a uma opção gráfica, provavelmente derivada da opção económica: é que o livro não é denso, é densíssimo! Caracteres em módulo pequeno, paginação a duas colunas, parágrafos extensos. Talvez

por isso se preferiu um sumário minucioso, em que o ponto 7.3 (o catálogo das inscrições) tem uma entrada para cada uma das 110 inscrições! Apesar da aparência, o volume é, pois... monumental!

Ao pegarem de novo num *corpus* que já está feito, necessitam os autores de justificar essa retoma. O objetivo de Marta Fernández Corral está, pois, definido no subtítulo: "Conmemoración, relaciones familiares y sociedad". Que as epígrafes funerárias constituam elemento eficaz e válido para se determinar o meio social que as viu nascer é bem claro. Já Ian Morris o sublinhara no livro, citado, *Death-ritual and Social Structure in Classical Antiquity* (Cambridge University Press, 1992) e, alargando esse conceito ao período entre 1850 e 1920, Kenneth L. Ames escreveu "Ideologies in stone: meanings in Victorian gravestones" (*Journal of Popular Culture*, 14:4, 1981, pp. 641-656). Não admira, por isso, que logo em 1961, Marcel Durry tivesse proposto uma reabilitação das "funerariae" (*Revue Archéologique* 1, 1961, pp. 11-21), atendendo às revelações surpreendentes que os epitáfios romanos nos fazem acerca dos costumes, de tal modo que não hesitou em proclamar: "Je m'intéresse davantage aux moeurs" (p. 21). E já não referimos quanto de eloquente mensagem nos transmitem os epitáfios em verso.

Transparece deste *corpus* uma população que rapidamente adotou essa "cultura epigráfica" – como a autora amiúde assinala – mas que aparenta não ter ido muito além, inclusive no que concerne à decoração dos monumentos (a exuberância do monumento de *L. Valerius Paternus* – nº 60 – constituirá, sem dúvida, mui requintada exceção).

Importava justificar, como se disse, a revisitação a estas epígrafes, para ficarmos com ideia do seu conjunto e dele se tirarem ilações. Daí a referida inclusão de palavra *comemoração* no subtítulo do volume. Compreende-se o que a autora quer dizer: o epitáfio constitui a forma ideal de o agregado familiar ou elementos significativos desse agregado serem recordados *para sempre*, para utilizarmos a expressão saída da boca do profeta: "Oh! Quem me dera que as minhas palavras fossem escritas num livro, ou gravadas em bronze com estilete de ferro, ou esculpidas em pedra para sempre!" (Job, 19, 23).

Pergunto-me, todavia, se 'recordar' equivale a 'comemorar'. ¿Não será este um termo demasiado solene, a implicar 'festa', que, neste caso da Autrigónia, a singeleza das epígrafes parece não configurar? De resto, é nesse sentido que a Autora prefere acentuar a função, em seu entender, própria do epitáfio: além de ser o "guardião da memória do falecido" (p. 52), apresenta-se também como "um meio de promoção social, prestígio ou autorrepresentação". O seu êxito, acrescenta, "é entendido como a expansão de uma nova linguagem de poder que situa as pessoas aí representadas numa posição privilegiada perante a sua comunidade" (p. 80). Nesse âmbito da 'comemoração' se inclui, pois, o banquete funerário.

A Autora rejeita, naturalmente, a ideia de que os epitáfios com menção da idade possam servir de base a estudos demográficos, rejeição há muito preconizada. Sugere, porém, que a intenção de "representar as pessoas com idade

superior à real – provavelmente inclusive fictícia – estaria relacionada com o prestígio de que gozavam os membros de idade mais avançada da sociedade" (p. 81). Esta interpretação ainda não fora apresentada, que eu saiba, e não deixa de ser sugestiva; carecerá, creio, de algum apoio documental, nomeadamente em passagens dos textos de autores romanos donde tal se possa depreender.

Afirma também Marta Fernández Corral que "a informação que temos para esta época nos mostra uma sociedade patriarcal, onde o papel da mulher seria secundário especialmente na vida pública" (p. 81). Contrapõe-se, todavia, essa afirmação ao facto, amiudadas vezes documentado, de que é saliente o papel da mulher na epigrafia, sendo as inscrições funerárias e votivas aquelas em que a sua ação pública pode manifestar-se.

Cada uma das fichas do *corpus* obedece ao esquema habitual: foto (em geral, boa), texto em capitais, texto desdobrado, tradução, suporte, material, descrições, decoração, lugar de conservação, paradeiro, campo epigráfico, dimensões, tipo de letra e bibliografia (nenhum dos documentos está inédito, a crer nas tábuas de concordância das pp. 189-191).

Para quem se dedique ao estudo da onomástica a partir das epígrafes, não resulta fácil a omissão de um comentário antroponímico, ainda que breve, em cada ficha. Pode sempre partir-se da ideia de que essa reflexão foi feita nas páginas anteriores, de síntese; mas a ausência de um índice onomástico torna essa pesquisa morosa.

Exemplifico.

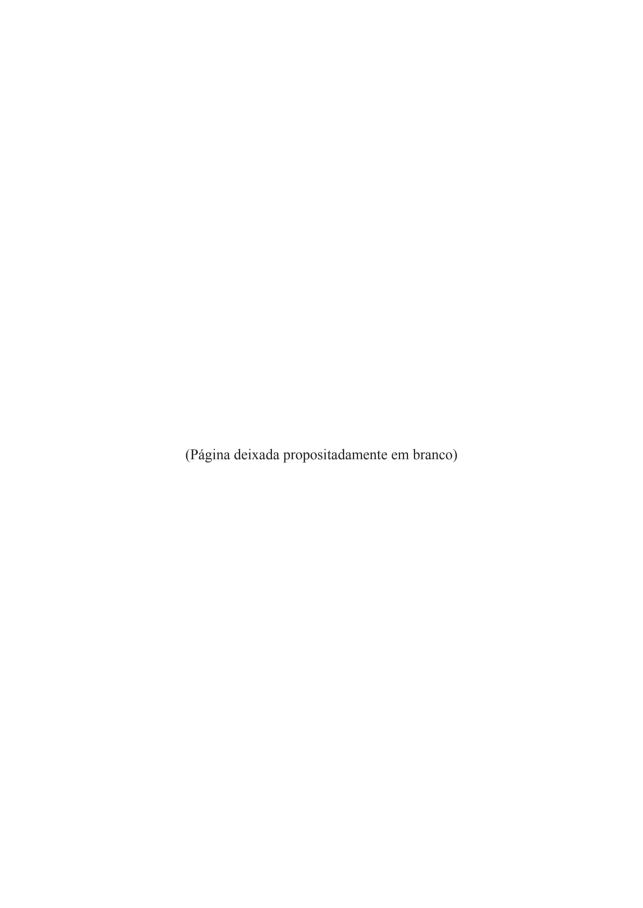
Chamou-me a atenção o nº 3, não apenas por ser inscrição picotada e num "bloque fluvial" – duas características que, de per si, já são notáveis – mas pelo texto: ALIONO / AREIECO / CAMALI F(*ilio*). A autora considera tratarse de "Aliono Areieco, hijo de Camalo". Consultando HEpOL, encontramos, sob o nº 16679, *Horatius Alionus*, filho de Ligiro. Ou seja, se no 1º caso, *Alionus* poderia ser um gentilício (há, todavia, o gentilício *Alionius* documentado em CIL II 799); no 2º exerce claramente as funções de *cognomen*. Ocorre, pois, interrogarmo-nos sobre a função do vocábulo *Areieco*. Ao comentar esta epígrafe, em HEp 10, 2000, nº 80, Eugenio Luján, não repudiando a hipótese de o defunto ter sido identificado com dois nomes, pergunta se não deverá entender-se *Areieco(n)*, ao jeito dos genitivos do plural das designações etnonímicas, designando, por isso, uma gentilidade ou, para usarmos a terminologia de Lourdes Albertos, uma unidade suprafamiliar: "dos Areiecos". Quiçá este documento poderia, portanto, ser chamado à colação no âmbito do estudo da sociedade; porventura, foi.

Também me despertou interesse o epitáfio de *Antonia Flavina* (nº 31, pp. 103-104), gravado com goiva na dureza do quartzito de um bloco fluvial, alisado por força da erosão das águas. É igualmente o aproveitamento, sem necessidade de prévia preparação, de um elemento pétreo disponível na zona, que, pela posição da epígrafe, tal como a do nº 3, indicia a sua prístina utilização vertical, sobre a sepultura ou à sua cabeceira. Aqui, apesar da rudeza do conjunto, o que impressiona é a aculturação, a absorção da "cultura epigráfica"

de que atrás se falava, patente, em 1º lugar, na onomástica, que é latina e usada à maneira romana, e, em 2º lugar, na inserção da pontuação correta e no cuidado posto em utilizar os nexos, bem clássicos — o triplo em ANT, os habituais duplos em NI, AE e AN — para que a paginação obedecesse à lógica textual, o que denuncia um *ordinator* bom conhecedor das regras. Sintoma de que se está no limiar dessa aculturação é a filiação indicada por meio do gentilício: ANT(*onii*) F(*iliae*).

Pormenores, enfim, que não constituíam objetivo do trabalho em apreço, mas que só depois de termos esta visão de conjunto nos é possível salientar. Em jeito de sugestões para uma segunda fase da abordagem a este excelente *corpus* das inscrições da *Autrigonia*.

José d'Encarnação Universidade de Coimbra, Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património jde@fl.uc.pt https://orcid.org/0000-0002-9090-557X



CAPELLINI, Simona e CORTI, Carla – *FIAT LUX. Le lucerne del museo* "*Gaetano Chierici*" di Paletnologia di Reggio Emilia, Deputazione di Storia Patria, Fonti e Studi – 9, 2020, Reggio Emilia, ISBN 978-88-944168-4-8.

http://doi.org/10.14195/1647-8657 60 12

Com o fim de celebrar o bicentenário do nascimento do arqueólogo italiano Gaetano Chierici, entre os vários eventos levados a cabo, no ano de 2019, foi autorizada pelos Musei Civici de Reggio Emilia, uma actualização, com consequente estudo, do *corpus* de lucernas do Museu de Gaetano Chierici, constituído por um total de cerca de 200 exemplares, a qual foi publicada, no passado mês de Novembro de 2020, na colecção Fonti e Studi – 9, da autoria das arqueólogas italianas Simona Capellini e Carla Corti, das Universidades de Bolonha e de Pádua respectivamente, num total de 247 páginas.

As primeiras páginas do livro FIAT LUX são dedicadas a pequenos textos que reflectem, o primeiro, uma apresentação do catálogo da responsabilidade de Giuseppe Adriano Rossi, presidente della Deputazione di Storia Patria; o segundo, um preâmbulo da autoria de Roberto Macellaria, antigo conservador das colecções arqueológicas dos Musei Civici di Reggio Emilia, que faz uma curta resenha sobre a actividade arqueológica do museu de Gaetano Chierici; e, finalmente, uma curta introdução de Alfredo Bonopane, da Università de Verona, que realça o estudo das autoras sobre as lucernas chamadas *Firmalampen* de produção do Norte da Itália.

A partir daqui, as autoras apresentam o estudo do espólio existente das lucernas do Museo Gaetano Chierici que vão constituir o catálogo FIAT LUX.

Este encontra-se estruturado em quatro partes indicadas por números romanos maiúsculos que passaremos a analisar.

O estudo da Parte I do catálogo é da responsabilidade de Carla Corti, onde a investigadora esclarece o leitor sobre as origens do espólio das *lucernae fittilli* que vai ser apresentado e que constituem a coleção do Museo.

Estas provêem da obtenção de espólios arqueológicos encontrados em escavações efectuadas por Gaetano Chierici e de ofertas de particulares ao antigo Museo di Storia Patria de Reggio Emilia.

A autora subdivide esta parte em duas subpartes, fazendo uma súmula na primeira, 1.1, sobre a história daquele museu e da influência levada a cabo de forma inequívoca por Chierici (p. 12) para o estudo da cultura material da Idade Clássica.

A segunda parte, 1.2, serve para a autora apresentar uma primeira aproximação já à colecção, informando o leitor sobre a origem em "território provincial de Reggio Emilia", em época romana, dos diferentes espólios, com especial relevo para os obtidos por escavação, a maioria deles, acentuando a efectuada na necrópole de *Brixellum* (Brescello).

Corti não termina esta sua análise, sem referenciar/enfatizar o interesse nas chamadas *firmalampen* encontradas em abundância nessa necrópole.

A parte II do catálogo, denominada "le lucerne", serviu às autoras, trabalhando em conjunto ou, por vezes, individualmente, para enquadrarem a colecção do Museo no que poderemos chamar num "Estado da Arte" respeitante a estes *suppellettili* de iluminação.

Definiram, a partir do numeroso espólio a estudar, quatro temas principais, que vão desde a apresentação das crono/tipologias das lucernas, de acordo com as classificações universalmente utilizadas, seguida da análise das marcas de oleiro/fábricas apensas nas lucernas, apresentando, a partir daí, uma lista de nomes por ordem alfabética, passando seguidamente pelas poucas formas mais raras de lucernas do acervo, e terminando pelas decorações dos discos, entre as quais destacamos, pela sua raridade, uma lucerna de Reggio Emilia com uma inscrição desejando *Anuum novuum faustuum felicem*.

A estes tipos de inscrições com desejos de felicidade, Simona Capellini atribui uma cronologia provavelmente para o período que vai desde o "primo quarto del I secolo alla metà del II sec. d. C.".

Consideramos de interesse muito especial a apresentação da lista dos nomes dos oleiros referentes às lucernas, já referidas, do tipo *Firmalampen*, de produção norte-itálica, num total de 68 unidades (ou seja, cerca de 35% do total estudado), pois poderão ser contributo importante em futuras análises cronológicas de tipo comparativo com outros espólios arqueológicos, tornando-se, assim, um indicador expedito para o estudo das relações comerciais entre as diferentes províncias do Império.

Na parte III, o verdadeiro catálogo, Capellini e Conti apresentam as lucernas, num total de 197 unidades, identificando cada uma, seguindo, no entanto, o processo do antigo critério de inventariação por grupos, referentes a áreas geográficas — Cispadana, Transpadana, Puglia, Isole del Mediterraneo, Etruria Litorale, Lazio e Picentino — com alguns exemplares originários da Suíça, França, Bélgica e Dinamarca, que tinham sido, por sua vez, subdivididos em três séries, estas já definidas por critérios territoriais/administrativos (p. 13), o que torna, a nosso ver, a leitura um pouco mais complicada.

Não podemos terminar sem deixar, no entanto, de apresentar umas pequenas sugestões às autoras, respeitantes à vasta bibliografia que foi consultada, indicada na parte IV e no final do estudo, que classificamos como suporte de um texto de qualidade bastante apreciável, especialmente para a realidade italiana e mesmo internacional, referente às *lucernae fittili* estudadas.

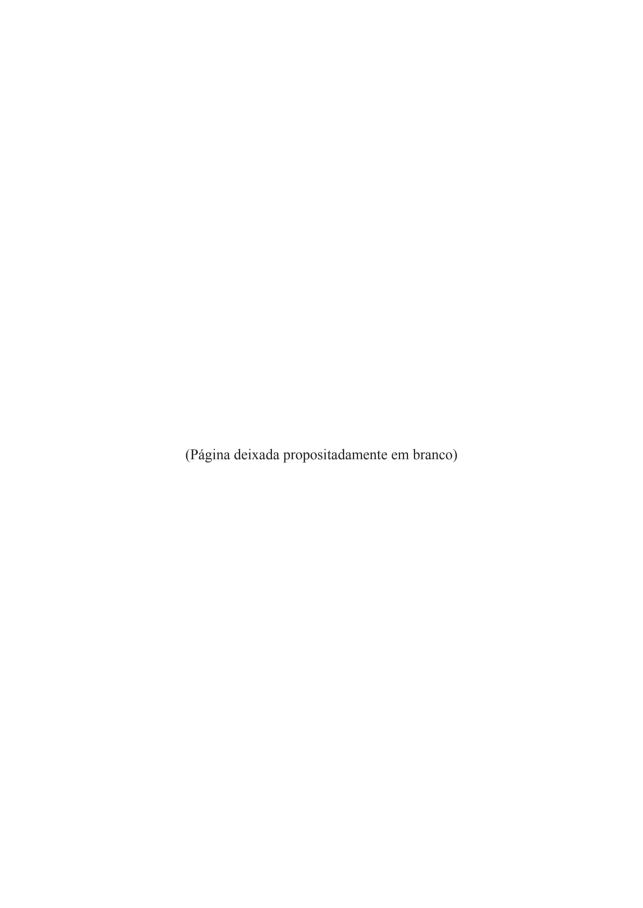
Estas sugestões dizem respeito à apresentação de uma série muito reduzida de publicações sobre sítios arqueológicos intervencionados por toda a

Península Ibérica, pois apenas autores como Balil, Mordillo Cerdán e Ponsich são indicados na bibliografia.

Aconselharíamos, pelo menos, a indicação dos trabalhos de Amante Sánchez, A., 1993, referentes ao espólio obtido, para as lucernas romanas da região de Múrcia, Hispânia Citerior, e de Rodríguez Martín, F. G., 2002, onde o autor apresenta o catálogo das lucernas romanas do Museo Nacional de Arte Romano (Mérida), aos quais se deveria juntar o primeiro estudo, publicado nas *Fouilles de Conimbriga*, 1976, sobre as lucernas desta cidade romana, estes dois últimos trabalhos referentes à província romana da Lusitânia.

Eurico de Sepúlveda Associação Cultural de Cascais euricosepulveda@gmail.com

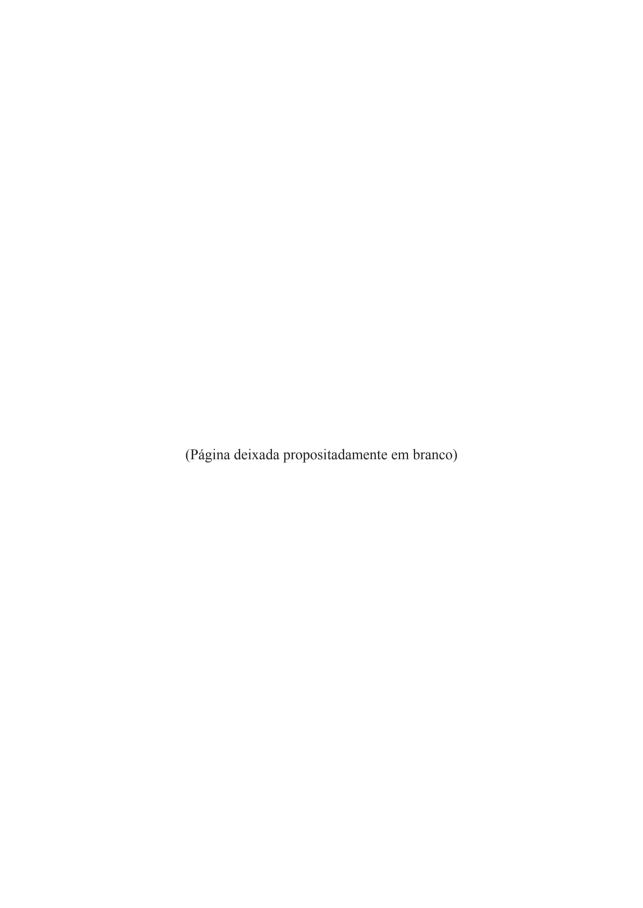
[texto escrito no antigo acordo]



ÍNDICE GERAL

Alexandre Canha Interflúvio Tedo/Távora (norte da Beira-Alta), um possível território de fronteira na Pré e Proto-história	5
Sara Oliveira Almeida, Raquel Vilaça, Ana Maria Silva, Cleia Detry, Sónia Filipe Vestígios da ocupação do Ferro Antigo de Coimbra (Portugal) e o mito fundacional do local	67
Macarena Bustamante-Álvarez, Mercedes Murillo-Barroso, Rafael Sabio González Análisis arqueométrico, contextual e iconográfico de piezas de ámbar romano localizadas en Augusta Emerita (Mérida, Badajoz)	107
Jorge de Alarcão, José Luís Madeira A Casa da Rua da Princesa em Tróia (Setúbal)	143
Vasco Gil Mantas Faróis Romanos no Atlântico e Canal da Mancha	181
Ricardo de Morais Sarmento Azulejos Sevilhanos inéditos do Paço Real de Évora	247
RICARDO COSTEIRA DA SILVA Algumas palavras (mais) a respeito de púcaros e outras louças de beber de Coimbra (Séculos XV e XVI)	289
SÉRGIO ALEXANDRE DA ROCHA GOMES Díaz-Andreu, Margarita — A history of archaeological tourism. Pursuing leisure and knowledge from the eighteenth century to World War II	325
João Pimenta Currás Refojos, Brais Xosé — Las Sociedades de los Castros entre la Edad del Hierro y la Dominación de Roma. Estudio del Paisaje del baixo Miño	331

José D'ENCARNAÇÃO Kehrer, Nicole (ed.) – Ausgegraben 6 / Excavated 6. Aerial Photos from the Archives of the Germain Archaeological Institut	337
José d'Encarnação Fernández Corral, Marta – La Epigrafía Funeraria de Época Romana del Área Autrigona – Conmemoración, relaciones familiares y sociedad	341
Eurico de Sepúlveda Capellini, Simona e Corti, Carla – FIAT LUX. Le lucerne del museo "Gaetano Chierici" di Paletnologia di Reggio Emilia	347





UNIVERSIDADE D COIMBRA

REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



